



HAL
open science

Sistemas alimentares e territórios no Brasil

Catia Grisa, Eric Sabourin, Ludivine Eloy, Renato Sérgio Maluf

► **To cite this version:**

Catia Grisa, Eric Sabourin, Ludivine Eloy, Renato Sérgio Maluf. *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. Editora da UFRGS. 2022, 978-65-5725-072-3. hal-03764817

HAL Id: hal-03764817

<https://hal.science/hal-03764817>

Submitted on 12 Sep 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Sistemas Alimentares e Territórios no Brasil

CATIA GRISA | ERIC SABOURIN | LUDIVINE ELOY | RENATO S. MALUF
ORGANIZADORES


UFRGS
EDITORA

 **PGDR**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patricia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Delani

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Jurandir Malerba

Luis Frederico Pinheiro Dick

Mônica Zielinsky

Otávio Bianchi

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Delani, presidente

Sistemas alimentares e territórios no Brasil

CATIA GRISA | ERIC SABOURIN | LUDIVINE ELOY | RENATO S. MALUF
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição 2022

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão e editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



S623 Sistemas alimentares e territórios no Brasil [recurso eletrônico] / organizadores Cátia Grisa, Eric Sabourin, Ludivine Eloy [e] Renato S. Maluf. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.
312 p. : pdf

(Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Sistemas agroalimentares. 4. Agricultura familiar. 5. Território. 6. Políticas públicas. 7. Mercados. I. Grisa, Cátia. II. Sabourin, Eric. III. Eloy, Ludivine. IV. Maluf, Renato S. V. Série.

CDU 631:338.432

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-072-3

Sumário

Prefácio / 7

Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil / 13

Eric Sabourin

Catia Grisa

Renato S. Maluf

Ludivine Eloy

Parte 1 – Sistemas alimentares e análise das dinâmicas territoriais

A expansão da soja na América do Sul:

uma proposta metodológica baseada na abordagem territorial / 37

Ludivine Eloy

Valdemar João Wesz Junior

Eve Anne Bühler

Dinâmicas recentes de territorialização e desterritorialização

e processos de construção de resiliência no território da Borborema (PB) / 65

Karina Kato

Nelson Giordano Delgado

Jorge Romano

Marcas coletivas e cesta de bens e serviços territoriais: ações de desenvolvimento territorial sustentável no oeste de Santa Catarina / 99

Andréia Tecchio

Leticia Andrea Chechi

Leonardo Moura de Souza

Giovana Paludo Giombelli,

Ademir Antonio Cazella

Valdete Boni

Construindo a governança de sistemas agroalimentares: a experiência de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina / 123

Giovana Paludo Giombelli

Valdete Boni

Andréia Tecchio

Ademir Antonio Cazella

Fábio Luiz Búrigo

Marcelo Antônio Conterato

Parte 2 – Os sistemas alimentares, os mercados e a organização coletiva

Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro: desigualdades e varejo de alimentos / 149

Emilia Jomalinis

Renato S. Maluf

Anatomia dos mercados imersos: proposta metodológica para o estudo dos mercados / 177

Natália Salvate

Sergio Schneider

Sistemas alimentares sustentáveis e compras públicas alimentares nos restaurantes universitários de São Luís-Maranhão: uma proposta metodológica / 203

Camila Lago Braga

Cátia Grisa

Feiras de Agricultores na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai: reflexões a partir dos sistemas agroalimentares localizados / 235

Silvia A. Zimmermann

Dirceu Basso

Régis da Cunha Belem

Valdemar João Wesz Júnior

Pietra Regina de Oliveira Vacarin

Processos de intercooperação de produtores e consumidores: estratégias para a expansão de sistemas alimentares sustentáveis / 257

Marcos Catelli Rocha

Fábio Luiz Búrigo

Anderson Luiz Romão

Ademir Antonio Cazella

Adevan da Silva Pugas

A virada praxiológica nos estudos alimentares / 285

Maycon N. Schubert

Paulo A. Niederle

Luiza M. Tavares

Viviane Carrion Castanho

Samile Andrea de Souza Vanz

Autores / 307

Prefácio

Oportunidade

Este livro dá pleno significado à palavra “oportunidade”, conforme definido no site da Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (CNTRL, [https://www.cnrtl.fr/definition/opportunit %C3 %A9](https://www.cnrtl.fr/definition/opportunit%C3%A9)). Ele pode ser ilustrado também por uma citação de Victor Hugo: “Permanecerei juiz e mestre, e único juiz e único mestre, da conveniência e oportunidade desta publicação” (Hugo, *Corresp.*, 1866, p. 518).

É o caso desta publicação, e só nos resta reconhecer, como faço no parágrafo seguinte, que seus autores tiveram “um senso de oportunidade”, de “saber instintivamente o que fazer em uma determinada situação”. Os autores aproveitaram uma “oportunidade ou circunstância favorável”, no sentido metonímico que “está cada vez mais difundido, especialmente na imprensa, sob a influência do inglês”, e que “é condenado por puristas que acham melhor empregar ocasião, possibilidade ou mesmo perspectiva”.

A oportunidade desta publicação decorre do fato de que – enquanto o Brasil é frequentemente apresentado como “a fazenda do mundo” por ser um grande exportador de produtos agrícolas – os índices de insegurança alimentar voltam a aumentar, ao contrário de que se observava desde 2003. Esta tendência foi exacerbada pela pandemia da Covid-19, que “demonstrou a vulnerabilidade do sistema alimentar global, centralizado e dependente de longas cadeias de produção-consumo” e “colocou em evidência as vantagens dos

sistemas alimentares locais, ancorados em canais curtos de comercialização, desenvolvidos a partir de recursos locais e mobilizados em redes territoriais”.

A situação é ainda mais grave porque, aproveitando o apoio implícito e, às vezes, explícito dado pelo governo de Jair Bolsonaro, o setor do agronegócio tem procurado por todos os meios dismantlar as políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e nutricional e meio ambiente. Felizmente, essas tentativas são confrontadas com “ações construídas por governos estaduais, municipais e consórcios territoriais (comunidades de municípios)” e pelo “crescente ativismo alimentar das organizações da sociedade civil para a construção de práticas de justiça alimentar e equidade”.

O livro chega, portanto, no momento certo para fazer um balanço da situação atual, e é ainda mais notável dado que resulta de vários anos de trabalho conjunto entre pesquisadores brasileiros e franceses por meio do projeto “Sistemas agroalimentares e políticas públicas: teorias e métodos para a análise de experiências nacionais e internacionais”, no âmbito do acordo Capes-Cofecub (que associa a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – Brasil e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil – Cofecub – França). Como os autores afirmam na introdução, “o objetivo do projeto é sistematizar e produzir abordagens teórico-metodológicas para analisar os sistemas alimentares e as políticas públicas que os afetam. O projeto coloca ênfase na diversidade da agricultura familiar, nas interações entre áreas urbanas e rurais e entre territórios na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis.”

O livro – e esta é uma de suas notáveis originalidades – contém tanto uma série de estudos de caso quanto reflexões teóricas e metodológicas de alto nível, sustentadas em um bom conhecimento da literatura científica internacional. O livro reúne 33 autores em dez capítulos, organizados em duas partes temáticas. A primeira parte analisa os sistemas alimentares e a dinâmica territorial, sendo que os autores tratam dos processos de territorialização dos produtos da agricultura familiar. Ainda que intimamente articuladas, a segunda parte trata dos mercados para os agricultores, mercados de proximidade, compras públicas de alimentos dos agricultores, desigualdades no acesso às redes de supermercados, o papel da comercialização e das cooperativas de consumo na estruturação das cadeias agroalimentares locais e estudos sobre práticas alimentares.

Obviamente não se trata aqui de resumir as muitas contribuições e nuances destes capítulos, mas, pelo menos, alguns pontos podem ser destacados. O primeiro capítulo demonstra que, ainda que geralmente apresentados como dualidade, o agronegócio e os sistemas agroalimentares da agricul-

tura familiar podem coexistir, a exemplo da análise socioespacial da expansão do agronegócio da soja na Argentina, Brasil e Paraguai. Além disso, nos três quadros intitulados “Ponto Metodológico”, o capítulo fornece indicações práticas que formam uma espécie de *vade-mecum* para o trabalho de campo, que certamente será muito útil. O segundo capítulo trata da resiliência dos sistemas alimentares locais vinculados à produção familiar no Nordeste do Brasil, mais precisamente no semiárido da Borborema (Paraíba), e mostra que eles foram capazes de resistir às alternâncias entre dinâmicas de territorialização e desterritorialização.

Os dois capítulos seguintes estão situados geograficamente no oeste de Santa Catarina, região onde predomina a agricultura familiar e onde “as lutas contra diferentes formas de opressão transformaram-se [...] em um ‘viveiro de movimentos sociais’”. Um dos capítulos detalha os processos e efeitos da criação e disseminação da marca *Sabor Colonial*, construída a partir da política de desenvolvimento territorial das pequenas agroindústrias rurais.

O outro capítulo sobre a região analisa a experiência da Crediseara a partir da abordagem teórico-metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). O capítulo mostra que a presença da agricultura familiar “possibilitou a emergência de grandes empresas agroindustriais, especialmente para o abate e processamento de aves e suínos”, contudo “a expansão dessas agroindústrias também levou a uma seleção dos agricultores que participam do sistema de produção integrada”. Como “as grandes cooperativas agrícolas da região [...] investiram em estratégias mercantis e de governança semelhantes às das empresas privadas”, os excluídos tiveram que buscar outras formas e “nos anos 90, as ações de mobilização sociopolítica [...] deram origem a novas instituições destinadas a construir projetos alternativos de desenvolvimento rural”. Entre as experiências mais expressivas, os autores destacam a criação de organizações de assistência política e técnico-organizacional, “em particular a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), criada em 1989 em Chapecó, município-polo da região”.

Essas organizações são responsáveis pela implementação de outros sistemas de produção, tais como o cultivo de bambu, nozes, pitayas e outras espécies frutíferas, assim como a criação de gado Montbeliard, “ação que melhorou o rendimento e, sobretudo, o sabor dos queijos feitos a partir do leite cru”. A vida associativa desta região é abundante e não podemos não citar algumas ações e participantes do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara, a “Fortaleza do Queijo de Leite Cru do *Slow Food*” (criada em 2017 visando a organizar os produtores de queijo de leite cru), a “Rota Turística de Sabores e Saberes no Vale das Borboletas”, e a “Associação Nacional de

Fitoterapeutas, Psicanalistas e Produtores de Flores Populares, Tradicionais e Culturais do Brasil (Anafp)”.

A segunda parte do livro, sobre “Sistemas alimentares, mercados e organização coletiva”, inicia com uma análise socioespacial das redes de supermercados no Rio de Janeiro. Segundo os autores, “a principal questão que guia a reflexão proposta é verificar como a atual organização do mercado de varejo de alimentos, com particular atenção às práticas e estratégias das redes de supermercados, (re)produz dinâmicas socioespaciais nos territórios do Rio de Janeiro”.

O capítulo seguinte apresenta uma proposta metodológica para o conceito de mercados *imersos*, sustentada em referências oriundas da literatura internacional, mas com a preocupação de adaptar a proposta teórica à realidade brasileira. O artigo aplica a metodologia em três mercados agroalimentares no Brasil: o mercado de morangos em Agudo, os mercados orgânicos em Porto Alegre (ambos no estado do Rio Grande do Sul) e o mercado de agroturismo em Venda Nova do Imigrante (no estado do Espírito Santo).

Mais original, já que utiliza o próprio mundo acadêmico como campo de análise, é o capítulo que avalia a sustentabilidade dos programas de compras públicas de alimentos para restaurantes universitários em São Luís, capital do Maranhão. O artigo se propõe a “construir uma metodologia adaptada ao contexto brasileiro (e em particular à capital maranhense) para mensurar a contribuição das compras públicas de alimentos para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis”. Trata-se de um caso interessante para análise, já que, em 2019, mais de dez milhões de reais “foram mobilizados em compras públicas de alimentos nos restaurantes universitários em São Luís, com o fornecimento de aproximadamente 10 mil refeições (café da manhã, almoço, janta e lanche) por dia”.

Outro campo de análise original é o da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, cujo marco são as Cataratas do Iguazu que atraem (ou pelo menos atraíam antes da pandemia) multidões de turistas. Com base em um estudo detalhado de três mercados de produtores (em Puerto Iguazu, Ciudad del Este e Foz do Iguazu), o capítulo mostra que o consumo de alimentos causado por esse afluxo “não necessariamente interage com os mercados de alimentos e circuitos curtos presentes nesses três municípios”, ao mesmo tempo em que as experiências analisadas poderiam abastecer os consumidores localizados nos diferentes bairros, bem como os turistas que visitam os municípios.

Voltando a Santa Catarina – um campo de observação privilegiado – o capítulo seguinte examina “a ascensão e sustentabilidade dos sistemas ali-

mentares localizados” a partir do caso do Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), particularmente da cooperativa primária Cresol Vale Europeu (CVE), situada nos municípios de Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröder. Conforme os autores, “este capítulo revela como este tema ainda está ausente nas preocupações e ações consideradas prioritárias pelos gerentes e funcionários do CVE”, enquanto “os canais de comercialização de alimentos orgânicos, agroecológicos ou não convencionais têm se mostrado promissores em sua área de cobertura”.

O livro conclui com um capítulo puramente metodológico que visa a “destacar como a ‘virada praxiológica’ se apresenta nessa área de estudo”. Com base na análise de artigos publicados entre 1990 e 2002 em seis repositórios científicos, sua “principal contribuição consiste em destacar como, desde 2006, tem havido um crescente interesse nessa virada nos estudos alimentares”.

Vemos, portanto, que o livro aporta valiosas contribuições para os debates em curso na sociedade brasileira, na maioria dos casos sustentada em exemplos empíricos. O livro mostra que “a abordagem de desenvolvimento territorial ganhou importância como estrutura analítica para pensar as áreas rurais”, mas, para que seja eficaz, os autores ressaltam “a importância de levar em conta a história agrária e espacialização dos fenômenos nos territórios estudados”. Os autores lembram que “a geografia da sociedade ressoa em seus modos de funcionamento, isto é, ela é um elemento constitutivo e (re) produtivo dos processos” e, muitas vezes “ao levar em conta apenas a localização das empresas e o mercado de terras, o espaço não é considerado como um território que contém uma história, uma diversidade de recursos e de relações de poder”. O autor deste prefácio obviamente só pode concordar com essas afirmações...

HERVÉ THÉRY

Geógrafo, diretor emérito de pesquisa do CNRS-Creda,
professor da Universidade de São Paulo (USP-PPGH),
coordenador da revista *Confins* (confins.revues.org)

Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil

Eric Sabourin
Catia Grisa
Renato S. Maluf
Ludivine Eloy

Este livro é resultado do Projeto “Sistemas agroalimentares e políticas públicas: teorias e métodos para análise de experiências nacionais e internacionais”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes – Brasil) e pelo Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária e Científica com o Brasil (Cofecub – França). Do lado francês, esse projeto é coordenado pela Unidade Mista de Pesquisa (UMR) “Atores, Recursos e Territórios no Desenvolvimento” (Art-Dev), que articula pesquisadores do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e Universidade Montpellier 3 Paul Valéry. Do lado brasileiro, o projeto é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contando igualmente com pesquisadores da Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade da Integração Latino Americana (Unila). O objetivo do projeto é sistematizar e produzir abordagens teórico-metodológicas para análise dos sistemas alimentares e das políticas públicas que os influenciam. O projeto coloca ênfase na diversidade da agricultura familiar, na sua relação com o agronegócio, nas interações entre rural e urbano e nas dinâmicas territoriais que afetam a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

A partir do escopo do projeto, este livro aborda reflexões teóricas metodológicas sobre as dinâmicas dos sistemas alimentares a partir de estudos de caso realizados no Brasil, sem a pretensão de ser exaustivo ou de contemplar a diversidade de situações e configurações que o tema e o país apresentam. O livro reúne 33 autores e dez capítulos, organizados em torno de duas grandes temáticas: 1) *os sistemas alimentares e as dinâmicas territoriais*: aqui os autores abordam os processos de territorialização vinculados aos produtos da agricultura familiar, as diferentes dinâmicas de qualificação desses produtos, a organização coletiva dos atores e as interações territoriais com o setor do agronegócio; 2) *os sistemas alimentares, os mercados, a organização coletiva e as práticas alimentares*: aqui os autores abordam as dinâmicas das grandes redes de supermercados, das compras públicas governamentais, dos mercados de produtores e de proximidade; o papel das cooperativas de comercialização e de consumo na estruturação das cadeias agroalimentares locais; e os estudos sobre práticas alimentares.

Este capítulo está organizado em três partes, sendo elas: i) os aportes das abordagens sobre sistemas alimentares para a análise das questões alimentares contemporâneas; ii) as dinâmicas e os desafios específicos das questões agroalimentares no Brasil; iii) as contribuições metodológicas, teóricas e empíricas dos diferentes capítulos que compõem o livro.

As abordagens em termos de sistemas alimentares

Há uma diversidade de abordagens conceituais e metodológicas em termos de sistemas alimentares, as quais variam de acordo com as entradas analíticas e os aspectos privilegiados em suas análises. Certas abordagens adotam perspectivas globais e integradas, enquanto outras propõem análises sistêmicas aplicadas aos alimentos e à alimentação.

Partimos, inicialmente, da definição pioneira de Louis Malassis (1994, p. 110), a qual afirma que “um sistema alimentar diz respeito a um conjunto de atividades coordenadas que permitem aos homens se alimentarem. Tal

definição contempla também a forma como os homens se organizam, no espaço e no tempo, para obter e consumir a alimentação”. Assim concebida, essa definição enfatiza a atividade humana na garantia da satisfação das necessidades a partir de diversos formatos assumidos pela produção, acesso e, em menor medida, pelo consumo de alimentos, sempre considerando as dimensões do espaço e do tempo.

Rastoin e Ghersi (2010, p. 556) definem sistema alimentar como “uma rede interdependente de atores (empresas, instituições financeiras, organizações públicas e privadas), localizada em um espaço geográfico dado (região, estado, espaço plurinacional), participando diretamente ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços orientados para a satisfação das necessidades alimentares de um ou vários grupos de consumidores locais ou de fora da zona considerada”. Aqui, os autores incorporam três elementos chave: o papel das redes de atores na construção dos sistemas alimentares, a ideia de interdependência e a relação com determinadas áreas geográficas.

Um sistema alimentar pode igualmente ser definido como uma cadeia de atividades mercantis e não mercantis, conectando a produção, montagem, transporte, estocagem, transformação, serviços, distribuição, preparação e consumo dos alimentos, e também a gestão dos dejetos e recursos, os fornecedores de insumos (sementes, fertilizantes, embalagens etc.) e as atividades e as instituições de regulação associadas. Essas definições podem ser relacionadas àquela de *food system* (ou *agri-food system*) da literatura anglo-saxônica. Goodman e Watts (1997, p. 36) definem o sistema alimentar como “todos os processos envolvidos na alimentação de uma população, e notadamente os insumos necessários e os resultados produzidos em cada etapa. O sistema alimentar funciona em um contexto social, político, econômico e ambiental e é influenciado por este”.¹

De acordo com Fanzo e Davis (2021), as análises em termos de sistemas alimentares procuram superar os limites das abordagens setoriais ou fragmentadas, centradas sobre o estudo de diversas etapas das cadeias agroalimentares: *A food systems approach uses a holistic, comprehensive view of the entire system* (Fanzo; Davis, 2021, p. 11). Importa aqui considerar o conjunto dos atores envolvidos nas diferentes atividades e dinâmicas do sistema alimentar, as suas influências, confluências e conflitos, os mecanismos de governança e os impactos sociais, econômicos, ambientais positivos e negativos produzidos nessa interação (Fanzo; Davis, 2021). Para Gill et al. (2018,

¹ [...] *all processes involved in feeding a population, and including input needed and output generated at each step. Food system operate within and is influenced by social, political, economic, and environmental context.*

p. 4), “como um sistema, os alimentos estão conectados a uma variedade de campos (políticos) – incluindo agricultura, meio ambiente, energia, saúde, educação, infraestrutura e planejamento”, o que implica em considerar os sistemas alimentares como multifuncionais, multifatoriais e multiator. Aplicar uma abordagem sistêmica para o sistema alimentar permite evidenciar os *trade-offs*, os conflitos e as sinergias entre diferentes dimensões, metas, projetos e atividades (Parsons; Hawkes; Wells, 2019), ganhando relevância o aporte de diferentes campos disciplinares, como é o caso dos autores que compõem este livro.

A partir de interpretações mais sistêmicas, logo novas problemáticas colocadas à agricultura e à alimentação contribuíram para uma requalificação da noção de sistemas alimentares. Além da análise das interações entre atividades do sistema, surgiu a necessidade de qualificar ou tipificar as distintas dinâmicas e configurações dos sistemas alimentares. Uma das formas de assim proceder supõe a diferenciação da natureza dos bens ou dos processos que dão origem aos alimentos, abordagem que pode culminar no uso indiferenciado das noções de sistemas e cadeias. Esse é o caso da diferenciação de sistemas alimentares segundo os tipos de produtos e processos produtivos proposta por Colonna, Fournier e Touzard (2013): sistema agroindustrial (cadeias longas de produção e consumo); sistema regional (pequenos e médios produtores integrantes de redes mais amplas); sistema doméstico (maior parte da produção para autoconsumo); sistema local (mercado informal, artesanal, circuitos curtos de produção e consumo); sistema alimentar com qualidade diferenciada (agroecológico, saudável, orgânico). Aqui, sistemas correspondem mais propriamente a cadeias, circuitos ou mesmo segmentos de mercado, sendo que essa classificação permitiu a Morgan, Marsden e Murdoch (2006) associarem cada uma das cinco categorias a mundos com convenções e mercados próprios, com distintas combinações dos diferentes sistemas conforme os países, regiões e localidades.

Para o HLPE (2017), nos sistemas alimentares modernos a produção é global e os alimentos vêm de qualquer lugar e a qualquer hora, distanciando os consumidores do local onde a comida é produzida; modernos sistemas de logística permitem a circulação dos alimentos a grandes distâncias e a conservação destes por longos períodos; e diversos intermediários (empresas de logística, grandes redes de supermercados, restaurantes) situam-se entre os produtores e os consumidores. Confluindo com esses elementos, nesses sistemas os alimentos processados e ultraprocessados (presentes em maior intensidade) estão facilmente disponíveis, com frequência mais baratos e convenientes ao consumo, sendo ofertados em áreas de fácil acessibilidade/

consumo, conformando desertos ou pântanos alimentares. Intensa publicidade (com frequência direcionada a determinados públicos, como as crianças) estimula o consumo e, embora a presença de muitas informações nos rótulos e embalagens (seguindo normas padronizadas e sanitárias), estas são de difícil entendimento para os consumidores em geral. Por essas configurações, além de outras repercussões sociais e ambientais, o HLPE (2017) chama a atenção para o fato de os sistemas alimentares modernos estarem associados à abundância de alimentos que incrementam os riscos de sobrepeso, obesidade e doenças associadas.

Hegemônicos, os sistemas alimentares convencionais, industriais, agroindustriais, modernos ou globais – os qualitativos são diversos (Piñeiro et al., 2021; Preiss; Schneider, 2020; HLPE, 2017; IPES-Food, 2016) – têm sido objeto de intensas críticas e problematizações. Como salienta o IPES-Food (2016), embora tenham fornecido grandes quantidade de alimentos nos mercados internacionais, os sistemas alimentares industriais estão organizados em grande escala, prezam pela quantidade, especialidade e uso intensivo de insumos químicos, tensionam para a uniformidade e produzem um conjunto de efeitos: degradação das terras, das águas e dos ecossistemas; forte emissão de gases de efeito estufa; perda da biodiversidade; desnutrição e má-nutrição e doenças relacionadas à alimentação. Ademais, “a agricultura industrial e os sistemas alimentares industriais subsequentes engendram uma série de ciclos viciosos. Em particular, a estrutura dos sistemas alimentares beneficia apenas um número limitado de atores, reforçando seu poder econômico e político e sua capacidade de influenciar a governança dos sistemas alimentares, e, assim, colocando obstáculos a qualquer reforma deste” (IPES-Food, 2016, p. 4).

Diante dessas considerações críticas, são recorrentes as interpretações e abordagens que procuram colocar luz (e mesmo reivindicar) sobre sistemas alimentares alternativos, nos quais ganha importância a dimensão espacial ou territorial, a começar pela noção precursora de “sistemas alimentares localizados” (SYAL) inspirada em sistemas produtivos localizados (Courlet, 2002). Um SYAL é uma organização de produção de serviços associados por suas características e seu funcionamento a um território específico (Muchnik et al., 2007). Os SYAL foram inicialmente definidos como o conjunto “de organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, restaurantes) associados, por suas características e seu funcionamento, a um território específico. O meio, os produtos, os homens, suas instituições, seus conhecimentos, seus comportamentos alimentares e suas redes de relações se combinam em um território

para produzir uma forma de organização agroalimentar a um nível espacial dado” (Cirad-SAR, 1996). Segundo Requier-Desjardins (2002; 2007), essa noção guarda similitudes com a de aglomerados (*clusters*) e torna os SYAL uma variante agroalimentar do sistema produtivo local, cujo cerne está na qualificação pela origem territorial e na eficácia competitiva de organizações ancoradas territorialmente. No Brasil, esse enfoque deu origem à criação da Rede Brasileira de Sistemas Agroalimentares Localizados com enfoque centrado na valorização de recursos locais com base na relação entre sistemas agroalimentares e territórios e suas contribuições para as políticas públicas (<http://redesialbrasil.blogspot.com/>).

Para José Muchnik (2006), os trabalhos mais antropológicos centrados no “fato alimentar” contribuíram para os SYAL ao abordar o conjunto das relações sociais e seus vínculos com os processos biológicos: a composição e as características dos alimentos, a saúde dos consumidores, sua identidade cultural, a dinâmica dos territórios onde habitam, ou ainda a evolução das produções e dos produtores agrícolas. Para esse autor, “a alimentação conecta os indivíduos a um lugar, a uma comunidade. Ela participa na construção das identidades individuais e coletivas, pois, apesar da mobilidade dos homens e da globalização das dinâmicas socioeconômicas, é necessário sempre ser e sentir pertencimento para agir e ser reconhecido. Os alimentos constituem marcas de identificação essenciais nesse processo: bases sensíveis e memoráveis sobre as quais se constroem nossas diversas formas de habitar o mundo de acordo com diversas modalidades de relação consigo e com os outros” (Ortigue, 1989).

A noção de SYAL evoluiu e deu lugar àquela de sistemas alimentares territorializados (SAT). Um SAT² é “uma unidade coerente com governança territorial participativa composta de cadeias agroalimentares sustentáveis localizadas em um espaço geográfico de dimensão regional” (Rastoin, 2015, p. 3). Embora bastante abrangente ao considerar vários fatores (recursos específicos, modos e processos de produção, cultura e formas de governança),

² A sigla SAT também é utilizada por certos autores para designar “Sistemas alimentares tradicionais” que fazem referência a sistemas dinâmicos desenvolvidos pelas populações locais, sendo que “o termo ‘Tradicional’ remete a uma interrelação estreita entre território e sociedade, e não a um imobilismo enraizado no passado” (Emperaire, 2015, p. 1). Nessa concepção, o qualitativo “tradicional” não se opõe à modernidade, pelo contrário, traduz a forma como os saberes são construídos em um território dado (Carneiro da Cunha, 1999). O termo Sistema Agrícola Tradicional se aproxima daquele de “agriculturas singulares” (Mollard; Walter, 2008, p. 14), que são estudados não para “proteger a todo preço este ou aquele tipo de agricultura mas, antes, para compreender os princípios que lhe dão sustentação, para reconhecer o valor dos saberes tradicionais e a eficácia dos modos de gestão camponesa, a fim de considerar a adaptação dos modos de agricultura tradicionais no mundo moderno”.

este tipo de ancoragem valoriza o desenvolvimento das cadeias agroalimentares existentes em um território dado.

Lamine (2012; 2017) introduz a noção de “sistema agri-alimentar territorial” a fim de diferenciar do sistema alimentar “convencional” bastante vinculado a uma cadeia alimentar (sobretudo no sentido de *food system*) e de destacar as interações entre agricultura e alimentação. A nuance é real ainda que difícil de traduzir em termos conceituais. O sistema agri-alimentar é definido como “um sistema sociotécnico que engloba os agricultores, a assistência técnica, a pesquisa, os atores a montante e a jusante da cadeia alimentar, as políticas públicas, as instâncias de regulação, os consumidores e a sociedade civil” (Lamine, 2012, p. 139). Para Lamine, a interação entre produtores, consumidores e outros atores é fundamental para pensar, analisar e antecipar transformações do sistema. “A comparação entre territórios e coletivos estudados sugere que os sistemas agri-alimentares territoriais se diferenciam fundamentalmente de uma lógica de cadeia, não apenas porque a qualificação envolve uma diversidade maior de atores, mas também porque ela se constrói em uma ordem diferente. Com efeito, em muitos casos, não são os produtores que se ocupam da promoção da qualidade e da valorização dos produtos locais, mas sim outros atores geralmente localizados a jusante da cadeia de produção. A intensidade das relações entre uma diversidade de atores e a não linearidade das interações permitem uma reformulação frequente dos critérios de qualidade que se configuram particularmente pertinentes dados os desafios de adaptação ao meio em um contexto de mudanças climáticas” (Lamine, p. 30).

Palm (2021) retoma esta noção no contexto brasileiro visando a abordar as interdependências e entrelaçamento de visões, relações e normas com as quais os agricultores devem interagir ao invés de considerá-los isoladamente em relação a outros setores do sistema (Lamine, 2017). Para o autor, essa noção permite sublinhar a importância de diferentes dimensões no processo de transição: produção, conhecimentos, distribuição, políticas públicas etc. “Para cada uma dessas dimensões, é possível observar arranjos heterogêneos que implicam atores com práticas, concepções sociais e valores distintos, interagindo com artefatos materiais e organizacionais” (Palm, 2021, p.11). Essa abordagem se fundamenta na reconstrução da trajetória do sistema agri-alimentar territorial, na caracterização das práticas transformadoras, nas redes de atores e de objetos e, sobretudo, na identificação dos arranjos e interfaces críticas com o sistema “convencional” dominante.

A partir de escalas mais amplas (ainda que conectadas aos territórios), também ganhou espaço na literatura recente a noção de sistemas alimentares sustentáveis. Retomando os debates sobre sustentabilidade de-

correntes do “Nosso futuro comum” (Brundtland et al., 1991), o HLPE (2014, p. 29) definiu sistemas alimentares sustentáveis como “aqueles que asseguram a segurança alimentar e nutricional para todos com base em práticas econômicas, sociais e ambientais que não comprometem a segurança alimentar e nutricional das gerações futuras”. Também inspirados naquela referência, Blay-Palmer et al. (2020) definem sistemas alimentares sustentáveis na sua interface com as dimensões social, econômica e ambiental. Na dimensão social, sistemas alimentares sustentáveis precisam incluir o direito à alimentação e garantir segurança alimentar e nutricional, democracia alimentar, práticas de trabalho justas, equidade de gênero, conectividade social, autodeterminação cultural e direitos aos recursos naturais (por exemplo, o acesso à terra). Na dimensão ambiental, sistemas alimentares sustentáveis necessitam incorporar métodos de produção ecológicos que reconhecem a importância da agroecologia, biodiversidade e recursos renováveis; protejam a qualidade do solo, água e outros recursos; e trabalhem em direção a sistemas alimentares de ciclo fechado regenerativo. Por fim, na dimensão econômica, é fundamental que sistemas alimentares sustentáveis sejam construídos com base na premissa de manter atividades econômicas equitativas, fortalecendo circuitos curtos, redes alimentares alternativas, cooperativas, comunidades que sustentam a agricultura, e outras redes colaborativas. Ademais, os autores destacam que mecanismos de governança inclusivos, transparentes, participativos e democráticos são fundamentais para sustentar essas três dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis (Blay-Palmer et al., 2020).

Finalmente, o sistema alimentar de um território dado pode compreender diferentes subsistemas alimentares que são mais ou menos baseados em práticas agrícolas convencionais ou agroecológicas; na agricultura familiar, empresas artesanais ou ainda grandes empreendimentos; mais ou menos conectados aos mercados (internacional, regional, nacional, local), certificados ou não. Em certos casos, esses subsistemas alimentares podem coexistir, se tornar interdependentes, interagir ou mesmo se hibridizar.

Com efeito, apesar da ampla circulação de modelos (revolução verde, industrialização, agroecologia), a globalização não uniformizou os modos de produção agrícolas nos territórios (Gasselin, 2021). A coexistência “faz referência à multiplicidade e a tudo” (Edgar Morin apud Racaud, 2016): ela remete igualmente à coexistência de sistemas plurais de atividade e de residência, que resultam de articulações complexas entre cidades e campos. Na maior parte dos territórios, na Europa e no Brasil, diversos sistemas alimentares coexistem. Encontraremos, no mesmo território, os sistemas alimentares

globalizados onde as matérias primas ou bens alimentares padronizados são produzidos, trocados e consumidos, e sistemas alimentares territorializados ou sistemas alimentares sustentáveis. A agroecologia é, cada vez, associada à busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos territórios. Ela contribui também à adaptação da produção agrícola às mudanças climáticas, à sustentabilidade social e ao bem-estar das populações locais.

Se interessar a coexistência e ao confronto de modelos nos territórios permite ir além da caracterização da diversidade de formas de agricultura e de alimentação. Considerar uma “situação de coexistência” de modelos agrícolas e alimentares supõe analisar as condições dessas interações (atores, cenas, meios, objetos e dinâmicas) e seus efeitos a várias escalas, considerando que situações de coexistência podem mostrar-se virtuosas em uma escala e em outras não. Explorar essas situações de coexistência permite examinar as capacidades de inovação dos sistemas agrícolas e alimentares e abordar as controvérsias sociotécnicas por meio das quais os modelos agrícolas se afirmam ou se opõem (Gasselin, 2021).

Ainda com a perspectiva de analisar a coexistência entre diferentes sistemas alimentares, trazemos ao debate, por fim, a proposta de Maluf (2021) de uma abordagem multiescalar que, diferentemente das que partem das práticas agrícolas, toma como ponto de partida os bens alimentares (alimentos) e os modos como eles são apropriados e consumidos (alimentação) pelos indivíduos. O acesso aos alimentos nas localidades ou territórios se faz por meio da coexistência de uma pluralidade de sistemas alimentares com diferentes escalas e dinâmicas, coexistência que envolve complementaridades, tensões e conflitos. O autor sugere captar essa configuração com a noção de sistemas alimentares descentralizados que corresponde aos “modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas com âmbito local, nacional ou internacional, envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares” (Maluf, 2021, p. 3). Desse modo, a abordagem articula a confluência de fluxos de bens com significados distintos e origens diversas, e hábitos de consumo que igualmente mesclam referências, tornando mais complexa a compreensão da alimentação nas localidades e respectivos territórios que resulta da coexistência de sistemas alimentares. Coexistência que envolve atores, concepções e estratégias que fazem das localidades e dos territórios espaços de manifestação das disputas pelo controle social do abastecimento alimentar, como caracterizado por Goodman et al. (2012).

Alguns desafios das dinâmicas agroalimentares brasileiras

O Brasil foi e é marcado por uma estrutura agrária desigual que, ao longo dos séculos e décadas, foi reproduzindo grande desigualdade nos espaços rurais e urbanos e nas dinâmicas produtivas, econômicas, sociais e alimentares (Belik, 2015). Essa desigualdade manifesta-se no embate político e institucional entre duas categorias políticas: por um lado, o setor do agronegócio e, por outro, a agricultura familiar (Bruno, 2016; Sauer, 2008). Enquanto na esfera política essa dualidade se expressa ora com mais, ora com menos institucionalidades, nos territórios essa dicotomia dá lugar a formas diversas de relacionamento com a terra, com a natureza e entre si, seja de coexistência, interdependência e conflitos acirrados (Eloy et al., 2020; Favareto, 2019; Bühler; Guibert; Oliveira, 2016).

O setor do agronegócio geralmente está associado a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais. Impulsionado nas décadas de 1970/80 com a formação dos complexos agroindustriais e, principalmente, nos 2000 com o *boom* internacional das *commodities*, este setor guarda diferentes formas de agriculturas empresarias, que podem se manifestar, dentre outras, em dinâmicas financeiras e especulativas nacionais ou internacionais; em grandes propriedades que adotam práticas espoliativas dos recursos naturais, associadas à grilagem de terras e conflitos agrárias; e, em grandes e médias propriedades, produtoras de *commodities* e sensíveis às demandas ambientais do mercado internacional (Pompeia, 2021; Bühler; Guibert; Oliveira, 2016). Em que pese esta diversidade, prevalece o uso de práticas agrícolas extensivas ou convencionais intensivas em insumos químicos, que avançam sobre os biomas brasileiros, transformando floresta, paisagens ou pastagens nativas em áreas de produção agrícola (Delgado, 2012). Associada a circuitos longos de produção e consumo, esta produção geralmente está voltada para os mercados internacionais, sem ou com pouca agregação de valor (soja, carnes, cana de açúcar, café, algodão, laranja, etc.), ou para a indústria de alimentos nacional ou multinacional.

Articulando expressiva diversidade, a agricultura familiar pode estar vinculada a sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais ou se inserir em sistemas alimentares alternativos, sejam eles sistemas alimentares localizados, sustentáveis ou, mais frequentemente, tradicionais (Schneider, 2006). Reconhecida política e institucionalmente em meados dos anos 1990 e fortalecida nos anos 2000, a agricultura familiar reúne práticas agrícolas associadas à produção convencional e ao uso intensivo de in-

sumos; práticas agroecológicas que ganham força a partir das críticas aos modelos convencionais de produção; práticas tradicionais articuladas a modos de vida específicos de comunidades quilombolas, ribeiras, caiçaras, de fundo de pasto, pantaneiras, indígenas etc.; e práticas extrativistas de manejo sustentável. Uma ampla diversidade de alimentos locais e regionais emerge dessas distintas práticas e sistemas de produção, e é destinada aos circuitos curtos ou a dinâmicas nacionais ou internacionais. Cada vez mais, seja entre acadêmicos, organizações representativas da categoria social ou movimentos sociais, cresce o interesse e a demanda por construir e fomentar práticas mais sustentáveis e relações mais próximas e diretas com os consumidores urbanos (Gazolla; Schneider, 2017). Diversos instrumentos de agregação de valor e de distinção, distintos arranjos e formas organizativas (cooperativas de produção e de consumo, grupos de consumo, comunidades que sustentam a agricultura etc.), e mercados diferenciados (feiras, compras públicas, pontos de comercialização da agricultura familiar, restaurantes etc.) são mobilizados visando a aproximar o campo da cidade e os agricultores dos consumidores.

Durante os anos 2000, em um contexto de eleição de governo progressista, aquecimento do mercado internacional de *commodities* e crescimento econômico do país, as duas categorias políticas receberam importante apoio das políticas públicas e do Estado (ainda que marcado por intensa desigualdade). O apoio em termos de infraestruturas, crédito rural, incentivos fiscais e flexibilizações em legislações (ambiental, trabalhista, fundiária) foi fundamental para reestabelecer uma “economia do agronegócio” (Delgado, 2012) e posicionar o país no comércio internacional de *commodities* (Leite, 2015). Por sua vez, a emergência de políticas públicas de estímulo à produção e à comercialização e apoio em termos de bem-estar, infraestrutura e estruturação dos territórios foi fundamental para visibilizar a diversidade da agricultura familiar, reconhecer identidades e contribuir para geração de renda, melhoria das condições de vida e segurança alimentar e nutricional (Grisa; Schneider, 2015).

Ainda que marcadas por desigualdades, conflitos, coexistência e por dificuldades de coordenação internamente a cada setor, essas políticas públicas foram fundamentais para transformar o rural brasileiro nos anos 2000. Diversos indicadores de renda, sociais e de segurança alimentar são ilustrativos nesse sentido, sendo emblemático o anúncio de uma nova classe média no campo em 2012 (Neri; Melo; Monte, 2012).

As transformações experienciadas no rural também repercutiram e confluíram com mudanças nos indicadores socioeconômicos e alimentares dos espaços urbanos. Para o tema desse livro, dois conjuntos de indicado-

res sobressaem-se. Por um lado, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) ao apresentar menos de 5 % da sua população nessa condição (França; Marques; Del Grossi, 2016). Ao longo dos anos 2000, o país conseguiu avançar na promoção da segurança alimentar: em 2004, 35,2 % da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar, sendo 9,5 % em insegurança alimentar grave e, em 2013, esses números foram reduzidos, respectivamente, para 22,9 % e 4,2 % (Rede Penssan, 2021). Por outro lado, refletindo o avanço de sistemas alimentares industriais e modernos, a obesidade em adultos com mais de 20 anos mais que dobrou de 2003 a 2019, passando de 12,2 % para 26,8 % (IBGE, 2020). Ademais, 60,3 % da população de 18 anos ou mais estava com excesso de peso (IBGE, 2020).

A partir de 2013, as crises econômica e política abriram espaço para o retorno de valores conservadores e neoliberais na sociedade e na política brasileira. As mudanças políticas em 2016 e 2018 alteraram as relações de poder na sociedade brasileira e o papel do Estado e das políticas públicas. A dualidade política e institucional manifesta na presença de dois Ministérios para o rural foi desfeita, e as representações do setor agronegócio e dos sistemas alimentares industriais e modernos fortaleceram sua presença, influência e hegemonia dentro do Estado (Grisa; Niederle, 2021).

Aproveitando uma nova configuração nos embates políticos, particularmente desde o início do Governo Bolsonaro, esses atores passaram a fazer questionamentos políticos e simbólicos à importância e especificidades da agricultura familiar (e ao tratamento da sua diversidade), à agroecologia e à alimentação saudável. Partindo de outros entendimentos sobre o Estado e de interpretações produtivistas da agricultura e do rural, esses atores mobilizaram diferentes estratégias e formas de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, e meio ambiente (Sabourin et al., 2020). Extinção de institucionalidades e de programas, redução dos recursos financeiros e de público beneficiário, mudanças em objetivos e normativos de modo a orientar as políticas públicas para novos interesses, flexibilizações de regulamentações ambientais e trabalhistas são alguns exemplos nesse sentido (Sabourin et al., 2020).

Ademais, esses atores alteraram a forma de fazer as políticas públicas. Atores do agronegócio passaram a participar do processo decisório das políticas públicas para a agricultura familiar em detrimento do diálogo com a diversidade de organizações da categoria social, e espaços de participação

social e monitoramento das políticas públicas foram extintos (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e nutricional, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

Essas mudanças alteraram indicadores socioeconômicos e alimentares anteriormente conquistados. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019) já mostravam o retorno da insegurança alimentar e nutricional em valores superiores àqueles de 2004, ainda que em menor intensidade em relação à insegurança alimentar grave. Em 2017/2018, 36,6 % da população estava em insegurança alimentar e nutricional, sendo 5,8 % vivenciando a fome (IBGE, 2019).

A pandemia da Covid-19 – ao provocar a paralização de diversas atividades econômicas, desemprego, dificuldades de comercialização e renda para a agricultura familiar; ao visibilizar a importância da alimentação saudável; e ao fragilizar as condições sanitárias e socioeconômicas de diversos grupos sociais – poderia ter sido um “momento crítico” (Mahoney, 2001) para colocar em debate as dinâmicas dos sistemas alimentares e reposicionar o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro e na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Todavia, a continuidade de políticas neoliberais, a omissão do Estado no tratamento da pandemia, a valorização das *commodities* nos mercados internacionais, a desvalorização da moeda nacional e a inflação agravaram as crises econômica, social, política e alimentar no país. Ilustrativo desse cenário, dados da Rede Penssan (2021) indicam que, em dezembro de 2020, 55,2 % da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar, sendo que 9 % vivenciando a fome. Ademais, Galindo et al. (2021) destacam que parte significativa dos domicílios brasileiros reduziu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular: 44 % reduziram o consumo de carnes e 41 % o consumo de frutas.

O desmantelamento das políticas públicas nacionais para a agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional no país desencadearam, pelo menos, dois “contra movimentos” ainda em curso. Por um lado, ganham maior relevância e visibilidade as ações construídas por governos estaduais e municipais e consórcios territoriais na promoção da agricultura familiar, da agroecologia e da segurança alimentar (Grisa; Ávila; Cabral, 2021; Sabourin et al., 2019). Políticas estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica, Políticas Estaduais para Povos e Comunidades Tradicionais, programas estaduais e municipais de compras públicas da agricultura familiar, construção de mercados e centros de comercialização da agricultura familiar e políticas de acesso aos alimentos são algumas das ações em debate.

Ainda que impulsionado por dinâmicas nacionais, também contribui para esse movimento o crescente debate internacional sobre o papel das cidades e dos governos locais e regionais na construção e implementação de políticas alimentares (Fages; Bricas, 2017; IPES Food, 2017). Essa valorização das cidades e governos locais e regionais nas políticas alimentares decorre da intensificação da urbanização; do imbricamento das questões alimentares, ambientais e sociais nos territórios; e das oportunidades que o local e o regional oferecem para articulação de atores e setores, e construção de políticas alimentares integradas.

Por outro lado, dadas as omissões ou insuficiências das ações governamentais, observamos um crescente ativismo alimentar de organizações da sociedade civil na construção de práticas por justiça e equidade alimentar. A formação de diversas redes de distribuição solidária de alimentos para populações em situação de vulnerabilidade, a criação de cozinhas solidárias ou comunitárias por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o crescimento dos mercados digitais para a agricultura familiar, e o fortalecimento dos circuitos curtos de produção e consumo visando à relocação da alimentação nos territórios são alguns exemplos nesse sentido (Teixeira, 2021; Niederle; Schneider; Cassol, 2021; Cabral; Schmitt, 2020). Ainda que não seja suficiente para resolver os problemas alimentares – que demandam respostas estruturais do Estado –, o ativismo dessas experiências contribui para colocar as dinâmicas dos sistemas alimentares em debate na perspectiva de construir dinâmicas mais saudáveis, inclusivas e sustentáveis.

Desse modo, os desafios para os sistemas alimentares no Brasil perpassam a persistência de problemas históricos, os quais se intensificam e voltam na agenda pública com o agravamento de crises econômicas, sociais e políticas e o fortalecimento de coalizões políticas conservadoras, neoliberais e, recentemente, autoritárias. Tais problemas históricos envolvem a concentração da terra, a degradação dos recursos ambientais, a depredação da biodiversidade, a violência contra grupos tradicionais, a persistência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, e a reprodução da desigualdade social nos espaços rurais e urbanos. A esses problemas históricos soma-se a emergência de novas problemáticas alimentares e ambientais – como o sobrepeso e obesidade, as mudanças climáticas, a urbanização e as fragilidades no abastecimento alimentar –, as quais cobram respostas urgentes e integradas. Enquanto os sistemas alimentares convencionais, industriais, modernos ou globais agravam tais problemáticas, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade das gerações presentes e futuras exigem a construção de sistemas alimentares alternativos.

Estrutura do livro: as contribuições metodológicas, teóricas e empíricas

O livro foi organizado em duas partes principais, sendo que a primeira aborda elementos para análise dos sistemas alimentares nos territórios, e a segunda contempla a relação de diferentes estratégias de mercados, dinâmicas de organização coletiva e práticas alimentares com os sistemas alimentares. Todos os capítulos, a partir de contextos e dinâmicas brasileiras distintas, procuram trazer contribuições metodológicas, teóricas e/ou empíricas.

Sistemas alimentares e análise das dinâmicas territoriais

Ludivine Eloy, Valdemar Wesz Junior e Eve Anne Bühler propõem uma estratégia metodológica para análise socioespacial da expansão da soja na Argentina, Brasil e Paraguai e da coexistência de sistemas agroalimentares. Ainda que recente e rápida, a expansão do modelo agroindustrial da soja se estrutura a partir de modos de produção padronizados e de relações de poder assimétricas herdadas da época colonial. Essa expansão revela dinâmicas socioespaciais heterogêneas e imprevisíveis, uma diversidade de atores e de práticas, e relações sociais complexas, envolvendo negociações, alianças e produção de conhecimentos. Os autores propõem uma abordagem metodológica multilocal, multinível e interdisciplinar que contempla a análise do acesso e da apropriação dos recursos nacionais e da diversidade de atores e de interfaces entre espaços ocupados pela soja e suas margens em um território.

Karina Kato, Nelson Giordano Delgado e Jorge Romano analisam a resiliência dos sistemas alimentares locais da agricultura familiar no Nordeste do Brasil, particularmente no território semiárido da Borborema (Paraíba). Os autores examinam a alternância entre dinâmicas de territorialização e de desterritorialização, em grande parte associadas à emergência, estagnação e abandono das políticas de desenvolvimento territorial pelo governo federal. Ademais, a partir dos principais componentes dos processos de territorialização e desterritorialização, os autores mostram como a pandemia criou novos desafios e novas oportunidades para a continuidade dos processos de construção social do território.

Andréia Tecchio, Letícia Andrea Chechi, Leonardo Moura de Souza, Giovana Paulo Giombelli, Ademir Antonio Cazella e Valdete Boni analisam o processo e os efeitos da criação e da difusão da marca “Sabor Colonial”,

construída pelos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina para a promoção das agroindústrias familiares. A partir da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, os autores abordam as iniciativas que articulam os atores territoriais na oferta articulada de bens e serviços de qualidade a partir da especificação dos recursos territoriais.

Giovanna Giombelli, Valdete Boni, Andréia Tecchio, Ademir Antonio Cazella, Fábio Luiz Búrigo e Marcelo Conterato analisam a construção da governança dos sistemas alimentares a partir da implementação de políticas de desenvolvimento territorial e de cooperativas de crédito agrícola na região Oeste de Santa Catarina. Igualmente a partir da abordagem teórica e metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, os autores analisam o ramo do cooperativismo de crédito como um agente de desenvolvimento que articula atores públicos, privados e associativos, visando a promover sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

Os sistemas alimentares, os mercados e a organização coletiva

Emilia Jornalinis e Renato S. Maluf apresentam uma análise socioespacial das redes de supermercados no Rio de Janeiro e discutem as desigualdades no acesso a uma alimentação diversificada, de qualidade e preços acessíveis. Os autores adotam uma metodologia de análise que interpreta os supermercados na dinâmica dos sistemas alimentares a partir de uma abordagem multiescalar. Os autores consideram que o abastecimento e o acesso à alimentação nos bairros e distritos do Rio de Janeiro se estruturam a partir da coexistência de sistemas alimentares de diferentes amplitudes (internacional, nacional e local-territorial), cuja dinâmica se manifesta, sobretudo, na capacidade dos supermercados de centralizar fluxos de categorias de produtos muito diversas. Por outro lado, a expansão hegemônica das grandes cadeias de supermercados nacionais e internacionais não eliminou outras formas de comercialização dos produtos alimentares, a exemplo do comércio de varejo tradicional ou as redes municipais e regionais.

Natalia Salvate e Sergio Schneider propõem uma abordagem metodológica para análise dos mercados imersos (*nested markets*) a partir de revisão de literatura e de inserção da equipe em pesquisas internacionais, sempre atentos às especificidades da realidade brasileira. Para os autores, os mercados imersos se constituem e funcionam em um espaço físico de troca onde se produz a interação entre instituições e os mecanismos de governança que caracterizam o território. A partir da análise de diversas dimensões, como a es-

pecificidade, conectividade, multifuncionalidade, governança e infraestrutura sociomaterial, os autores analisam as formas e a estrutura desses mercados.

Camila Lago Braga e Catia Grisa propõem uma metodologia, adaptada ao contexto brasileiro, para a análise e mensuração da sustentabilidade das compras públicas de alimentos destinados aos restaurantes universitários de São Luiz, no Maranhão. A metodologia se estrutura na análise de cinco dimensões da sustentabilidade – econômica, ambiental, sociocultural, política (democracia alimentar) e segurança alimentar e nutricional – e, a partir de vários indicadores, as autoras discutem a relação entre compras públicas e a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Silvia A. Zimmermann, Dirceu Basso, Régis da Cunha Belem, Valdemar João Wesz Junior e Pietra Regina de Oliveira Vacarin mobilizam a abordagem dos sistemas alimentares localizados para a caracterização das dinâmicas alimentares de proximidade por meio de um estudo de caso dos mercados de produtores na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. O capítulo caracteriza as similaridades e especificidades entre os mercados de produtores da região e examina as oportunidades, dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores familiares para comercializar seus produtos nesses espaços e circuitos curtos. Os autores partem de uma abordagem sistêmica para analisar a circulação dos alimentos e a dinâmica do território, considerando que as fronteiras político-administrativas determinam a circulação cotidiana de pessoas e de alimentos entre as três cidades estudadas.

Marcos Catelli Rocha, Fabio Luiz Búrigo, Anderson Romão, Ademir Antonio Cazella e Adevan da Silva Pugas analisam a ascensão e a sustentabilidade dos sistemas alimentares localizados a partir do processo de colaboração e integração entre cooperativas no estado de Santa Catarina. A partir do caso do Sistema de Cooperativas de Crédito de Interação Solidária (Cresol), em particular da Cooperativa Cresol Vale Europeu (CVE), os autores analisam o modo como as políticas de crédito rural foram mobilizadas nos últimos anos. Os autores destacam lacunas, por um lado, a partir do crescimento dos sistemas de produção agroecológico e orgânico e, por outro, das mudanças nas práticas de consumo alimentar da população urbana.

Finalmente, Maycon N. Schubert, Paulo A. Niederle, Luiza M. Tavares, Viviane Carrion Castanho e Samile Andrea de Souza Vanz abordam a utilização da teoria das práticas sociais nos estudos sobre alimentação. Os autores discutem o modo como a “virada praxiológica” adentrou nesses estudos. A partir da análise bibliométrica, o capítulo destaca os principais autores e conceitos mobilizados, os artigos e as revistas de referência, e certas redes de colaboração entre pesquisadores.

Referências

- BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, 2015.
- BLAY-PALMER, A.; CONARÉ, D.; METER, K.; DI BATTISTA, A.; JOHNSTON, C. *Sustainable food system assessment: Lessons from global practice*. New York: Routledge, 2020.
- BRUNDTLAND, G. H. *et al.* Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- BRUNDTLAND, G. H.; KHALID, M.; AGNELLI, S.; AL-ATHEL, S. *Our common future*. New York: Oxford University Press, 1987.
- BRUNO, R. A. L. Desigualdade Agronegócio Agricultura Familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, 2016, p. 142.
- BÜHLER, E.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- CABRAL, L.; SCHMITT, C. *Localised food networks give hope in Brazil's Covid-19 crisis*. Opinion, 2020.
- CUNHA, M. C. D. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos avançados*, v. 13, p. 147-163, 1999.
- CIRAD-SAR, *Systèmes agroalimentaires localisés: organisations, innovations et développement local, orientations et perspectives issues de la consultation du Cirad* Stratégies de recherche dans le domaine de la socio-économie de l'alimentation et des industries agroalimentaires. Montpellier: Cirad-SAR, 1996, 121 p.
- COLONNA P.; FOURNIER, S.; TOUZARD, J.-M. Food Systems. *In: ESNOUF, C.; RUSSEL, M.; BRICAS, N. (org.). Food system sustainability: insights from DuALIne*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 69-100.
- DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século 1965-2012*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ELOY, L.; SOUZA, C.; NASCIMENTO, D.; NOGUEIRA, M.; BARRETTO, H.; BUSTAMANTE, P.; EMPERAIRE, L. Traditional agricultural systems in soybean interstices in Brazil: processes and limits of agrobiodiversity conservation. *Confins*, Paris, v. 45, 2020, p. 1-15.
- EMPERAIRE, L. *La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia Brasileña*. Paper presented at the Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo, Ministerio de la Cultura, 12-13 de agosto, 2015, Buenos Aires.
- FAGES, R.; BRICAS, N. *L'Alimentation des villes: quels rôles des collectivistas du Sud?* *L'AFD &*, n. 4, 2017.
- FANZO, J.; DAVIS, C. *Global food systems, diets, and nutrition: linking science, economics, and policy*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2021.

- FAVARETO, A. *Entre chapadas e baixões do matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado*. São Paulo: Prefizo Editorial, 2019.
- FRANÇA, C. G.; MARQUES, V. P. M.; DEL GROSSI, M. E. *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras*. Brasília: FAO, 2016.
- GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNO, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for justice Working paper series*, n. 4, Berlin, Food for justice: power, politics and food inequalities in a Bioeconomy, 2021.
- GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial? [S.l.]*: Quae, 2021.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017.
- GILL, M. et al. *A systems approach to research and innovation for food system transformation*. FIT4FOOD2030, 2018. Disponível em: <https://fit4food2030.eu/eu-think-tank-policy-brief>. Acesso em: 30 out. 2021.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, place and politics*. London: Routledge, 2012.
- GOODMAN, D.; WATTS, M. (org.). *Globalizing food: agrarian questions and global restructuring*. London: Routledge, 1997.
- GRISA, C.; AVILA, M.; CABRAL, R. A politização das compras públicas de alimentos nos governos estaduais do Brasil: atores e ideias na construção de sistemas alimentares sustentáveis. In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. *Políticas públicas y Sistemas Alimentarios en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 441-468.
- GRISA, C.; NIEDERLE, P. Paradigms, institutional changes and policy dismantling in the Mercosur specialized meeting of family farming. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 112, 2021.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- HLPE. *Nutrition and food systems: a report by The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition*. Rome: [s.n.], 2017.
- HLPE. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: [s.n.], 2014.
- IBGE. *Pesquisa nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IPES FOOD. *De l'uniformité à la diversité: changer de paradigme pour passer de l'agriculture industrielle à des systèmes agro écologiques diversifiés. [S.l.]*: IPES-Food, 2016.

- IPES FOOD. *Whats makes urban food policy happen*. Insights from five case studies. [S.l.]: IPES-Food, 2017.
- LAMINE, C. “Changer de système”: une analyse des transitions vers l’agriculture biologique à l’échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains et Travaux*, n. 20, 2012, p. 139-156.
- LAMINE, C. *La fabrique sociale de l’écologisation de l’agriculture*. Marseille: Éditions La Discussion, 2017.
- LEITE, S. P. Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de -nancement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458, 2015.
- MAHONEY, J. Path-dependent explanations of regime change: central america in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, 2001, p. 111-141.
- MALASSIS, L. Histoire de l’agriculture, histoire de l’alimentation, histoire générale. *Économie rurale*, n. 184-18, p. 192-1986, 1994.
- MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 4, 2021.
- MUCHNIK, J.; REQUIER-DESJARDINS, D.; SAUTIER, D.; TOUZARD, J. M. Les systèmes agroalimentaires localisés (SYAL): introduction. *Economies et Sociétés*, n. 29, p. 1.465-1.484, 2007.
- MUCHNIK, J. Nourrir le corps humain et le corps social. In: HUBERT, B.; CLÉMENT, O. (org). *Le Monde peut-il nourrir le monde*. [S.l.]: Éd. IRD Quae, 2006.
- NERI, M. C.; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- NIEDERLE, P.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. *Mercados Alimentares Digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.
- ORTIGUES E. Entretiens. *Le Coq-Héron*, n. 115, 1989, p. 58-72.
- PALM, J. *Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos: uma abordagem pragmática territorial e sistêmica na região Serrana Fluminense*. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PARSONS, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. Brief 2. What is the food system? A food policy perspective. In: PARSONS, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. *Rethinking Food Policy: a fresh approach to policy and practice*. London: Centre for Food Policy, 2019.
- PEREIRA-LEITE, S. Politiques publiques et agribusiness: une analyse de la politique de recensement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Economie, Société*, v. 17, p. 433-458, 2015.
- PIÑEIRO, M.; LUISELLI, C.; RAMOS, A.; TRIGO, E. *El sistema alimentario global: una perspectiva desde América Latina*. [S.l.]: Teseo, 2021.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. Rio de Janeiro: Elefante, 2021.

PREISS, P.; SCHNEIDER, S. *Sistemas alimentares no século XXI: uma introdução ao debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, p. 11-24.

RACAUD, S. Coexistence des mondes ruraux et des agricultures dans les Suds. Intégration des relations urbain-rural à l'économie mondialisée : Introduction. *Les Cahiers d'Outre-Mer. Revue de géographie de Bordeaux*, Bordeaux, 2016, p. 15-41.

RASTOIN, J. L. Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire? Introduction. Séance de l'Académie d'Agriculture de France. *Les systèmes alimentaires territorialisés: quelle contribution à la sécurité alimentaire*. Paris: Académie d'Agriculture de France (AAF), 2014 (Jan.).

RASTOIN, J. L. Éditorial. Les systèmes alimentaires territorialisés: considérations théoriques et justifications empiriques. *Économies et Sociétés*, v. XLIX, (11/2015), n. 37, p. 1.155-1.164, 2015. (Série Systèmes agroalimentaires).

RASTOIN, J. L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial*. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques. [S.l.]: Quae, 2010, 565 p.

REDE PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

REQUIER-DESJARDIN, D. *Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés"*. France : Centre d'Economie et d'Éthique pour l'Environnement et le Développement, 2002.

REQUIER-DESJARDINS, D. *Systèmes agroalimentaires localisés et qualification: une relation complexe*. Florianópolis: UFSC, 2007. (Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável).

SABOURIN, E. et al. The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina. *International review of Public Policy*, v. 2, n. 1, 2020.

SABOURIN, E.; GUÉNEAU, S.; COLONNA, J.; SILVA, L. R. T. *Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 75-98.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. [S.l.]: Embrapa, 2008 (Texto para discussão 30).

SCHNEIDER, S. *A Diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TEIXEIRA, M. A. Lutas por justiça alimentar no Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/lutas-por-justica-alimentar-no-brasil/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

Parte 1

Sistemas alimentares e análise das dinâmicas territoriais

A expansão da soja na América do Sul: uma proposta metodológica baseada na abordagem territorial

**Ludivine Eloy
Valdemar João Wesz Junior
Eve Anne Bühler**

Na América do Sul, a rápida expansão da produção de soja está causando e resultando em profundas mudanças na economia, na sociedade, nos sistemas de produção e nos ecossistemas. O objetivo deste capítulo é propor uma metodologia para analisar a dinâmica da expansão da soja a partir de uma abordagem territorial. Propõe, portanto, uma contribuição para a análise dos sistemas alimentares ligados à estruturação de cadeias de valor globalizadas, favorecendo uma abordagem baseada na diversidade das recomposições agrícolas e espaciais locais. Embora o objetivo seja caracterizar os produtores de soja e a diversidade dos atores envolvidos na territorialização da cadeia, no que diz respeito às recomposições setoriais e políticas públicas,

também é importante examinar o futuro dos outros sistemas agrícolas e conhecimentos associados, nos territórios dominados pela soja.

A aceleração da expansão agroindustrial na região desperta um certo interesse nas Ciências Humanas e Sociais. Inspiradas na geografia, sociologia e economia política, as ciências agrárias destacam as diferentes formas de dominação associadas a esta expansão (Wolford, 2005; Svampa, 2015; Oliveira; Hecht, 2018; McKay et al., 2021). Desde a crise de 2008, uma atenção especial tem sido dada à apropriação de terras (Borras et al., 2012; Sauer; Leite, 2012). Estes diferentes estudos enfatizam o papel histórico do Estado na estruturação de setores produtivos e espaços (Heredia et al., 2010; Pompeia, 2020), enquanto denunciam a amplificação das desigualdades socioeconômicas, a superexploração dos recursos e suas consequências em termos de conflitos sociais (Favareto, 2019).

Em termos de dinâmica territorial, porém, este processo é muitas vezes descrito como uma onda neoliberal que englobaria o mundo social. De fato, de acordo com Izá Pereira (2019), a maior parte das pesquisas que abordam o processo de expansão do agronegócio mobiliza apenas grandes escalas, produzindo representações homogêneas. Além disso, ao levar em conta apenas a localização das empresas e o mercado das terras, muitas vezes o espaço não é considerado como um território que contém uma história, uma diversidade de recursos e de relações de poder (Izá Pereira, 2019).

Por outro lado, não há consenso sobre esta abordagem totalizante da expansão do agronegócio. Vários geógrafos e sociólogos exploram a ideia de que, apesar de ser um fenômeno rápido, baseado em modos de produção padronizados e relações de poder assimétricas herdadas da era colonial, a expansão do modelo do agronegócio se baseia em padrões espaciais heterogêneos, imprevisíveis ou mesmo concorrentes, e em relações sociais complexas e contraditórias, compostas de negociações, alianças e produção de conhecimento, revelando uma diversidade de atores e práticas (Wesz Jr., 2016b; Eloy et al., 2020; Nicolas-Artero, 2020; Gautreau, 2021).

Por exemplo, desde os anos 2000, vários países latino-americanos experimentaram um desenvolvimento sem precedentes de seus setores agroindustriais, ao mesmo tempo em que se estabeleceram como centros globais de experimentação de políticas ambientais (Zimmerer, 2011), associado ao reconhecimento dos saberes e dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e das populações tradicionais (Santilli, 2005; Perrier Bruslé, 2017).

A ideia de um “consenso das *commodities*” caracteriza, assim, o paradoxo dos governos progressistas da América do Sul nas últimas décadas, que combinaram o desenvolvimento agroextrativista com a promoção da participação social e das políticas ambientais (Svampa, 2015). Desde 2016, em-

bora os “freios” legais e econômicos à expansão agroindustrial pareçam estar se desfazendo um após o outro, particularmente no Brasil (Sabourin et al., 2020; Oviedo et al., 2021), as questões socioambientais estão se tornando cada vez mais importantes nos territórios: prova disso é que elas estão no centro dos discursos e estratégias dos *lobbies* do agronegócio (Brannstrom, 2005 ; Rajão et al., 2020; Da Silva et al., 2021).

Além disso, a heterogeneidade é uma característica estrutural do desenvolvimento agrário; ela reflete a coexistência de múltiplas formas sociais no mesmo contexto (Long, 2001). De fato, pode-se constatar que a globalização não padronizou os modos de produção agrícola nos territórios, apesar da ampla circulação de modelos (revolução verde, industrialização, agroecologia) (Gasselin et al., 2021).

Argumentamos, portanto, que é necessário estudar as estratégias locais mobilizadas pelas empresas para estruturar cadeias agroindustriais ligadas ao mercado global, considerando a) que o território é o lugar onde se articulam diversas lógicas e atores, suas contradições internas, incluindo diferentes formas de resistência local a essa expansão; b) os desafios socioambientais, que vão além da superexploração dos recursos naturais pelo agronegócio e dos conflitos de acesso a esses recursos.

Alinhado com as pesquisas sobre a “territorialização da apropriação de terras” (Izá Pereira, 2019), consideramos o território como um espaço multidimensional e multiescalar, constituído por relações de poder (Raffestin, 1986). Iremos nos concentrar em três subtemas, baseados em experiências obtidas em pesquisas anteriores em diferentes regiões (Paraguai, Mato Grosso, Pará, Roraima, Matopiba).

1) Primeiramente, a abordagem territorial nos permite explorar empiricamente a questão-chave do acesso e apropriação dos recursos naturais. É necessário estudar como as empresas atuam concretamente nos territórios, legal ou ilegalmente, os atores envolvidos nestas transformações e até que ponto elas estão enraizadas nos processos históricos locais. A abordagem territorial também torna possível abordar os efeitos sociais e possivelmente conflitantes das mudanças na distribuição de terras.

2) Em segundo lugar, revela a diversidade dos atores em ação na estruturação das cadeias e, em particular, em sua ancoragem no território. Estes são atores diversos, alguns dos quais muito diferentes dos estereótipos comuns do agronegócio: como esta diversidade funciona, a serviço de quais interesses e com que tipo de estratégias locais de enraizamento?

3) Em terceiro lugar, é nos territórios que podemos observar as interfaces entre os espaços cultivados com soja e suas margens. Os arranjos

produzidos pela articulação da dinâmica global com configurações locais preexistentes produzem espaços diferenciados que produzem uma fronteira heterogênea. A abordagem territorial nos permite explorar a relação entre o agronegócio e outras modalidades de uso e ocupação de espaço.

Para analisar essas três dimensões e suas articulações, defendemos uma abordagem multiescalar, multissituada e interdisciplinar que se concentre na diversidade das lógicas de atores que operam em um território definido.

Para cada dimensão, vamos dar exemplos, com métodos e resultados de diferentes trabalhos de campo recentes. Reunimos propostas metodológicas concretas em três quadros (“pontos metodológicos”): eles visam orientar e facilitar a coleta e o processamento de dados para trabalhos futuros. Assim, mostraremos que, apesar das semelhanças gerais nas formas recentes de expansão da soja, surgem diferenças importantes entre territórios e entre produtores, por isso a importância de analisar a história agrária e espacializar os fenômenos nos territórios estudados.

A nova realidade da expansão da soja na América do Sul

As primeiras sementes de soja chegaram à América do Sul no final do século XIX, mas a cultura permaneceu experimental até meados do século XX, sem importância econômica ou expressividade territorial (Du Bois et al., 2008). Nos anos 1950 e 1960, a soja foi utilizada em rotação com o trigo, principalmente no Brasil (Wesz Jr., 2016a). Na Argentina, entidades oficiais (universidades, Inta e Ministério da Agricultura) e privadas (empresas de óleo e sementes) formaram a Rede Nacional da Soja, em 1964, para estimular esta cultura (Dougnaç, 2013). Entre 1970 e 1990, a área cultivada com soja aumentou de 1,4 milhões para 17,7 milhões de hectares na América do Sul, com uma forte participação do Brasil (61,7 % do total) e da Argentina (31,4 %) (Faostat, 2021) (Figura 1).

Entretanto, o chamado “boom da soja” ocorreu entre meados dos anos 1990 e 2016, com um aumento impressionante na área colhida, de 15,3 para 58,6 milhões de hectares (+230 %). O Brasil é o país onde a soja absorve a maior área (61,4 % do total em 2019), seguido pela Argentina (28,4 %), Paraguai (6,1 %), Bolívia (2,4 %) e Uruguai (1,7 %). (Figura 1). Nas últimas seis safras, a produção na América do Sul foi superior a 170 milhões de toneladas, com um rendimento médio entre 2,8 e 3,2 toneladas por hectare (Faostat, 2021).

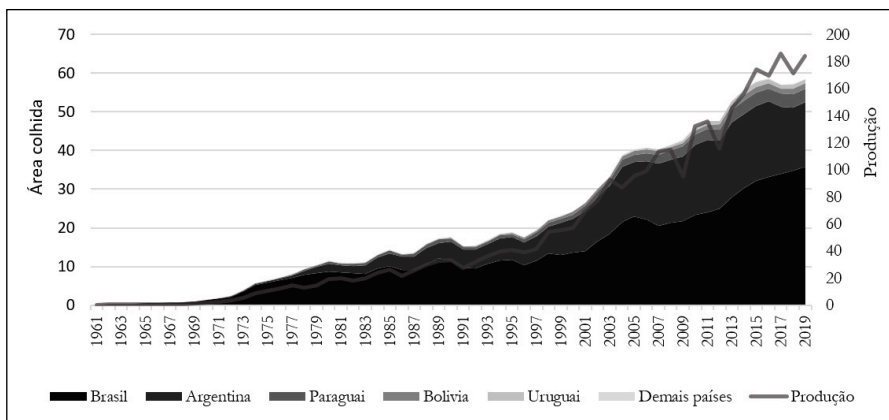


Figura 1 – Área colhida de soja por país (em milhões de hectares) e produção total (em milhões de toneladas) na América do Sul (1961 – 2019).

Fonte: Faostat (2021).

A cultura se espalhou por diferentes territórios (Figura 2). Enquanto nos anos 80 estava mais presente no sul do Brasil e nos pampas úmidos da Argentina, na safra 2010/11 a expansão atingiu novas áreas, como a parte norte-central da Argentina e do Brasil (principalmente as áreas do Cerrado), oeste do Uruguai, leste do Paraguai e da Bolívia. Atualmente, estes cinco países consolidaram sua posição como a principal área de produção mundial, representando em 2019 48,5 % da superfície mundial e 55,2 % da produção, números que não chegaram a 5 % em 1970. Além disso, a América do Sul desempenha um papel fundamental no comércio exterior, com o Brasil liderando as exportações mundiais de soja em grão e a Argentina de óleo e farelo (Faostat, 2021).

A expansão da soja na América do Sul está ligada à incorporação, em escala global, desta oleaginosa na produção de óleo vegetal e proteína para alimentação animal, o que tem tido um efeito de alavancagem na demanda internacional e seu preço (Faostat, 2021). Ao mesmo tempo, os estados nacionais têm desempenhado um papel fundamental na disseminação desta cultura, criando uma série de incentivos para sua produção, incluindo políticas públicas de crédito rural, inovação tecnológica, colonização e a criação de novos canais de distribuição (Colque Fernández, 2014; Leite; Wesz Jr., 2014; Correia, 2019). Ao mesmo tempo, as empresas transnacionais estão aprofundando e intensificando suas operações em diferentes pontos da cadeia e em diferentes países simultaneamente (Wesz Jr., 2016b), empregando importantes inovações tecnológicas e sócio-organizacionais (Guibert et al., 2011; Bühler et al., 2016).

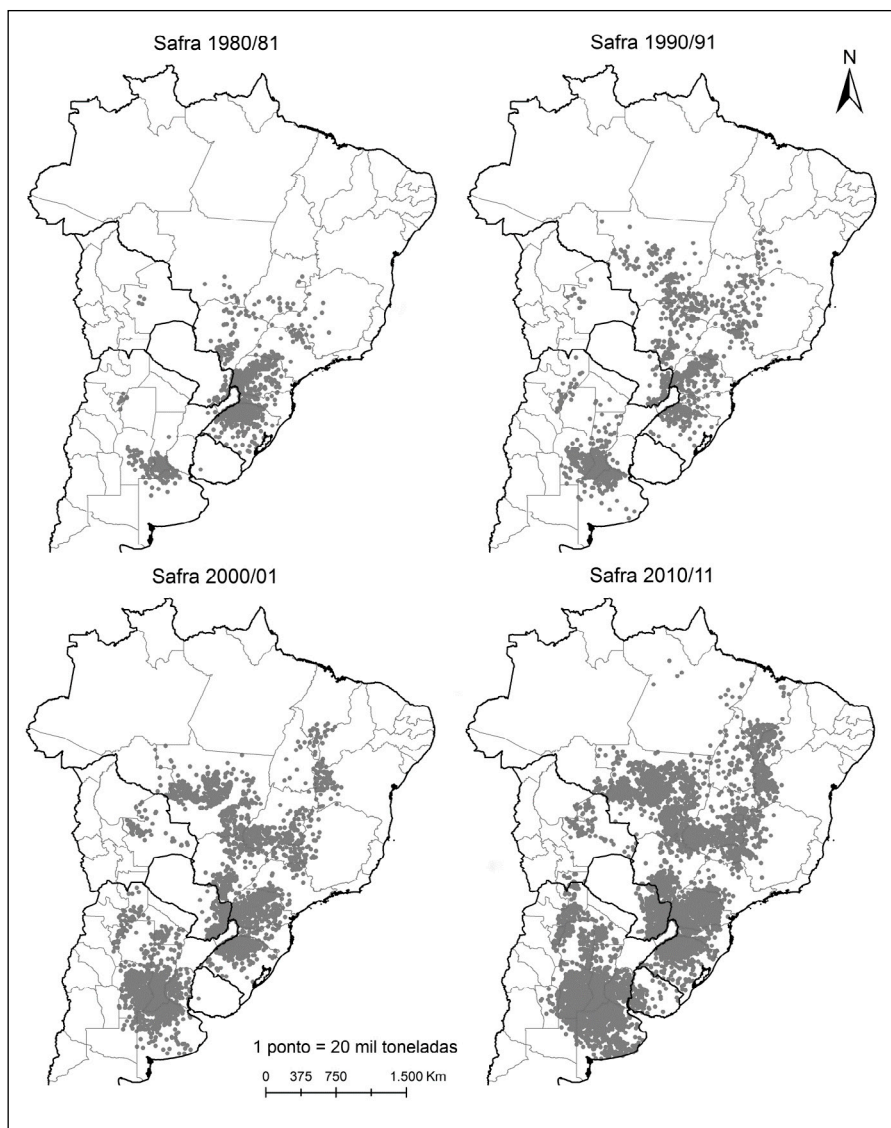


Figura 2 – Produção de soja no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

Fonte: Wesz Jr. (2016).

Neste contexto, as grandes empresas agrícolas, “mega-empresas” (Sosa, 2017) ou *mega farms* (Pereira, 2016) estão se espalhando. De acordo com Sosa (2017), estes termos referem-se ao fato de que eles têm maiores volumes de produção em comparação com outros, além de terem acesso privilegiado

aos mercados financeiros internacionais, combinado com o uso de tecnologias avançadas nos processos de tomada de decisão e produção, fundamentais na constituição de economias de escala. Estas não são apenas questões quantitativas (número de hectares, volume de produção, faturamento), mas também qualitativas (em particular, o tipo de diversificação territorial e a ligação com o capital estrangeiro). Ambos os aspectos interagem: quanto maior a área controlada em vários países, maiores são as chances de obtenção de financiamento externo, o que aumenta as possibilidades de expansão (Sosa, 2017). A financeirização da produção de soja reforça e se baseia nestas inovações, promovendo a integração vertical da cadeia:

[...] esses investidores não apenas emprestaram dinheiro para que as megaempresas desenvolvessem seus projetos produtivos, mas também se integraram à sua estrutura societária. O ingresso desses fundos financeiros permitiu a capitalização das empresas para a aquisição de terras, a instalação de estruturas de processamento, armazenamento e comercialização. (Frederico; Gras, 2017, p. 27).

Assim, nas últimas duas décadas, os territórios sul-americanos são marcados pela consolidação do poder econômico e político dos agentes do agrogócio, com destaque aos atores da soja. Estes uniram forças para ampliar sua influência sobre o Estado, tanto em questões setoriais como também em questões mais amplas, tais como questões indígenas, ambientais, agrárias, trabalhistas e alimentares (Pompeia, 2020). Entretanto, ao mesmo tempo, várias organizações multiplicaram e organizaram protestos contra este modelo produtivo mobilizado pela soja e seus efeitos nos territórios (Silva, 2014; Wahren, 2016; Guzmán Narváez, 2017; Izá Pereira, 2019).

Ponto metodológico 1:

Trabalho de campo a partir de uma perspectiva territorial

O estudo da expansão da soja e seus efeitos territoriais não pode ser restrito a visitas improvisadas a fazendas e reuniões com produtores de soja. O trabalho de campo deve permitir a observação da diversidade dos atores públicos e privados, suas relações, os efeitos que produzem sobre outros grupos sociais ou, ainda, sobre as trajetórias territoriais e empresariais.

A preparação do trabalho de campo requer a consulta de diferentes fontes para entender a história agrária, as políticas agrícolas, as normas e leis que regulamentam o setor e a geografia local, tendo em mente que

as configurações atuais são moldadas por um passado, por instituições e por relações de poder entre grupos sociais.

Para delimitar as áreas de estudo, é necessário retornar aos objetivos de cada projeto de pesquisa e tentar cobrir os lugares e situações de observação mais representativos possíveis, tendo em mente que a abordagem territorial requer escalas variadas. A amostra inclui, portanto, uma diversidade de atores (agrícolas e não agrícolas), localizados em diferentes cadeias e paisagens agrárias. Um procedimento interessante consiste em selecionar alguns atores-chave nos setores e segui-los para descrever suas práticas, localidades e territorialidades, o que pode levar a campos multi-situados.

As transformações das empresas estão levando-as a controlar melhor sua comunicação, a exigir compromissos às vezes semelhantes aos praticados em outros círculos empresariais, sem esquecer que a crítica social ao agronegócio alimenta uma certa desconfiança de seus atores em relação aos pesquisadores. Além disso, proprietários, gerentes e trabalhadores são frequentemente mais fáceis de encontrar na cidade do que na fazenda. Por estas razões, a participação em reuniões profissionais, feiras e mercados agrícolas ou dias de campo é uma boa maneira de fazer contato com agricultores e conhecer outros atores da cadeia. Nesses eventos, é possível fazer entrevistas exploratórias, observar fatos e registrar discursos. Você também pode ser apresentado aos produtores através de seu círculo profissional, tal como fornecedores de equipamentos agrícolas, técnicos e engenheiros agrícolas, ou organizações setoriais. Os eventos festivos oferecem, ainda, uma oportunidade para conhecer os parentes dos agricultores e reunir informações fora da estrutura formal da entrevista ou do questionário.

No território, pense na ordem das entrevistas, começando pelas pessoas mais antigas que conhecem a história agrária (se possível, faça uma leitura paisagística ou uma leitura de mapa com elas), bem como os atores-chave da cadeia em nível local (formuladores de políticas públicas, intermediários comerciais etc.). Tente conversar, mesmo que informalmente, com outros atores ligados ao setor, tais como gerentes e técnicos de empresas, transportadores, agentes imobiliários, seguradoras, assessores jurídicos, sindicatos e movimentos sociais. A partir destes primeiros encontros, pode-se construir uma amostra “por bola de neve”, na qual cada interlocutor indica novas pessoas. Deve-se, então, tomar cuidado para compartimentar cada ambiente social, evitando revelar aos demais

o que qualquer um deles possa ter dito e não se envolver muito visivelmente com atores em conflito uns com os outros. Além de entrevistas, coletar o maior número possível de registros e documentos, tais como fotografias (tomando as precauções usuais), folhetos, revistas profissionais, relatórios e estudos técnicos, comunicados de empresas etc.

Na fazenda, os questionários nem sempre são bem recebidos, especialmente no primeiro contato. Por outro lado, visitas guiadas e conversas sobre a história do agricultor e de sua empresa, sua vida diária, inovações técnicas ou desafios são mais bem aceitos e fornecem muitas informações úteis. Numa segunda fase, um questionário ou uma entrevista mais fechada podem ser utilizados para obter dados sistemáticos (itinerários técnicos, rotas de migração, organização empresarial, relações familiares etc.).

Explorar as modalidades de acesso e apropriação de recursos

A expansão do agronegócio na América do Sul não seria possível sem uma redistribuição maciça do controle sobre os recursos naturais. Ao ganhar novas áreas, a agricultura em larga escala está causando profundas mudanças na forma como os recursos são utilizados e alimenta uma corrida para sua apropriação. Em áreas agrícolas consolidadas, o avanço se faz principalmente através da conversão de pastagens e de policultura para sistemas de cultivo mais intensivos. Em novas regiões agrícolas, a soja se expande através do desmatamento, como no Cerrado e na Amazônia (Pendrill; Persson, 2017), seja diretamente ou empurrando para frente a fronteira da pecuária (Arima et al., 2011).

Estas dinâmicas espaciais estão associadas a dinâmicas sociais: a competição pelo acesso aos recursos expulsa alguns dos atores agrícolas para fora dos territórios, ao mesmo tempo que outros consolidam sua posição e que novas empresas se instalam. Enquanto o setor confirma sua atratividade, o mercado imobiliário rural se aquece e torna-se mais internacional. Pesquisas sobre empresas financiarizadas ou estrangeiras nas novas regiões agrícolas mostram que a especulação fundiária e a captura da renda são centrais para as estratégias desses atores, que buscam terras de baixo valor, em pousio ou com vegetação natural, para cultivá-las e revendê-las a um preço alto (Fernandes et al., 2019; Kato; Pereira Leite, 2020).

Todas estas dinâmicas colidem e coexistem nas regiões das frentes agrícolas (Frederico; Almeida, 2019): agricultores familiares em busca de novas terras e possivelmente fugindo da pressão fundiária de regiões com agricultura mais consolidada; empresas agrícolas locais que desejam fortalecer sua posição e capturar renda fundiária; atores ou capital estrangeiros atraídos pela perspectiva de lucro ao atuar simultaneamente nos mercados agrícolas e fundiários (Fairbairn, 2014; Fernandes et al., 2019); populações que estão presentes há muito tempo (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros, gerazeiros etc.) e que veem seu modo de vida e seu território ameaçados. No mesmo espaço, convivem atores com capacidades muito desiguais para alcançar seus objetivos, seja em termos de acesso às informações territoriais, de poder político e econômico ou de controle dos diferentes circuitos que permitem o acesso à terra e aos recursos locais.

Um dos desafios da pesquisa é identificar os arranjos locais que permitem a chegada e a consolidação dos atores da cadeia em um território. De acordo com Izá Pereira (2019), o controle do território pelas empresas agrícolas ocorre de duas formas distintas: 1) através da territorialização, ou seja, a apropriação de terras (em diferentes modalidades) para a produção agrícola, a extração de recursos ou a especulação; 2) através da territorialidade, onde o capital não se apropria diretamente do território, mas sim de seu uso para um determinado fim. Esta concepção ampla é importante porque as formas e os mecanismos de controle estão se tornando cada vez mais sutis e sofisticados (Borras; Franco, 2012; McKay et al., 2021). Existem formas de acesso direto à terra, através de transações de compra e venda, arranjos de arrendamento ou de parceria, ou formas indiretas, como a contratualização (Swinneen; Maertens, 2007). Embora a agricultura sob contrato não seja generalizada na soja, ela é utilizada para contornar barreiras legais, tais como aquelas que proíbem a venda e o arrendamento em assentamentos administrados pelo Incra, ou em Territórios Indígenas (Dos Santos, 2014; Nascimento, 2017). Além desses casos bastante clássicos, há também um conjunto de configurações intermediárias nas quais as empresas mantêm relações de domínio sobre outros agricultores a fim de obter o controle de suas terras. Os casos de intimidação dos produtores para forçá-los a abrir mão de sua propriedade são, a este respeito, bem conhecidos e documentados pelos movimentos sociais (ver os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra ou os relatórios da ONG Grain). O endividamento, por outro lado, não é tão bem identificado. No entanto, coloca os agricultores endividados sob o controle de empresas mais poderosas que:

1) garantem a si mesmas um controle sobre os sistemas de produção, impondo certas técnicas, variedades e escolhas econômicas;

2) podem manter uma relação de superendividamento do agricultor/empresa familiar no intuito de recuperar parcelas de terra em condições privilegiadas para liquidar os pagamentos em atraso.

Finalmente, outro método consiste, para os atores de fora do território, em unir forças com empresas locais (compra de ações, *joint ventures*, criação de filiais com capital compartilhado etc.) para garantir a colaboração de atores que conhecem bem o lugar e estão imersos nas redes locais (Frederico; Almeida, 2019). Essas colaborações os evitam de investir em áreas sensíveis e lhes permitem mobilizar um apoio importante em caso de conflito. A fim de detectar estas situações, é, portanto, essencial conhecer e estudar as relações entre os diferentes atores presentes.

Outra prática generalizada perto das fronteiras agrícolas é a grilagem, que consiste na apropriação ilegal de terras através da intervenção de agentes especializados na falsificação ou regularização de títulos duvidosos (AATR, 2017; Oliveira, 2020). Portanto, é compreensível que o desafio para as empresas não seja apenas encontrar a melhor terra, mas também operar dentro de uma estrutura que ofereça relativa segurança jurídica, em particular para poder revender sua propriedade a qualquer momento e em um mercado mais amplo.

Entretanto, desde a revisão do Código Florestal em 2012, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) se tornou um componente-chave da apropriação ilegal de terras. Construído como um dispositivo ambiental, o CAR é, também, amplamente utilizado para regularizar apropriações indevidas. Em regiões onde a malha fundiária ainda não está totalmente registrada no cadastro rural, ele pode ser usado como um documento fundiário (Daugeard, 2021), um elemento de “prova” da ocupação e exploração de terras dentro de limites que são georreferenciados pelo próprio proprietário. Onde não existem registros de terra mais precisos, esse georreferenciamento é aceito pelos serviços estatais (Incra), em contradição com a lei.¹ O fraudador, portanto, declara um CAR para terras exploradas ilegalmente junto as entidades responsáveis, as quais, se não forem observadas irregularidades gritantes (como sobreposições excessivas, reclamações ou localização em áreas protegidas), o registram. Uma vez registrado, o CAR se torna um documento oficial que os produtores acrescentam à documentação de suas terras. O acesso à informação espacial e às administrações é, portanto, uma importante garantia do

¹ O artigo 29 da Lei 12.651/2012 sobre o novo Código Florestal exclui o uso do CAR para o reconhecimento de direitos sobre a terra.

sucesso dessas ações e, por outro lado, cria desigualdades com as populações que podem estar presentes na área sem ter tomado as medidas necessárias para que seus direitos sejam reconhecidos.

O CAR torna-se assim o instrumento de uma dupla regularização: a regularização ambiental, que dá acesso a um conjunto de políticas públicas (empréstimos agrícolas, benefícios sociais, autorizações para desmatamento, outorgas da água) e estabelece um precedente que permitirá, se necessário, justificar posteriormente um direito de posse ou de propriedade sobre um lote de terra; o desmatamento de terras públicas, mesmo dentro de áreas protegidas (Oviedo et al., 2021), ou mesmo a regularização fundiária quando está associada a outros documentos. Políticas públicas e financiamento internacional reforçam este duplo efeito, organizando a regularização ambiental em paralelo com a regularização fundiária e mantêm uma visão embaçada dos limites de cada dispositivo (Daugeard, 2021). O projeto FIP CAR, financiado pelo Banco Mundial e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi implementado, em certos casos, ao mesmo tempo que os programas de regularização fundiária administrados pelos estados federados, também financiados por organizações internacionais, por exemplo, no Piauí. Os projetos de lei em discussão no parlamento, conhecidos como MP da grilagem, que são regularmente atualizados, consagram esta abordagem de dupla regularização e promovem a apropriação de terras (Chiavari; Lopes, 2017).

De modo mais geral, o Código Florestal faz parte de um conjunto de normas recentes com efeitos insidiosos que reformulam gradualmente a regulamentação ambiental, apoiando-se em grande parte na descentralização de instrumentos de gestão e documentos auto declaratórios, e que favorecem o desmatamento (Rajão et al., 2020; Oviedo et al., 2021). Nesta linha, a administração municipal é autorizada a conceder autorizações aos agricultores para supressão da vegetação nativa, embora o poder local esteja muitas vezes nas mãos destes últimos em áreas agrícolas. Os efeitos ambientais e fundiários destes processos deixam poucas dúvidas, como no município de Uruçuí (PI), onde a administração ambiental municipal foi inteiramente construída pelo secretário local de agricultura, ele próprio um agricultor (fonte: pesquisa de campo, dezembro de 2019). Em Roraima, a simplificação da regularização ambiental desde 2009, inicialmente concebida para a agricultura familiar, permitiu de fato a constituição e regularização gradual de grandes fazendas (Figura 3). Nesses casos, a abordagem territorial é novamente importante para compreender a forma como a interação dos atores afeta simultaneamente os diversos mecanismos que, supostamente, deveriam regular as práticas do setor, mas que, de fato, favorecem seu controle sobre os recursos.

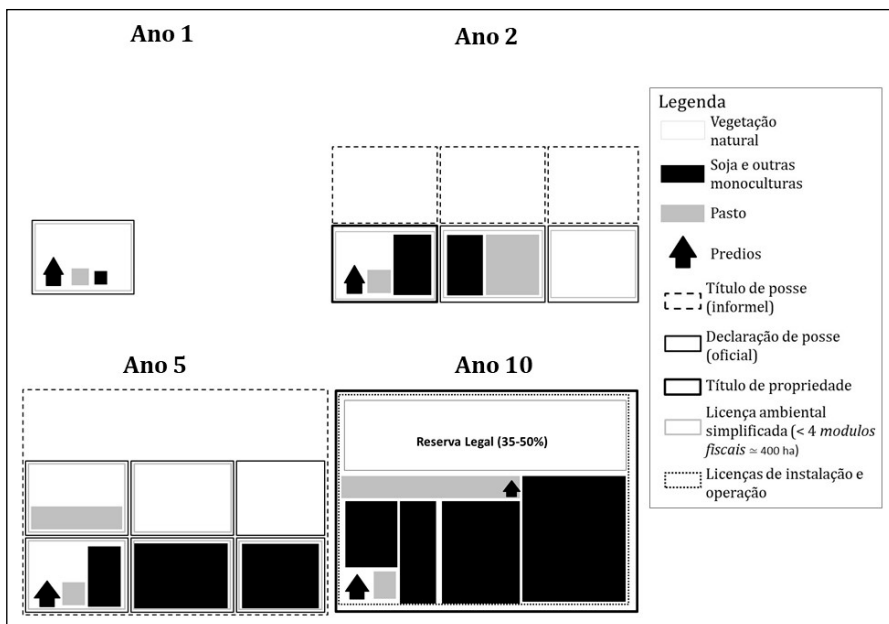


Figura 3 – O processo de regularização ambiental e fundiária progressiva em Roraima.

Fonte: Adaptada de Eloy et al. (2019).

Ponto metodológico 2:

Diferenciar os produtores de soja e os demais atores da cadeia

Para preparar a pesquisa de campo, é preciso procurar informações sobre os diferentes tipos de populações presentes no território, tendo o cuidado de diversificar as fontes. Os relatórios das ONGs e os *websites* das associações profissionais e da sociedade civil organizada são muito úteis para identificar os atores e objetos das controvérsias locais. As estatísticas econômicas e os censos também fornecem informações valiosas. Finalmente, bancos de dados georreferenciados, como o CAR e o Cadastro Rural (cadastro fundiário), permitem observar a estrutura fundiária e os espaços reservados nas propriedades. Compará-las revela propriedades sobrepostas, lacunas no mapa ou incongruências que podem, por exemplo, ajudar na escolha de locais para pesquisas de campo.

Em qualquer território, existem **diferentes tipos de empresas**, algumas próximas à agricultura familiar, outras chamadas patrimoniais de capital familiar ou, ainda, empresas de investimento (Bühler; Oliveira,

2013). Saber observar estas diferenças e ter critérios para caracterizá-las significa ter ferramentas analíticas que nos permitem ultrapassar uma visão binária, que opõe um setor empresarial unido, dominante e homogêneo a uma agricultura camponesa igualmente homogênea. Cada um pode construir sua própria tipologia, dependendo de seu tema e das especificidades dos atores locais. Para isso, pode-se utilizar critérios tais como a escala de produção, a origem, a estrutura e o montante do capital, assim como a localização das diferentes componentes da empresa, ou as modalidades de gestão e os objetivos perseguidos. Gráficamente, a construção de um organograma da empresa ajuda a organizar as informações e torná-las inteligíveis para o leitor. O arranjo fundiário (disposição e estatuto das parcelas da fazenda ou do grupo de fazendas) corresponde frequentemente a um arranjo financeiro e a um organograma da empresa que é importante entender como um todo.

Para compreender a **localização das empresas**, pode-se observar o status fundiário e as modalidades de controle da terra de cada tipo de fazenda, e então identificar os recursos-chave para cada um deles. Em complemento, é possível traçar a trajetória das empresas, suas estratégias de acesso à terra e identificar os agentes, as atividades e as paisagens que elas transformaram.

Posto que existe uma diversidade de produtores de soja, existe também uma grande **variedade de atores na cadeia**. Neste sentido, é importante prestar atenção à origem das empresas, ao período de chegada na região, às atividades em que operam, aos lugares onde estão presentes, às formas de relacionamento etc. Estas características se refletem nas estratégias, interesses e intenções da empresa, assim como na forma como ela está inserida nos territórios. Estas informações permitem compreender quais agentes intermediários públicos e privados facilitaram a instalação dos produtores de soja.

Finalmente, é necessário cautela quando se trata de questões sensíveis que envolvem a imagem, probidade ou responsabilidade legal dos entrevistados. Deve-se ter cautela na construção das perguntas, que não podem ser muito diretas; deve-se também ter cautela ao levar em conta as informações recebidas. É necessário prever mecanismos de pesquisa que permitam a verificação cruzada dos dados e a obtenção de informações através de canais paralelos, para verificar sua consistência. O uso de perguntas práticas e tangenciais ao tema de pesquisa é uma técnica comprovada para remover barreiras e abordar questões difíceis sem nomeá-las.

Os atores da cadeia

A cadeia da soja é formada por um conjunto diversificado de atores. De acordo com a classificação mais comum, além dos produtores, existem empresas a montante e a jusante. O segmento a montante refere-se a fatores de produção, tais como máquinas, equipamentos e insumos (sementes, fertilizantes). A montante também estão os comerciantes de insumos, que geralmente oferecem estes produtos de maneira agregada ao produtor, bancos (financiamento de produção) e assistência técnica. O segmento a jusante refere-se ao fluxo de produção e processamento até o destino final. Os atores são transportadores, silos, cooperativas, agronegócios, empresas comerciais etc. (Pinazza, 2007). Apesar da aparência segmentada e linear, uma análise mais detalhada da cadeia de mercadorias no nível territorial nos permite identificar situações mais complexas e plurais.

Antes de tudo, porque alguns atores estão simultaneamente em diferentes estágios da cadeia. Além do comércio internacional, os principais exportadores de soja (Bunge, Cargill, ADM, Dreyfus e Cofco) oferecem seus próprios fertilizantes aos produtores rurais, possuem agroquímicos e sementes provenientes de empresas parceiras, fornecem crédito e assistência técnica, armazenam a safra e possuem agroindústrias próprias que produzem óleo e bagaço, além de biodiesel. Outro exemplo é o grupo Amaggi, que é ainda mais verticalizado: tem suas próprias áreas de produção de soja, uma empresa de sementes e investe na produção de energia. No Paraguai, o Grupo Favero, o maior produtor de soja do país, tem atividades similares à Amaggi, acrescentando a venda de máquinas (Wesz Jr., 2016a; 2021). Além disso, os revendedores de insumos não estão limitados a montante, pois muitos deles também operam no armazenamento e comércio de grãos, e até mesmo na exportação. Neste sentido, a segmentação montante/jusante perde um pouco do seu significado e relevância analítica quando o foco muda de produtos e serviços para atores cujas relações são não lineares (Figura 4).

Em segundo lugar, os diferentes tipos de produtores de soja são posicionados de maneiras diferentes na cadeia. Dependendo do perfil do produtor, altera-se a origem dos insumos, os serviços que ele utiliza, o local de armazenamento, o modo de comercialização, entre outras coisas (Figura 4). Há também variações de acordo com a localização, as empresas presentes, o contexto setorial, o tipo de produto (soja OGM, convencional, orgânica), entre outros. Neste sentido, várias cadeias de soja coexistem no mesmo território.

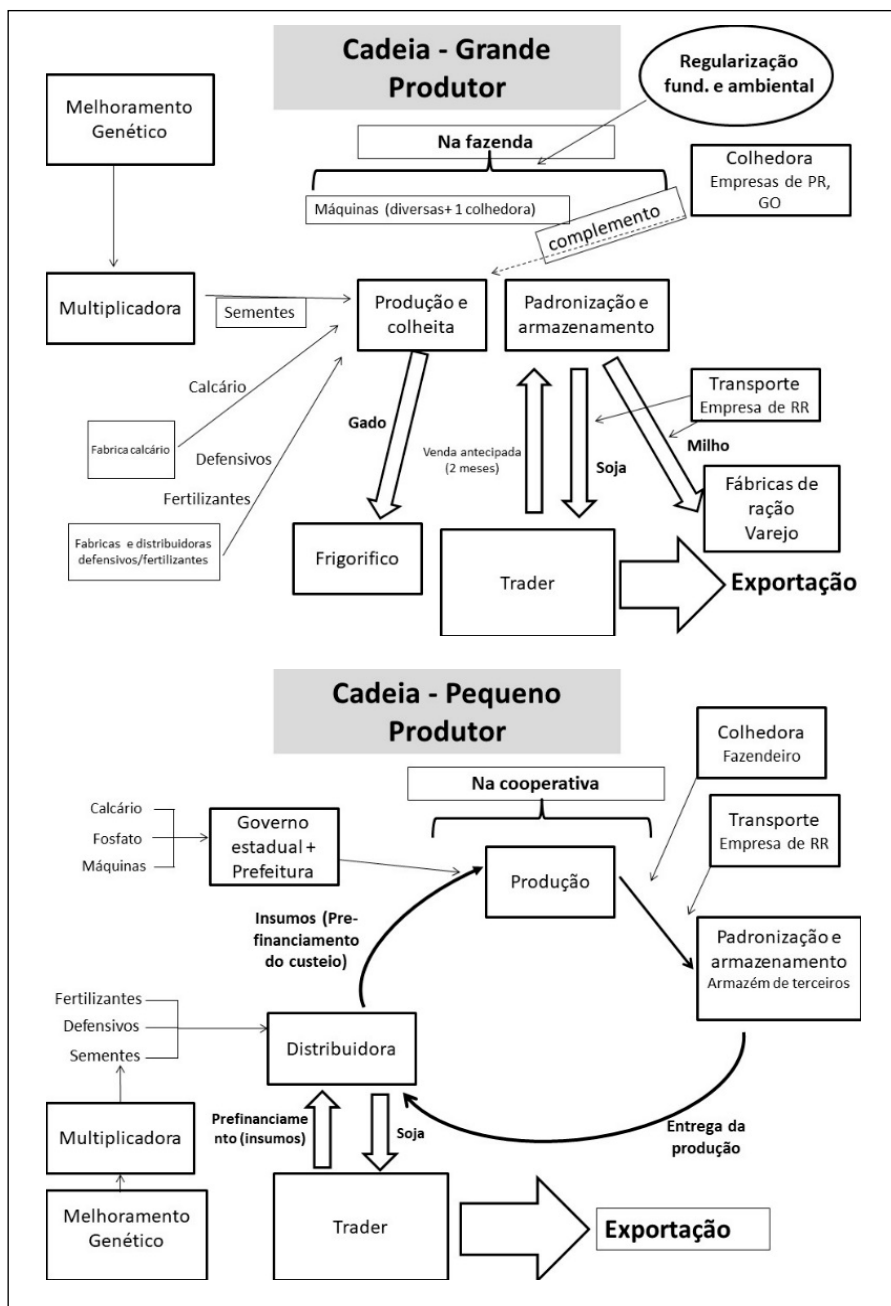


Figura 4 – Inserção dos produtores na cadeia da soja em Roraima: a) agricultores familiares, b) empresas patrimoniais (grandes produtores).

Fonte: Adaptada de Eloy et al. (2019).

Finalmente, a dinâmica das cadeias ocorre de forma diferente conforme as regiões, com efeitos distintos sobre os territórios e seus sistemas agroalimentares. A produção de soja no noroeste do Rio Grande do Sul, iniciada há mais de 70 anos, conta com a forte participação de agricultores e cooperativas familiares e com o apoio do crédito agrícola público (Andrioli, 2016). A situação no oeste da Bahia é muito diferente, pois predomina a produção em larga escala, com a presença de produtores estrangeiros e empresas transnacionais (Bühler; Oliveira, 2013). Em Roraima, por outro lado, a produção é muito mais recente, com poucas empresas e dificuldades de acesso a insumos e infraestrutura (Eloy et al., 2019). Neste caso, além do papel central do Estado na promoção do setor de soja para atrair investidores (organização de eventos, parcelas experimentais, subsídios, infraestrutura), empresas “intermediárias” (venda de insumos, assistência técnica, regularização ambiental e fundiária) estão assumindo o mesmo papel que as cooperativas desempenharam no desenvolvimento da cadeia da soja em Mato Grosso nos anos 1980 (Jepson, 2006). Além do Brasil, existem situações ainda mais díspares, como no leste do Paraguai (Wesz Jr., 2021) ou na região de Santa Cruz da Bolívia (McKay et al., 2021), apesar da predominância de atores brasileiros.

O outro lado da fronteira agrícola: as margens da soja

O *boom* da soja está invadindo territórios ocupados por povos indígenas, quilombolas e tradicionais, bem como por agricultores familiares, cujo modo de vida é baseado em sistemas de produção complexos. A maioria desses agricultores, que se estabeleceram muito antes do advento da soja, não têm título de propriedade da terra e estão em uma situação de insegurança fundiária permanente (Barreto, 2012). Como a expansão da soja e a construção de políticas socioambientais ocorreram simultaneamente desde a década de 1990, muitas comunidades encontram nas áreas protegidas um lugar de “refúgio”. Entretanto, a proximidade da fronteira da soja torna seus sistemas produtivos e os conhecimentos ambientais associados particularmente invisíveis e questionados (Eloy et al., 2016).

No Brasil, vários trabalhos destacam a resistência e adaptação dos sistemas agrícolas tradicionais frente à urbanização, aos novos mercados e às políticas sociais (Adams et al., 2013; Emperaire; Eloy, 2015), mas poucos trabalhos exploram as condições de coexistência entre diferentes sistemas produtivos na fronteira da soja, onde muitos pesquisadores consideram estes sistemas agrí-

colas como extintos ou condenados a desaparecer, descrevendo-os como improdutivos, “sobreviventes”, “isolados”, “à margem das atividades agrícolas” ou “não integrados ao mercado” (Lamarche, 1993; Guanziroli, 2001). Entretanto, um sistema alimentar alternativo se desenvolveu nos interstícios das plantações desde o período colonial (Wanderley, 2014; Carney, 2020).

Portanto, parece importante estudar as interfaces entre a agricultura industrial e outros sistemas agrícolas, identificando “interstícios” da soja, ou seja, espaços utilizados de forma diferente, no meio de paisagens dominadas por monoculturas: como evoluem as práticas de cultivo, as espécies e as paisagens nestes espaços? Quais interações existem com os produtores de soja? Que formas de reconhecimento e/ou desqualificação dos conhecimentos tradicionais se produzem?

Nosso trabalho no Matopiba (Oeste da Bahia e Jalapão) mostra que a conjunção entre políticas de desenvolvimento agrícola, investimentos do agronegócio e políticas de conservação da biodiversidade contribui para a criação contemporânea dos interstícios de soja (Eloy et al., 2016; Eloy et al., 2020). De fato, os produtores de soja preferem os planaltos (*chapadas*), onde a topografia e as condições climáticas são propícias à agricultura mecanizada. Estes planaltos costumavam ser áreas de uso comum, utilizadas como pastagens para gado e extrativismo vegetal. Quando as empresas agrícolas se mudaram, as comunidades camponesas perderam o direito de usar as chapadas e intensificaram o uso das áreas florestais nos fundos dos vales.

Paralelamente, desde os anos 2000, as políticas para a proteção do Cerrado têm se manifestado por duas medidas principais: a aplicação rigorosa do Código Florestal e a criação de Unidades de Conservação (UCs). A delimitação das UCs correspondeu principalmente com as terras baixas, com relevo acidentado, adequadas para o turismo (cachoeiras, cavernas, florestas), mas não para a soja. Os produtores de soja têm feito o mesmo com a delimitação de suas Reservas Legais (RL) e Áreas de Proteção Permanentes (APP), através da CAR. Nas UCs, o Estado tem se concentrado na proibição de práticas produtivas consideradas como predatórias (pecuária, caça, pesca, fogo) e no controle de incêndios, deixando de lado outros grandes problemas ambientais (como a sobre-exploração da água e o desmatamento fora das UCs) (Eloy et al., 2016).

Portanto, as políticas ambientais no Cerrado focalizam-se sobre restrições em áreas inadequadas para o cultivo de soja (encostas e fundos de vales), embora as comunidades camponesas estejam confinadas nelas. Estas áreas protegidas (UCs, RLs e APPs) funcionam como “refúgios” para os agricultores que não podem obter títulos individuais de terra e que dependem de um emprego remunerado para complementar a renda familiar.

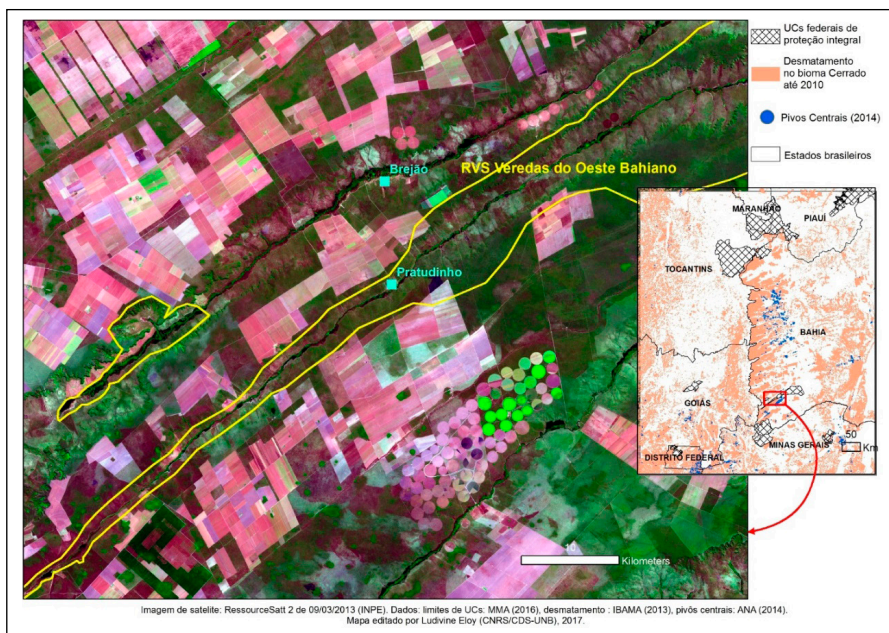


Figura 5 – Localização de duas comunidades camponesas entre fazendas de soja (Jaborandi- BA).

Quanto mais reduzido e mais próximo das plantações de soja estiver o interstício, maior é a dependência dos habitantes do trabalho assalariado nas grandes propriedades (Eloy et al., 2020). O emprego em empresas agrícolas, entretanto, varia consideravelmente entre famílias, e entre gerações de uma mesma família, variando desde a prestação ocasional de serviços até o emprego regular. Alguns homens têm empregos permanentes e sua residência principal é na propriedade da empresa, enquanto suas esposas e filhos moram na comunidade. As empresas agrícolas também utilizam trabalhadores migrantes sazonais (Bühler; Oliveira, 2013).

Nos diferentes interstícios estudados, as áreas cultivadas são ilhas de agrobiodiversidade em um mar de monoculturas (Eloy et al., 2020). Mas a seletividade das políticas ambientais contribui para enfraquecer e desqualificar os sistemas de produção familiar, causando conflitos entre os órgãos de gestão das unidades de conservação e as comunidades locais, e deixando o campo aberto para a expansão do agronegócio. De fato, as práticas agropastoris nos interstícios estão frequentemente em situação de ilegalidade, uma vez que o uso do fogo é essencial para estas atividades, especialmente nas zonas úmidas (veredas). Estas normas são percebidas como particularmente injustas pelos moradores das comunidades, pois os espaços classificados como

UC e RL/APP correspondem de fato a “florestas alimentares” contemporâneas (Carney, 2020): sistemas produtivos diversificados que contribuíram para moldar, por várias gerações, estas paisagens do Cerrado consideradas hoje como “conservadas” (Lucio et al., 2016a).

Se invertermos a visão destas dinâmicas, podemos dizer que a globalização agrícola no Brasil oferece novas perspectivas para entender os conhecimentos tradicionais em toda sua complexidade. O ritmo sem precedentes de expansão da agricultura industrial ameaça a diversidade biológica e cultural, mas o conhecimento agrícola tradicional molda os limites do agronegócio (Eloy et al., 2020).

Entretanto, mesmo em territórios relativamente estabilizados, às vezes localizados a mais de 50 km de plantações, a gestão dinâmica da (agro)biodiversidade e das paisagens está sendo desafiada pelos impactos ambientais da expansão da soja, sobretudo com a interrupção dos ciclos hidrológicos. Estes impactos operam em outras escalas espaciais e temporais, têm se acelerado durante a última década e combinam diferentes processos de degradação ambiental interdependentes (incêndios, ressecamento dos agroecossistemas, perda de biodiversidade, poluição) (Eloy et al., 2020; Da Silva et al., 2021). Os interstícios da soja, muitas vezes localizados a jusante das plantações, estão se tornando, portanto, o cenário de problemas, conflitos e controvérsias ambientais, envolvendo diversos atores e seus parceiros científicos.

Embora alguns desses impactos já tenham sido destacados em escala regional (Spera et al., 2016), a capacidade dos moradores de medir essas transformações localmente e de se adaptar a elas é reduzida, talvez por causa do ritmo e da escala espacial da degradação. Além disso, na fronteira da soja, o setor agroindustrial procura controlar a produção de regras e conhecimentos ambientais (Brannstrom, 2005).

Portanto, para as pessoas situadas à margem da soja, o desafio não é apenas valorizar seus produtos e obter ou assegurar seus direitos fundiários, mas também ocupar novos espaços nas redes científicas e políticas que determinam a natureza e a origem das degradações ambientais.

Ponto metodológico 3

Entrar nos interstícios da soja

Para preparar o trabalho de campo, é necessário entrar em contato com as organizações que representam e fazem parcerias com as comunidades envolvidas, a fim de verificar seu interesse no tipo de estudo

previsto, e obter as autorizações necessárias. Uma vez no campo, e antes de iniciar as entrevistas, é muito importante realizar reuniões com os moradores (envolvendo as lideranças, com atenção especial para mulheres e os jovens, incluindo pesquisadores/estudantes locais) para discutir os objetivos, a metodologia a ser adotada e as formas de divulgação e valorização dos resultados, a fim de respeitar seus direitos de propriedade intelectual, mas também para estabelecer as condições mínimas para uma pesquisa colaborativa.

A compreensão da dinâmica desses sistemas de produção requer o estudo da história agrária, ou seja, a identificação dos grupos sociais, suas origens, os espaços que utilizavam e as atividades produtivas praticadas em diferentes momentos da história. O objetivo é destacar outras lógicas de uso da terra e identificar as partes afetadas pelo agronegócio. Podemos então explorar as inovações desenvolvidas antes e depois da “chegada” do agronegócio.

Para enfrentar essas inovações e impactos, pode-se olhar para a migração e mobilidade, mudanças nas técnicas de produção, relações trabalhistas com empresas, mas também para a agrobiodiversidade (Empeaire et al., 2016).

Outro aspecto diz respeito aos impactos ambientais da soja nos interstícios: consiste em explorar (e levar a sério) a forma como os moradores das comunidades compreendem e explicam as transformações ambientais de seu território, e confrontá-los com outras explicações (convergentes e divergentes), dando frequentemente origem a estudos interdisciplinares particularmente ricos (Lucio et al., 2016b; Da Silva et al., 2021).

Conclusão

Neste capítulo, propusemos caminhos metodológicos para explorar a territorialização da cadeia da soja na América do Sul. Dada a nova realidade desta produção, caracterizada pela modernização, financeirização e multilocalização de empresas, mas também por várias formas de contestação e regulamentação desta expansão, argumentamos que a territorialização vai além das estratégias de controle de recursos pelas empresas e de conflitos.

Antes de tudo, é importante levar em conta a história agrária e espacializar os fenômenos nos territórios estudados. Uma abordagem multiescalar e multiator (plural) permitirá uma melhor compreensão da diferenciação e

localização das empresas no espaço, e da dinâmica dos setores. Uma entrada pelo espaço e pelos atores é central para compreender os jogos de poder que envolvem essas transformações. Além disso, mostra a importância de prestar atenção aos dois lados das fronteiras, tanto as fronteiras políticas (porque a legislação, os atores e os mercados nacionais influenciam as práticas), quanto as fronteiras agrícolas (espaços de monoculturas e interstícios). Finalmente, esta reflexão destaca o interesse de observar a evolução das regulamentações sociais e ambientais e sua evasão, assim como as controvérsias associadas. Neste sentido, a exploração dos mecanismos de regularização fundiária e ambiental permite compreender os jogos de poder que viabilizam, atualmente, a expansão da soja. Olhar para os interstícios da soja também permite uma melhor compreensão dos impactos da expansão do agronegócio e das suas diversas formas de contestação. Assim, observar a territorialização das empresas em diferentes escalas é muito importante para identificar as discrepâncias entre os discursos (ambientais, econômicos etc.) e as práticas reais do agronegócio.

Esta abordagem multiescalar e multiator baseia-se obviamente na constituição de equipes pluridisciplinares e de parcerias de longo prazo, nos quais os jovens pesquisadores muitas vezes desempenham um papel central. Muitas questões ainda precisam ser exploradas em maior profundidade, desenvolvendo abordagens comparativas, particularmente em relação às controvérsias ambientais à margem da soja, as interações entre diferentes cadeias agroalimentares e o papel dos agentes estatais nestes processos.

Apesar de um contexto pouco favorável à pesquisa de campo (pandemia, diminuição dos recursos de pesquisa, desenvolvimento de sensoriamento remoto que dá a impressão de conhecer os territórios sem ir ao campo etc.), é necessário, mais do que nunca, desenvolver capacidades de observação e diálogo direto com os atores locais para captar a complexidade dos fenômenos ligados à expansão do agronegócio e construir análises críticas em parceria com organizações locais.

Referências

- AATR (org.). *No rastro da grilagem: formas jurídicas da grilagem contemporânea*. Salvador: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, 2017.
- ADAMS, C.; CHAMLIAN MUNARI, L.; VLIET, N.; SERENI MURRIETA, R.; PIPERATA, B.; FUTEMMA, C.; NOVAES PEDROSO, N. JR.; SANTOS TAQUEDA, C.; ABRAHÃO CREVELARO, M.; SPRESSOLA-PRADO, V. Diversifying incomes

and losing landscape complexity in quilombola shifting cultivation communities of the atlantic rainforest (Brazil). *Human Ecology*, n. 41, 2013, p. 119-137.

ANDRIOLI, A. I. *Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Chapecó: UFFS, 2016.

ARIMA, E. Y.; RICHARDS, P.; WALKER, R.; CALDAS, M. M. Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, v. 6, p. 024010, 2011.

BARRETO, E. M. *Os “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado*. Juazeiro: Irpaa, 2012, p. 18.

BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C. Global land grabbing and trajectories of Agrarian change: A preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, n. 12, p. 34-59, 2012.

BORRAS, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, n. 33, p. 402-416, 2012.

BRANNSTROM, C. Environmental policy reform on north-eastern Brazil's agricultural frontier. *Geoforum*, n. 36, p. 257-271, 2005.

BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. D. (org.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

BÜHLER, E. A.; OLIVEIRA, V. L. D. La localisation des entreprises agricoles dans l'ouest de l'état de Bahia au Brésil. *Etudes Rurales [En ligne]*, n. 191, 2013.

CARNEY, J. A. Subsistence in the Plantationocene: dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. *The Journal of Peasant Studies*, 2020, p. 1-25.

CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. O caos fundiário e a proteção ambiental. *Oecologia*, 2017.

COLQUE FERNÁNDEZ, G. *Expansión de la frontera agrícola: luchas por el control y apropiación de la tierra en el oriente boliviano*. La Paz: FTierra, 2014.

CORREIA, J. E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. *The Journal of Peasant Studies*, n. 46, p. 316-336, 2019.

DA SILVA, A. L.; DE SOUZA, S. A.; COELHO FILHO, O.; ELOY, L.; SALMONA, Y. B.; PASSOS, C. J. D. S. Water appropriation on the agricultural frontier in western Bahia and its contribution to streamflow reduction: revisiting the debate in the brazilian cerrado. *Water*, n. 13, 2021.

DAUGEARD, M. *Le Code Forestier brésilien: genèse et institutionnalisation*. Paris: Université Sorbonne Nouvelle, 2021, p. 552.

DOS SANTOS, R. O. C. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). *Revista NERA*, n. 17, 2014, p. 102-135.

DOUGNAC, G. M. (org.). *De especie exótica a monocultivo: estudios sobre la expansión de la soja en Argentina*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

DU BOIS, C.; TAN, C. B.; MINTZ, S. *The world of soy*. Urbana: University of Illinois Press, 2008.

- ELOY, L.; AUBERTIN, C.; TONI, F.; LÚCIO, S. L. B.; BOSGIRAUD, M. On the margins of soy farms: traditional populations and selective environmental policies in the Brazilian Cerrado. *The Journal of Peasant Studies*, n. 43, p. 494-516, 2016.
- ELOY, L.; DA SILVA, A. L.; GOMES, C. M.; SENRA, E. *Diagnóstico sobre a cadeia produtiva da soja em Roraima*. Brasília: Instituto Socioambiental, 2019, p. 55
- ELOY, L.; SOUZA, C. D.; NASCIMENTO, D.; NOGUEIRA, M.; BARRETTO FILHO, H.; BUSTAMANTE, P. G.; EMPERAIRE, L. Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. *Confins*, n. 45, 2020.
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L. Amerindian agriculture in an urbanising Amazonia (Rio Negro, Brazil). *Bulletin of Latin American Research*, n. 34, p. 70-84, 2015.
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A. C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, n. 11, p. 159-192, 2016.
- FAIRBAIRN, M. “Like gold with yield”: evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasant Studies*, n. 41, 777-795, 2014.
- FAOSTAT. *Données*. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/fr/#data>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- FAVARETO, A. (org.). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.
- FERNANDES, B.; FREDERICO, S.; IZÁ PEREIRA, L. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. *Revista Nera* (Unesp), n. 22, p. 173-201, 2019.
- FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do Matopiba. *Revista NERA* (Unesp), n. 22, p. 123-147, 2019.
- FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A. (org.). *Globalização do agronegócio e land grabbing*. Rio de Janeiro: Editorial Lamparina, 2017.
- GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial?* Versailles: Quae, 2021.
- GAUTREAU, P. *La Pachamama en bases de données*. Géographie politique de l'information environnementale contemporaine. Aubervilliers: Editions de l'IHEAL, 2021.
- GUANZIROLI, C. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GUIBERT, M.; GROSSO, S.; BELLINI, M. E.; ARBELETTCHE, P. De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de producción agrícola. *Pampa*, n. 1, p. 13-38, 2011.

- GUZMÁN NARVÁEZ, N. Tierra, agroindustria y transgénicos: conflictos sociales populares en la Bolivia de la Madre Tierra. *Perspectivas Rurales Nueva Época*, 2017.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, p. 159-176, 2010.
- IZÁ PEREIRA, L. “A Tríplíce Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). [S.l.: s.n.], 2019.
- KATO, K. Y. M.; PEREIRA LEITE, S. *Land grabbing*, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da Anpege*, v. 16, n. 32, 2020.
- LAMARCHE, H. (org.). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LEITE, S. P.; WESZ JR., V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. *Revista Pós Ciências Sociais*, n. 11, p. 83-108, 2014.
- LONG, N. *Development Sociology*. Actor Perspectives. London: [s.n.], 2001.
- LUCIO, S. L.; ELOY, L.; BARRADAS, A. C. S.; SCHMIDT, I. B.; DOS SANTOS, I. Impactos do fogo em veredas no Cerrado: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão (Tocantins). *Ambiente e Sociedade*, n. XIX, p. 275-300, 2016a.
- LUCIO, S. L. B.; ELOY, L.; SCHMIDT, I. B.; BARRADAS, A. C. S., SANTOS, I. Fire management in Veredas (Palm swamps): new perspectives on traditional farming systems in Jalapão (Brazil). *Ambiente & sociedade*, n. 19, p. 269-294, 2016b.
- MCKAY, B. M.; ALONSO-FRADEJAS, A.; EZQUERRO-CAÑETE, A. (org.). *Agrarian extractivism in Latin America*. 1. ed. London: Routledge, 2021.
- NASCIMENTO, D. *A resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: o caso da Terra Indígena Nonoai-RS*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- NICOLAS-ARTERO, C. Les tactiques géolégales des organisations d’usagers locales contre l’appropriation de l’eau par les secteurs extractifs au Chili. *Annales de géographie*, n. 735, p. 55-80, 2020.
- OLIVEIRA, A. U. (org.). *Grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: Edusp, 2020.
- OLIVEIRA, G.; HECHT, S. B. *Soy, globalization and environmental politics in Latin America*. New York: Routledge, 2018.
- OVIEDO, A.; AUGUSTO, C.; LIMA, W. A. *Conexões entre o CAR, desmatamento e o roubo de terras em áreas protegidas e florestas públicas*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021.
- PENDRILL, F.; PERSSON, U. M. Combining global land cover datasets to quantify agricultural expansion into forests in Latin America: Limitations and challenges. *Plos One*, v. 12, e0181202, 2017.
- PEREIRA, P. R. F. *Novos e velhos atores na soja no Centro-Oeste e no Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, p. 212.

- PERRIER BRUSLE, L. Terres et territoires indigènes en Amazonie bolivienne: une justice spatiale complète mais imparfaite? *Justice Spatiale/Spatial Justice*, n. 11, 2017.
- PINAZZA, L. A. (org.). *Cadeia produtiva da soja*. Brasília: IICA/MAPA, 2007.
- POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 35, p. 1-17, 2020.
- RAFFESTIN, C. Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale? *Geographica Helvetica*, n. 2, p. 91-96, 1986.
- RAJÃO, R.; SOARES-FILHO, B.; NUNES, F.; BÖRNER, J.; MACHADO, L.; ASSIS, D.; OLIVEIRA, A.; PINTO, L.; RIBEIRO, V.; RAUSCH, L.; GIBBS, H.; FIGUEIRA, D. The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*, n. 369, p. 246-248, 2020.
- SABOURIN, E.; GRISA, C.; NIEDERLE, P.; PEREIRA LEITE, S.; MILHORANCE, C.; DAMASCENO FERREIRA, A.; SAUER, S.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. *Cah. Agric.*, v. 29, n. 31, 2020.
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.
- SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n. 50, p. 503-524, 2012.
- SILVA, C. A. F. D. Dilemas e impasses da resistência ao agronegócio no Cerrado. *GEOgraphia*, n. 15, p. 33-52, 2014.
- SOSA, A. P. *El papel de las megaempresas agropecuarias en la financiarización del régimen alimentario global: los casos del Grupo Los Grobo y El Tejar en Argentina y en Brasil (1996-2015)*. Buenos Aires: UBA/UT2J, 2017, p. 434.
- SPERA, S. A.; GALFORD, G. L.; COE, M. T.; MACEDO, M. N.; MUSTARD, J. F. Land-use change affects water recycling in Brazil's last agricultural frontier. *Global Change Biology*, n. 22, p. 3.405-3.413, 2016.
- SVAMPA, M. Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, n. 114, p. 65-82, 2015.
- SWINNEN, J. F. M.; MAERTENS, M. Globalization, privatization, and vertical coordination in food value chains in developing and transition countries. *Agricultural Economics*, n. 37, p. 89-102, 2007.
- WAHREN, J. La situación agraria en la Argentina actual: agronegocio y resistencias campesinas e indígenas. *Retratos de Assentamentos*, n. 19, p. 37-68, 2016.
- WANDERLEY, M. d. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, n. 52, p. 25-44, 2014.
- WESZ JR., V. J. Diferenciação dos produtores de soja no Sudeste de Mato Grosso – Brasil. *GEOgraphia*, n. 17, p. 148, 2016a.
- WESZ JR., V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *The Journal of Peasant Studies*, n. 43, p. 286-312, 2016b.

WESZ JR., V. J. Soybean production in Paraguay: agribusiness, economic change and agrarian transformations. *Journal of Agrarian Change*, 2021, p. 1-24.

WOLFORD, W. Agrarian moral economies and neoliberalism in Brazil: competing worldviews and the state in the struggle for land. *Environment and Planning A: Economy and Space*, n. 37, p. 241-261, 2005.

ZIMMERER, K. S. “Conservation booms” with agricultural growth? Sustainability and Shifting Environmental Governance in Latin America, 1985–2008 (Mexico, Costa Rica, Brazil, Peru, Bolivia). *Latin American Research Review*, 2011, p. 82-113.

Dinâmicas recentes de territorialização e desterritorialização e processos de construção de resiliência no Território da Borborema (PB)

**Karina Kato
Nelson Giordano Delgado
Jorge Romano**

A pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2) teve impactos importantes nos territórios rurais. Se, ao restringir a mobilidade social, a pandemia afetou de maneira significativa um sistema alimentar cada vez mais dependente de extensas redes logísticas, por outro lado as medidas de isolamento social acabaram abrindo novas oportunidades de reinvenção dos atores que constroem os sistemas alimentares locais. O novo estado de exceção pandêmico criou brechas e desafios que ressaltaram as vantagens dos sistemas alimentares locais, ancorados em circuitos de comercialização mais

curtos, elaborados a partir de recursos locais e mobilizados em redes territoriais. A potência desses sistemas está no engajamento de atores territoriais, favorecendo sua resiliência e a implementação de respostas rápidas às adversidades.

Neste capítulo, vamos discutir alguns dos desafios e oportunidades colocados para os sistemas alimentares territoriais nos tempos recentes, de 2015 em diante, tendo como ponto de partida a experiência do Território da Borborema, no Semiárido paraibano.¹ Assumimos que os processos de territorialização resultam da ação de um leque diversificado de atores, não se restringindo aos atores governamentais, que, munidos de distintas concepções e práticas, constroem socialmente o território. Nosso recorte prioriza o fortalecimento do(s) território(s) – nas suas dimensões funcionais (recursos) simbólicas (identidades e poderes) e institucionais (arranjos de governança) – por parte dos atores que efetivamente lá vivem, em especial os agricultores familiares e suas múltiplas organizações. As dinâmicas de territorialização correspondem às iniciativas coletivas que buscam a consolidação de um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola e rural, no qual o território é espaço privilegiado para o desenho de estratégias visando ao fortalecimento do tecido social, das práticas de solidariedade e de ressignificação de tradições e identidades. Os processos de desterritorialização, por sua vez, são interpretados como aqueles *drivers* econômicos, demográficos, climáticos, tecnológicos, políticos, sociais etc. que provocam (ou que podem provocar) o enfraquecimento dos múltiplos processos de construção do território e que tendem a diluir o projeto político, cultural e econômico edificado em torno da agricultura familiar e de um modelo alternativo e territorial de vida-produção-consumo.

Além desta introdução, o capítulo contém três seções. Na primeira, apresentamos ao leitor um quadro analítico que olha para o território a partir da lente das dinâmicas de territorialização e desterritorialização. Esboçamos, também, uma breve caracterização socioeconômica e ambiental do território da Borborema, destacando os principais fatores que tornam esse território um caso privilegiado para investigação. Em seguida identificamos os

¹ As ideias expressas neste capítulo são resultado da Pesquisa Literature Review, Assessment and Strategy for Work on Territorial Development and Poverty Eradication (fase 2), contratado pela Social Policies and Rural Institutions Division (ESP) da FAO-Roma. Fruto de uma parceria entre a AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A metodologia combinou extensa revisão bibliográfica, dados secundários e entrevistas com informantes-chave do território.

principais processos de territorialização e desterritorialização percebidos no Território: os primeiros implementados nas últimas décadas e os segundos principalmente desde 2015. E na terceira seção, tendo em vista as discussões anteriores, procuramos sugerir, a partir da percepção de lideranças locais, como as capacidades territoriais são ativadas pelos atores territoriais no contexto recente (desde 2015), caracterizado por considerável retrocesso político, pela conjuntura pandêmica e por intensos processos de desterritorialização. Tendo como referência os principais componentes dos processos de territorialização e de desterritorialização, procuramos nessa seção final avaliar como a pandemia criou novos desafios e novas oportunidades para a continuidade dos processos de construção social do território.

A construção do Território da Borborema: atores, instituições e dinâmicas de territorialização e desterritorialização no contexto recente

A construção do território e as dinâmicas de territorialização e desterritorialização

Nas últimas décadas, na América Latina, a abordagem do desenvolvimento territorial ganhou destaque como referencial analítico para pensar o rural e para formular programas e políticas de desenvolvimento (Berdegú; Christian; Favareto, 2019). Na virada dos anos 1990 para os 2000, num período em que as economias latino-americanas avançavam na adoção do receituário neoliberal e vivenciavam a transição democrática, a maneira como o desenvolvimento rural era pensado sofreu transformações, com implicações no modo de atuação do Estado. Nesse momento, avançava o processo de descentralização e as cadeias de valor transnacionalizadas transpassavam os territórios, ao mesmo tempo em que ressoavam as críticas à Revolução Verde, reforçadas pela visibilidade da questão ambiental e pela persistência da pobreza rural. Essas constatações e reflexões, entre outras, impulsionaram a busca por novos enfoques para o desenvolvimento rural, alargando seu escopo e diferenciando-o da concepção setorial tradicional (de agrícola e agrário) (Abramovay, 1998; Veiga et al., 2001; Graziano da Silva, 2002; Schneider, 2004).

Assim as estratégias de desenvolvimento rural na América Latina foram incorporando a dimensão territorial nas suas diretrizes, passando a levar em conta a heterogeneidade social dos espaços. Essas estratégias passavam a

atentar para (i) o peso de empregos agrícolas e não agrícolas; (ii) as articulações entre os setores agrícola, industrial e de serviços; (iii) os vínculos rurais-urbanos; (iv) a dimensão institucional do desenvolvimento rural e a necessidade de arranjos institucionais adequados aos territórios e nele enraizados (Schejtman; Berdegú, 2004). O território crescentemente passou a ser o elo de interseção das problemáticas e estratégias emergentes, espaço de ação concreto onde se inscrevem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais, e onde as ações públicas em prol do desenvolvimento deveriam, de fato, ser articuladas. Ademais passou a representar espaço privilegiado para ações de conservação dos recursos naturais (sustentabilidade ambiental) (Schneider, 2004; Leite et al., 2008). Olhando para o caso brasileiro, Leite et al. (2008) apontam que, em complementação à anterior, o desenvolvimento territorial tendeu a assumir o propósito de fortalecimento e de consolidação da agricultura familiar, visando à conformação de sociedades mais igualitárias e sustentáveis. A territorialização das ações públicas visava sobretudo ao empoderamento da agricultura familiar.

Haesbaert (2004) enxerga o território como palco de um *continuum* processo de dominação (característica da sociedade capitalista) e/ou apropriação do espaço (que se inicia pela apropriação da própria natureza), envolvendo múltiplos agentes e sujeitos imbricados em sua construção (Haesbaert, 2004). A territorialidade, além da dimensão estritamente política, teria também uma dimensão histórica, econômica e cultural, relacionando-se diretamente à forma como as pessoas utilizam a terra, como organizam e atuam no espaço e como significam e ressignificam o lugar. Dessa perspectiva, os objetivos dos processos de territorialização variam ao longo do tempo e dos espaços e de acordo com os atores que os implementam ou que se tornam hegemônicos. Para o autor, mais do que à desterritorialização, a sociedade contemporânea nos levaria a uma complexa e contínua multiterritorialização, no sentido de experimentação de vários formatos de territórios ao mesmo tempo, conformando uma territorialização que, ao fim, é sempre múltipla. Assim, a desterritorialização implicaria necessariamente em reterritorializações (nem sempre inclusivas, é claro).

Ainda que reconheçamos a perspicácia e a utilidade do conceito de múltiplas territorializações, escolhemos, neste trabalho, abordar o território distinguindo explicitamente os processos simultâneos de territorialização e de desterritorialização em curso, de modo que o resultado prevalecente em qualquer momento do tempo não está definido *a priori* mas deve ser investigado, pois depende da dialética do conflito que se estabelece entre as diferentes visões, poderes e iniciativas da multiplicidade de atores que atuam, direta

ou indiretamente, no território. Nosso recorte prioriza a construção e o fortalecimento do território (por meio de processos de territorialização) – em suas dimensões funcionais (recursos), simbólicas (identidades e poderes) e institucionais (arranjos de governança) – a partir dos atores que efetivamente vivem lá e, particularmente, pelos agricultores familiares e suas organizações de representação.

A territorialização, nesse caso, está associada à implementação de um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola e rural, e a construção social do território é indissociável do fortalecimento do tecido social, das práticas de solidariedade e da ressignificação de tradições e identidades das populações e povos do lugar. Os processos de desterritorialização, por sua vez, referem-se àqueles processos econômicos, demográficos, climáticos, tecnológicos, políticos, sociais etc. que provocam o enfraquecimento do projeto político de território *from below*, corroendo as bases e as possibilidades de um modelo alternativo de vida-produção-consumo. A territorialização e a desterritorialização não são, portanto, movimentos apartados uns dos outros ou que obedecem a lógicas lineares e cujos desdobramentos apontam, sempre, para um único sentido e direção. Na complexidade dos territórios, a territorialização e a desterritorialização ocorrem quase sempre de maneira simultânea e aberta a contingências e à agência de atores sociais (Estado, atores privados e organizações e redes) que, em conflito, lutam pela transformação e/ou pelo fortalecimento de diferentes concepções de territorialização.²

Para explicitar um pouco mais o que estamos entendendo por “processos de territorialização” no caso do Território da Borborema, cabe transcrever o que afirmamos em outro texto (Delgado; Romano; Kato, 2020), no qual

² No que concerne à pesquisa aqui apresentada, ressaltamos a complexidade e a dificuldade em identificarmos processos de territorialização e desterritorialização em curso. Em primeiro lugar, destacamos que se tratam de fenômenos contemporâneos, cujos desdobramentos ainda não se deram por completo (estão por vir), o que, por si só, dificulta e complexifica a sua identificação e análise. Em segundo, por se tratar de um fenômeno multidimensional e bastante diversificado (envolvendo iniciativas, articulações, fatores climáticos, demográficos, econômicos, tecnológicos etc.), sua identificação, delimitação e análise se torna bastante difícil. Na pesquisa realizada, procuramos compreender e identificar o que aqui chamamos de processos de territorialização e desterritorialização a partir de distintas entradas: levantamos e sistematizamos diferentes trabalhos acadêmicos (artigos, capítulos de livro) e documentos (relatórios, encartes, cartilhas) produzidos por distintos atores que tratavam do território da Borborema e das dinâmicas de territorialização desde a década de 1990. Ao mesmo tempo, levantamos dados secundários do território que nos possibilitassem montar uma fotografia deste. Por fim, conversamos com diferentes lideranças do território e representantes das instituições que conformam a rede territorial (AS-PTA, Sindicato local, ASA etc.) buscando extrair de suas percepções e de suas falas os principais fatores que eles identificavam como de territorialização e desterritorialização.

insistimos na necessidade de reconhecer a existência, na realidade concreta, de diferentes concepções e práticas de territorialização:

[...] (h)á uma territorialização que é empreendida por atores da sociedade civil (no caso, agricultores familiares, povos e populações tradicionais, movimentos e organizações sociais, ONGs etc.) e que visa, entre outras possibilidades, a fortalecer alternativas de produção, abastecimento e renda e de socialização que sejam mais sustentáveis, tanto do ponto de vista da preservação e manejo da natureza e dos recursos naturais, quanto do ponto de vista da estabilização do tecido social, da solidariedade e da ressignificação de tradições e culturas locais. O território é considerado como uma construção social e como uma categoria política, onde os atores sociais buscam construir redes sociais solidárias que os conectem entre si e com as ações e políticas públicas, dentro e fora do território, e buscam afirmar identidades sociais que valorizam. Não há nada de idílico nesta visão: pelo contrário, o território é afirmado como um campo de luta, de conflito, de enfrentamento dos diferentes obstáculos, internos e externos, que confrontam as iniciativas dessa territorialização.

O Território da Borborema

O Território da Borborema está localizado no semiárido brasileiro, em uma das maiores regiões semiáridas do planeta e com um histórico de vulnerabilidade, pobreza e secas recorrentes. O conjunto dos municípios do semiárido teve uma participação de menos de 5 % no PIB nacional de 2017, ainda que concentre mais da metade da população pobre do país (58 %) (Fortini; Braga, 2020).

A história do território é marcada por severas secas e intervenções voltadas ao “combate à seca” por meio da realização de grandes obras hidráulicas com o objetivo de captar, armazenar e transportar volumes significativos de água, normalmente controladas pelas oligarquias regionais. Ao longo do tempo as políticas hídricas e a estrutura fundiária concentrada reforçaram o poder dessas oligarquias, com implicações sobre as estratégias de desenvolvimento territoriais (Petersen, 2014).

Historicamente, o território foi caracterizado por grandes propriedades pecuárias e por canaviais. Nas áreas de solos mais favoráveis, além da pecuária bovina, suína, ovina e caprina e a criação de aves, foi ganhando importância a agricultura diversificada para a produção de alimentos (milho, feijão, mandioca, batata-doce, horticultura, e posteriormente, frutas, batata-inglesa e café). Formou-se, dessa forma, no território, uma pequena produção agrícola que sobrevivia na franja da grande propriedade: em mo-

mentos de valorização das *commodities*, os grandes proprietários expulsavam os pequenos produtores posseiros de suas terras; quando ocorria o oposto, os grandes proprietários aceitavam – e até incentivavam – a presença de pequenos produtores nas terras, favorecendo o processo de recampesinização (Caniello, 2011)

Nas décadas de 1950 e 1960 a Revolução Verde se faz presente na região, incentivando monoculturas para comercialização, como fumo, agave, batata-inglesa, entre outros. O resultado foi a especialização produtiva, com uma massiva substituição das variedades locais – particularmente feijão e milho – por variedades desenvolvidas pelas corporações agrícolas. A batata-inglesa se expandiu apesar dos altos custos de produção. O algodão, que foi uma cultura importante, plantada em consórcio com a batata, perdeu força nos anos 1980. O processo de modernização também estimulou o crescimento da produção de verduras, com a utilização de grande quantidade de agrotóxicos. Ao lado da estrutura fundiária concentrada, observou-se ao longo do tempo um processo de minifundiarização, colocando limites às possibilidades da produção familiar.

Os “períodos de seca”, comuns à região, tornaram-se cada vez mais longos. Ao mesmo tempo, a substituição tecnológica propiciada pela modernização levou à perda progressiva da conservação de material genético, o que tornou os produtores mais vulneráveis. Frente aos períodos de seca, os agricultores costumavam guardar suas sementes para serem cultivadas quando as chuvas normalizassem, conferindo resiliência a seus sistemas produtivos. A Revolução Verde, no entanto, trouxe a especialização e o uso de sementes comerciais. Com a seca e a perda da lavoura, as famílias tornaram-se mais vulneráveis (Schmitt, 2016).

No âmbito das políticas públicas, a região da Borborema tornou-se um Território, no início dos anos 2000, por iniciativa do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC). O Território da Borborema reconhecido pelo governo federal abrange um universo total de 21 municípios³ com grande participação da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais etc. O Território apresentava IDH baixo, de 0,67. Apesar da pobreza ter sido reduzida durante o Governo Lula, 42,51 % dos 158.090 domicílios existen-

³ São: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areal, Borborema, Campina Grande, Caserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea (Delgado; Zimmermann, 2008).

tes no território em 2011 eram classificados como pobres, segundo dados do IBGE (Caniello, 2011).

Além dos serviços, a agropecuária é importante na economia do Território, com destaque para a fruticultura (tangerina, laranja, limão, banana, abacate, jaca e jaboticaba). O principal canal de comercialização são as feiras livres e o grande mercado consumidor de Campina Grande. Outras lavouras importantes são milho, feijão preto, batata-inglesa e fava (Caniello, 2011). A horticultura também continua importante. A pecuária, embora com menor participação, tem papel central na sustentabilidade do empreendimento camponês no território, pois complementa a subsistência familiar e representa uma espécie de poupança, a ser utilizada em ocasiões de crise.

Segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE, existiam 18.464 estabelecimentos agropecuários no território, sendo 72 % de agricultores familiares. Entretanto, os agricultores patronais concentravam 56,2 % das terras, o que indica uma grande concentração fundiária. A comercialização dos produtos agropecuários e agroindustriais é um fator fundamental para o desenvolvimento territorial, com destaque para a forte presença de uma agricultura familiar agroecológica, fomentada sobretudo pelas iniciativas do Polo Sindical (como veremos mais adiante). O fortalecimento de uma agricultura familiar de base agroecológica no Território da Borborema está ligado ao movimento de renovação dos sindicatos rurais que, com parcerias de ONGs como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e o Programa de Tecnologias Adaptadas para as Comunidades (Patac) e num período de crise agrícola, passaram crescentemente a questionar o padrão convencional de produção agrícola (tecnificada e com alto uso de insumos químicos) e a promover um modelo alternativo de desenvolvimento rural de base agroecológica. Nos tempos mais recentes, a difusão de feiras agroecológicas, a criação de certificações dos produtos da agricultura familiar (por meio da EcoBorborema) e o estabelecimento de pontos de comercialização (quitandas) no Território da Borborema têm sido importantes instrumentos para o escoamento da produção agropecuária familiar. Também cabe destacar a importância dos programas de compras públicas para a merenda escolar (PNAE) e de aquisição e distribuição de alimentos (PAA/Conab) na abertura de mercados institucionais (Caniello, 2011).

A construção social e política do Território da Borborema: entre territorializações e desterritorializações

Breve caracterização de processos de territorialização na Borborema

As experiências sociais e institucionais que foram realizadas na região da Borborema, a partir da década de 1990, possibilitaram a territorialização de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável e democrático no Território da Borborema. Foram três as razões principais:⁴

Renovação do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais: datada no início dos anos 1990, e que levou à criação do Polo Sindical da Borborema⁵ em 1998, e à construção de capacidades nos atores locais para atuar coletivamente, em rede, numa escala regional no Território Agroecológico do Polo da Borborema. O Polo Sindical, conformado por sindicatos de trabalhadores rurais e por associações de produtores familiares, representou um acúmulo de aprendizado e de experiência para as representações dos agricultores familiares, que os colocou numa posição diferenciada para participar e influenciar a abordagem territorial, quando a política de desenvolvimento rural territorial ganhou importância no Brasil (oficialmente em 2003).

Capacidade de Articulação do Movimentos Sindical com as Organizações Não Governamentais: especialmente, desde 1993, com a organização não governamental AS-PTA, na construção de propostas metodológicas, de formação e de intervenção na realidade local tendo em vista a construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia. No final da década de 1990, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) somou-se ao trabalho do Polo Sindical e da AS-PTA na Borborema, impulsionando uma ação social que se mostrou revolucionária na relação com o Semiárido: a ideia de “convivência com a seca” em lugar do tradicional e nefasto comportamento de “combate à seca” (Petersen; Silveira, 2017).

⁴ A análise realizada neste item está baseada em adaptada de Delgado (2009-2010) e suplementada por Delgado e Zimmermann (2008), Diniz (2007), Piraux e Bonnal (2007 e 2008), Miranda e Piraux (2008), Silveira, Victor e Anacleto (2007), Bonnal, Diniz, Tonneau e Sidersky (2006), Schmitt (2016), Petersen e Silveira (2017), Petersen (2014).

⁵ O Polo é denominado atualmente, desde 2001, Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

Capacidade de Influenciar o Debate sobre Políticas Públicas: na concepção do movimento sindical não bastava atuar regionalmente, nem era suficiente esboçar um projeto de desenvolvimento, mas era necessário, além disso, articular-se com as políticas públicas existentes e influenciar e participar na formulação e na execução de novas políticas públicas.

Em nossa avaliação, os três elementos acima assinalados, e que são componentes essenciais dos experimentalismos institucionais e sociais na Borborema, deram uma qualidade diferenciada aos atores sociais, atribuindo-lhes uma capacidade de iniciativa e de protagonismo indispensável para a implementação da abordagem territorial a partir da articulação de dois movimentos: o de renovação sindical e o movimento agroecológico (Diniz, 2007; Schmitt, 2016). Tendo em vista o exposto, apresentaremos a seguir alguns processos de territorialização propagados na região que favoreceram a construção social e política do Território do Polo da Borborema.

(A) Construção de uma rede sociotécnica inspirada no paradigma da agroecologia

Apoiada desde o início pela AS-PTA, a rede sociotécnica⁶ é dinamizada pelo Polo Sindical, um ator coletivo que articula os sindicatos de trabalhadores rurais em 14 municípios do estado da Paraíba, 150 organizações de base comunitária e uma organização regional de agricultores agroecológicos chamada Ecoborborema (Petersen; Silveira, 2017). A rede da Borborema mobiliza cerca de 5 mil famílias de agricultores, o que corresponde a 30 % das famílias existentes nos 14 municípios do Polo Sindical.

A rede se articula com organizações de pesquisa, nacionais e internacionais, e é conformada também pela ASA nacional e pela ASA Paraíba com base na ideia força de “convivência com o Semiárido” (Schmitt, 2016). Os agricultores familiares participam da rede de agroecologia de duas formas: (i) por famílias e/ou agricultores individuais que experimentam determinada inovação tecnológica por meio de cursos, seminários e afins, monitorados por técnicos que incentivam o intercâmbio entre agricultores (em uma con-

⁶ Compreendemos aqui as redes sociotécnicas na mesma perspectiva trabalhada por Sabourin, Petersen e Silveira (2018). A noção, inspirada em Hubert (1997), refere-se ao relacionamento de diversos atores sociais e institucionais e de objetos em torno de um determinado propósito comum. O termo de rede sociotécnica teve sua origem na sociologia da inovação francesa e americana e procura chamar atenção para como um conhecimento determinado e uma novidade técnica se estabilizam e se desenvolvem mediante a associação (pelo seu promotor) de atores humanos e não humanos (objetos, dispositivos, artefatos) em redes sociotécnicas.

formação de redes dentro da rede); (ii) por agricultores e agricultoras referências em determinadas tecnologias (chamados agricultores experimentadores) que passam a divulgar essas tecnologias e inovações na rede ampliada (como multiplicadores) (Schmitt, 2016).

(B) Acesso e apropriação de sementes e de água como recursos indispensáveis à vida e à produção dos agricultores familiares

Depois da grande seca de 1993, as famílias trabalharam pela reativação dos bancos de semente como estratégia principal de convivência com o Semiárido. Adicionalmente, ampliaram a articulação com políticas públicas estaduais e federais visando ao enfrentamento da questão do abastecimento e do acesso às sementes crioulas. Na mobilização em torno da valorização das “sementes da paixão”, como passaram a ser chamadas, foi fundamental a parceria feita com a ASA e com a ASA-PB, que viabilizou a obtenção de recursos para a organização de 130 Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) e o espraiamento conceitual e político da ideia força da “convivência com o Semiárido” (Diniz, 2007). Por sua vez, a articulação com a ASA trouxe para a rede da Borborema o aprofundamento da *expertise* na relação com os recursos hídricos, culminando na execução de dois programas da ASA, em parceria com agências governamentais: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), proposto em 2003, e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em 2007, que objetivaram democratizar o acesso à água, tanto para consumo humano como para produção, utilizando a tecnologia da cisterna de placas.

(C) Parcerias com agências governamentais e organismos internacionais e acesso a políticas públicas diferenciadas

A partir dos anos 2000 ocorreu uma mudança qualitativa significativa na relação do Território da Borborema com as agências governamentais e com as políticas públicas. Essa mudança esteve associada, por um lado, ao robustecimento político do Polo Agroecológico da Borborema e, por outro, ao processo de democratização política que tornou mais urgente a construção de parcerias com os diferentes níveis de governo, tanto para a formulação como para a execução de políticas públicas, e que culminou com a eleição do governo Luís Inácio Lula da Silva em 2003.

Desde os anos 2000, a rede da Borborema teve acesso a diversas políticas públicas diferenciadas, dentre as quais podemos destacar (i) a criação

e implementação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); (ii) o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários; (iii) a Política de Desenvolvimento Territorial Rural, com a criação do Território de Identidade do Polo da Borborema; (iv) a participação de membros do Polo no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); (v) o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); (vi) o Programa Territórios da Cidadania; (vii) o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); e (viii) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Schmitt, 2016).

(D) Construção social de mercados e circuitos de comercialização

A experiência da Borborema sempre considerou a construção social de mercados um desafio central a ser encarado, na base de tentativa e erro, mobilizando o aprendizado coletivo e pressionando e sugerindo políticas públicas. Segundo Schmitt (2016), no território “as inovações de tipos de mercados vão acontecendo pelas ações dos agricultores”. Assim, os debates internos sobre agrotóxicos estimularam o surgimento, em 2000, de feiras agroecológicas, o que requereu a criação de uma instituição reguladora dessas feiras, o que ocorreu em 2005 com o surgimento da Ecoborborema – Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema.

Além das feiras, existem outros atores/equipamentos que ligam a produção local a diversos tipos de mercados: os intermediários especializados por produtos na região e que fazem a ligação com mercados fora da região; a Ceasa (Central Estadual de Abastecimento, organização estatal ou de capital misto) que conecta as produções locais e nacionais; os mercadinhos, pequenos supermercados, o hipermercado (localizado em Campina Grande) e o grande varejo, com características fundamentalmente urbanas (com exceção dos mercadinhos); a Rede de Bancos de Sementes Comunitários, que se constituem num verdadeiro mercado para sementes, no que são acompanhados informalmente pelas feiras. Note-se, ademais, o surgimento de um tipo de mercado mais recente, estimulado pelas mudanças ocorridas na Lei de Orgânicos no Brasil, que são os canais de produção orgânica por auditoria de terceira parte, que têm a ver com o aparato institucional surgido para garantir a certificação de produtos (Schmitt, 2016).

Como vimos, entendemos por territorialização o resultado de processos e iniciativas que tornaram possível a construção social, política e identitária do território, destacando, em particular, o papel do Polo Sindical. Em contraposição, a desterritorialização é entendida como o resultado de processos que incidem sobre o território e enfraquecem ou inviabilizam o projeto coletivo construído em torno da agricultura familiar. No caso do Território da Borborema, destacamos, em particular: (i) os efeitos da “pior seca do século”; (ii) a diminuição da proporção dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos patronais; (iii) os desafios da participação de jovens e mulheres; (iv) o crescimento da violência no meio rural; (v) o desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; e (vi) a concorrência e o avanço dos supermercados no território.

A “pior seca do século” e os estabelecimentos agropecuários na Borborema

O estado da Paraíba possui 98 % do seu território no Polígono das Secas, que corresponde à área com maiores crises de prolongamento de estiagens no Semiárido. O Território da Borborema, por sua vez, encontra-se, na sua totalidade, nessa região, o que implica um baixo índice anual de precipitações pluviométricas (variam entre 300 e 800 milímetros).

De 2012 a 2016, o Território da Borborema enfrentou uma grande seca, que afetou o nível dos recursos hídricos (rios, nascentes, lençóis freáticos) e dos reservatórios. Lideranças locais afirmam que essa foi a “pior seca do século” e relatam os impactos desta sobre os estabelecimentos da agricultura familiar. Reconhecem, porém, que as estratégias de convivência com o Semiárido desenvolvidas ao longo dos últimos anos (em especial as cisternas, as “sementes da paixão” e os sistemas produtivos diversificados) favoreceram o enfrentamento dessa conjuntura, reforçando a resiliência desses agricultores.

Os dados do Censo Agropecuário (2006, 2017) revelam, de forma mais ou menos clara, os impactos da seca sobre a disponibilidade de fontes de recursos hídricos nos estabelecimentos agropecuários (Gráfico 1). No Território da Borborema, se em 2006 as cisternas eram citadas como fontes de recursos hídricos importantes em 49 % dos estabelecimentos, em 2017 60 % dos estabelecimentos dependiam delas (com redução do papel de rios, lagos e nascentes). Isso mostra a centralidade das cisternas na vida e na pro-

dução das famílias do Território e o crescimento da sua importância no contexto local.

Esse cenário árido trouxe grandes impactos negativos para as práticas agrícolas de sequeiro e para a pecuária, castigando mais, é claro, os pequenos agricultores (em termos de terra e de renda). Lembramos que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do Território da Borborema tem entre 1 a 5 hectares e é caracterizada por obter rendas econômicas reduzidas.

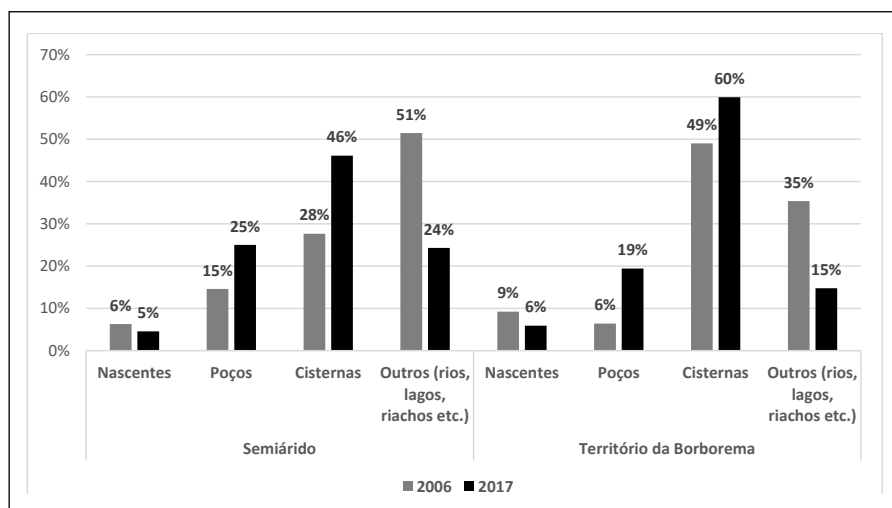


Gráfico 1 – Estabelecimentos Agropecuários por Fontes de Recursos Hídricos Disponíveis (2006 a 2017)

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

Evolução recente dos estabelecimentos agropecuários no Território: a perda de participação dos estabelecimentos da agricultura familiar

Dos estabelecimentos rurais levantados pelo Censo Agropecuário de 2017, no Território da Borborema, a maior parte dos estabelecimentos – 72 % – correspondia a estabelecimentos da agricultura familiar. A grande participação da agricultura familiar se reflete também na participação significativa das áreas rurais no território da Borborema. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, com 42 % da população com 10 ou mais anos de idade, seguia residindo em áreas rurais. Em 2020, boa parte dos municípios do Território permanece rural (a densidade demográfica do Território é de

113 habitantes por km², seis vezes inferior à densidade de Campina Grande, o maior centro regional), caracterizando-se por uma maior dispersão dos habitantes, pela grande participação de áreas verdes e pela relativa importância da agricultura (sobretudo da familiar).

Nos últimos anos, a população rural apresentou um pequeno decréscimo (de 1991 a 2010, um decréscimo de 3 %), sinalizando um incipiente processo de desruralização. Importante ressaltar, contudo, que essa queda foi muito menor do que aquela registrada no Brasil e em Campina Grande (6 % e 7 %, respectivamente). O fortalecimento de uma identidade da agricultura familiar territorial e a proximidade entre as áreas urbanas e Campina Grande, seu centro regional, podem estar relacionadas com a manutenção das pessoas nas áreas rurais, revelando uma maior resiliência das áreas rurais do território. De 1991 a 2010, alguns municípios do Território da Borborema chegaram até mesmo a apresentar crescimento de suas populações rurais.

Nos últimos anos, contudo, observamos no Território da Borborema a redução no número de estabelecimentos rurais, numa proporção superior àquela observada no estado de 2006 a 2017: 5 % para o Território e 2 % na Paraíba. Surpreendentemente, essa queda se deu sobretudo nos estabelecimentos da agricultura familiar (os patronais aumentaram): queda de 25 % de 2006 a 2017.

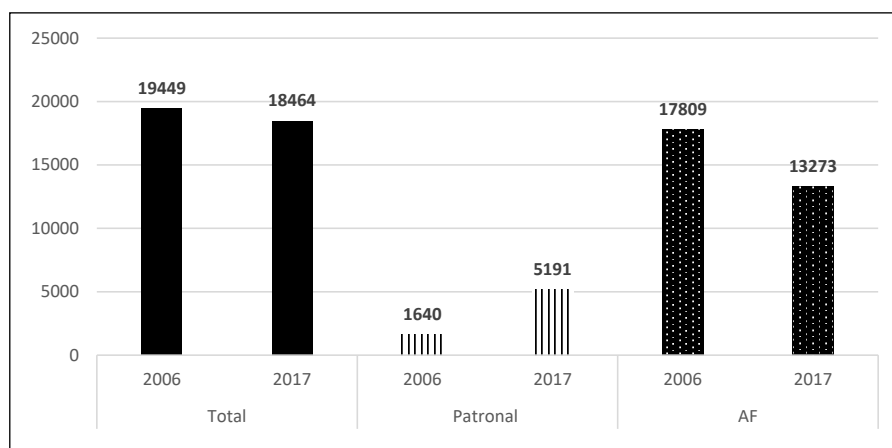


Gráfico 2 – Evolução dos estabelecimentos agropecuários do Território da Borborema (2006 a 2017).

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006; 2017).

Esse declínio pode ser lido a partir da combinação de diferentes fatores. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que, de 2012 a 2017, o Semiárido brasileiro enfrentou uma grande seca que atingiu sobretudo os agricultores familiares, em particular aqueles cujas terras têm menores dimensões e menos recursos. As dificuldades enfrentadas pela produção agrícola, somadas ao avanço da especulação imobiliária, a partir de 2006, podem nos ajudar a entender a redução nos estabelecimentos rurais. E, por fim, não podemos desconsiderar as alterações realizadas na metodologia do Censo Agropecuário: em 2017, as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor, situadas no mesmo município, foram considerados um único estabelecimento. Em 2006, estabelecimentos com áreas não contínuas que operassem em atividades diferentes eram considerados estabelecimentos distintos. Adicionalmente, em 2017, não foram considerados como estabelecimentos da agricultura familiar aqueles que tiveram predomínio na renda familiar daquelas provenientes de atividades fora do estabelecimento e aqueles com crescimento no uso de mão de obra contratada. Essas mudanças, portanto, podem influenciar a contabilização do número de estabelecimentos da agricultura familiar (Fortini; Braga, 2020). Para Fortini e Braga (2020), entretanto, esses fatores metodológicos não seriam suficientes para explicar a redução da participação da agricultura familiar.

Distribuição da área entre os estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura patronal

Como se sabe, o Brasil possui uma estrutura fundiária extremamente desigual. Muito embora os agricultores familiares representassem, em 2017, 77 % do número total de estabelecimentos, eles ocupavam apenas 23 % do total da área. Os estabelecimentos patronais concentram a maior parte da terra (73 %). No Semiárido Nordeste, a distribuição de terras parece ser um pouco menos desigual, assim como no Território da Borborema. No Território da Borborema, os estabelecimentos da agricultura familiar correspondiam, em 2017, a 72 % dos estabelecimentos, ocupando 48 % do total da área, enquanto os patronais detinham 52 %. Não obstante a menor concentração, o Território da Borborema, pela sua trajetória histórica de conflitos agrários e pelo intenso processo de divisão de terras segue com uma forte presença de minifúndios (Schmitt, 2016) – 95 % dos estabelecimentos têm até 20 hectares, a maior parte com áreas inferiores a 5 ha, o que é confirmado pelo Censo Agropecuário.

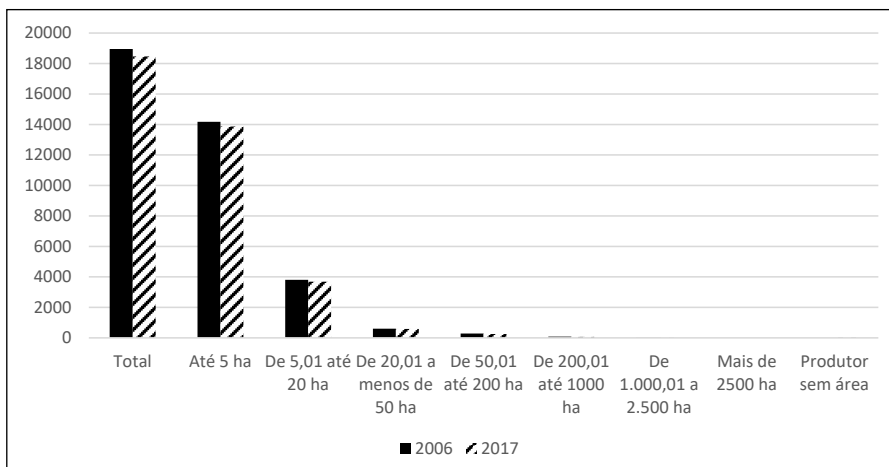


Gráfico 3 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de área (Território da Borborema, 2006 a 2017).

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017).

Participação de jovens e mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários e crescimento da violência no meio rural

No Território da Borborema, os resultados do Censo Agropecuário de 2017 indicam um crescimento de 4 % dos estabelecimentos com produtores de mais de 65 anos, ao passo que os estabelecimentos com produtores de idade inferior a 25 anos caíram 47 %, o que sugere uma redução da participação dos jovens na condução dos estabelecimentos agropecuários, e, no limite, sua saída do meio rural. Muitos relatos de lideranças regionais e de agricultores(as) ressaltam que a evasão é provocada pelo crescimento da violência e do crime organizado no meio rural, bem como pela falta de perspectivas na agricultura e no trabalho agrícola. O *Atlas da Violência*, publicado pelo Ipea, confirma o incremento da violência no Território da Borborema a partir dos anos 2000, sinalizando o aumento nos homicídios no Território.

No que concerne à participação das mulheres, observamos, nos dados do Censo Agropecuário de 2017, um ligeiro incremento no número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres, que passa de 20 % do total em 2006 para 28 % em 2017. Essa participação mostra-se superior àquela observada no Brasil. Isso pode, talvez, sugerir que, no Território da Borborema, o trabalho e a mobilização em torno do território e do projeto de desenvolvimento local impulsionado pelo Polo Sindical, pela ASA e pela

AS-PTA estejam relacionados com um maior envolvimento das mulheres na produção e na direção dos estabelecimentos, bem como num maior empoderamento feminino.

Este empoderamento, contudo, é acompanhado de reações que, não raro, podem convergir para o aumento da violência contra a mulher, em especial de casos de feminicídio. Lideranças do Território da Borborema têm enfatizado a recorrência da violência contra a mulher e a necessidade de medidas de contenção. Como consequência, ocorreu este ano, no município de Esperança, uma Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, que buscou reagir contra o feminicídio e o aumento da violência contra as mulheres (Alves, 2020).

Desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar

Os primeiros sinais de esgotamento do modelo econômico impulsionado pelos governos do PT foram percebidos ainda no primeiro governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014), o que, juntamente com a crise política desencadeada a partir de 2013, levou à decisão, no segundo governo Dilma (iniciado em 2015), de adotar medidas de austeridade e de ajuste fiscal que agravaram a crise econômica, favoreceram a ação golpista da oposição e culminaram no *impeachment* da Presidente em 2016. A política de austeridade, juntamente com a crescente criminalização dos movimentos sociais pelo Judiciário, teve consequências negativas sobre muitas das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos povos e populações tradicionais.

Sabourin, Craviotti e Milhorce (2020, p. 11) apontam que o “esvaziamento” das políticas públicas para a agricultura familiar refletiu também o enfraquecimento da base do governo no Congresso e, num contexto de crise e de estagnação econômica, de uma maior disputa pelos recursos públicos por parte das elites brasileiras. Esse esvaziamento foi acompanhado do enegocamento das políticas por sistemáticas fiscalizações e ações do Judiciário brasileiro (em particular pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União).

Com o golpe parlamentar, o governo de transição de Temer apressou-se em implementar mudanças nos principais marcos regulatórios (trabalhista, orçamentário, político, previdenciário), extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e trabalhou ativamente no desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar: inviabilizando a implementação de algumas pela burocratização e por cortes de orçamento e/ou implementando mudanças nas suas normativas, de modo a alterar as lógicas com

que eram implementadas. Este processo foi potencializado a partir de 2018, com a eleição de um governo ultraliberal e ultraconservador, representado pelo Presidente Jair Bolsonaro, que tratou de avançar ainda mais no desmonte das políticas públicas e dos marcos regulatórios que foram implementados nos governos pós-democratização.

Essas mudanças tiveram repercussões importantes no Território da Borborema. Os sucessivos cortes orçamentários e as mudanças nas normativas de programas como o Programa Um Milhão de Cisternas e nas políticas de fortalecimento dos mercados institucionais (como o PAA e o PNAE), junto com a descontinuidade das políticas territoriais e aliados à crise imposta pela seca, alteraram significativamente as possibilidades e oportunidades que estavam postas para a agricultura familiar no Território da Borborema.

O considerável desmonte das políticas públicas operou, nesse sentido, de 2016 em diante, como um importante vetor de desterritorialização. Estamos hoje diante de uma mudança radical no papel do Estado, que se afasta da posição de promotor do desenvolvimento e de garantidor de direitos e de proteção social a seus cidadãos, como estabelece a Constituição de 1988, e passa a adotar uma perspectiva conservadora de Estado clientelista/patrimonial, para o qual é essencial “dissociar a democracia do processo de determinação das políticas públicas” (Avritzer, 2019).

Adicionalmente, nos deparamos com o fortalecimento no Governo Federal de uma visão produtivista conservadora de desenvolvimento rural que reduz suas estratégias à promoção da modernização agrícola, pautada na difusão tecnológica e no aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que destina à agricultura familiar que não consegue se “modernizar”, ou alcançar elevados índices de produtividade, políticas sociais de combate à pobreza, desprezando e negando a diversidade ambiental, cultural, social, econômica e política das áreas rurais como uma de suas características essenciais. Essas dinâmicas têm um impacto enorme no Território.

A concorrência e o avanço dos supermercados no Território

A proximidade com os mercados de Campina Grande e o encurtamento das distâncias rurais e urbanas têm como contrapartida a crescente adoção pelas populações rurais de hábitos de consumo urbanos. Um dos reflexos disso foi o crescimento da concorrência e o avanço dos supermercados no Território da Borborema, o que se reflete no estreitamento dos mercados para a agricultura familiar, na dificuldade em competir com os preços e com escala desses grandes varejistas e no consumo crescente no

meio rural (em particular pelos jovens) de alimentos processados e ultraprocessados, que passam muitas vezes a ser associados à qualidade e ao *status*. Todos os interlocutores com os quais conversamos perceberam um aumento da influência dos supermercados no Território da Borborema, nos últimos anos, bem como enfatizaram que os mesmos chegam ao território com suas redes de fornecedores já definidas (Ceasa) e, logo, compram nada ou quase nada da agricultura familiar. Segundo nossos interlocutores, as grandes redes de supermercados já estão presentes no Território (Rede Compre Mais, Varejão, Atacadão, entre outros) abocanhando fatias crescentes de mercado e alterando os padrões de consumo. Uma liderança da Borborema vê esse crescimento da influência dos supermercados com preocupação. Ela nos lembra: “alimento não é apenas o que você come, ele é cultura, ele é resistência, pois traz a história do nosso lugar”. Para ela, hoje, crescentemente, alimentos que eram parte da cultura local (como o couscous, o maxixe, a macaxeira, o inhame, a batata-doce) vão perdendo espaço no cardápio das populações rurais para bolachas, biscoitos, pães processados e refrigerantes. Para ela, um dos principais desafios enfrentados no Território atualmente é investir na comunicação e no reforço da mensagem de que a qualidade está no alimento de verdade (e não nos processados), sobretudo naquele que é produzido de forma sustentável, com respeito à natureza e à cultura local.

O Território da Borborema, desterritorializações e a pandemia da Covid-19: capacidades mobilizadas e a construção de resiliência

A experiência da Borborema, retratada simplificada neste texto, representa processos de territorialização sustentados por um projeto de desenvolvimento da agricultura familiar, amparados numa densa e diversificada rede de atores sociais conectada dentro e fora do território. A sua trajetória revela que o Território da Borborema foi construído a partir de diferentes iniciativas que orbitavam em torno do Polo Sindical a fim de fortalecer sua dimensão funcional, com a construção de uma proposta de desenvolvimento pelos atores territoriais que busca valorizar os recursos locais e a criar diferentes meios de valorização dos processos produtivos territorializados; sua dimensão simbólica, pelo fortalecimento de uma identidade centrada na agricultura familiar e na agroecologia; sua dimensão institucional, com a conformação de uma densa e diversificada rede de atores sociais, instituições e dispositivos que procuram colocar em prática um projeto político inspi-

rado por uma proposta de desenvolvimento rural de base agroecológica. A territorialização, nesse sentido, se deu de forma concomitante com a formação e a implementação de propostas de produção e de geração de renda ancoradas na agroecologia e na agricultura sustentável, com a construção de uma autonomia relativa dos agricultores na condução de seus modos de vida e a cultura locais, bem como com a construção de capacidades para dialogar com agências governamentais e organismos internacionais no desenho de políticas públicas diferenciadas. Essas distintas iniciativas foram dando “cara” ao Território da Borborema.

Esse processo não se deu sem conflitos e contradições. O território da Borborema, nesse sentido, segue cortado por diferentes dinâmicas de desterritorialização e por outras propostas de uso dos recursos e de desenvolvimento que promovem o enfraquecimento deste projeto coletivo de desenvolvimento territorial aqui retratado. Junto com o crescimento de Campina Grande, seu polo regional, e com o lento processo de urbanização do Território, cada vez mais a agricultura familiar e seus empreendimentos produtivos são desafiados pelo crescimento do poder dos supermercados e das grandes corporações comerciais que disputam as preferências dos consumidores; pelas comodidades e pelas mudanças nos padrões de consumo impostos pela urbanização e pela vida corrida das cidades, que acabam favorecendo alimentos processados e de preparo rápido; pelo avanço da especulação imobiliária e das demandas urbanas que são renovadas no espaço rural (segunda residência, turismo rural etc.) recolocando disputas de terras e dinâmicas concentradoras. Os efeitos acumulados da “pior seca do século”; a diminuição da proporção dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos patronais; os desafios da participação de jovens e mulheres; o crescimento da violência no meio rural e o desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar etc., assim, se transmutam em relevantes dinâmicas de desterritorialização que se fazem presentes no cenário contemporâneo.

Foi sobre esse Território, construído a partir da ação concreta de atores diversos, que os efeitos sistêmicos da pandemia da Covid-19 se fizeram sentir a partir de março de 2020 (UNDRR, 2020; FAO 2020). Ao impor o isolamento social e bloquear os deslocamentos, a pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios para o Território da Borborema, obrigando os atores locais a se adaptarem às novas condições sanitárias, a reinventarem estratégias e a buscarem brechas para avançar o projeto de desenvolvimento territorial.

Por um lado, a pandemia paralisou as ações desses atores e reforçou dinâmicas de desterritorialização: influenciando e alterando profundamente as etapas de produção e distribuição, o consumo de alimentos e os mecanismos

de governança dos sistemas (bloqueando, por exemplo, tradicionais canais de produção e comercialização, e abrindo outros). Ao suspender o contato social, impedir a circulação de pessoas, fechar o comércio local (incluindo as feiras livres e outros pontos de venda) e paralisar instituições públicas (como escolas, hospitais etc.), a conjuntura pandêmica interrompeu os principais canais de circulação, transporte e comercialização dos produtos da agricultura familiar, bem como dificultou a articulação dos atores sociais no território. Em todas as entrevistas realizadas no âmbito dessa pesquisa, os nossos interlocutores lembraram como as medidas de isolamento social afetaram suas estratégias de produção e de comercialização da produção e também como a articulação política ficou prejudicada sem o “olho no olho” com os agricultores. Nos primeiros momentos da pandemia, contudo, boa parte dos governos permitiram que os serviços essenciais, restringidos a farmácias, supermercados e outros pontos comerciais de alimentos, postos de gasolina, hospitais etc. seguissem operando. Pela grande rede de estabelecimentos que mobilizam, pelos ganhos de escala que manejam e pela facilidade com a qual se adaptaram ao novo contexto, alterando as infraestruturas de lojas e fortalecendo os canais de entrega em domicílio, nessa primeira etapa fortaleceram-se grandemente os supermercados e pontos de venda mais capitalizados que passaram a concentrar boa parte das vendas de alimentos no Território. Esses grandes varejistas acabaram concentrando e se beneficiando do aumento na demanda derivada do auxílio emergencial que foi concedido pelo Governo Federal às famílias em vulnerabilidade, na medida em que foram os únicos a seguir operando no início da pandemia. Nesse primeiro momento, as feiras, os pequenos pontos de venda locais (vendinhas, barracas e mercadinhos) e os mercados institucionais, com destaque para a merenda escolar, estavam fechados.

Por outro lado, a pandemia evidenciou também, de forma incontestável, a vulnerabilidade do sistema alimentar global, centralizado e dependente de longas cadeias de produção-consumo, abrindo novos caminhos de ação para os atores territoriais. De maneira bastante surpreendente, os atores sociais da Borborema, articulados em rede e com o apoio do Polo Sindical, da AS-PTA e da ASA, conseguiram ler de forma relativamente breve o momento pandêmico, sendo capazes de mobilizar suas capacidades de ação, utilizando-se das novas tecnologias e redes sociais, para tirarem proveito do ambiente de maior preocupação com a saúde, as medidas de higiene e cuidados e os efeitos econômicos da pandemia. De forma mais ou menos consensual, todos os nossos interlocutores foram muito assertivos ao lembrarem as estratégias mobilizadas para contornarem os efeitos das medidas de isolamento social

e para seguirem fortalecendo a imagem e a produção da agricultura familiar de base agroecológica no território. Destacamos aqui as principais iniciativas que nos foram relatadas:

- a) *Rede de feiras agroecológicas (11 feiras no total)*: a rede de feiras agroecológicas teve sua origem num amplo debate puxado pelos atores territoriais em torno dos efeitos nocivos do uso de agrotóxicos e da realização, em 2002, da primeira Feira Agroecológica da Borborema, no município de Lagoa Seca. Logo a experiência da feira agroecológica foi replicada em outros municípios, culminando em 2003 na criação da Feira Agroecológica Regional em Campina Grande. Até a chegada da pandemia, as feiras eram realizadas em 11 municípios do território, envolvendo mais de 120 agricultores, sendo coordenada, desde 2005, pela Associação EcoBorborema. As feiras, contudo, foram duramente afetadas pela conjuntura de isolamento social imposta pela pandemia, o que acabou por bloquear um dos principais canais de distribuição e comercialização dos produtos da agricultura familiar. A rede e os agricultores familiares, no entanto, conseguiram reagir com relativa rapidez, promovendo debates acerca da essencialidade da feira como espaço de acesso a alimentos saudáveis para a população em geral (e, portanto, garantidores de uma maior imunidade e saúde) e construindo um protocolo de higiene para o seu funcionamento (afastamento das barracas, disponibilização de água e sabão para a higienização das mãos das/os feirantes e consumidores e uso obrigatório de álcool em gel e máscaras). Assim, após alguns meses, na maior parte dos municípios as feiras passaram a ser consideradas atividades essenciais e voltaram a operar.
- b) *Rede de quitandas agroecológicas (seis novos pontos fixos para venda de alimentos de base agroecológica)*: iniciativa relativamente recente, voltada para segmentos da população que não frequentam as feiras. Cada quitanda é gerida por uma comissão de agricultores, privilegiando espaço para representações de jovens e mulheres, a fim de incentivar seu protagonismo e fomentar a integração intergeracional e de gênero. A pandemia também teve um efeito muito sério sobre as quitandas recém-criadas. Logo os agricultores e seus representantes iniciaram debates sobre a importância desses pontos de vendas na garantia da segurança alimentar e do acesso a alimentos de qualidade, reivindicando junto ao poder público local sua reabertura na

condição de serviço essencial. A fim de garantir a reabertura com segurança, a rede territorial elaborou um protocolo de segurança e adaptou seus espaços de comercialização à nova realidade pandêmica (uso obrigatório de máscaras e instalação de avisos; disponibilização de álcool em gel, instalação de pias para higienização das mãos, colocação de marcadores para garantir uma distância mínima segura entre os consumidores). Essas medidas possibilitaram a reabertura desse importante ponto de comercialização ainda durante a pandemia, atendendo a um público diferenciado ao das feiras e operando como um ponto de comercialização permanente.

- c) *Estruturação de canais de delivery (entrega em domicílio) para os produtos da agricultura familiar*: seguindo uma tendência mundial, grandemente acelerada com a pandemia, passado o susto dos primeiros tempos de isolamento social, rapidamente os atores da rede territorial da Borborema foram capazes de aproveitar as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação e redes sociais para promover seus produtos e canais de venda. Tanto as feiras como, principalmente, as quitandas conseguiram estruturar canais de comunicação diretos com a clientela que estava impossibilitada de sair de suas casas (por telefone ou Whatsapp) e organizar serviços de entrega dos seus produtos em domicílio. Esses canais têm se mostrado relevantes no escoamento da produção particularmente no caso das quitandas agroecológicas. Em algumas delas, os canais *delivery* possibilitaram, inclusive, o aumento da quantidade de alimentos comercializada mensalmente e uma maior fidelidade da clientela. É importante mencionar que as novas tecnologias informacionais e de comunicação foram importantes também para dar agilidade na articulação entre produção-comercialização-consumo: facilitou, assim, a conexão e a troca de informações entre o ponto de venda e seus fornecedores (agricultores) e entre ponto de venda e consumidor final. Essas tecnologias já vinham sendo utilizadas pelos atores do território; contudo, o ambiente pandêmico e as limitações trazidas aceleraram essas transformações.
- d) *Doação de cestas de alimentos agroecológicos para famílias (rurais e urbanas) em situação de vulnerabilidade social*: com apoio da AS-PTA, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e com a agência de cooperação alemã Pão para o Mundo, a rede de organizações do

território conseguiu mobilizar recursos financeiros para a compra de alimentos da agricultura familiar e para a composição de cestas básicas a serem doadas para famílias em situação de vulnerabilidade. Foram distribuídas 48 toneladas de alimentos para 2.100 famílias de sete municípios do Território da Borborema.

- e) *Rearticulação da alimentação escolar no município de Remígio (negociação em torno do Programa Nacional de Alimentação Escolar)*: as vendas de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar ganharam relevância nas últimas décadas, articulando em Remígio em 2020 mais de quarenta agricultores e três grupos de mulheres. Essas vendas dependem de uma intensa articulação das lideranças dos agricultores familiares com o poder público local, em particular, a Secretaria de Educação e a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer). A pandemia fechou escolas e, junto com esse fechamento, bloqueou o canal de venda desses agricultores para a merenda escolar. Após o susto inicial, as organizações de agricultores familiares iniciaram discussões com a prefeitura para garantir aos alunos das escolas públicas *kits* de merenda escolar contendo os alimentos produzidos pela agricultura familiar. Adicionalmente, a fim de viabilizar novas chamadas públicas de compras para a merenda escolar, a prefeitura adaptou aos meios eletrônicos todo o processo de levantamento da produção. Não obstante a rápida articulação dos agricultores familiares de Remígio, todos os entrevistados asseguraram que essa estratégia só foi possível porque o poder público local tinha um compromisso e vontade política de seguir apoiando a agricultura familiar local, o que não necessariamente se verificou em outros municípios.

Assim, a pandemia provocou o surgimento de respostas adaptativas, geradas frequentemente a partir da mobilização e recombinação de recursos e capacidades de atores locais, com ou sem o apoio de instituições oficiais e políticas públicas. Assim, ao mesmo tempo que reforçou dinâmicas de desterritorialização, dificultando a operacionalização de feiras locais e o acesso a mercados institucionais, a pandemia evidenciou a urgência de fortalecimento dos sistemas alimentares organizados em circuitos curtos, geridos pelos atores locais articulados em rede e pautados em processos produtivos mais conectados com os ciclos da natureza. As respostas construídas desde o Território para esses novos desafios revelaram a maior ou menor resiliência

dos atores locais e a sua capacidade de, considerando as rápidas dinâmicas de desterritorialização que se apresentam, desenharem estratégias para suavizar seus impactos e para abrir novas oportunidades de territorialização. Tendo em vista os principais impactos da pandemia da Covid-19 sobre o sistema alimentar e a agricultura familiar no Território da Borborema, e buscando aprofundar a reflexão sobre as capacidades mobilizadas e a construção de resiliência num contexto pandêmico e de desterritorialização, apresentaremos brevemente a seguir os principais achados de nossa investigação.

1) *A capacidade dos atores sociais do Território da Borborema de se reinventarem frente aos desafios enfrentados*: ao longo do texto vimos que a construção social e política do Território da Borborema se confunde com a estruturação de um projeto coletivo de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia. Esse projeto tem se sustentado num arranjo institucional capitaneado pelo Polo Sindical da Borborema em articulação com a AS-PTA e a ASA-PB, que lhe confere uma acentuada capilaridade e capacidade de organização e mobilização dos agricultores familiares. Entendemos que a elevada articulação dessas organizações e dos agricultores em redes (redes de sementes da paixão, de recursos hídricos, de mercados, redes de jovens, redes de mulheres etc.) conferiu ao Território da Borborema uma maior resiliência frente às dinâmicas recentes de desterritorialização e aos desafios colocados pela pandemia do coronavírus. Como uma entrevistada expressou: “agricultores desorganizados não vão para lugar nenhum”. A organização em rede possibilitou a rápida adaptação na mobilização de recursos territoriais, o fortalecimento da identidade territorial e a ativação de arranjos institucionais (como a EcoBorborema, o Polo, as comissões das quitandas etc.) que potencializaram a capacidade dos agricultores na construção e no intercâmbio de conhecimentos, desembocando na implementação de estratégias coletivas que permitiram que a agricultura familiar do território se reinventasse frente às dinâmicas de desterritorialização aprofundadas pelo contexto pandêmico. Isso se expressou na construção de novos canais de comercialização frente às medidas de isolamento social, na busca de canais alternativos de comunicação entre os agricultores e para fora do território (com a sociedade e o poder público local), no desenvolvimento de novos processos produtivos (no processamento de produtos e na adoção de protocolos sanitários) e na reorganização

da feira agroecológica e das quitandas como atividade essencial, entre outros.

2) *Políticas públicas e a importância do município no fortalecimento da agricultura familiar*: a partir dos anos 2000, a territorialização da Borborema foi impulsionada pela implementação de um conjunto diversificado de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural com enfoque territorial. Ressaltamos a capacidade do Polo em atuar como articulador das demandas territoriais, impulsionando a ação coletiva, o que lhe confere a posição de ator chave no diálogo com o poder público, visando a políticas públicas adaptadas às especificidades territoriais.

A pandemia, ao impor o isolamento social e fechar as escolas, complexificou o quadro de desmonte que se vivenciava desde 2016, pois surgiram muitas dúvidas se as prefeituras poderiam seguir comprando produtos da agricultura familiar para a merenda escolar com as escolas fechadas. Isso gerou impactos importantes nos mercados institucionais, que nos últimos anos se tornaram canais essenciais de comercialização de produtos da agricultura familiar e um importante elemento articulador dos atores territoriais.

Diante do fechamento dos mercados institucionais, a capacidade de articulação do Polo e de suas redes mostrou-se essencial na negociação com o governo municipal (as prefeituras) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e na abertura de espaços de diálogo para a construção de estratégias que reestabelecessem os canais de comercialização da agricultura familiar. A negociação com a Prefeitura de Remígio para planejar o reestabelecimento da compra de produtos da agricultura familiar durante o fechamento das escolas; a discussão com o CMDRS sobre adaptações do Pronaf B às características do território e aos interesses dos agricultores familiares, entre outras iniciativas, revelaram essa capacidade de construção de respostas ao novo ambiente. Ressalta-se nessas estratégias como num contexto de crise a esfera local (municipal) emerge como um importante espaço de articulação e de fortalecimento da agricultura familiar, o que ficou relativamente claro no município de Remígio. Assim, visando ao maior apoio político no âmbito municipal, na última eleição (15 de outubro de 2020), por exemplo, além de formarem quadros para a disputa por vagas na

Câmara Municipal e na prefeitura, as lideranças do Polo negociaram com os candidatos compromissos de promoção e de fortalecimento da agricultura familiar e de valorização da vida no meio rural.

- 3) *Os obstáculos e as oportunidades engendrados pela pandemia da Covid-19*: Com a pandemia os principais canais de comercialização da produção agroecológica foram fechados: a feira, a quitanda e as escolas (merenda). As possibilidades de reunião, reduzidas. Contudo, a elevada capacidade de articulação e de implementação de ações coletivas pelos atores territoriais, bem como a sua criatividade, possibilitaram a identificação e o aproveitamento de oportunidades.

Se, de um lado, o isolamento social bloqueou os encontros e as reuniões presenciais, de outro, os atores sociais do território buscaram se apropriar das tecnologias digitais e dos aplicativos com agilidade, incorporando-as às suas estratégias de territorialização e de mobilização. A apropriação do uso da tecnologia de informação e comunicação pelas redes possibilitou retomar a interação com jovens e mulheres (grupos que demonstraram maior sofrimento com as condições do isolamento) e, ao mesmo tempo, levou à renovação das estratégias de comercialização. A criação de canais de comunicação com mulheres e jovens se mostrou essencial, por exemplo, na redução da violência doméstica e no combate à depressão, que se acentuaram no contexto de isolamento social. Ademais, ao possibilitarem que o *delivery* fosse reposicionado como o principal canal de escoamento da produção, as novas tecnologias favoreceram a organização da logística das quitandas (conexão com fornecedores), bem como possibilitaram uma maior aderência dos consumidores às quitandas da Borborema por meio dos laços de confiança criados em torno do grupo de Whatsapp. Essas oportunidades trouxeram também novos desafios: quase todos(as) os(as) entrevistados(as) chamaram atenção para a baixa qualidade da conexão de internet no meio rural, o que bloqueia o acesso dos agricultores, e para a maior dificuldade dos agricultores idosos em usar essas tecnologias. Por outro lado, as novas tecnologias e a criação de novos canais de comunicação têm o potencial de ampliar o engajamento dos jovens, o que pode ter interessantes repercussões sobre as estratégias futuras de desenvolvimento rural.

4) *O Sistema de comunicação territorial e sua centralidade no fortalecimento da identidade territorial e na construção de estratégias de resistência*: as entrevistas ressaltaram a importância da construção de um sistema de comunicação territorial, essencial para o fortalecimento da dimensão simbólica (identidade) do território. Nesse sistema, os comunicadores são os próprios agricultores e suas organizações: são eles que pensam a mensagem, que produzem os vídeos e os anúncios, que elaboram as estratégias de divulgação. Esse sistema de comunicação territorial, pautado nas diretrizes da comunicação popular, tem se mostrado central na consolidação de uma identidade territorial (para dentro, ou seja, entre os agricultores), bem como tem operado como um fator de legitimação do Polo e de suas organizações para fora, junto aos consumidores e à sociedade. Na comunicação para dentro, os agricultores familiares foram capazes de manter redes de diálogo e de interação, que foram centrais para a implementação e o desenho de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia em meio à pandemia. A comunicação para fora, por sua vez, procurou dar visibilidade e divulgar, junto à sociedade, a importância do alimento saudável (fresco e agroecológico) no fortalecimento da imunidade e, logo, na manutenção da saúde. Foram criadas, assim, estratégias de resistência pautadas na valorização da qualidade dos alimentos (valor nutricional) e na associação dos alimentos com a promoção da saúde, bem como na conexão dos alimentos com a manutenção de tradições culturais e a resistência dos territórios.

5) *O avanço dos supermercados e os desafios da consolidação de sistemas alimentares agroecológicos no Território da Borborema*: foi apontado por todos(as) os(as) entrevistados(as) que a pandemia e o isolamento social resultaram no avanço dos supermercados conectados às grandes redes varejistas no território. Eles foram os únicos que seguiram operando quando todo o comércio foi fechado, o que lhes reservou um importante mercado desde o início da pandemia. Essa talvez seja uma das dinâmicas mais relevantes de desterritorialização a ser enfrentada hoje, o que se torna mais urgente frente à constatação de que boa parte da sociedade ainda associa os produtos industrializados à qualidade.

Contudo, além de estratégias de comunicação que focam na promoção dos alimentos saudáveis e no fortalecimento da identidade da agricultura familiar agroecológica, as entrevistas ressaltaram a im-

portância de que a crítica aos alimentos industrializados e ultraprocessados seja feita a partir do oferecimento de alternativas concretas e acessíveis para as famílias rurais e urbanas. Segundo os(as) entrevistados(as), o isolamento social e as novas formas de comercialização trouxeram a oportunidade para se demonstrar que a agricultura familiar é capaz de produzir produtos saudáveis em escala, ou seja, em quantidade suficiente para abastecer os pontos de venda e a um preço acessível a todos os grupos sociais do território. A estratégia de criação de cestas de produtos da agricultura familiar a serem doadas para famílias em condições de vulnerabilidade e que enfrentavam a fome, por sua vez, revelou também a centralidade das capacidades territoriais na construção de soluções inovadoras para os desafios colocados pela pandemia. Tal iniciativa, ao mesmo tempo que foi capaz de criar um novo canal de escoamento da produção da agricultura familiar (garantindo sua renda e o uso dos recursos territoriais), ressaltou o papel da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar com alimentos em quantidade e de qualidade.

Considerações finais

Longe de esgotar o tema, a pesquisa realizada nos permitiu identificar, de forma bem geral, as relações que se estabelecem entre dinâmicas de territorialização e desterritorialização e a construção de resiliências, evidenciadas no contexto atual da pandemia da Covid-19. Numa conjuntura excepcional, as capacidades construídas pelos atores territoriais ao longo de sua trajetória possibilitaram a mobilização de diversas práticas e recursos que conferiram ao sistema alimentar territorial certa resiliência frente às dinâmicas de desterritorialização que se apresentaram, ao mesmo tempo em que apontaram para novos caminhos de fortalecimento do Território da Borborema. Isso não quer dizer, contudo, que esses processos de territorialização se desenrolem sem entraves e descontinuidades. O avanço dos supermercados e dos canais de comercialização corporativos, centralizados e privados, o avanço das dinâmicas urbanas sobre as áreas rurais (em particular, da violência e do tráfico de drogas) e o padrão de propriedade e de acesso aos recursos naturais (e à terra) ainda tão concentrado, como o que temos no Brasil, permanecem como bloqueios persistentes à conformação de dinâmicas de desenvolvimento territoriais menos concentradoras, mais inclusivas e sustentáveis. Esses entraves se tornam ainda mais sérios no contexto atual de desmonte das polí-

ticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar e de conformação de um Estado ultraneoliberal e ultraconservador como o que temos atualmente no Brasil, estreitando de forma decisiva os espaços participativos de construção de territorializações em torno da agricultura familiar e colocando novos desafios para o desenvolvimento rural. Não obstante o desenrolar desses processos no futuro pós-pandêmico, a pesquisa implementada evidencia a centralidade que os atores e as estratégias territoriais desempenharão na construção e no fortalecimento de sistemas alimentares descentralizados, mais inclusivos e mais conectados com os ciclos da natureza.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.
- ALVES, C. Feminicídio é tema da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia nesta quinta. Direitos Humanos. *Brasil de Fato*, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/11/feminicidio-e-tema-da-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-nesta-quinta>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- AS-PTA. Agricultores do Polo da Borborema denunciam onda de violência no campo. *AS-PTA Notícias*, 11 fev. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/2013/02/11/agricultores-do-polo-da-borborema-denunciam-onda-de-violencia-no-campo/>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- AS-PTA. 8 de março: Mulheres do Polo da Borborema dão seu grito pelo fim da violência e em defesa da agroecologia. *AS-PTA Notícias*, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://aspta.org.br/2018/03/08/08-de-marco-mulheres-do-polo-da-borborema-dao-seu-grito-pelo-fim-da-violencia-e-em-defesa-da-agroecologia/>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- AVRITZER, L. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BERDEGUÉ, J. A.; FAVARETO, A. Desarrollo territorial rural en America Latina y el Caribe 2030. *Alimentación, Agricultura y Desarrollo Rural en América Latina y El Caribe*, n. 32. Santiago de Chile: FAO, 2019, p. 1-24.
- BITOUN, J. *et al.* Capítulo 1 – Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. In: MIRANDA, C. *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Vol. 22. Brasília: IICA, 2017, p. 39-238. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).
- BONNAL, P.; DINIZ, P.; TONNEAU, J-P.; SIDERSKY, P. *As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas. Caso do município de Lagoa Seca no agreste paraibano*. [S.l.: s.n.], 2006, 12 p.
- BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. (org.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011. p. 61-88.

CANIELLO, M. de M. (org.). *Relatório Analítico Parcial*. Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, PSDTR, no território de Borborema, Paraíba. Projeto de pesquisa. Grupo de Pesquisa Análise de Desempenho em Políticas Públicas, Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Borborema, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

DELGADO, N. G. Sociedade civil, Estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do Território Rural da Borborema/PB. *Raízes*, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2, v. 29, p. 41-51, jan. 2009/ jun. 2010.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N. G.; LEITE, N. G. (org.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011, p. 89-130.

DELGADO, N. G.; ROMANO, J.; KATO, K. *Territorial development approach: thematic and selective literature review*. Rio de Janeiro: FAO, OPPA/CPDA/UFRRJ, AS-PTA, 2020.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. *Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades. Relatório 2: Território de Cidadania da Borborema PB*. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA, 2008.

DINIZ, P. C. O. *Da experimentação social ao 'experimentalismo institucional'*. Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no Semiárido". 2007. Tese (Doutorado) – CH-UFCG/UFPB-CCHLA/PPGS, Campina Grande, 2007.

FAO. *Novel Coronavirus (Covid-19)*. [online]. 2020a. Disponível em: <http://www.fao.org/2019-ncov/en/>.

FORTINI, R. M.; BRAGA, M. J. (org.). *Um novo retrato da agricultura familiar do semiárido nordestino*. Viçosa: IPPDS; UFV, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? *Textos para Discussão*. Brasília: NEAD, CNDRS, MDA, n. 2, 2002.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: [s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HUBERT, B. Appui à l'agriculture familiale: appuis institutionnels et initiatives locales. *Rapport de mission au Brésil*. Montpellier: INRA-SAD, Cirad-SAR, 1997, 8 p.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996, n. 15, Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

LEITE, S.; BONNAL, P.; DELGADO, N.; KATO, K. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). *Articulação de políticas públicas e atores sociais*. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

MIRANDA, R. de S.; PIRAUX, M. *Desenvolvimento territorial e sustentabilidade agrícola no agreste paraibano*. [S.l.: s.n.], 2008, 14 p.

- PETERSEN, P. Tesouros escondidos. Reconnectando cultura e natureza nas dinâmicas de desenvolvimento rural, um caso do semiárido brasileiro. In: MILONE, P.; VENTURA, F.; YE, J. *Constructing a new framework for rural development*. Bingley: Emerald, 2014.
- PETERSEN, P. F.; SILVEIRA, L. M. Agroecology, public policies and labor-driven intensification: alternative development trajectories in the Brazilian Semi-Arid Region. *Sustainability*, v. 9, n. 535, 2017, 18p.
- PIRAUX, M.; BONNAL, P. *Dinâmicas territoriais, projetos coletivos e multifuncionalidade da agricultura familiar na região do entorno de Campina Grande (Paraíba)*. Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil. Relatório 3.4. [S.l.: s.n.], 2007.
- PIRAUX, M.; BONNAL, P. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB)*. O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar. 2008. 23 p. (mimeo).
- SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. Erosion, crisis and dismantling of policies for family farming in Latin America. *International Review of Public Policy*, v. 2, n. 1, p. 45-67, 2020. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/595624/7/595624.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- SABOURIN, E.; PETERSEN, P. F.; SILVEIRA, L. M. Redes de cooperação da agricultura familiar e do desenvolvimento rural local no agreste paraibano (Brasil). *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 14-36, 2018.
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. *Desarrollo territorial rural*. Santiago: RIMISP, 2004. (Debates y temas rurales, n. 1.)
- SCHMITT, C. *Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes territoriais voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do Desenvolvimento Rural e suas articulações externas. *Sociologias*, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.
- SILVEIRA, L.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba, *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 10-14, 2007.
- UNDRR (United Nations Office for Disaster Risk Reduction). *Webinar Gestión 1223 del Riesgo de Desastres y el manejo institucional de la Crisis del Covid-19*. [online]. 2020. Disponível em: <https://www.undrr.org/es/event/webinar-gestion-del-riesgo-de-1225-desastres-y-el-manejo-institucional-de-la-crisis-del-covid-19>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C. M. A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. [S.l.: s.n.], 2001. (Série Textos para Discussão, n. 1).

Marcas coletivas e cesta de bens e serviços territoriais: ações de desenvolvimento territorial sustentável no Oeste de Santa Catarina

Andréia Tecchio
Leticia Andrea Chechi
Leonardo Moura de Souza
Giovana Paludo Giombelli,
Ademir Antonio Cazella
Valdete Boni

A ocupação da região Oeste de Santa Catarina ocorreu em três fases, sendo a primeira a dos povos indígenas, seguida pela ocupação cabocla,¹ in-

¹ Este termo designa uma etnia originária da miscigenação, sobretudo entre brancos e indígenas, e apresenta duas origens etimológicas possíveis derivadas do tupi: a primeira *caa-boc* – “aquele que vem da floresta” – e *kari'boca* – “filho do homem branco” (Lima-Ayres, 1992; Locks, 1998).

tensificada no final do século XIX, e a terceira iniciada nas primeiras décadas do século XX, com a colonização por descendentes de imigrantes europeus vindos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul (Poli, 2006). Com o advento da “modernização” da agropecuária no pós-Segunda Guerra Mundial, a grande maioria dos colonos² se integrou ao setor agroindustrial empresarial, que ganhou proeminência socioeconômica no Oeste Catarinense a partir da década de 1950 (Corazza, 2016).

A crise econômica que se intensificou no país na metade dos anos 1980 levou parcela importante de colonos a ter dificuldades para garantir a sua reprodução social, o que explica a organização política de segmentos desse grupo social (Rover, 2009; Medeiros, 1989). Os indígenas e caboclos foram gradativamente expropriados de suas terras e, atualmente, representam as populações mais pobres da região (Tecchio et al., 2021). As lutas contra as diferentes formas de opressão transformou o Oeste Catarinense num “celeiro de movimentos sociais”,³ com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), movimento pela renovação dos sindicatos rurais e a constituição de um sindicalismo de caráter reivindicativo de políticas públicas de desenvolvimento rural, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o movimento de retomada de terras pelos povos indígenas (Paim, 2006).

Esses movimentos sociais e sindicais formaram novas lideranças políticas, organizações de representação e assessoria para agricultores familiares, a exemplo da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Essa associação foi constituída em 1989, com sede no município de Chapecó, por iniciativa do novo sindicalismo rural, cujo propósito inicial consistiu em formular e difundir novas alternativas produtivas para a agricultura familiar excluída das principais cadeias agropecuárias. Para tanto, a Apaco firmou parcerias com diversas administrações municipais e organizações de agricultores, visando ao apoio político e financeiro para promover ações inovadoras de desenvolvimento rural (Badalotti, 2003). Dentre seus objetivos consta a construção de um modelo de agricultura baseado na produção familiar, agroecológica (produção sem uso de insumos químicos de

² Denominação empregada para designar agricultores familiares de origem europeia que colonizaram a região Sul do Brasil a partir da metade do Século XIX (Seyferth, 1974).

³ A igreja católica teve um papel relevante na formação de lideranças que se organizaram em movimentos sociais na região. Nesse período, diversos religiosos aderiram à Teologia da Libertação, corrente teológica cristã, considerada a ala progressista do clero, cujos integrantes atuaram na formação de jovens e demais lideranças políticas.

síntese) e em distintas formas de cooperação. O incentivo às agroindústrias familiares representa até hoje uma das suas ações prioritárias.

Em 1999, um dos desdobramentos dos trabalhos da Apaco consistiu na organização da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), em parceria com outras organizações, especialmente a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) (Mior, 2005). O principal objetivo da UCAF consiste em prestar serviços ligados à produção, gestão, controle de qualidade, *marketing* e comercialização de produtos agroindustrializados pela agricultura familiar.

Em 2000, a Apaco lançou a marca coletiva Sabor Colonial, obtendo o registro no Instituto Nacional de Propriedade Individual (INPI) em 2016. Essa marca representa um selo para diferenciar nos mercados os produtos da agricultura familiar (Mior, 2005). Em 2010, uma ação conjunta da Apaco e UCAF resultou na fundação da Cooperativa Central Sabor Colonial, com o propósito principal de comercializar coletivamente os produtos das agroindústrias que usam a marca Sabor Colonial e os serviços da Unidade Central (Kunzler; Badalotti, 2017).

De acordo com Turnes, Cazella e Sampaio (2021), a promoção coletiva de sinais distintivos de qualidade fomenta sistemas produtivos diferenciados, alinhados com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável. Corroborando com essa perspectiva, o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), formulado originalmente na França a partir de estudos empírico em zonas rurais consideradas desfavorecidas naquele país, permite analisar iniciativas que integram atores territoriais na oferta articulada de bens e serviços de qualidade, que tenham como pilar a especificação de recursos territoriais (Campagne; Pecqueur, 2014).⁴

A partir desta contextualização, o problema de pesquisa consiste em compreender em que medida a marca Sabor Colonial representa um instrumento de promoção de recursos territoriais específicos, conceito basilar do enfoque da CBST. Para tanto, o objetivo deste estudo contempla a reconstrução e análise do processo histórico de constituição de uma rede de agroindústrias familiares, cujo principal elemento agregador reside na utilização da marca coletiva Sabor Colonial.

⁴ Este capítulo é parte dos resultados dos projetos de pesquisa “O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do desenvolvimento territorial sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública Fapesc Nº 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531).

O recorte geográfico da análise é a região Oeste do estado de Santa Catarina, localizada na região Sul do Brasil, conforme ilustra a Figura 1, apresentada na terceira seção deste capítulo. Os procedimentos metodológicos adotados contemplam pesquisas documental e de campo, realizadas no período de março de 2020 a julho de 2021. O primeiro deles consistiu na análise de textos, documentos de registros da marca Sabor Colonial e de cadastro das agroindústrias familiares, materiais de divulgação e atas de reuniões da Apaco. Essa análise permitiu compreender o processo de aprovação da marca Sabor Colonial junto ao Inpi, a distribuição das agroindústrias no território, as diferentes formas de uso da marca e dos serviços prestados pela Ucaf e a mensuração da quantidade de agroindústrias e a diversidade de produtos que usam a marca. É importante destacar que parte dos autores são originários da região estudada, e que após a formação acadêmica retornaram e ali atuam profissionalmente como pesquisadores e mantêm vínculos com as organizações da sociedade civil por relações de parentesco e amizade, além de serem usuários dos seus produtos e serviços.

A pesquisa de campo contou com a realização de quatorze entrevistas, sendo cinco presenciais e nove *on-line*, com atores de três categorias sociais:⁵ i) lideranças da sociedade civil que participaram do processo de constituição da marca Sabor Colonial; ii) técnicos que assessoraram e atuam junto às agroindústrias e à marca; e iii) dirigentes de organizações de agricultores familiares que utilizam a marca. Esses atores sociais foram inquiridos principalmente sobre os seguintes temas correlacionados à marca: i) contexto social e político da sua criação; ii) aspectos jurídicos; iii) serviços complementares mobilizados para a sua implementação; iv) dados quantitativos referentes à sua utilização; e, v) medidas consideradas necessárias para aperfeiçoar a sua performance e das agroindústrias familiares que a utilizam. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Na sequência, se analisa o aparato legal sobre as marcas coletivas, a correlação desse tipo de marca e das agroindústrias familiares com o enfoque da CBST. Em seguida, recupera-se a trajetória histórica de criação da marca Sabor Colonial e sua contribuição atual para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável em territórios rurais a partir da perspectiva teórico-metodológica da CBST. Por fim, nas considerações, analisamos a im-

⁵ As entrevistas *on-line* ocorreram com a participação, em média, de quatro pesquisadores, o que possibilitou aprofundar as informações segundo suas distintas percepções e formações acadêmicas.

portância da marca Sabor Colonial como estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável, bem como os seus principais desafios.

Marcas coletivas e o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais

O reconhecimento legal das marcas coletivas ocorreu em 1883, com a realização da Convenção da União de Paris (CUP), considerada o marco mundial da Propriedade Industrial. Trata-se de um sistema que reúne marcas, patentes e proteção às falsas indicações de procedência, entre outras prerrogativas (Ângulo, 2006). No Brasil, a proteção legal das marcas coletivas foi introduzida no ordenamento jurídico através da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, denominada de Lei da Propriedade Industrial, sob a competência do Inpi, órgão que existe desde 1970. Essa lei classifica as marcas em três categorias: marcas de produtos e serviços, marcas coletivas e marcas de certificação (Brasil, 1996). As marcas de produtos e serviços estão correlacionadas ao uso empresarial corporativo, as coletivas são destinadas a entes que representam uma coletividade e as de certificação atestam a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas.

De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, 2003, p. 15), as marcas coletivas são definidas como “sinais que servem para distinguir bens ou serviços oriundos de membros integrantes a uma entidade coletiva”. Nessa mesma perspectiva, Faria (2011) menciona que, embora a titularidade desse tipo de marca seja atribuída a uma entidade coletiva, seu uso pode se dar por qualquer pessoa autorizada, desde que respeite as regras de utilização da marca. De acordo com Muñoz-Nájjar (2009), a marca coletiva nasce como parte da necessidade de atores privados, sobretudo os de pequeno porte, se associarem para a oferta de produtos ou serviços em torno de objetivos compartilhados. O titular da marca pode ser uma associação, cooperativa ou, então, grupos de pessoas sob uma personalidade jurídica. A característica particular que os une, normalmente, tem a ver com a origem geográfica dos produtos ou serviços, o modo de fabricação, os materiais empregados, a sua qualidade, ou o simples fato de pertencerem à organização titular da marca coletiva.

O vínculo do produto com o meio geográfico de origem não é uma exigência, mas representa uma possibilidade diferenciadora. No regulamento de utilização da marca, seus titulares podem determinar que o meio geográfico de origem seja um dos requisitos dos produtos ou serviços para a utilização

desse signo distintivo. Com isso, normalmente as marcas coletivas estão vinculadas a uma forma de produção tradicional comum entre os produtores de um dado território, com identidades e culturas próprias (Souza; Goes; Locatelli, 2017).

Apesar das marcas coletivas terem ganhado importância no Brasil nos últimos anos, a realidade demonstra que seu uso ainda figura como pontual. Entre janeiro e agosto de 2019, por exemplo, foram depositados 159.902 pedidos de marcas no Inpi, sendo 158.370 marcas de produtos e serviços (99 %), 1.184 marcas coletivas (0,7 %) e 348 marcas de certificação (0,2 %) (Inpi, 2019). Para Carvalho (2004) e Faria (2011), a preferência pelas marcas individuais (produtos e serviços empresariais) pode ser explicada, em grande parte, por não se aplicar a essa modalidade nenhuma exigência para requerer o registro quanto à legitimidade. Além disso, não há obrigatoriedade de um regulamento de utilização, podendo ser livremente transmitida. Para as marcas coletivas, essas duas exigências são requeridas, além do fato de se tratar de uma modalidade que pressupõe o uso por diversos agentes.

A utilização de marcas coletivas por organizações de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, mesmo com apoio institucional, representa uma prática pouco comum (Caporal et al., 2020). Contudo, o menor número de registros de marcas coletivas no Inpi não significa, necessariamente, que elas não estão sendo empregadas, mesmo que em menor proporção em relação às marcas individuais e empresariais. De acordo com Ferrari et al. (2013), em estudos realizados com agricultores familiares no estado de Santa Catarina, num universo de 1.894 empreendimentos agroalimentares, 32 % indicaram que usavam marcas sem registro; 12 % possuíam marcas registradas; 51 % não utilizavam marca e 5 % não informaram. Em estudo mais recente no mesmo estado, Reiter et al. (2019) verificaram a existência de 93 marcas coletivas geridas por organizações da agricultura familiar. Das 1.387 agroindústrias familiares formais identificadas, 43,3 % utilizavam marca individual, 30,2 % marcas coletivas e 26 % não possuíam marca. Ou seja, quase um terço das agroindústrias familiares formais existentes em Santa Catarina utilizam uma marca coletiva.

Mesmo não tendo grande expressividade no Brasil é possível apontar diversos benefícios associados à utilização de uma marca coletiva, a exemplo de ações compartilhadas para conquistar maior espaço nos mercados, divisão de custos de embalagem, controle, transporte e *marketing*, entre outros. Em relação à agricultura familiar, a adesão a esse tipo de signo distintivo permite valorizar de forma cooperada recursos territoriais específicos e o acesso a

mercados formais que, de forma individual, seria muito difícil (Souza; Goes; Locatelli, 2017).

Na perspectiva de Turnes, Cazella e Sampaio (2021), os signos distintivos permitem explicitar determinados atributos fortemente associados ao território, como a origem, o saber-fazer, a forma de produção, a cultura, entre outros, os quais diferenciam produtos e serviços territoriais. Esses sinais traduzem a qualidade dos produtos e serviços de um dado território, representando uma ferramenta cada vez mais utilizada em iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável e, de forma específica, daquelas que se aproximam da abordagem da CBST. Essa abordagem foi formulada no bojo das discussões sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais, como contraponto ao processo hegemônico de globalização econômica (Cazella et al., 2020). Formulada por Pecqueur (2001) e Mollard (2001), o enfoque da CBST contempla iniciativas de atores territoriais que se organizam com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de produtos e serviços territoriais de qualidade, que valorizam o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural, entre outros quesitos (Cazella et al., 2020). O elemento central consiste em identificar fatores a serem explorados em um território por atores que apresentam uma proximidade geográfica. O desenvolvimento territorial ocorre por meio da promoção de produtos e serviços de qualidade associados a características específicas do território, que priorizam a comercialização via circuitos curtos e o reconhecimento da qualidade por parte dos consumidores (Cazella et al., 2019; 2020).

Um conceito central desse enfoque reside na dupla diferenciação de ativos e recursos territoriais, específicos ou genéricos. Ativos territoriais são elementos “em atividade”, enquanto os recursos figuram como potencialidades a serem exploradas no território (Hirczak et al., 2008). Os recursos territoriais são considerados todo objeto material ou imaterial, como o saber-fazer, patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, entre outros, que tenham suas reputações reconhecidas localmente, podendo então, ser objeto de valorização individual ou coletiva.

Certaines peuvent être génériques, comme le pétrole, les produits alimentaires indifférenciés (lait, viande...). D'autres sont spécifiques par leurs modes de production... ou par leur forte interaction au territoire et à l'histoire des acteurs. (Perron; Janin, 2014, p. 9).

Três componentes principais se fazem presentes no modelo da CBST, com graus de articulação diferenciados segundo cada território, os quais apresentam correlações com os preceitos do desenvolvimento sustentável nas

suas três principais dimensões (econômica, social e ambiental): a) bens e serviços que possuam algum grau de especificidade e qualidade territorial, imersos em laços de confiança e proximidade, que se expressam por meio da venda direta, gastronomia típica e visitação turística ao patrimônio paisagístico, histórico e cultural do território. A demanda está ligada à qualidade, reputação e (re)conhecimento do território, das suas tradições e reputações; b) um sistema de governança territorial que articule as ações dos distintos atores sociais implicados na valorização de produtos e serviços de qualidade territorial; c) bens públicos que desempenham um papel de cenário, sendo esses associados ao ambiente e à natureza (paisagem e biodiversidade), ao patrimônio e à cultura (arquitetura e monumentos) e à história e tradições do território (Hirczak et al., 2008; Cazella et al., 2020).

Na maioria dos casos, o processo de constituição de uma CBST não ocorre, necessariamente, de forma pré-concebida mediante o conhecimento e a adoção dos seus preceitos *a priori*. Isso tem a ver com a própria formulação do enfoque, que se deu a partir de estudos empíricos de ações de desenvolvimento territorial. Ou seja, as iniciativas em curso de atores territoriais levaram à concepção do enfoque e não o contrário, embora seja possível adotá-lo de forma a orientar novas iniciativas ou mesmo aprimorar as existentes há mais tempo.

A construção social e a utilização da marca coletiva Sabor Colonial: uma ferramenta de desenvolvimento territorial sustentável?

Uma das reivindicações de organizações rurais da agricultura familiar na década de 1990 junto às esferas governamentais consistiu na implementação de legislações mais adequadas à agroindustrialização de produtos por agricultores familiares. Nesse contexto, o processamento de alimentos realizado na cozinha pelas agricultoras, que constituía a base do autoconsumo das famílias de ascendência europeia, passou a ser uma alternativa de geração de renda para muitas famílias do Oeste Catarinense (Mior, 2005; Schneider; Ferrari, 2015). Para Grisa et al. (2020), essa mobilização pode ser entendida como uma das estratégias de desenvolvimento rural que emergiu a partir da crítica à “modernização” da agropecuária.

De acordo com os atores entrevistados, esse movimento foi liderado na região Oeste de Santa Catarina pela Apaco, com o apoio de Organizações

Não Governamentais.⁶ O movimento de renovação sindical, o MST, o MMC e, em alguns municípios, o MAB coparticiparam desse processo. No que concerne aos agricultores familiares, 232 grupos informais assessorados pela Apaco e grupos de agricultores assentados pela política de reforma agrária e ligados ao MST fizeram parte dessa discussão. Arns (2010) acrescenta outras organizações que atuaram na construção de um ambiente institucional favorável às agroindústrias familiares, como a Pastoral da Terra da Igreja Católica, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor vinculado à Igreja Luterana, a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores e o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores. Essa articulação “buscava dar direção política aos grupos e organizações existentes; também fazia a formação de monitores que atuavam nos municípios, incentivando a formação de ‘novas sociedades de agricultura de grupo’” (Arns, 2010, p. 79).

A agroindustrialização de pequeno porte foi adotada por parcela das famílias de agricultores excluídas do processo de “modernização” da agropecuária, ou que não estavam mais dispostas a se manter integradas às agroindústrias empresariais existentes na região. Nesse contexto, surgiu a ideia de criar um “selo” que distinguisse os produtos das agroindústrias familiares nos mercados, culminando, posteriormente, com o registro da marca Sabor Colonial.⁷ Em muitos municípios rurais, a utilização da marca Sabor Colonial induziu à constituição de pequenas cooperativas que agregam diferentes agroindústrias familiares.

Assim, a origem e organização coletiva desse processo, capitaneado pela Apaco, dialoga com a abordagem da CBST por meio de um duplo caráter de especificação de recursos territoriais, atrelado à referência “colonial” dos produtos transformados pelas agroindústrias familiares. O primeiro se refere ao conteúdo imaterial desse tipo de recurso evidenciado por Janin e Perron (2014). A denominação “colonial” representa, sobretudo na região Sul do Brasil, a tradição dos agricultores familiares de origem europeia em processar matérias-primas produzidas em suas unidades agropecuárias, cujo excedente é vendido, na maioria das vezes, em circuitos curtos de comercialização. Nessa região, um produto colonial está vinculado a distintos “saber-fazer” desses agricultores familiares, os quais são valorizados pelos consumidores do território. O segundo caráter está

⁶ Três dessas organizações tiveram uma ação de destaque nessa área: o Centro Vianei de Educação Popular, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo e a Terra Nova.

⁷ O MST participou dos debates promovidos pela Apaco, mas optou por orientar os grupos de agricultores assentados a implementar agroindústrias de maior porte e a criar a Marca Terra Viva.

associado ao conteúdo material propriamente dito dos recursos específicos expressos nos produtos que as agroindústrias familiares processam. Dentre esses, merecem destaque na região de estudo os embutidos de suínos, queijos coloniais, açúcar mascavo, vinhos coloniais, geleias de frutas, conservas de hortaliças e diversos tipos de panificados, elaborados a partir de receitas que remontam a várias gerações.

Os produtos coloniais são representados, portanto, por um conjunto de bens tradicionalmente processados no estabelecimento rural pelos agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus para o autoconsumo da família. A partir da metade da década de 1990, o mercado de produtos de qualidade diferenciada em torno da imagem positiva dos produtos coloniais passou a ser uma alternativa de reação à crise econômica que assolou o país e, em particular, a agricultura de base familiar (Dorigon; Renk, 2011; Mior, 2005).

A constituição de agroindústrias e da marca Sabor Colonial foi inspirada pelo Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural (Prove), uma política pública de apoio a produtores rurais pobres para agroindustrialização de produtos *in natura*, desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal entre 1995 e 1998 (Wesz Jr., 2012). O Prove tinha uma rede de agroindústrias familiares que utilizava uma marca coletiva tutelada pelo governo do Distrito Federal. Atores da sociedade civil do Oeste de Santa Catarina realizaram vários intercâmbios para conhecer o referido Programa, entre eles, lideranças ligadas à agricultura familiar de cerca de trinta municípios da região. Um dos resultados desse processo em Santa Catarina consistiu na instituição da Lei 10.610 no final de 1997, que previu a implementação de um serviço público diferenciado de inspeção estadual para produtos de origem animal e vegetal.

A normativa criada reforçou a discussão sobre a construção de estratégias de valorização dos produtos da agricultura familiar no mercado. A ata da 51ª seção ordinária da Assembleia de Santa Catarina (07/06/2000) cita um deputado do Partido dos Trabalhadores como responsável pela realização de uma audiência pública no dia 25 de maio de 2000 pela Comissão de Agricultura do estado, que discutiu a criação de um selo para os produtos das agroindústrias familiares: “a construção de um selo de qualidade para esses produtos coloniais, que se chamam Sabor Colonial, sabor que vem da colônia, valorizando a cultura colonial, valorizando a roça, valorizando a cultura do campo” (Alesc, 2000, p. 4).

Segundo alguns atores entrevistados, as reticências e inoperâncias dos agentes públicos do governo do estado de Santa Catarina em relação ao tema

se deram, principalmente, por questões de caráter político.⁸ Além disso, os atores da sociedade civil implicados com esse processo acompanharam o fim do apoio público ao Prove pelo governo do Distrito Federal, que iniciou a gestão em 1999 (Wesz Jr., 2012), conforme explicou um ator entrevistado:

A única crítica que nós fizemos no retorno da viagem foi: se trocar o governo lá? Ela vai se sustentar? Então, quando voltamos de um intercâmbio, aqui [em Santa Catarina] já havia lei e o trabalho de criar a Marca Sabor Colonial, que foi criada pelo governo [estadual de Santa Catarina]. A gente fazia parte do grupo que patenteou por fora e o Estado não reclamou. Virou marca privada para poder funcionar. Senão, troca de governo, e a gente pode citar o exemplo da Sabor Gaúcho,⁹ que, conforme o governo, ela encolhe. (Agricultor familiar que participou do movimento de renovação sindical, bem como da criação de cooperativas de crédito rural e da Marca Sabor Colonial).

Esse contexto levou a Apaco e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura do governo do Partido dos Trabalhadores, que administrava a Prefeitura Municipal de Chapecó, a lançarem a marca Sabor Colonial e providenciar o registro de propriedade junto ao Inpi. A Apaco é a sua detentora e, para tanto, atuou na implementação dessa marca desde o início da década de 2000, mas o registro junto ao Inpi só foi obtido em 2016.

No momento da construção da marca havia uma relativa oferta de recursos financeiros públicos de incentivo ao desenvolvimento rural, os quais permitiram, por meio de projetos coordenados pela Apaco, a contratação de equipes técnicas para assessorar as agroindústrias a se adequarem à legislação vigente. Segundo Mior et al. (2019), o projeto Pronaf Agroindústria¹⁰ e o Programa Desenvolver (CNPq/Funcitec), implementados em 1998, respectivamente, nas regiões Sul e Oeste de Santa Catarina, foram o ponto de partida para afirmação da organização dos agricultores interessados em ampliar escala, se adequar aos requisitos da legislação sanitária, ambiental e fiscal, reduzir custos de *marketing* com selos, marcas e rótulos. Essas ações

⁸ A maior parte das lideranças de organizações sociais implicadas na criação da marca possui vínculos com o Partido dos Trabalhadores desde a sua constituição no início da década de 1980. A eleição de prefeitos e deputados estaduais por esse partido na região representou uma oportunidade para fortalecer as ações da Apaco.

⁹ Marca coletiva de propriedade da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) que objetiva prover recursos para investimento em atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf, inclusive em infraestrutura para o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo ou artesanais e da promoção do turismo rural.

não aportaram apenas recursos para as agroindústrias familiares, mas oportunizaram parcerias interinstitucionais e organização dos agricultores em redes sociotécnicas. O processo de aprendizagem coletiva que serviu de base para o fortalecimento desse movimento foi reforçado pelo projeto “Agregação de Valor”, instituído em 1997 e coordenado pela Epagri.

O gerenciamento da marca pela Apaco reflete a dinâmica de trabalho dessa organização, em especial as parcerias que mantinha com as administrações municipais, algumas formais e outras informais, as quais permitiram o apoio de profissionais técnicos que atuavam nas prefeituras e na Epagri. Essas parcerias foram estabelecidas em vários municípios com governos considerados progressistas, que se desafiaram a instituir legislações para formalizar as agroindústrias. As relações estabelecidas entre distintas organizações no âmbito da marca consolidaram redes e formas de cooperação nos territórios rurais, fator importante na promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio de iniciativas que incorporam componentes do enfoque da CBST (Campagne; Pecqueur, 2014; Cazella et al., 2020).

O crescimento do número de agroindústrias usuárias da marca explica a estruturação da Ucaf, cujo propósito consiste em prestar serviços ligados à elaboração de projetos para construção de agroindústrias, concepção de rótulos e *design*, contabilidade e inspeção sanitária das unidades de processamento. Para inspecionar os alimentos de origem animal, essa organização se credenciou em 2014 junto à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, empresa pública responsável pela inspeção sanitária de produtos agropecuários. O valor cobrado pela Ucaf para a prestação desses serviços é bem abaixo do mercado, e algumas prefeituras da região estabelecem convênio para que os serviços prestados sejam sem custos para as agroindústrias.

No que tange à governança do conjunto de ações e serviços coordenados pela Apaco, as normas concernentes ao uso da marca Sabor Colonial não estão documentadas, mas a concessão é discutida em reuniões das quais participam representantes da Apaco, Ucaf e a Cooperativa Central Sabor Colonial. A marca é concedida, preferencialmente, a cooperativas constituídas por agroindústrias associadas, cujos produtos agroindustrializados sejam processados por agricultores familiares. Não existe nenhuma normativa quanto à origem da matéria-prima, o que permite, em algumas situações, que seja adquirida de terceiros, entre eles, de outros agricultores familiares, como forma de complementar a produção própria. Entretanto, na maioria dos casos, os produtos transformados têm origem de matéria-prima própria. Há alguns “moinhos coloniais” que fornecem parte da farinha de trigo uti-

lizada no processamento, já que esse cultivo perdeu importância econômica na região. O dinamismo dessa estrutura organizacional se reflete nas diversas formas de uso da marca Sabor Colonial e dos serviços prestados pela Ucaf, como pode ser observado na Figura 1.

O município de Chapecó e seu entorno apresentam uma maior concentração de agroindústrias familiares e das distintas assessorias prestadas. Os serviços ofertados pela Ucaf e a marca Sabor Colonial são utilizados por onze cooperativas que congregam um total de 76 agroindústrias familiares. Outras dezesseis agroindústrias integram o sistema por terem participado desde o início do processo de construção da marca. Esses casos estão localizados em municípios onde não há um número de agroindústrias suficiente para constituir uma cooperativa ou porque seus proprietários não se adaptaram às normas das cooperativas existentes. Ademais, quatro cooperativas, com um total de treze agroindústrias, usam somente a marca Sabor Colonial, pois os serviços, especialmente de contabilidade, são prestados por empresas municipais com as quais os proprietários possuem relações de reciprocidade ou parentesco. Outras cinco cooperativas compram e vendem insumos para as mais diversas atividades da agricultura familiar e utilizam alguns serviços da Ucaf, mas não a marca. Em suma, um total de 105 agroindústrias e vinte cooperativas de 21 municípios do Oeste de Santa Catarina estão vinculados aos serviços da Ucaf e/ou à marca Sabor Colonial e, segundo dirigentes dessas organizações, aproximadamente 500 famílias de agricultores mantêm algum tipo de vínculo com essa estrutura organizacional.

Essas cooperativas reúnem agricultores familiares proprietários de agroindústrias de um determinado município e, por vezes, de municípios limítrofes. Dentre as explicações para a sua criação e proliferação estão as políticas públicas de compras institucionais implementadas a partir da segunda metade da década de 2000, notadamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Grisa; Porto, 2015; Triches, 2015). Essas organizações representam aquilo que Estevam e Mior (2014) denominam de cooperativas descentralizadas e que Ploeg (2008) caracterizou como “cooperativas territoriais”. Seus canais de comercialização não se restringem à esfera municipal, mas abarcam diversos municípios próximos e, sobretudo, os com uma população urbana mais expressiva. Ao aumentarem a densidade institucional no meio rural, essas cooperativas qualificam diversas ações de desenvolvimento territorial e con-

tribuem na construção de um sistema de governança segundo os preceitos da CBST discutidos anteriormente.¹¹

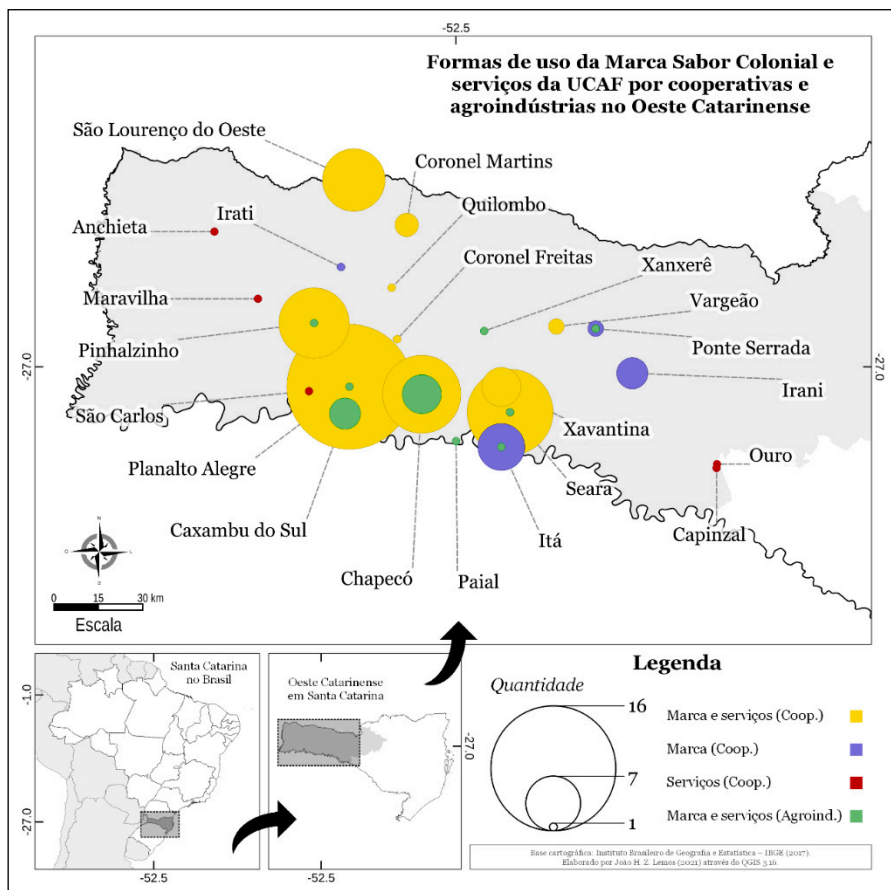


Figura 1 – Localização das cooperativas e agroindústrias que utilizam a marca Sabor Colonial e/ou serviços da Ucaf.

Os produtos alimentares comercializados com a marca são subdivididos em nove categorias, tomando por base a classificação de Schabarum

¹¹ O Capítulo “Construindo a governança de sistemas agroalimentares e de políticas públicas territorializadas: o caso da Crediseara na Região Oeste de Santa Catarina” (de autoria de Giombelli et al.) deste livro analisa uma iniciativa de construção de um sistema de governança do desenvolvimento territorial, na qual tem-se a participação de três “cooperativas territoriais”, sendo uma delas usuária da Marca Sabor Colonial.

(2017) e a Resolução RDC Nº. 359/2003:¹² 1) carnes e derivados; 2) ovos; 3) cereais; 4) derivados de cana-de-açúcar; 5) geleias e mel; 6) hortaliças e derivados; 7) leite e derivados; 8) panificados; 9) sucos integrais. Os produtos não alimentares, a exemplo de madeira e feno, são classificados como matéria-prima manufaturada. Ao todo, 117 itens de produtos alimentares são comercializados com a utilização da marca Sabor Colonial. O leque de itens é maior, dada a diversidade de alguns produtos, como os 36 tipos diferentes de bolachas, dezesseis receitas tradicionais de cucas e dezessete variedades de doces de frutas, o que totaliza 316 itens comercializados com a marca. Os principais produtos comercializados nos mercados institucionais, em ordem de importância e volume, são leite e seus derivados, carnes bovina, suína, frango e peixe.

O número expressivo de cooperativas, agroindústrias usuárias da marca e o advento do chamado mercado institucional propiciado pelo PAA e PNAE levaram a Apaco e a Ucaf a constituírem em 2010 a Cooperativa Central Sabor Colonial. Entre 2010 e 2018, essa cooperativa adotou de forma exclusiva o comércio de alimentos para esse tipo de mercado. A partir de 2019, essas políticas públicas perderam vitalidade com o novo governo federal eleito, o que levou à concepção da “Rota do Sabor Colonial”. Trata-se de uma nova estratégia comercial de venda de produtos das agroindústrias familiares e das cooperativas vinculadas à marca. Por meio dessa estratégia, são distribuídos produtos em pequenos mercados de bairros, por não haver nesses espaços elevada concorrência entre distintas marcas de produtos. Os produtos mais comercializados são embutidos de suínos, frangos e panificados e, em menor escala de venda, encontram-se mel, geleias, derivados de cana-de-açúcar, folhosas, tubérculos, farinhas e grãos.

A “Rota do Sabor Colonial” está concentrada no município polo de Chapecó. Contudo, pretende-se expandi-la para outras regiões do estado. As principais dificuldades relacionadas a esse propósito, segundo gestores da marca, decorrem de a Cooperativa Central Sabor Colonial não dispor de estrutura financeira para antecipar a remuneração para as agroindústrias familiares, além de diversas delas terem canais de venda fidelizados. A falta de produtos para ampliar a “Rota do Sabor Colonial” sugere uma potencialidade tanto para instalar novas agroindústrias quanto de incrementar a capacidade produtiva das existentes. Ademais, os produtos transformados nessas unidades não se voltam exclusivamente para nichos de mercados, pois

¹² É uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ligada ao Ministério da Saúde que trata do Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados Para Fins de Rotulagem Nutricional.

permitem o acesso por parcela importante de consumidores do território.¹³ Esse aspecto é considerado central por Cazella et al. (2020) quando discutem a adaptação do enfoque da CBST para realidades socioeconômicas como a brasileira, onde as desigualdades sociais são acentuadas.

Grande parte dos produtos da marca Sabor Colonial incorpora o saber-fazer das mulheres agricultoras, visto que quase todas as agroindústrias de panificados e geleias foram constituídas por iniciativas delas. Outras, como as de derivados de leite, ampliaram a escala de produção de produtos cujas receitas e formas de fabricação foram mantidas por várias gerações de mulheres. Estudos realizados por Boni (2005) e Mior (2005) com agroindústrias familiares na região, indicam que essa produção, antes restrita ao consumo da família e com vendas esporádicas do excedente, passou para uma produção comercial, agora com técnicas e normas, sobretudo sanitárias, que possibilitam a inserção em mercados formais. Isso demonstra a importância do que antes era limitado à esfera doméstica das unidades agrícolas familiares e que ficava sob a responsabilidade das mulheres. A importância comercial dessa produção valoriza o conhecimento e trabalho tradicional desempenhado pelas mulheres, o que representa um mecanismo de ativação de recurso territorial específico conforme preconiza o enfoque da CBST.

Segundo a maioria dos atores entrevistados, as principais vantagens do uso da marca Sabor Colonial podem ser sintetizadas em quatro aspectos: i) a identificação da “região de colono”, pois o termo é fortemente relacionado à colonização do Oeste Catarinense e à tradição de transformar produtos agroalimentares; ii) uma estratégia coletiva de organização social e prestação de serviços; iii) um *mix* de produtos ofertados aos consumidores; e iv) segurança sanitária e qualidade dos produtos. Em relação à estratégia coletiva, vários informantes sublinham o compartilhamento de responsabilidades, pois a falta de qualidade de um produto pode prejudicar todos os que fazem parte da estratégia. Essas vantagens elencadas pelos entrevistados perpassam os elementos principais do enfoque da CBST ao destacar a origem e qualidade territorial, os laços de confiança e proximidade e o (re)conhecimento e valorização do patrimônio histórico do território e das suas tradições, neste caso incorporado nas receitas dos produtos típicos transformados (Hirczak et al., 2008; Cazella et al., 2020). Como destaca um dos entrevistados, o termo “colonial” remete, de alguma forma, ao histórico da maior parte da população da região de estudo:

¹³ A continuidade das pesquisas empíricas junto às agroindústrias familiares permitirá aprofundar a análise dos principais canais de comercialização e dos perfis socioeconômicos dos seus consumidores.

É um termo que a sociedade, na época, identificava como positiva. Como amigável, próximo, carinhoso, que, de alguma maneira, fazia alguma ligação com o histórico familiar, mesmo as pessoas que estivessem no meio urbano lembravam o termo colonial como um termo que remete às lembranças dos seus familiares que também foram agricultores em algum momento (Engenheiro Agrônomo que assessorou a criação de agroindústrias e da marca Sabor Colonial na década de 1990).

De acordo com Ferrari et al. (2013), uma marca coletiva pode estar associada à tradição, estabelecendo uma ligação entre a família do agricultor, sua cultura e práticas alimentares e os consumidores, por meio de alimentos que incorporam um valor social. Nesse sentido, Schneider e Ferrari (2015) sugerem que, em iniciativas ampliadas de comercialização de produtos diferenciados da agricultura familiar, nas quais enfrenta-se maiores dificuldades para estabelecer um canal direto entre consumidor e produtor, as marcas coletivas ganham relevância. Um desafio consiste em integrar nesse tipo de marca e nos demais selos coletivos a distintividade que caracteriza tais produtos, de forma a possibilitar o reconhecimento do seu diferencial pelos consumidores. A organização em pequenas cooperativas descentralizadas e a constituição de uma rede horizontal de mercantilização desses produtos permitem o fortalecimento do poder de barganha e a posição comercial dos agricultores.

As vantagens e potencialidades do uso de marcas coletivas na promoção do desenvolvimento territorial sustentável são permeadas por diversos desafios. A certificação orgânica dos produtos agroindustrializados foi colocada pelos entrevistados como um deles. Do total de agroindústrias familiares que utilizam a marca Sabor Colonial, somente seis têm certificação orgânica. Segundo dirigentes da marca, isso se deve à falta de insumos orgânicos complementares em determinados processos, a exemplo do leite e derivados, que demandam insumos orgânicos desde a alimentação dos animais até o processamento final do produto.

Na percepção dos atores implicados com a coordenação da marca, é necessário ampliar seu uso e reconhecimento a partir de critérios melhor definidos e formalizados; aumentar a quantidade e diversidade de produtos, dando preferência à matéria-prima da agricultura agroecológica, bem como melhorar o *layout*, pois consideram que os rótulos têm muitas informações que dificultam o discernimento dos consumidores. Outro desafio se refere à compreensão por parte das famílias de agricultores que usam a marca Sabor Colonial da estratégia coletiva, pois muitos concebem a organização coordenada pela Apaco enquanto uma mera transação comercial.

Outra questão identificada durante a pesquisa foi uma certa evasão gradual de agroindústrias, pois aproximadamente 180 deixaram de utilizar a marca ao longo dos anos. Dessas, 25 operam por meio de outras cooperativas ou adotaram o estatuto de microempresa individual. Não foi possível levantar informações sobre o destino das demais agroindústrias familiares que se desvincularam dessa estrutura organizacional. Algumas podem ter cessado suas atividades e outras ter se voltado para o mercado informal. Segundo atores entrevistados, há indícios que a maioria dessas agroindústrias encerrou suas atividades por problemas correlacionados à sucessão familiar e aos custos operacionais associados a burocracias diversas, a exemplo das exigências legais. Estes fatores corroboram com dificuldades apresentadas por Costa, Corbari e Zonin (2021) em estudo empírico realizado no estado do Paraná.

Nesse sentido, a análise pioneira sobre os empreendedores rurais realizada por Muller, Faure e Gerbaux (1989, p. 181) a partir da realidade social francesa oferece diversos elementos para aprofundar essa discussão, mas dois pontos merecem destaque. O primeiro se refere às dificuldades que essas iniciativas inovadoras enfrentam, as quais não se limitam à rigidez das regulamentações públicas, mas abarcam “o peso de modelos de representação setoriais que determinam em um dado momento as regras de reprodução de uma profissão ao mesmo tempo que captam para benefício próprio o essencial dos apoios públicos”. Já o segundo corresponde às características distintivas do que esses autores denominam de “referencial empreendedor” em relação a dois outros referenciais por eles identificados no meio rural (territorial e setorial). No “referencial empreendedor” tem-se um mercado predomínio de comportamentos individuais em detrimento de estratégias coletivas. A experiência da Apaco aqui analisada representa uma tentativa coordenada para fortalecer o referencial territorial, por meio da integração em sua estrutura organizativa e um número significativo de empreendedores rurais que, tendencialmente, pendem para ações individuais.

Considerações finais

Este capítulo demonstra a importância das marcas coletivas para o desenvolvimento territorial sustentável ancorado na abordagem da CBST. A análise da trajetória histórica de constituição da marca Sabor Colonial evidencia que seus vínculos com laços de confiança e proximidade, patrimônio histórico e cultural, reconhecimento de tradições e a ação cooperada de multiatores embasam a existência dessa experiência. Essa marca possibilita a

constituição de uma oferta heterogênea e articulada de produtos e serviços territoriais de qualidade. A mobilização coletiva em torno de recursos territoriais específicos presentes na tradição da agricultura familiar em manufaturar produtos, sobretudo alimentícios, permite a emergência de iniciativas coletivas de construção social de territórios rurais inovadores no campo do desenvolvimento sustentável. A marca coletiva Sabor Colonial se configura, portanto, como uma estratégia de promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

Nesse contexto, a integração de elementos teóricos e de informações de pesquisa empírica correlacionadas à marca permitem as seguintes inferências: a) o movimento coletivo para sua constituição integrou atores rurais excluídos do processo de “modernização” agropecuária, hoje responsáveis por pequenas e diversificadas agroindústrias familiares que processam alimentos de qualidade; b) os produtos transformados têm forte apelo e origem territorial, valorizam a cultura e o saber fazer da agricultura familiar, se vinculam ao patrimônio histórico e tradições que, em última instância, promovem uma identidade territorial; c) uma marca coletiva pressupõe a articulação de atores que buscam resolver problemas comuns e, para tanto, promove um componente central do enfoque da CBST que consiste na construção de um sistema de governança territorial.

Por fim, a marca Sabor Colonial logrou êxito de inserir em mercados de proximidade e territorial famílias de agricultores descendentes de imigrantes europeus excluídas do processo de “modernização” agropecuária. Seus canais de comercialização prioritários encontram-se no próprio território nos quais as agroindústrias se localizam e sugerem contemplar consumidores de categorias sociais intermediárias, embora se trate de um tema a ser aprofundado em novos estudos. Seu alcance, no entanto, não integrou indígenas nem agricultores caboclos, os quais permanecem à margem das ações formais de desenvolvimento rural. De acordo com Tecchio et al. (2021), essas populações também não foram beneficiadas por ações das políticas públicas de desenvolvimento territorial, vigentes entre 2003 e 2016. Apesar de concebidas como alternativas à “modernização” e tendo a temática da pobreza rural como estratégia de ação, essas políticas atenderam famílias rurais consideradas viáveis do ponto de vista econômico. Esse ponto representa, quem sabe, a principal limitação do enfoque que norteou a análise deste capítulo, pois o arcabouço teórico-metodológico original da CBST não incorpora a persistência de profundas desigualdades sociais na maior parte dos territórios rurais brasileiros, o que faz desse tema um elemento central a ser considerado na adaptação do enfoque para a nossa realidade social.

Referências

- ÂNGULO, A. C. U. *As marcas de certificação*. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC. *Ata da 51ª sessão ordinária (07/06/2000)*. Florianópolis: Alesc, 2000. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/4748dia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- ARNS, C. E. A. *Cooperação na agricultura familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010, 279 p.
- BADALOTTI, R. M. A. *A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, 387p.
- BONI, V. *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 99 p.
- BRASIL. *Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996*. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Paris: Ed. Charles Léopold Mayer, 2014, 267 p.
- CAPORAL, L. R.; SANTOS, W. G.; SOUZA, C.; MACHADO, G. V. *Guia prático: marcas coletivas para a comercialização de produtos da agricultura familiar*. [S.l.]: MAPA, 2020, p. 47. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/guia-pratico-marcas-coletivas-para-a-comercializacao-de-produtos-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- CARVALHO, M. M. Marcas coletivas – breves considerações. In: ASCENSÃO, J. O. (org.). *Direito Industrial*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 215-249.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *G&DR*, v. 16, n. 3, 2020, p. 193-206.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.
- CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. *Fronteira Sul – Ensaios socioeconômicos*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2016. p. 59-90.

COSTA, P. I.; CORBARI, F.; ZONIN, V. J. Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. In: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. (org.). *Juventude rural e sucessão na agricultura familiar*. Curitiba: Appris, 2021. p. 283-308.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

ESTEVAM, D. O. E.; MIOR, L. C. *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2014, 296p.

FARIA, R. S. V. *Marca Coletiva como ferramenta de diferenciação de Arranjos Produtivos Locais – APLs: O caso do Pólo de Moda Íntima de Nova Friburgo e Região – Brasil*. 2011. 198 p. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2011.

FERRARI, D. L.; MIOR, L. C.; MARCONDES, T.; MONDARDO, M. Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do estado de Santa Catarina, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS (SIAL), Florianópolis, 2013. *Anais... [S.l.: s.n.]*, 2013.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA C.; TECCHIO A.; CHECHI, L. A.; SABOURIN, E. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 78-108, 2020.

HIRCZAK, M.; MOALLA M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. *Économie Rurale*, v. 308, p. 55-70, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Boletim mensal de propriedade industrial: estatísticas preliminares. Assessoria de Assuntos Econômicos - AECON. *INPI*, v. 1, n. 1, p. 2, 2019.

KUNZLER, L. L.; BADALOTTI, R. M. Cooperação alternativa como estratégia de viabilização da agricultura familiar: O caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. *Desenvolvimento em Questão*, n. 15, v. 39, p. 320-352, 2017.

LIMA-AYRES D. M. *The social category caboclo: History, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population na amazonian region (the Middle Solimões)*. Cambridge: King's College, 1992.

LOCKS, G. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito-SC*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, 116 p.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Unochapecó, 2005, 338 p.
- MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; REITER, J. M.; MONDARDO, M.; GUGEL, J.; SÁ, M.; FELICIANO, A. M.; MARCONDES, T. Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 8., Florianópolis, 2019. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2019.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- MULLER, P.; FAURE, A.; GERBAUX, F. *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. Paris: L'Harmattan, 1989, 189 p.
- MUÑOZ-NÁJAR, L. A. G. *Propriedade Intelectual: el uso de la marca como herramienta de mercado*. Publicação produzida pelo Projeto USAID/PERU/MYPE COMPETITIVA. Peru: USAID, 2009, p. 69.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. *A criação de uma marca: uma introdução às marcas de fábrica ou de comércio para as pequenas e médias empresas*. Série sobre a propriedade intelectual para o comércio e a indústria. Brasília: Inpi, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/composicao/arquivos/01_cartilhamarcas_21_01_2014_0.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina. *Saculum*, n. 14, p. 121-138, 2006.
- PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PERRON, L.; JANIN C. *Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action*. Guide méthodologique. Grenoble: Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, 2014.
- PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, 372 p. (Série Estudos Rurais).
- POLI, J. Caboclos: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, v. 23, p. 149-187, 2006.
- REITER, J. M. W.; MONDARDO, M.; FERRARI, D. L.; MIOR, L. C.; MARCONDES, T. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Documentos n. 289. Florianópolis: Epagri, 2019, 72 p.
- ROVER, O. J. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. *Cadernos do CEOM*, n. 30, p. 101-117, 2009.
- SCHABARUM, J. C. *Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios do estado do Paraná: tipos de alimentos fornecidos e preços*

praticados. 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974, 160 p.

SOUZA, K.; GOES, J. H.; LOCATELLI, L. Marcas coletivas e indicações geográficas: similaridades e potenciais impactos no desenvolvimento. In: VIEIRA, A. C. P.; ZILLI, J. C.; BRUCH, K. L. (org.) *Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: ambiente institucional e organizações*. Criciúma: Ediunesc, 2017. p. 339-359.

TECCHIO, A.; CORTES, G.; MEDEIROS, M.; CAZELLA, A. A. Percepções e representações sociais de famílias pobres e atores institucionais sobre pobreza e ação pública. *Desenvolvimento em Debate*, v. 9, n. 1, p. 69-97, 2021.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 80-200.

TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; SAMPAIO, C. A. C. Marcas coletivas: aporte à construção de cestas de bens e serviços territoriais. In: SAMPAIO, C. A. C. *et al.* (org.). *Estudos socioambientais e arranjos produtivos urbanos e regionais*. Blumenau: Editora FURB, 2021.

WESZ JUNIOR, V. J. Análise comparada dos programas estaduais de agroindustrialização na agricultura familiar brasileira (1995-2008). *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, v. XVII, n. 979, 2012.

Construindo a governança de sistemas agroalimentares: a experiência de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa Catarina

**Giovana Paludo Giombelli
Valdete Boni
Andréia Tecchio
Ademir Antonio Cazella
Fábio Luiz Búrigo
Marcelo Antônio Conterato**

O processo de ocupação e desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina tem íntima relação com a agricultura familiar. A presença dessa categoria de agricultores garantiu a base produtiva que viabilizou a criação de grandes agroindústrias, em especial de abate e transformação de aves e suínos. No decorrer do século XX, essas agroindústrias tornaram-se conglomerados econômicos, privados e cooperativos, cujas marcas comerciais têm,

até hoje, reconhecimento nacional e internacional: Sadia e Perdigão (BRF Brasil Foods/BRF), Seara (JBS), Aurora Alimentos, entre outras. Contudo, a expansão dessas agroindústrias também gerou uma seletividade dos agricultores a elas integrados na produção de matérias-primas.

Assim, uma parcela de agricultores familiares excluída desse processo de modernização das cadeias produtivas está na origem de diversos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do movimento de renovação do sindicalismo rural. Os atuais Sindicatos da Agricultura Familiar (Sintraf) filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) têm um marcante protagonismo político na região e aglutinam diversas experiências associativas, que derivam dessas organizações sociais.

A partir da metade da década de 1980, esses movimentos ganharam maior expressão sociopolítica entre os agricultores familiares, quando suas entidades representativas passaram a contestar o modelo de desenvolvimento rural fomentado nos anos 1960 e 1970. No Oeste Catarinense, esse modelo atrelava um conjunto de intervenções públicas e privadas direcionadas à modernização da agropecuária com a criação dos chamados complexos agroindustriais (Graziano da Silva, 1982). Linhas de crédito rural subsidiadas, estruturação de programas de assistência técnica, programas federais, estaduais e municipais de isenção fiscal e estratégias de gestão que visavam aumentar a eficiência competitiva, transformaram as grandes agroindústrias da região em agentes econômicos importantes nas cadeias globais de *commodities* e de outros produtos de alto valor comercial.

Ao optar pela mesma lógica da chamada ordem industrial (Niederle; Wesz Jr., 2018), as grandes cooperativas agropecuárias da região, com destaque para as cooperativas agropecuárias ligadas à marca Aurora, investiram em estratégias mercantis e de governança similares às adotadas pelas organizações privadas, promovendo o mesmo fenômeno de concentração da produção e seletividade de agricultores associados. Essa estratégia não foi acompanhada por políticas de compensação capazes de gerar soluções para a reconversão produtiva e obtenção de renda da parcela de agricultores familiares alijada do padrão modernizante.

Nos anos 1990, as ações de mobilização sociopolítica iniciadas na década anterior em diversos territórios rurais do Oeste Catarinense deram origem a novas institucionalidades voltadas à construção de projetos alternativos de desenvolvimento rural. Entre as experiências mais expressivas tem-se a constituição de organizações de assessoria política e técnico-organizacional, com

destaque para a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), criada em 1989 em Chapecó, município polo da região. A Apaco nasceu com o objetivo de prestar assessoria técnica, política e administrativa a grupos de agricultores familiares, incentivando a construção de novas práticas e habilidades de cooperação (Sennet, 2012; Búrigo; Rover; Ferreira, 2021). A partir de meados de 1990, em parceria com outras organizações rurais, a Apaco passou a incentivar a criação de agroindústrias familiares, por meio da estruturação de unidades de beneficiamento descentralizadas e a constituição de redes, cooperativas e formas de acesso a políticas públicas para dar suporte a essas iniciativas. Este enfoque teórico-metodológico da CBST (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001) contempla observar iniciativas de atores territoriais que se organizam com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de produtos e serviços de qualidade, ao valorizar, principalmente, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural (Cazella et al., 2020).¹

A Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara) foi a segunda experiência criada a partir dessa inovação organizacional, tendo iniciado suas atividades em 1995. Com a sua fundação, os dirigentes da Crediseara procuravam aumentar o acesso a recursos e serviços financeiros e incentivar diferentes formas de cooperação, dinamizando assim a geração de novas experiências produtivas e comerciais entre os associados. Desse modo, a Cooperativa estaria favorecendo também a construção de projetos que possam impulsionar o desenvolvimento dos territórios rurais em que atua.

Ao avançar suas ações para questões que não se limitam à prestação de serviços e produtos financeiros, a Crediseara faz valer o sétimo princípio universal do cooperativismo, segundo o qual as cooperativas devem fortalecer o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. No caso aqui analisado observa-se que esse princípio se expressa essencialmente pelo reforço da ação coletiva institucionalizada em torno de sistemas agroalimentares com bases territoriais bem definidas. Esses sistemas se caracterizam por mobilizar distintos atores e distintas formas de proximidades, bem como por fomentar a cooperação entre as unidades implicadas nos processos produtivos, de transformação e comercialização. Segundo Fournier (2020), o duplo processo de inovação coletiva e localizada associado à combinação complexa de diferentes proximidades representam elementos diferenciadores desses sistemas. No caso específico da cooperação tem-se a justaposição ou articulação

¹ O capítulo “Marcas coletivas e cesta de bens e serviços territoriais...” (de autoria de Tecchio et al.), deste livro, discute de forma mais detalhada a ação da Apaco na organização de AIF e da marca coletiva Sabor Colonial.

de “microrredes” com iniciativas de construção de “redes profissionais” por entes governamentais e organizações da sociedade civil.

O objetivo geral deste capítulo consiste em analisar como uma cooperativa do ramo financeiro, ao assumir a condição de agente de desenvolvimento, favorece a promoção de sistemas alimentares territorializados. De forma específica, pretende-se compreender quais são e como se articulam essas pequenas organizações rurais, cujos propósitos se voltam para a promoção do desenvolvimento desses sistemas, bem como entender as capacidades de governança territorial propiciadas pela cooperação e articulação do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara. Para isso, se recorre ao modelo de análise da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), dentro do qual o processo de construção de um sistema de governança territorial, que articule atores públicos, privados e associativos, representa um componente estratégico.²

A metodologia utilizada na pesquisa que deu origem a este capítulo baseou-se em revisão de literatura sobre os temas da CBST e da governança territorial, além de pesquisa documental, que compreendeu consultas a arquivos da Crediseara e, em particular, os que tratam do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara e das entidades que o compõem. Essa revisão foi complementada com a realização de cinco entrevistas com atores-chave da Cooperativa e do Fórum, considerado neste estudo como um espaço em construção de um sistema de governança territorial. De forma complementar, entre 2019 e 2021, por meio da utilização da técnica de observação participante, se acompanhou diversos seminários, reuniões e assembleias realizadas pelo Fórum e pela Cooperativa. É importante destacar, também, alguns vínculos dos autores com as organizações aqui analisadas, seja no processo histórico de criação da Crediseara, seja participando de atividades de assessoria à Cooperativa, ou ainda por ser originário e residir na região estudada, associado a trabalhos acadêmicos anteriores com temas correlatos ao discutido no capítulo.

Além desta introdução e das considerações finais, a estrutura do artigo apresenta três partes. A primeira contextualiza a trajetória histórica do processo de criação da Crediseara. A segunda discute a dinâmica de territorialização de sistemas agroalimentares sustentáveis e a terceira se volta para

² Este capítulo resulta de atividades de pesquisas previstas nos projetos “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC Nº 12/2020 – Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531). Tem também conexão com o projeto “Educação em cooperativas de crédito rural solidárias em Santa Catarina”, aprovado na Edital de Chamada Pública CNPQ/Sescoop (Projeto 403188/2018-0).

a análise da construção social de um sistema de governança territorial por iniciativa da Cooperativa.

A trajetória da Crediseara e a concepção de ações de desenvolvimento territorial sustentável

No início dos anos 1990, uma articulação entre Organizações Não Governamentais e movimentos sociais de Santa Catarina deu origem a um projeto inovador de apoio à constituição de cooperativas de crédito rural com forte participação de agricultores familiares e suas organizações locais. Esse projeto visava a garantir a inclusão financeira de agricultores familiares que estavam sendo excluídos do sistema bancário, de modo a “ampliar e democratizar a utilização de recursos do crédito rural oficial” (Búrigo, 2007, p. 17). Pela metodologia do projeto, priorizou-se municípios onde havia lideranças atuantes em organizações da sociedade civil. Os promotores do projeto estabeleceram, em um primeiro momento, uma aliança com a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Cococer/SC, atualmente sistema Sicoob), que consentiu em integrar no seu sistema as futuras cooperativas.

A partir de 1993, organizações de agricultores familiares de Seara e municípios vizinhos, com apoio da Apaco, do Centro de Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciaram atividades nas comunidades rurais com o propósito de criar uma cooperativa de crédito rural. A principal motivação decorria da necessidade de dispor de recursos financeiros que não eram acessíveis nos bancos públicos e privados. “Com a criação deste instrumento era possível intervir na comunidade pelo seu papel político, podendo discutir a viabilidade, a organização, a forma de produção e a sustentabilidade da atividade produtiva e organizativa dos associados” (Cresol-Crediseara, 2010, p. 264).

Em 25 de abril de 1994, com mais de 550 pessoas presentes, foi constituída a Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara), tendo iniciado o atendimento ao público em janeiro de 1995. Já nos dois primeiros anos de funcionamento, por meio de uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Seara e a Apaco, a Cooperativa contou com os serviços técnicos de um agrônomo no acompanhamento das associações existentes nas comunidades rurais e na discussão sobre a implantação de sistemas de produção e comercialização alternativos. Essa colaboração institucional viabilizou a elaboração de projetos técnicos em torno de diversos sistemas alimentares existentes no território, os

quais foram, posteriormente, encaminhados à Cooperativa para serem financiados. Entre eles, cita-se um projeto de seleção e embalagem de ovos, outro para processamento de derivados de leite e outro um entreposto de mel.

Em 1998, fruto de uma decisão adotada em comum acordo com as cooperativas alternativas constituídas no mesmo período nos municípios catarinenses de Quilombo e Abelardo Luz, a Crediseara solicitou desligamento do Sicoob. No ano seguinte, essas três cooperativas ingressaram no Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Nascido em 1995 no Sudoeste do Paraná, esse sistema seguiu o modelo catarinense de constituir cooperativas de crédito rural com forte apoio de organizações ligadas à agricultura familiar (Cresol-Crediseara, 2010).

Em 2000, a Crediseara passou a se chamar Cresol-Crediseara como forma de se adequar a uma padronização das denominações das organizações filiadas ao Sistema Cresol. Em 2017, após diversas formas de consultas junto aos associados, a Crediseara resolveu se desvincular do Sistema Cresol e torná-la “independente”, ou seja, sem vínculos com sistemas ou cooperativas de segundo grau. Essa decisão se explica, em grande parte, pelo desejo de maior autonomia no que se refere às suas orientações sociotécnicas e políticas. A nova condição jurídica não prejudicou os resultados socioeconômicos da Cooperativa, que continuaram crescentes nos anos seguintes à sua desfiliação do Sistema Cresol. Em 2020, a Crediseara atingiu a marca de 5.500 associados, a maioria agricultores familiares, e obteve uma sobra financeira de, aproximadamente, R\$ 2,55 milhões.³ Ao passar a atuar como uma cooperativa “independente”, a Crediseara também passou a estar ainda mais atenta e vinculada às demandas dos atores sociais e às dinâmicas territoriais existentes em sua área de abrangência.

A territorialização de sistemas alimentares: o papel da Crediseara na governança territorial

Ao longo de 25 anos, a Cooperativa ampliou sua base de atuação para outros quatro municípios do entorno de Seara (Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial), nos quais possui uma agência de atendimento. Essa área de atuação conforma

³ Termo contábil do cooperativismo utilizado para indicar o “lucro” anual auferido por suas diversas atividades. A maior parte das “sobras” é distribuída de forma proporcional entre os associados conforme sua participação nos serviços financeiros ofertados. Uma parcela das sobras possui destinação legais estatutárias, sendo destinadas na seguinte proporção: 5 % para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), 5 % para o fundo de estabilidade e 10 % para o fundo de reservas.

uma população de aproximadamente 32 mil habitantes, dos quais mais de 17 mil residem no município sede. A Figura 1 ilustra a localização geográfica dos municípios que compõem atualmente o território de atuação da Crediseara.

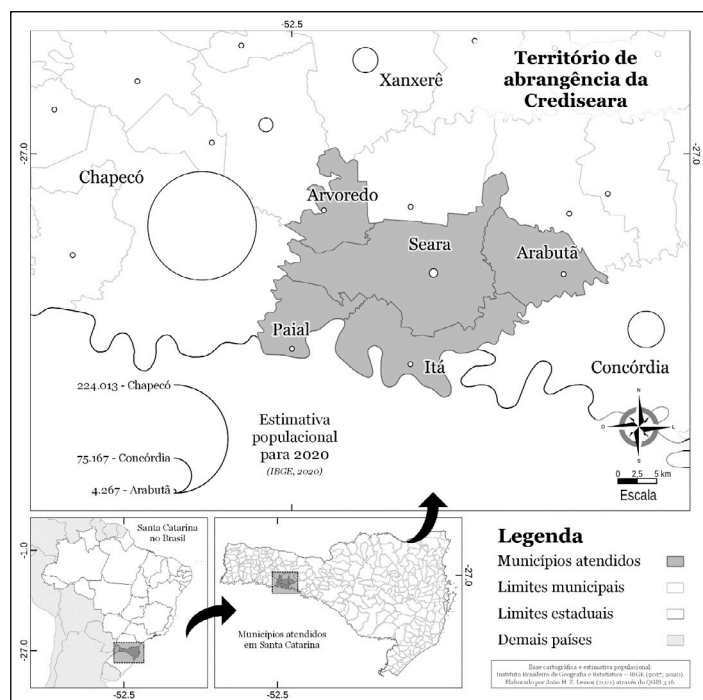


Figura 1 – Território de abrangência da Crediseara.

Fonte: Elaboração dos autores.

A atuação da Crediseara se dá em um território particularmente rural, onde predominam unidades agrícolas familiares, a maioria gerida por descendentes de imigrantes de origem europeia. Para fortalecer os vínculos com sua base social e cumprir os preceitos do sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade – seus dirigentes incentivam a adoção de projetos alternativos correlacionados aos sistemas alimentares e ao desenvolvimento sustentável do território em que atua. Ao avançar nessa direção, a governança da Crediseara acaba se contrapondo ao isomorfismo institucional que se faz presente em muitas organizações cooperativas agropecuárias e financeiras da região.

Do mesmo modo que as grandes empresas e os bancos, essas cooperativas investem em processos de governança e coordenação de cadeias produtivas em que atuam (Pereira; Souza; Cário, 2007), concentrando seus financiamentos em *commodities* e produtos alimentares convencionais. Um exemplo desse contramovimento institucional ocorre no suporte dado pela Crediseara à estruturação de circuitos curtos de comercialização,⁴ uma iniciativa que já beneficiou 44 agroindústrias familiares, dentre as quais duas unidades que produzem segundo os preceitos da agricultura orgânica. A localização do território de atuação da Cooperativa entre Concórdia e Chapecó, municípios considerados polos regionais, que possuem, respectivamente, 75 e 224 mil habitantes, beneficia a criação de canais de comercialização, como feiras, vendas diretas em domicílios e estabelecimentos comerciais, além de compras diretas nas unidades produtivas.

A adesão dos associados às estratégias de governança e linhas de atuação da Cooperativa voltadas ao apoio à produção e comercialização de produtos de qualidade oferece melhores condições ao engajamento de atores territoriais em novas ações coletivas, estabelecendo uma dinâmica virtuosa de desenvolvimento territorial sustentável. Na medida em que ganham expressividade social e econômica, essas iniciativas passam a gerar novas demandas, maior reconhecimento institucional e a demandar políticas públicas direcionadas à construção e fortalecimento de ações em torno de sistemas alimentares territorializados. Como salientam Leloup, Moyart e Pecqueur (2005), o território emerge como uma emanção de atores públicos, privados e associativos, cujas ações de coordenação não podem ser reduzidas a políticas públicas no sentido clássico do termo, mas enquanto uma ação pública de natureza mais ampla.

Centrando-se na análise do impacto político, social, econômico e ambiental das ações fomentadas pela Crediseara com o engajamento de diversos atores, elenca-se, a seguir, as principais ações de territorialização de sistemas agroalimentares resultantes dessa ação pública. Estes sistemas agroalimentares territorializados apresentam-se como espaços de trocas, com dinâmicas localizadas, que comportam diversas variáveis atreladas ao consumo alimentar (aspectos culturais, socioambientais, a relação entre produtor e consumidor etc.). Assim, faz-se necessário compreender as estratégias e relações estabelecidas entre os atores sociais que se envolvem nesse processo, o que

⁴ Neste estudo, os circuitos curtos compreendem a Casa Colonial, uma feira semanal e pontos de venda existentes no município sede e circunvizinhos. Há ainda a comercialização nas unidades agrícolas a partir da procura pelos próprios consumidores.

implica em considerar a perspectiva histórica que corrobora com as mudanças no decorrer do tempo (Gonçalves; Cordeiro, 2010; Retière, 2014).

Na década de 2000, a Crediseara, em parceria com a Apaco, fomentou dezenas de projetos de agroindústrias familiares. Na época, houve uma articulação política que culminou com um ato público e a presença no município do então Ministro da Agricultura para o lançamento nacional da linha do Pronaf Agroindústria.⁵ Nesse evento, o Banco do Brasil entregou cheques simbólicos aos agricultores, com a promessa de liberação de recursos aos interessados na construção de agroindústrias familiares. Porém, quando esses agricultores contataram esse banco para financiar seus projetos, diversos empecilhos burocráticos foram colocados, fazendo com que muitos desistissem dos seus pleitos.

Diante desse entrave para financiar os projetos de agroindústrias familiares, os dirigentes da Crediseara decidiram oferecer uma garantia financeira ao banco para essas operações. Ainda assim, os pleitos continuaram enfrentando resistência por parte da unidade regional do Banco do Brasil, cujos responsáveis questionavam a viabilidade econômica desses projetos e a capacidade técnica dos agricultores para gerir os empreendimentos. Para contrapor a resistência, o principal argumento da Cooperativa consistiu em assinalar que, se os agricultores que participavam da Cooperativa conseguiam administrar bem uma organização financeira, teriam também capacidade para gerenciar as agroindústrias familiares que almejavam construir. A postura de convicção das lideranças da Crediseara fez com que a superintendência regional do banco liberasse os financiamentos pleiteados.

Ainda nos anos de 2000, a Cooperativa participou ativamente da discussão para a implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) no município de Seara. Esse Sistema regulamenta o funcionamento das agroindústrias que transformam matérias-primas de origem animal, cujos produtos são comercializados no âmbito do município e do seu entorno. Após muitas discussões, a legislação foi aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Seara, mas sua aplicação foi dificultada em termos práticos. Conforme os dirigentes entrevistados, a não aplicação da legislação aprovada tinha uma explicação de natureza política, visto que a administração municipal da época era adversária do Partido dos Trabalhadores, partido ao qual diversos diretores da Crediseara eram filiados. Quando o poder público colocou em práti-

⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995 e representa a principal política pública de apoio a essa categoria socioprofissional por meio do crédito rural. Ao longo do tempo, diversas modalidades do Pronaf foram criadas, a exemplo do Pronaf Agroindústria.

ca o SIM, os profissionais técnicos responsáveis por esse serviço atendiam de forma prioritária as agroindústrias do campo político partidário da administração municipal. Diante desse novo impasse, a maioria das agroindústrias familiares apoiadas pela Apaco e Crediseara se credenciou junto ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Apesar do SIE ser mais exigente em relação à estruturação física dos empreendimentos e à aplicação de normas sanitárias, sua vantagem é que ele permite a comercialização dos produtos credenciados em todo o estado de Santa Catarina (Cresol-Crediseara, 2010).

Desde 2007, as ações da Cooperativa nos municípios em que atua passaram a adotar o enfoque da sustentabilidade, a exemplo da produção de alimentos agroecológicos (sem uso de insumos químicos de síntese), energias renováveis e tecnologias sociais. No campo da agroecologia, a Crediseara apoia atualmente a implantação e funcionamento de unidades agrícolas certificadas, tendo nove que já obtiveram o selo definitivo e dois que se encontram em processo de transição. O uso de homeopatia em animais e da “fitoterapia popular”⁶ é apoiado por meio de minicursos, oficinas e troca de experiências entre os agricultores. No que concerne à promoção de energias renováveis, diversos projetos foram implementados: silo secador de grãos, sistema de aquecimento solar de água, biodigestor, cisterna e bioconstrução. O uso sustentável de bens comuns consistiu, em especial, na preservação de nascentes de água.

Como o relevo da região é montanhoso, por muitos anos perdurou no pensamento coletivo a crença de que a produção de suínos, aves e leite de forma integrada a grandes agroindústrias era a única alternativa econômica viável para a agricultura familiar do território. Por meio de parcerias entre a Cooperativa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) demonstrou-se aos agricultores a existência de vários tipos de solos e de microclimas favoráveis à implantação de outros sistemas produtivos, como o cultivo de bambu, nozes, pitayas e outras espécies de frutas.

Outra iniciativa inovadora da Crediseara relacionada aos sistemas alimentares teve início em 2009, com a formação de um grupo de associados interessados na criação de bovinos da raça Montbéliard. De origem francesa, essa raça é considerada rústica, além de possuir dupla aptidão produtiva (carne e leite). A proposta ganhou impulso depois de alguns agricultores participarem de um intercâmbio na França organizado pela Cooperativa. Atualmente, uma associação de criadores de Montbéliard conta com 30 as-

⁶ Essa ação consiste em incentivar o cultivo de ervas medicinais pelas famílias de agricultores, a difusão de receitas de infusões e a extração de óleos essenciais.

sociados e, aproximadamente, 70 outros produtores independentes da região adotaram essa raça nos seus sistemas produtivos. Segundo o relato de agricultores entrevistados, a medida resultou numa melhora no rendimento e, sobretudo, no sabor de queijos elaborados a partir do leite cru de animais dessa raça.

Em 2020 a Cooperativa criou o seu próprio Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural,⁷ que conta atualmente com cinco profissionais, todos da área de ciências agrárias. Além das funções sociotécnicas, esse departamento assessora o Programa de Educação da Crediseara, direcionado aos trabalhadores, associados e comunidade em geral, cujo orçamento corresponde a 5 % das sobras destinadas ao Fates. No último ano, esse fundo foi ligeiramente superior a 113 mil reais, o que permitiu autonomia financeira para estimular esse conjunto de ações diferenciadas de desenvolvimento rural.

Um evento chave para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável se deu em 2006, quando a Cooperativa contribuiu para a constituição do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Seara e Região (Sintraf Seara e Região), cuja base sindical abrange os municípios de Seara, Itá, Paial e Xavantina.⁸ Esse novo sindicato representa uma parcela de agricultores familiares que não se sentiam representados pelo sindicato de trabalhadores rurais já existente, por considerá-lo de perfil conservador e assistencialista na sua forma de atuar. Pouco tempo depois da criação do novo sindicato, a cooperativa articulou a formação do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara, uma inovação institucional importante, que pode representar a estruturação futura de um sistema de governança territorial.

Dispositivos inovadores de governança territorial: o caso do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar

A governança territorial se situa no contexto histórico de envolvimento crescente das partes interessadas em promover o desenvolvimento territorial, em suas capacidades de se mobilizar e assumir o comando das operações que serão empreendidas (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2005). Trata-se, portanto, de uma policentralidade de formas de regulação, que

⁷ A cooperativa já tinha técnicos contratados que realizam estas atividades a campo desde 2007.

⁸ O Sintraf Seara e Região é filiado à Fetraf-SC e Fetraf-Brasil, ambas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse novo sistema sindical possui um modelo organizacional que visa a articular a luta política de forma integrada com a organização socioeconômica.

abarcam o social, o cultural e o econômico. Esse tipo de governança agrega, ao mesmo tempo, um sistema de gestão de atores sociais e de recursos territoriais. O desafio consiste em passar da gestão de políticas públicas para a ação pública que, por sua vez, assume formas diversas em cada território (Campagne; Pecqueur, 2014).

Esse tipo particular de governança remete ao inevitável debate da escala territorial considerada ideal. Como demonstram Campagne e Pecqueur (2014), no início da década de 1990 esse tema rendeu inúmeras discussões no interior da União Europeia (UE), quando da concepção do programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (Leader).⁹ Em relação à área de abrangência, esse programa adotou uma delimitação bastante flexível, o que permite atender territórios com perfis bem distintos. Por promover territórios que possuem populações que variam entre 5 mil e 100 mil habitantes, o Leader reconhece que diferenças nas escalas territoriais são inevitáveis, segundo as particularidades existentes entre e no interior dos países membros da UE. A conclusão sobre esse assunto é bastante genérica e consiste em admitir que o tamanho do território deve ser o suficiente para se operar ações diversas de desenvolvimento, mas pequeno o suficiente para que as ações possam ser coordenadas pelos atores territoriais.

Geralmente, esses atores possuem formas organizacionais heterogêneas, o que lhes confere papéis e funções distintas nas dinâmicas territoriais. Em territórios com características rurais, os atores de natureza pública têm como função principal disponibilizar o acesso a bens e serviços públicos, como equipamentos, infraestrutura e serviços, por meio das suas estruturas descentralizadas. Os atores coletivos são representados por cooperativas e associações de agricultores, agentes de turismo rural e demais categorias de empreendedores territoriais. Já os atores privados são os produtores de bens e prestadores de serviços diferenciados, que exercem suas funções econômicas dentro de cada território (Campagne; Pecqueur, 2014).

Estudos empíricos em andamento que adotam o enfoque teórico-metodológico da CBST, realizados nas regiões do Extremo-Oeste e Serra de Santa Catarina, indicam que ações de governança territorial são promovidas de forma prioritária por iniciativa de atores públicos, com destaque para as associações e consórcios públicos de municípios e Epagri, mas também por organizações da sociedade civil. No entanto, as ações de maior impacto são

⁹ O Programa Leader foi uma das referências internacionais no Brasil quando, em 2003, o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) criou, no interior do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, responsável pelo Programa Territórios Rurais de Identidade.

aquelas que envolvem parcerias formadas entre essas duas macro-categorias de atores sociais (Tecchio et al., 2021; Souza et al., 2020).¹⁰ No território de atuação da Crediseara, as entrevistas e observação participante demonstraram que são principalmente as organizações da sociedade civil, na sua maioria ligadas à agricultura familiar, que desempenham esse tipo de protagonismo. Ressalte-se que este papel de vanguarda na governança territorial se dá também em decorrência de diversas parcerias e negociações com os poderes públicos e outras forças políticas e sociais.

Constituído em 2008, o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara representa uma estratégia coletiva pela qual as organizações participantes formulam e compartilham demandas a serem negociadas junto ao poder público. Ou seja, até o momento, seu principal objetivo tem sido articular distintas organizações da agricultura familiar, algumas circunscritas somente na esfera do território, com o propósito de negociar políticas públicas específicas, sobretudo junto ao poder público municipal e estadual, bem como promover ações coletivas mais específicas, que gerem benefícios aos atores envolvidos. Conforme uma liderança entrevistada, “mais vozes” significa mais efetividade nas demandas dos agricultores.

Essa iniciativa de articulação de multiatores converge no sentido de estruturar um sistema de governança territorial, que não se limita à capacidade operacional da Crediseara. Embora opere de forma mais intensa no município de Seara, o Fórum congrega várias entidades de âmbito regional (Apaco, Crediseara, Sintraf e Rede Ecovida), nacional (MMC e Anafip) e internacional (*Slow Food*), além de integrar atores sociais dos outros quatro municípios que compõem a área de atuação da Crediseara. Algumas dessas entidades participantes do Fórum já foram apresentadas neste capítulo, o que explica a opção por contextualizar, no Box 1, as outras 15 organizações que compõem este espaço de articulação e discussão de projetos ou políticas de desenvolvimento territorial. A maioria delas tem uma base de atuação exclusivamente territorial, o que explica, em grande parte, o fato desse estilo de desenvolvimento apresentar distintas configurações sociotécnicas, políticas e econômicas segundo cada situação.

¹⁰ Em Santa Catarina, as primeiras articulações públicas intermunicipais constituíram o denominado “movimento municipalista”, ainda na década de 1960. Em 1980, para fortalecer os municípios por intermédio de associações de municípios, com o objetivo de fazer frente ao forte centralismo federal imposto pela Ditadura Militar, foi instituída a Federação Catarinense das Associações de Municípios (Fecam). Atualmente, essa Federação congrega 21 associações de municípios (Fecam, 2021).

Box 1: Composição do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara (2021)*

- 1) **Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Seara (Copafas):** Constituída em 2000, a Copafas congrega onze agroindústrias familiares, que processam panificados, hortifrutigranjeiros, leites e derivados, geleias, vinho, mel, entre outros. Surgiu de uma demanda de proprietários de agroindústrias do município de Seara, com o propósito de baixar seus custos operacionais. A maioria dessas agroindústrias utiliza a marca coletiva Sabor Colonial e os serviços de assessoria técnica que são prestados pela Apaco.
- 2) **Cooperativa de Produção e Consumo dos Produtores e das Agroindústrias Familiares de Seara (Coopase):** criada em 2005 para agregar proprietários de agroindústrias familiares, que perceberam a importância da formação de uma cooperativa, mas que não se identificavam com as diretrizes políticas da Copafas. Na atualidade, agrega catorze agroindústrias, que processam produtos semelhantes aos das agroindústrias da Copafas.
- 3) **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):** Embora já tenha se tornado um movimento de caráter nacional, o MMC surgiu em 1983 na região Oeste Catarinense. Um dos seus principais objetivos consiste no reconhecimento das profissões de agricultora e trabalhadora rural e, por extensão, de seus direitos sociais e trabalhistas.
- 4) **Associação de Mulheres Agricultoras de Seara (AMAS):** Apesar de ter sido formalizada somente em 1999, as ações da AMAS ocorrem desde 1985. Sua origem representa uma reação da administração municipal da época diante da mobilização do MMC em Seara. A partir de 1999, a associação atua no fomento de circuitos curtos de comercialização. Mais recentemente, a Casa Colonial de Seara representa o principal canal de comercialização para as agricultoras. Na atualidade, a AMAS conta com cerca de 700 mulheres agricultoras membras.
- 5) **Associação de Venda Direta ao Consumidor (Casa Colonial):** Criada em 2008 a partir da mobilização da AMAS, que coordenou a elaboração de um projeto aprovado junto à extinta linha de crédito do Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais. Hoje, as cooperativas Copafas e Coopase integram essa organização.

- 6) **Cooperativa de Produção e Consumo Familiar de Seara (Agricooper):** Sua origem está ligada a uma iniciativa informal da Crediseara, que promovia a organização de compras conjuntas de insumos diversos, compreendendo desde produtos agrícolas até os de uso doméstico. O sucesso da iniciativa fez com que, em 2005, a Agricooper fosse constituída na forma de uma cooperativa, tendo atualmente cerca de 150 associados.
- 7) **Convívio Verde Seara do *Slow Food*:** A ação coletiva foi criada em 2015, a partir de uma demanda da campanha “Setembro Verde”, promovida pelo Fórum. A iniciativa procura valorizar a diversidade alimentar e cultural, bem como o resgate da cultura alimentar saudável e sementes crioulas. Um grupo de “guardiões” busca envolver consumidores urbanos, restaurantes e outros parceiros no resgate da culinária tradicional da região. Os participantes realizam discussões sobre esses temas e procuram conscientizar outras pessoas.
- 8) **Grupo Microrregional da Rede Ecovida (Sabor da Natureza):** Constituído em 2013, atualmente reúne sete famílias agroecológicas, que adotam o sistema de certificação participativa da Rede Ecovida. Essa rede está presente de forma mais significativa nos três estados do Sul do Brasil e está na origem da inclusão do sistema participativo de garantia na legislação brasileira que normatiza a agricultura orgânica (Cazella et al., 2020a).
- 9) **Rota Turística Sabores e Saberes no Vale das Borboletas (Turismo Rural):** Concebida em 2016, a rota prevê visitas em estabelecimentos agroecológicos e espetáculos em um teatro rural. A menção ao Vale das Borboletas faz referência ao entomologista e botânico Fritz Plaumann (1902-1994), cuja família, de origem alemã, migrou para o Brasil em 1924 e se estabeleceu no atual distrito de Nova Teutônia, em Seara. Nesse local foi construído um dos maiores museus de entomologia da América Latina, com suas principais coleções de insetos.
- 10) **Pastoral da Juventude de Seara:** A Pastoral reúne jovens católicos que realizam atividades de formação e discussões políticas, tendo por referência a doutrina da Teologia da Libertação. Essa doutrina inspirou a maior parte dos movimentos sociais rurais que se constituíram a partir dos anos 1980 no país e na região. Em que pese sua menor influência na atualidade, ainda permanece presente, sobretudo, em paróquias nas quais ainda atuam religiosos adeptos da referida teologia.

- 11) **Casa Familiar Rural (Escola Rural):** Inaugurada em 2004 na comunidade rural de Caraíba, do município de Seara, atende filhos de agricultores familiares da região, por meio da pedagogia da alternância. Esse tipo de escola e sua pedagogia foram difundidos em Santa Catarina pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), em parceria com organizações francesas com experiência neste domínio.
- 12) **Associação Nacional de Fitoterapeutas, Psicanalistas e Produtores de Florais Populares, Tradicionais e Culturais do Brasil (Cuidar da Saúde – Anafip):** Fundada em 2018, a associação possui abrangência nacional, com sede em Seara, devido a articulações realizadas neste município a partir de cursos de terapias alternativas promovidos pela Crediseara. Tem por objetivo difundir terapias a partir do uso de plantas medicinais, com foco na saúde física, mental e emocional. A maioria dos associados também cultiva e comercializa ervas medicinais.
- 13) **Grupo BambuSol:** Constituído em 2012, o grupo reúne 25 agricultores que cultivam bambu utilizados na confecção de artesanato, móveis, construções e alimentos. Por se tratar de uma atividade nova na região, os integrantes são agricultores e artesãos dos municípios de Seara e Chapecó, que promovem atividades conjuntas de plantio, colheita, manejo e técnicas de uso, além de difundir esse cultivo como forma de gerar renda e preservação ambiental.
- 14) **Resgate Artesanato e Cultura (Arte da Roça):** Formado em 2014, o grupo tem por objetivo resgatar a história do artesanato que, por gerações, fez parte das famílias descendentes de europeus, que se instalaram no Oeste Catarinense. Reúne mulheres e homens que trabalham com artesanato no município de Seara e desejam manter essas tradições. Também comercializam informalmente alguns de seus produtos em feiras e participam de outros eventos para divulgação dessa tradição.
- 15) **Fortaleza de Queijos de Leite Cru do *Slow Food*:** Constituída no ano de 2017, tinha por objetivo organizar os produtores de queijo de leite cru. A iniciativa proporcionou ao grupo participar de discussões municipais, estaduais e nacionais sobre a legalização de queijos e de outros derivados de leite cru. A ideia consiste em preservar e aprimorar o saber-fazer de famílias agricultoras que produzem esse tipo de queijo para consumo próprio e para o comércio, aliado à introdução

de propostas inovadoras de gestão, de modo a gerar mais estabilidade socioeconômica e garantias sanitárias e ambientais para as unidades produtivas familiares.

* Além dessas organizações participam do fórum outras entidades descritas ao longo deste capítulo: Apaco, Sintraf, Crediseara e Associação da Raça Montbéliard.

Fonte: Informações coletadas pelos autores.

Segundo uma liderança entrevistada, a primeira ação coletiva do Fórum ocorreu em 2008, durante o I Seminário da Agricultura Familiar no município de Seara, quando foi entregue aos candidatos a prefeito da época uma pauta de reivindicações de políticas públicas para agricultura familiar para o quadriênio 2009/2012. Entre as principais reivindicações constavam a criação de um conselho municipal de gestão dos recursos da agricultura, com caráter deliberativo, e a participação das organizações do Fórum, o aumento do orçamento público destinado à agricultura familiar e a constituição de uma equipe multidisciplinar de assistência técnica. A pauta previa ainda maior incentivo de ações relacionadas à comercialização, produção vegetal e animal, agregação de valor, serviços rurais, agroturismo, licenciamento ambiental, entre outras. Conforme o coordenador do Fórum, essa iniciativa visou a influenciar a agenda pública voltada para o meio rural, mas seus resultados foram efêmeros por diversas razões, a exemplo de falta de um acompanhamento sistemático das organizações sociais junto ao poder público.

Uma das reivindicações que acabou sendo atendida foi a contratação, pela prefeitura de Seara, de um técnico para assessorar as agroindústrias familiares. A troca de mandatos de prefeitos acabou extinguindo o acordo, mas a presença desse técnico durante alguns anos foi fundamental para a estruturação do Fórum e encaminhamento de parte de suas ações.

Embora os agentes públicos não participem enquanto integrantes formais do Fórum, o principal propósito dessa articulação consiste justamente em estreitar relações e demandar distintas formas de apoio dos serviços públicos presentes no território, região e mesmo de outras esferas. Para tanto, essa iniciativa estabelece acordos e parcerias com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater), Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Chapecó), Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Instituto Federal Catarinense (Campus Concórdia), Universidade Federal de Santa Catarina e Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento. Além disso, mantém contato com diversos veículos de comunicação de Seara (duas rádios e um jornal), cujo alcance ultrapassa os limites geográficos do município. Ainda vale destacar que as Igrejas Católica e Luterana cumprem o papel de respaldar as ações realizadas pelo Fórum, sobretudo as que se referem à juventude e à preservação do meio ambiente.

A partir da observação participativa da última assembleia do Fórum, realizada em junho de 2021, e das entrevistas, pode-se afirmar que esse espaço se aproxima da função preconizada pelo enfoque da CBST, no que se refere à construção de um sistema de governança territorial que articule atores privados, públicos e associativos (Campagne; Pecqueur, 2014; Cazella et al., 2020b). Nesse sentido, quatro aspectos modulam o significado do conceito de governança: i) o policentrismo institucional, segundo o qual o poder de decisão e de execução é compartilhado entre diferentes organizações; ii) uma fronteira público e privado fluida, com a inclusão de atores da sociedade civil nos processos de decisão; iii) a dimensão processual da ação governamental importa tão ou mais que os conteúdos específicos das políticas públicas; iv) instrumentos de ação pública menos restritivos e concebidos de forma horizontal e cooperada (Le Gales, 2014).

Para divulgar suas diversas frentes de atuação, a comunicação entre as organizações que participam do fórum se faz a partir de atividades efetivas, com destaque para as seguintes: todos os sábados veiculam, na rádio local, o Programa da Agricultura Familiar, com duração de dez minutos; reuniões periódicas de lideranças do Fórum, que durante a pandemia se transformaram em *lives*; assembleias do Fórum; feiras locais e encontros casuais no espaço da Casa Colonial. Desde 2015, a ação mais expressiva consiste na organização da Campanha Setembro Verde.¹¹ O evento foi institucionalizado por uma lei municipal, cujo tema permanente é “Alimentação Saudável e Consumo Consciente”. Essa campanha é realizada anualmente, e prevê as seguintes ações: seminário de lançamento, entrevistas nos veículos de comunicação, jornada da saúde, trilha ecológica, palestras em escolas, oficinas diversas e um seminário de encerramento. As temáticas discutidas nos diferentes espaços no mês de setembro de cada ano têm objetivos diversos, mas todas se voltam à promoção de políticas públicas de produção de alimentos e de consumo consciente.

Para um dos organizadores, a mensagem que se quer difundir se resume em “consume alimentos produzidos no local, no território”. Os lemas das sete edições realizadas entre 2015 e 2021 foram as seguintes: Do que é que

¹¹ O nome dessa campanha é uma referência ao início da primavera no Brasil, considerada uma estação de renovação da natureza. Esta referência também está relacionada à formação política dos atores que se deu, muito, no âmbito da Igreja e da Teologia da Libertação.

nós nos alimentamos? Por que a água não é mais fonte de vida? Que semente tu plantas? Que saúde tu queres? O mundo sobreviverá ao teu lixo? De onde vem teu alimento? Quais alimentos e hábitos nos renovam? As atividades da campanha informam a população rural e urbana sobre os distintos tipos de alimentação, com ênfase para os princípios da agroecologia, além de debater a conservação do solo e da água, reciclagem etc.

A campanha conta com o apoio do pároco local, que utiliza a mídia para divulgar o evento e assegura uma expressiva participação da população. Como ressaltou o coordenador do Fórum, a Campanha Setembro Verde alavancou o Fórum, pois esse espaço a cada ano envolve mais a comunidade local. O debate de diferentes conteúdos em cada edição propicia à população uma maior consciência sobre a importância de determinadas organizações que atuam no território. Esse é o caso da Casa Colonial, que comercializa produtos da agricultura familiar e, em especial, das agroindústrias familiares existentes no território. Segundo a coordenadora desse canal de comercialização, a demanda por alimentos nos últimos anos aumentou, o que tornou o espaço físico insuficiente e incrementou a oferta de produtos pelos agricultores familiares.

Para Marques e Melo (2009, p. 4), em contextos de “crise”, os agricultores familiares reagem, realizando arranjos para assegurar sua reprodução social. Uma análise criteriosa da “realidade do Oeste de Santa Catarina permite constatar que os agricultores familiares e suas organizações não estão imobilizados diante da crise e grande parcela deles está construindo estratégias de reação e adaptação ao ambiente socioeconômico considerado hostil”.

Como o Fórum não possui regras formais, a exemplo de estatuto ou regimento interno, a maior parte das suas ações depende do surgimento de demandas circunstanciais, ficando inclusive inativo em certos períodos do ano. “Às vezes, inclusive, tem momentos em que ele não flui. Porque tem certa naturalização, então tem momento em que ele não flui tudo como a gente quer” (Assessor Crediseara). Como a articulação das ações fica a cargo de dirigentes da Crediseara, essa centralidade é vista como um problema por este assessor, pois “criou uma dependência da Cooperativa. A Crediseara foi a grande fomentadora, mas não é tão bom assim, se, por exemplo, se a Crediseara sair fora, o Fórum não consegue sobreviver. [...] Precisa movimentar o coletivo” (Assessor Crediseara). Apesar do Fórum ficar inativo em alguns períodos, as diversas organizações que o compõem permanecem ativas, suas ações são constantes e diversas articulações casuais acontecem por meio de interações propiciadas por atividades cotidianas.

Além dessa trajetória de dependência em relação à organização que coordenou a sua criação, e apesar de agrupar organizações com distintas áreas

temáticas e abrangências geográficas, as suas ações ainda se concentram no município de Seara, com esforços pontuais para incluir coletivos de municípios do entorno, de forma a conceber projetos e atividades intermunicipais. Um ponto a se destacar é que as organizações que participam do Fórum possuem visões e vinculações políticas distintas, fator que não impede o funcionamento do Fórum e ações coletivas. O elemento agregador parece residir no propósito de valorização dos produtos da agricultura familiar.

Esse convívio com a dualidade [vinculações político-partidárias] é um exercício [...]. E a gente consegue juntar algumas pautas específicas, depois cada um vai fazer campanha para quem quer, as especificidades de cada entidade se articulam com o setor público, como queira [...]. Inclusive, assim, para algumas entidades que são muito mais reacionárias, hoje conseguem sentar e fazer pautas e apoiar pautas que no passado seriam improváveis para grupos articulados que hoje temos no Fórum das Entidades. (Assessor da Crediseara).

Percebe-se aqui que são as organizações da sociedade civil as principais protagonistas do sistema de governança territorial. As ações articuladas e implementadas a partir desse espaço coletivo demonstram a capacidade da categoria de agricultores familiares de se (re)organizar para discutir assuntos que extrapolam os interesses exclusivos dessa categoria socioprofissional. Apesar das suas limitações, o Fórum amplia socialmente a discussão sobre a importância da agricultura familiar, agricultura orgânica e, sobretudo, da qualidade dos alimentos produzidos no território, notadamente para a população urbana. Ao articular ações entre distintas categorias de atores sociais, e de mobilizar mecanismos e estruturas para incorporar o material e o simbólico a produtos e serviços territoriais de qualidade diferenciada, os integrantes do Fórum adotam alguns preceitos do enfoque da CBST, a partir de um franco processo de negociação e articulação institucional. A construção de um sistema de governança territorial compartilhado entre atores públicos, privados e associativos, que exercem funções distintas, mas integrativas e complementares, representa o nó górdio do estilo de desenvolvimento territorial preconizado pelo enfoque da CBST.

Considerações finais

A primeira consideração a ser feita é sobre a trajetória de uma cooperativa financeira que, ao se preocupar com a condição atual e futura das comunidades, resolve assumir um papel inovador. Sua conduta confirma que as organizações cooperativas financeiras podem não limitar suas ações

à mera prestação de serviços e produtos bancários, atribuindo uma conotação mais ampla à sua condição de agente de desenvolvimento sustentável. As práticas e habilidades geradas desde a sua constituição indicam que a Crediseara conseguiu manter coerência e proximidade com os princípios e valores cooperativos, respeitando os interesses de sua base social. Sua trajetória também comprova que, para obter viabilidade econômico-financeira, a Cooperativa pode construir estratégias próprias de gestão, sem precisar recorrer ao isomorfismo institucional e adotar uma visão utilitarista da ação coletiva, pela qual o sucesso de uma cooperativa é medido somente por critérios derivados de seus resultados financeiros e mercantis. No caso da Crediseara, a sua taxa de sucesso parece ser medida a partir dos retornos sociais, ambientais e econômicos que ela está gerando para o quadro social e para o território onde atua.

A segunda constatação se refere aos desafios para se avaliar a construção de um sistema de governança territorial. A análise de experiência empreendida pela Crediseara e pelo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar demonstra que é necessário se desvencilhar de formulações idealizadas e normativas sobre esse assunto, a exemplo de conselhos de desenvolvimento territorial preconizados pela política pública federal vigente no Brasil entre 2003 e 2016. Para avançar nessa reflexão, é importante compreender o percurso histórico dos atores mobilizados, tendo em conta as institucionalidades próprias do território. Em outras palavras, o caso aqui analisado revela que esse sistema não corresponde ao que o senso comum e muitos operadores e teóricos do desenvolvimento imaginam ou propõem. Revela que esse processo pode ocorrer mesmo sem a existência de conselho territorial, cujos integrantes, de forma altruísta ou derivada de deliberações governamentais, reúnem-se sistematicamente para negociar e planejar estratégias de ação coletiva e para elaborar projetos de desenvolvimento territorial. Ao contrário, a governança territorial parece se estruturar mais a partir de ações cotidianas de dirigentes de entidades da sociedade civil e públicas, inclusive de suas organizações coletivas, do que propriamente segundo uma agenda pré-concebida.

O caso do Fórum organizado por iniciativa de dirigentes da Crediseara corrobora essa constatação. A governança territorial, um dos componentes do enfoque da CBST, a exemplo do próprio conceito de território, é o resultado de uma construção social dinâmica, que se conforma e se reestrutura constantemente ao longo do tempo, segundo o jogo de coalizões de atores implicados na apropriação e valorização de recursos territoriais. Esses atores sociais aprendem a fazer governança a partir das iniciativas práticas que em-

preendem e que exigem algum tipo de negociação política com outros atores que participam do campo do desenvolvimento.

A passagem do confronto político permeado por posições sectárias das partes envolvidas para uma dinâmica de negociação e concertação demanda um aprendizado na arte de mediação de situações conflituosas típicas das ações de desenvolvimento (Hirschman, 1996; Olivier de Sardan, 1995). Esse parece ser o caso da coexistência dentro do Fórum de duas cooperativas de agroindústrias familiares com posicionamentos político-partidários contrastantes, mas que se articulam para compartilhar, dentre outros aspectos, o uso do espaço de comercialização da Casa Colonial e o saldo político da campanha Setembro Verde.

A experiência de governança territorial analisada neste capítulo apresenta diversas lacunas em relação ao sistema preconizado, em particular, pelo enfoque da CBST. Uma delas reside no fato de a maior parte das ações e negociações políticas com os agentes públicos se dar segundo interesses dos atores sociais do município de Seara. As quatro outras municipalidades da área geográfica de abrangência da Crediseara praticamente não integram as articulações e iniciativas levadas a cabo pelo Fórum. Essa limitação se expressa inclusive na denominação dessa instituição de governança que menciona exclusivamente o município de Seara. Ou seja, o Fórum não foi concebido, na sua origem, para atuar na escala territorial, limitando-se a um município.

Outro aspecto que não corresponde aos preceitos idealizados de um sistema de governança territorial diz respeito à intersectorialidade do desenvolvimento territorial. O Fórum representa um espaço de articulação política de organizações sociais da agricultura familiar, sem maiores aberturas para a participação de outras categorias socioprofissionais. Essa limitação precisa ser relativizada, pois trata-se de um território com fortes características rurais, onde a agricultura familiar ocupa um destacado protagonismo socioeconômico. De toda forma, persistem dúvidas se outros atores poderiam integrar esse espaço, a exemplo de representantes de consumidores e de outros canais de comercialização de produtos diferenciados da agricultura familiar. O mesmo raciocínio se aplica para a participação de representações dos assalariados rurais, como daqueles que trabalham em uma grande agroindústria existente em Seara, e de populações historicamente invisibilizadas nas dinâmicas de desenvolvimento do Oeste Catarinense. Esse é o caso dos habitantes da Terra Indígena Toldo Pinhal existente em Seara, completamente ausente de qualquer iniciativa de inclusão social.

Apesar dessas limitações, o Fórum representa um espaço em processo de construção de um sistema de governança territorial, que procura articular

um conjunto de organizações sociais com vistas a negociar pautas de políticas públicas, além de fomentar um debate com segmentos urbanos sobre a qualidade da alimentação e da sustentabilidade do desenvolvimento de forma mais abrangente. Nesse espaço, uma riqueza de pequenas organizações sociais, a maioria desconhecida do grande público, reitera demandas e ações políticas empreendidas por um coletivo territorial imbuído em construir esse estilo diferenciado de desenvolvimento. Por fim, ao apostar na construção dessas novas institucionalidades, visando a valorizar produtos e serviços territoriais de qualidade, a iniciativa do Fórum demonstra também exemplos concretos de como as ações coletivas podem desencadear novas formas de produção e hábitos de consumo, gerando assim sistemas alimentares mais sustentáveis.

Referências

BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007, 135 p.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (org.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: Une réponse émergente à la mondialisation*. [S.l.]: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.

CAZELLA, A. A.; SCHIMITT-FILHO, A. L.; ROVER O. J.; BOSA, J. A.; MAGNANTI, N. J.; CHAUVEAU, H. Évolutions de l'agroécologie au Brésil. In: POUZENC, M.; MASSELIERE, B. C. *Étudier les ruralités contemporaines*. Vol. 1. 1. ed. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2020. p. 241-261.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020b.

CRESOL-CREDISEARA. Cresol-Crediseara: uma experiência de crédito com desenvolvimento e articulação local. In: MAGRI, C. L.; RISSON, C.; FLACH, A. A. B.; JUNIOR, E. G. (org.). *Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas*. Passo Fundo: Ifibe, 2010.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM. *Nasce a Federação Catarinense de Municípios*. Florianópolis: Fecam, 2021. Disponível em: http://antigo.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=16. Acesso em: 9 jun. 2021.

FOURNIER, S. *Mémoire: présenté en vue de l'Habilitation à Diriger des Recherches*. Montpellier: Université de Montpellier, 2020, 75p.

GONÇALVES, T. R. Z.; CORDEIRO, E. F. Os desafios na construção de Sistemas Alimentares Territoriais (SALT's) para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudos de casos do litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste

- do Paraná, Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.
- HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas. In: HIRSCHMAN, A. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LE GALES, P. Gouvernance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (org.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299-307.
- LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? *Géographie Économie Société*, v. 7, n. 4, 2005.
- MARQUES, F. C.; MELO, M. A. Produção de Novidades: desvios da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2009.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Anthropologie et développement: essai en socioanthropologie du changement social*. Marseille/Paris: Apad/Karthala, 1995.
- PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PEREIRA, L. B.; SOUZA, J. P.; CÁRIO, S. A. F. Elementos básicos para estudos de cadeias produtivas: tratamento teórico-analítico. In: PRADO, I. N.; SOUZA, J. P. *Cadeias produtivas: sobre competitividade e coordenação*. Maringá: Eduem, 2007.
- RETIÈRE, M. G. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.
- SENNET, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SOUZA, L. M.; TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; TURNES, V. A. A marca territorial Sabor Serrano: interfaces entre agroindústrias familiares e desenvolvimento territorial. In: CONGRESSO DA SOBER, 58., 2020. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2020.
- TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *RPPR*, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2021.

Parte 2

Os sistemas alimentares, os mercados e a organização coletiva

Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro: desigualdades e varejo de alimentos

Emilia Jomalinis
Renato S. Maluf

Os primeiros supermercados brasileiros datam dos anos 1950 com a inauguração, na capital paulista, do Sirva-se (1953) seguida do Peg-Pag (1954), nomes que já evidenciavam o que viria a gerar – uma profunda transformação no comércio de alimentos: o autosserviço em detrimento do varejo tradicional, cujo balconista intermediava a compra. Alguns anos depois, em 1956, esse fenômeno chega ao município do Rio de Janeiro com a inauguração da Loja Disco no bairro de Copacabana, na Zona Sul da cidade, seguida da inauguração de lojas dos supermercados Copacabana, Nelson e Suco (Cyrillo, 1987; Belik, 1999; Cleps, 2005).

Atualmente, o país conta com cerca de 90 mil lojas de autosserviço, segundo a Associação Brasileira de Supermercado (Abras), das quais quase

40 mil são considerados supermercados.¹ É especialmente a partir dos anos 1990 que este segmento se consolida no Brasil e em outros países sul-americanos como principal local de compra de alimentos pela população. É também nesta década que se verificam intensos movimentos de fusão e concentração, tornando o setor liderado em nível internacional por poucas e gigantescas corporações (Reardon; Henson; Berdegué, 2007). Trata-se, portanto, de um agente varejista com porte crescente, organizado na forma de redes e com uma capacidade singular de centralizar fluxos de mercadorias, características que os fizeram avançar na esfera do atacado e estabelecer elos diretos com a produção industrial e agroalimentar.

Para a compreensão das dinâmicas socioespaciais subjacentes aos fluxos de abastecimento alimentar e ao acesso aos alimentos e à alimentação, será adotado um enfoque que integra os supermercados no âmbito mais geral dos sistemas alimentares por meio de uma abordagem multiescalar. O abastecimento e o acesso à alimentação nas localidades – aqui entendidas como os núcleos urbanos em sua diversidade socioespacial – estão baseados na coexistência de sistemas alimentares com distintas amplitudes (internacional, nacional e local-territorial), coexistência que se manifesta sobretudo na antes referida capacidade dos supermercados centralizarem fluxos com amplitudes igualmente diversas. A coexistência de sistemas alimentares com distintas escalas será abordada com a noção de sistemas alimentares descentralizados (Maluf, 2021). Nesses termos, os supermercados constituem uma forma de varejo capaz de reunir alimentos oriundos de sistemas alimentares diversos na sua amplitude e na natureza dos bens, capacidade tão maior quanto maior for a escala em que operam, ao mesmo tempo em que refletem hábitos de consumo que mesclam alimentos distintos. Veremos que o destaque no papel e na expansão das grandes redes nacionais e internacionais de supermercados não eliminou outros formatos de comercialização de alimentos que conformam o chamado varejo tradicional, nem redes de atuação municipal e regional.

Ambos os aspectos – oferta diversificada de bens e incidência na composição dos cardápios alimentares – se manifestam de formas distintas em razão da diferenciação socioespacial das populações, especialmente em centros urbanos do porte do município do Rio de Janeiro. Na base de tal diferenciação encontram-se as várias manifestações de desigualdades sociais características da formação social brasileira, por sua vez, fonte de desigual-

¹ Por apresentarem dois ou mais *check-outs*, sejam mercados de bairro, supermercados, hipermercados e atacarejos.

dades alimentares igualmente múltiplas e espacializadas, aqui observada nos aspectos da disponibilidade e acesso aos alimentos. O objetivo do capítulo será, então, analisar a distribuição socioespacial contemporânea das grandes e médias redes de supermercado no município do Rio de Janeiro e suas repercussões no provisionamento e no acesso aos alimentos e à alimentação, considerando as correlações que se estabelecem entre a referida distribuição e as desigualdades presentes nas dinâmicas socioespaciais dos municípios.

A questão principal que orienta a reflexão proposta é verificar como a organização atual do varejo alimentar, com atenção especial às práticas e estratégias das redes de supermercado, (re)produz dinâmicas socioespaciais nos territórios cariocas, e que papéis ela desempenha com relação às desigualdades alimentares presentes no abastecimento alimentar em termos da disponibilidade e acesso a alimentação adequada e saudável. A análise proposta da dinâmica de abastecimento alimentar a partir da ação das principais redes de supermercado do município do Rio de Janeiro pretende também contribuir com reflexões teórico-metodológicas que trazem para o centro do enfoque nos sistemas alimentares as dimensões escalar e territorial.

Para cumprir com esse objetivo, são mobilizados os conceitos de sistemas alimentares descentralizados (Maluf, 2021), desigualdades alimentares (Motta, 2021), socioespacialidade (Souza, 2016) e seletividade espacial (Santos, 2004 [1979]). A pesquisa contou com revisão bibliográfica nos temas relativos ao varejo alimentar e ao setor supermercadista, pesquisa histórica em exemplares do *Jornal do Brasil*, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, análise de material digital (impresso e em vídeo) das associações nacional e estadual de redes de supermercado entre 2018 e 2020 e levantamento de dados a partir dos sítios eletrônicos das redes de supermercados referidas ao longo do texto. Também foram realizadas cinco entrevistas com ativistas da agenda da soberania e segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar e agroecologia. Apesar de diversos contatos com todas as redes cuja distribuição das lojas fora analisada, não obtivemos aceite de nenhuma delas para a realização de entrevistas. Por ter sido realizada em sua maior parte durante a pandemia da Covid-19, não foi possível até o presente momento realizar pesquisa de campo *in loco*.

O texto a seguir encontra-se dividido em três partes, e mais uma contendo as observações finais. Na primeira delas, apresenta-se uma breve trajetória do abastecimento alimentar carioca que buscou destacar, espacial e temporalmente, importantes equipamentos de abastecimento, assim como a chegada e principais transformações do modelo supermercadista. Em sequência, inserimos as redes de supermercado entre os elementos centrais da

discussão acerca dos sistemas alimentares por meio da noção de sistemas alimentares descentralizados, que permite jogar luz sobre as dimensões escalar e territorial, nem sempre contempladas nestes estudos. Por fim, apresentam-se dinâmicas contemporâneas do varejo alimentar no município do Rio de Janeiro e como esta análise aporta às discussões sobre desigualdades alimentares, seguida das considerações finais.

Elementos constitutivos e a espacialidade do varejo alimentar no município do Rio de Janeiro

Uma retrospectiva da constituição e espacialidade do varejo de alimentos no município do Rio de Janeiro contemporâneo deve ser iniciada recuperando o papel importante que a então província² cumpria no abastecimento de diversas localidades, como aquelas em que havia a exploração de minério à base da população negra escravizada. Por ser uma localidade litorânea, o Rio de Janeiro se valia do comércio de cabotagem tanto para seu próprio aprovisionamento alimentar quanto para sua condição de polo comercial, desempenhando um papel relevante no abastecimento alimentar de várias outras localidades do país (Silveira, 2013).

Encontra-se em Linhares (1979) e Linhares e Silva (1979) uma história política do abastecimento alimentar no Brasil, na qual ganham destaque, desde os primórdios do processo de urbanização e industrialização, desacordos entre os setores ligados à indústria de disporem de alimentos baratos para o consumo interno e a prioridade conferida pelas oligarquias rurais às políticas que favoreciam a exportação de produtos agroalimentares. Tendo como pano de fundo o referido conflito, foram várias as crises de carestia vivenciadas pela população fluminense, ao passo em que se acentuava o tensionamento entre uma postura mais liberalizante e políticas construídas no âmbito de uma lógica de intervencionismo estatal. Em diversos momentos da história, a população teve de lidar com a inflação do preço dos alimentos, inclusive dos itens de “primeira necessidade” (Linhares, 1979; Becker, 1966, p. 145).

² Entre 1815 e 1822 é criada a província do Rio de Janeiro e, em 1834, ocorre a separação entre a cidade do Rio de Janeiro (denominada município neutro) e a província fluminense, tendo sido, no ano seguinte, Niterói sua nova capital. Com a Proclamação da República, o município neutro se torna Distrito Federal e a província fluminense uma unidade da federação. Já nos anos 1960, com a transferência da capital para Brasília, é criado o Estado da Guanabara, sendo sua capital a cidade do Rio de Janeiro. Por fim, em 1975 os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro fundem-se em um novo estado do Rio de Janeiro, cuja capital é o município do Rio (Marafon; Ribeiro, 2011).

Há registros de práticas informais de comercialização de alimentos no Rio de Janeiro em documentos datando do século XVII. Eram atividades desempenhadas predominantemente pela população negra e feminina (França; Rezende, 2010; Murilha; Salgado, 2011). Entre o final do século XIX e início do século XX, funcionaram mercados públicos de alimentos nas regiões da Glória, da Praça da Harmonia e também na Candelária, na região central da cidade. Já em 1907, fora inaugurado o Mercado Municipal,³ localizado no então largo do Moura, junto à Praça Marechal Âncora e à Praça XV de Novembro. Sua localização relacionava-se com o papel que cumpria o porto na provisão de alimentos, bem como a malha ferroviária que, à época, ali existia (França; Rezende, 2010). Além do Mercado, concentravam-se naquela região outros equipamentos de comercialização de alimentos, como armazéns e trapiches. Além do fluxo que chegava por mar, a região também era ponto de escoamento da produção do “Sertão Carioca” (Correia, 1936), através dos tropeiros que levavam a produção das regiões agrícolas para a região portuária. Até então concentrado no centro da cidade, o comércio nos demais bairros se dava por pequenos equipamentos, como quitandas, armazéns, açougues, feiras etc. Estas últimas, em especial, abasteciam semanalmente as localidades com grande variedade de produtos a preços acessíveis.

Com o crescimento acelerado da cidade, foram se consolidando novos locais de moradia distante da região central da cidade, tendo dois principais vetores de expansão demográfica na vertente oeste, uma ao norte e outra ao sul do Maciço da Tijuca. A estrutura existente originária desta fase mercantil já não se adequava mais às novas formas e funções recriadas com a expansão da cidade. As novas funções que a região central da cidade passou a exercer faziam com que aquela região não pudesse mais contar com a presença do comércio atacadista (Becker, 1966).

Estas razões levaram à mudança de local do Mercado Municipal, tendo os atacadistas migrado em direção à zona norte da cidade do Rio de Janeiro, já estado da Guanabara.⁴ Em 1962, a Associação dos Comerciantes do Mercado decide construir seu próprio centro de abastecimento, dando início às atividades do Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (Cadeg), no bairro da Benfica, centro do Rio. Neste mesmo ano, é inaugura-

³ Anterior ao Mercado Municipal da Praça XV havia o Mercado da Candelária, no início do século XIX, também localizado numa área central, assim como também há registros em referências bibliográficas de mercados nas regiões da Harmonia e da Glória

⁴ Há também registros de atritos entre a Companhia do Mercado e comerciantes da região; o contrato firmado não fora renovado e um novo projeto de urbanização do distrito federal previa a reurbanização da área ocupada pelo Mercado e a construção do Elevado da Perimetral, hoje não mais existente.

do o Mercado São Sebastião criado em grande medida pelo esforço de Dom Helder Câmara, junto aos poderes estadual e federal e localizado no bairro da Penha, Zona Norte, tornando-se, à época, um dos maiores atacadistas de gêneros alimentícios do país, onde ainda hoje se localiza a Bolsa de Gêneros Alimentícios (Bitar, 2014).

Nos anos 1970, com a implementação em nível nacional de um modelo institucional de Centrais de Abastecimento que integravam o Sistema Nacional e Centrais de Abastecimento (Sinac), é criado o sistema Ceasa-RJ que se consolidou como um entreposto comercial capaz de organizar a produção, comercialização e distribuição. Ambos, Cadeg, Mercado São Sebastião e a unidade da Ceasa em Irajá têm em comum a proximidade com a rodovia BR-101, conhecida em seu trecho municipal como Avenida Brasil, deixando evidente a importância que foi ganhando o modal rodoviário nos fluxos de provisão de alimentos. Atualmente, tanto nas regiões que compreendem a Ceasa como também o Mercado São Sebastião, localizam-se muitas das Centrais de Distribuição de grandes redes varejistas do município.

É nos anos 1950 e 1960 que se inicia, nas grandes cidades brasileiras, a transição de uma comercialização de alimentos – que tinha as bodegas, armazéns de secos e molhados, armarinhos, enfim, um comércio de bairro baseado em relações de confiança e proximidade – para uma forma de mercado mais “moderno”, na qual os supermercados são a maior expressão. Segundo Cyrillo (1987), a elevação nos preços dos alimentos, tanto por conta da inflação como por dificuldades da própria dinâmica de circulação e intermediação dos alimentos, fez com que, na passagem dos anos 1950 para 1960, pequenos comerciantes desaparecessem a partir de um movimento incipiente de concentração no setor de varejo de alimentos. No Rio de Janeiro, os primeiros supermercados datam de 1956: são os Supermercados Copacabana, Disco e Nelson (Cyrillo, 1987; Cleps, 2005).

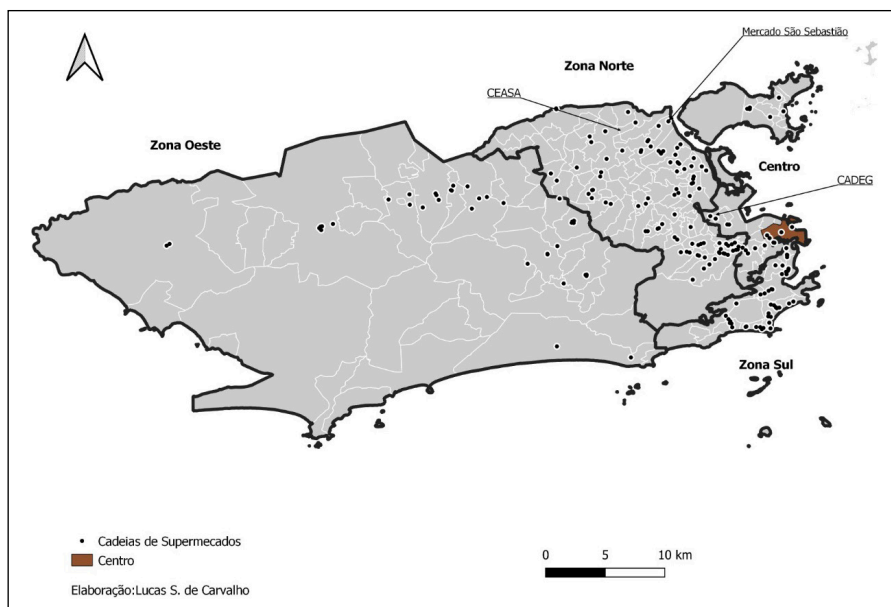
Assim como na capital paulista, primeira localidade a registrar um supermercado no Brasil, no Rio de Janeiro eles primeiro se instalam em bairros que concentravam uma população de alto poder aquisitivo, como Copacabana e Ipanema. Em muitos casos, os supermercados surgiram derivados de formatos como mercearias já existentes (Cyrillo, 1987, p. 66). Após sua chegada, os supermercados ainda mantiveram por um tempo uma tímida expansão, bastante restrita a localidades e regiões do país. No Rio de Janeiro, as feiras de rua predominavam significativamente como tipo de comércio de alimentos. A existência deste formato que apresenta baixos preços para o consumidor teria sido inicialmente um obstáculo para o desenvol-

vimento dos supermercados, que tinham menos de 2 % das vendas totais de produtos alimentícios, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, na passagem dos anos 1960 para os 1970 (Knoke, 1963, p. 95; Chiodo, 2010). Já as feiras e mercados correspondiam, em dados de 1971, a 50 % dentre os tipos de comércio existentes. Neste mesmo ano, o município do Rio tinha uma média de 14.775 habitantes por loja de supermercado e autosserviço (Chiodo, 2010).

Acreditava-se, porém, que o modelo supermercado era o mais adequado para melhorar o abastecimento e reduzir margens operativas, eliminando intermediários em benefício direto dos produtores e consumidores (Chiodo, 2010, p. 29-30). Neste sentido, nos anos 1970 o modelo contou com apoio público para sua expansão por meio de medidas como a substituição do Imposto de Vendas e Consignação (IVC) pelo Imposto de Circulação e Mercadorias (ICM), que levou à eliminação de impostos sobre a transferência de mercadorias e incentivou indústrias multiplintas. É criado também o Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC) neste mesmo período, gerando incentivos creditícios à expansão das redes de supermercado através de crédito a juro reduzido e a longo prazo. Essas medidas levaram efetivamente à expansão das grandes superfícies.

O Mapa 1 apresenta a localização de lojas de algumas das principais redes de supermercado à época. Elaborado a partir de dados apresentados em um exemplar do *Jornal do Brasil*, de 1978, é possível identificar uma nítida concentração das lojas na Zona Sul da cidade e um avanço já expressivo na Zona Norte. Outro elemento perceptível é o fato de que algumas lojas privilegiam sua expansão em localidades específicas do município. Lojas como Peg-Pag e Disco localizavam-se preferencialmente nos bairros da Zona Sul e arredores, enquanto grupos como Guanabara, Leão e Três Poderes constituíam-se como mercados da Zona Norte, já com unidades na Zona Oeste.⁵

⁵ Das 27 lojas do Supermercado Disco, 19 delas encontravam-se na Zona Sul, Centro e Tijuca e apenas uma em Campo Grande e uma Santa Cruz, Zona Oeste da cidade. Situação semelhante ocorre com a Peg-Pag, da qual 10 das 13 lojas localizavam-se na Zona Sul e nenhuma loja na Zona Oeste. Já os grupos Guanabara, Leão e Três Poderes apresentam situação diferente. Apenas duas das 20 lojas dos Supermercados Guanabara localizavam-se na Zona Sul da cidade enquanto 35 % das suas lojas encontravam-se nos bairros Realengo e Bangu, na Zona Oeste. Os supermercados Leão contavam apenas com seis dentre as 28 lojas nas regiões do Centro e Zona Sul e o supermercado Três Poderes, apenas duas dentre suas nove lojas.



Mapa 1 – Distribuição espacial das lojas dos principais supermercados – município do Rio de Janeiro (1978).

Fonte: IBGE; Jornal do Brasil (1978).

Com o fortalecimento dos atores privados, mediante concentração, fusões, internacionalização e verticalização de atividades, por um lado, e o enfraquecimento de políticas públicas de abastecimento alimentar, por outro, consolida-se o predomínio das redes de supermercado de médio e grande portes, em simultâneo à limitação da capacidade dos governos exercerem uma regulação pública do abastecimento. Concorrência, competição, fusões, fortalecimento de grandes empresas em detrimento de pequenas e médias são movimentos que caracterizam este mercado, e uma ampla literatura discorre sobre o tema, apresentando dados e classificações. A entrada do capital internacional era avaliada como tendência inexorável na virada dos anos 1990 para os 2000 (Reardon; Henson; Berdegué, 2007; Belik, 1999; Saab; Gimenez, 2000).

Parte significativa das referências bibliográficas consultadas apontam para um contexto no qual o arranjo do comércio atacadista passa a se estruturar a partir dos circuitos de grande distribuição dessas redes, não sendo mais determinado e impulsionado no âmbito das centrais de abastecimento. No município do Rio de Janeiro, a expansão das redes de supermercado foi acompanhada do desaparecimento de lojas importantes ao longo da his-

tória da cidade, como são os casos de Casas da Banha, Casas do Charque, Mercarias Nacionais, Disco, Peg-Pag, Avelino Tôrres, Casas Nelson, Paes Mendonça e Sendas, este um dos últimos grandes mercados de capital nacional a ser incorporado por uma rede internacional.

Além da presença de redes internacionais como Pão de Açúcar, Extra, Carrefour (assim como suas respectivas bandeiras de atacarejo, Assaí e Atacadão) e Prezunic,⁶ o município conta com redes denominadas regionais muito fortes. São os casos de marcas como Mundial e Guanabara. Outro destaque do município e do estado é a presença significativa da estratégia associativista⁷ dentre redes consideradas regionais, sendo um dos estados onde mais se verifica esta tendência, segundo a Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro, a Asserj, que integra a Abras. São exemplos as redes Supermarket, Multimarket e Rede Economia. Recentemente, ensaiou-se, por parte de algumas das importantes bandeiras, a criação de mais uma associação, a Rede Unno que, porém, em cerca de dois anos teve sua parceria desfeita. Por fim, chama atenção a expansão verificada de lojas criadas mais recentemente; são os casos da Rede Super Compras e os Supermercados Super Rede – esta última a que apresenta maior crescimento de lojas no município – ambas criadas em 2005.

Os supermercados reorientaram significativamente a dinâmica e os fluxos de provisão de alimentos, em consonância com a centralidade crescente assumida pelo consumo de massa no contexto do fordismo, para o qual o formato supermercado revelou-se apropriado. Inovações decorrentes do processo de industrialização, como o pré-empacotamento e o enlatamento, contribuíram para a saída de cena do balconista e permitiram a exposição direta dos produtos (Silva, 2005). Há uma relação estreita entre os supermercados de médio e grande porte oferecendo ampla diversidade de alimentos e as escolhas alimentares, de tal forma que o equipamento permite o acesso a alimentos frescos, nem sempre disponíveis em lojas de varejo tradicional, ao mesmo tempo em que torna disponível o acesso a uma ampla gama de alimentos processados e muitas vezes externos às práticas e hábitos das localidades em que se insere. Ações dos supermercados relativas à localização das lojas, alimentos comercializados, política de preços e promoções praticadas são alguns dos elementos que refletem o poder desses atores influenciarem escolhas em torno da alimentação (Pulker et al., 2017; Hawkes, 2008). Estão bastante bem

⁶ Uma das bandeiras do grupo chileno Cencosul no Brasil.

⁷ Estratégia comercial na qual há a associação de pequenas empresas supermercadistas passando a atuar em uma mesma bandeira comercial, tendo como objetivo competir com grandes redes (Chiodo, 2010, p. 111-112).

documentadas as modificações nos hábitos de compra e no preparo das refeições resultantes das condições de trabalho e de outras circunstâncias da vida urbana que induzem à busca de praticidade disponível no perfil dos produtos disponibilizados pelos supermercados, não raro fonte de alimentação menos saudável. Mais recentemente, vê-se o avanço de redes consolidadas em cidades médias por todo o país e o aumento do acesso das camadas de população de baixo rendimento a este tipo de varejo de alimentos.

Inúmeros trabalhos analisam como o formato dos supermercados e a sua organização em cadeia trariam uma série de vantagens econômicas, começando pelo aumento dos lucros pelo compartilhamento de despesas (pessoal, administrativa, dentre outros) que é compartilhada entre as unidades e pelos resultados operacionais propiciados pelo movimento de concentração. Isso permitiria a prática de preços baixos, chave de sucesso para o modelo, além da conveniência de se encontrar boa parte do que se busca em apenas um lugar, um *convenient one-stop shopping* (Reardon; Henson; Berdegué, 2007). Inclusive, a inserção das redes em localidades periféricas permitiria em princípio a supressão de um paradoxo no abastecimento, no qual populações de renda mais baixa pagariam mais caro pelos alimentos do que aquelas residentes em bairros nobres, devido à economia de escala que caracteriza a ação destes atores (Newton; Pinto; Leda, 2006).

Um outro conjunto de trabalhos, sem desconsiderar estas profundas transformações e o poder nas mãos de empresas internacionais, adota a perspectiva de mostrar que o varejo tradicional, bem como outras formas de compra, ainda existe, tanto em pequenas e médias cidades, como também nas grandes; isto é o caso, especialmente em áreas com população de baixa renda, mesmo com o avanço do formato supermercadista (Monteiro; Farina; Nunes, 2012; Flexor, 2014). Conclui-se, portanto, pela permanência de uma heterogeneidade de atores, que resulta de características históricas e constitutivas da atividade de varejo de alimentos em si. Há um padrão de coexistência que apresenta a heterogeneidade de atores junto à forte concentração perceptível nos valores de faturamento das grandes empresas, cuja diferença é bastante expressiva em comparação às demais lojas. Este retrato que permanece atual reforça a definição de Cyrillo, dos anos 1980, segundo a qual o modelo de mercado do varejo alimentar poderia ser classificado como um oligopólio com franja. A categoria genérica de “supermercados” é composta por atores diversos, desde as grandes corporações às redes regionais, estaduais e locais.

Esta leitura não apenas permanece atual como nos instiga a refletir sobre as dinâmicas de reprodução do setor *vis à vis* as próprias dinâmicas

contemporâneas de reprodução socioespacial do capital. Um componente nuclear dessas dinâmicas reside na inserção do formato supermercado em sistemas alimentares multiescalares, como se verá a seguir.

Supermercados e a conformação de sistemas alimentares

As transformações antes descritas no varejo dos alimentos com a expansão do formato supermercado e, principalmente, com o processo de concentração em grandes unidades e constituição de redes, são compreendidas adotando-se uma abordagem sistêmica. Esta abordagem remete tais transformações para o âmbito dos sistemas alimentares, possibilitando melhor compreensão de suas repercussões no abastecimento alimentar. Generalizou-se o uso da noção de sistema alimentar para construir abordagens abrangentes e integradas, desde a produção e circulação dos bens alimentares até a esfera do seu consumo, pelo que ela ajuda a captar processos e transformações que são, de alguma forma, articuladas por dinâmicas sistêmicas; porém, são várias e distintas as definições correntes de sistema alimentar (Malassis, 1993; Cirad, 1996; Fine; Heasman; Wright, 1996; Requier-Desjardins, 2002; Morgan; Marsden; Murdoch, 2006; Rastoin; Ghersi, 2010; Colonna; Fournier; Touzard, 2013). Por esta razão, cabe esclarecer que, no enfoque aqui adotado, a delimitação e caracterização dos sistemas alimentares parte dos alimentos e da alimentação como elemento nucleador da análise, que joga luz sobre os atores, processos e tensões presentes nos fluxos de interdependência e mecanismos públicos e privados de coordenação que conformam os sistemas, com base numa abordagem multidimensional e multiescalar.

Assim, sistemas sociais relacionados com os alimentos e a alimentação constituem conjuntos complexos de inter-relações entre seus componentes, que evoluem com contradições, portanto, com conflito e desequilíbrio nas relações sistêmicas presentes nas dinâmicas econômicas, sociais e políticas (Burlandy; Magalhães; Maluf, 2006). Supõe-se haver uma pluralidade de sistemas alimentares com distintas escalas (internacional, nacional e sub-nacional) e funcionamento não harmônico, cuja coexistência se reflete no abastecimento alimentar das localidades e respectivos territórios, e é aqui apreendida com a noção de sistemas alimentares descentralizados (SAD):

[...] sistemas alimentares descentralizados correspondem aos modos como se caracterizam a produção, circulação e consumo de alimentos nas localidades, resultantes do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas com âmbito local, nacional ou

internacional, envolvendo uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios igualmente multiescalares. (Maluf, 2021, p. 2-3, tradução do autor).⁸

Esta noção desdobra a abordagem multiescalar dos sistemas alimentares, chegando às localidades (núcleos urbanos) e respectivos territórios (abrangendo o entorno rural) para captar as interações entre sistemas com distintas amplitudes e suas repercussões na disponibilidade e acesso aos alimentos e à alimentação, repercussões atravessadas por dinâmicas socioespaciais que expressam desigualdades sociais e geram, conseqüentemente, desigualdades alimentares. Desigualdades preexistentes refletem no acesso aos alimentos que também será, por sua vez, um elemento estruturante na construção dessas desigualdades (Motta; Jelin; Costa, 2017). A noção de sistemas alimentares territorializados é frequentemente associada aos enfoques de desenvolvimento territorial e construção de circuitos de proximidade; porém, para além dessa perspectiva, cabe destacar que as distintas amplitudes dos sistemas territorializam-se: toda desterritorialização vem acompanhada de uma reterritorialização e também o capital opera no nível do local ainda que não tenha um “senso de lugar” (Haesbaert, 2021, p. 274; Massey, 2004, p. 8).

A coexistência de sistemas alimentares está na base da oferta de um amplo e variado leque de bens alimentares distintos em aspectos tais como origem e modo de produção, grau de processamento, conteúdo nutricional, simbolismos etc. Eles são acessados pela população segundo hábitos de consumo, referências culturais, poder aquisitivo e preocupações de saúde, entre outros, resultando na composição de cardápios alimentares (dietas alimentares ou hábitos de consumo) híbridos, mesclando alimentos com natureza e significados distintos. A expansão do varejo no formato supermercado na direção de unidades de maior porte (grandes lojas e organização em rede) e mais diversas quanto aos bens (alimentares e não alimentares) que oferecem é parte constitutiva dessa confluência que, ao mesmo tempo, ajuda a promover. Cadeias e fluxos de produtos com âmbito internacional que compõem o sistema alimentar mundial, dinâmicas integradoras nacionais da produção e circulação de alimentos que conformam o sistema alimentar nacional e circuitos regionais e locais de menor escala próprios dos sistemas alimentares locais-territoriais, todos têm nos supermercados um agente que reúne seus vários fluxos, isto é, trata-se de um agente propriamente sistêmico capaz de

⁸ O olhar (multi)escalar nos provoca a enfatizar relações verticais operando no espaço. É possível relacionar o enfoque sistêmico com a própria concepção espacial entendida por Massey (2008[2005]) como uma coexistência de múltiplas trajetórias, nunca finalizado e sempre aberto para a construção de novas concepções.

integrar cadeias distintas e acolher demandas de consumo com composições variadas. Porém, enquanto esses exercem um controle expressivo e pautam padrões, normas e certificações (Bezerra, 2020), muitos outros ficam de fora, sendo esta mais uma manifestação da seletividade na inclusão tão comum nas dinâmicas hegemônicas globais.

Esta observação confirma a importância de adotar um enfoque sistêmico para apreender a condição atingida pelas redes de supermercado e os papéis que desempenham no abastecimento alimentar como aqui compreendido, papéis esses dificilmente captáveis apenas com as abordagens nas cadeias de valor. Essas redes se tornaram, por meio de suas unidades de varejo de médio e grande porte e da junção do varejo e atacado na forma dos chamados “atacarejos”, passagem obrigatória de boa parte dos fluxos de bens que transitam através das cadeias, ao mesmo tempo em que se converteram nos locais de compra da maior parte dos itens que compõem as cestas de consumo. Retomando a perspectiva multiescalar, conclui-se que a esfera do varejo constitui um dos elementos nucleadores da materialização nos territórios dos sistemas alimentares com várias amplitudes, materialização que se insere em dinâmicas socioespaciais marcadas pelas profundas desigualdades sociais do Brasil.

O anterior nos leva a incorporar a noção de desigualdades alimentares entendidas como restrições no acesso à alimentação adequada e saudável de indivíduos, famílias e grupos sociais provocadas por dimensões estruturais múltiplas, cujas manifestações articulam-se com características presentes nas esferas da produção e circulação de alimentos (Motta, 2021). Josué de Castro (2005 [1946]), ao propor as noções de áreas alimentares, já anunciava que a fome é um fenômeno espacialmente distribuído de forma desigual no Brasil. A significativa retomada recente de abordagens sobre as desigualdades relacionadas com os alimentos inclui contribuições das teorias feministas e interseccionais, bem como a perspectiva multiescalar, multiespacial e relacional na análise das desigualdades globais e das dinâmicas de transformação e reprodução, a bem dizer, lutas sociais (Motta; Jelin; Costa, 2017; Motta, 2021). Portanto, as desigualdades alimentares relacionam-se com uma encruzilhada multidimensional de desigualdades: socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais.

Em linha com o que vem sendo argumentado neste capítulo, para compreender as interfaces entre alimentos e desigualdade é preciso incorporar abordagens escalares e espaciais, mas que sejam abordagens que transcendam um olhar que associa o espaço a apenas uma noção de distâncias, incorporando questões eminentemente políticas na construção social tanto do espaço como da escala. Ressalte-se, ademais, que a intenção aqui é ir além do aces-

so a alimentos indistintamente considerados para focalizar, especificamente, nas restrições no acesso à alimentação adequada e saudável. Nesses termos, consideram-se as restrições econômicas por limitações de poder aquisitivo (rendas do trabalho, preços absoluto e relativo dos bens) e locais ligadas à moradia (em áreas urbanas ou rurais), assim como as restrições no acesso a recursos suficientes para produzir o próprio alimento (terra e assistência técnica), e a informações apropriadas pela ausência delas ou pela indução de padrões de consumo (rotulagem, ações educativas e propaganda).

As quatro dimensões das desigualdades alimentares mencionadas refletem determinantes sistêmicos por estarem correlacionadas com características dos sistemas alimentares, podendo estar presentes em forma combinada mesmo que com importância desigual. Por fim, a compreensão e enfrentamento dessas desigualdades estão contidos na referência à justiça alimentar com crescente utilização nos meios acadêmicos e movimentos sociais. Tendo se originado na preocupação com as iniquidades no acesso aos alimentos por razões étnicas, logo se desenvolveu na direção de abarcar as iniquidades promovidas pelos sistemas alimentares (Cadieux; Slocum, 2015), ficando, portanto, subentendida a perspectiva de promover justiça social por meio dos alimentos.

Resta, por fim, uma observação sobre a utilização de localidades em cidades de grande porte e regiões metropolitanas, pois na conceituação dos sistemas alimentares descentralizados a noção de localidades não está associada a uma unidade espacial delimitada (Maluf, 2021). Arce e Long (2010) conceituam localidade como um lugar e um espaço social imaginado onde eventos e encontros situacionais moldam os modos de vida e a vida social; Carneiro (2008) propõe a noção de localidade para, superando a dualidade urbano-rural, referir-se a universos empiricamente referenciados de relações sociais específicas com componentes identitários materializados na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais. A opção metodológica por adotar as localidades como ponto de partida da abordagem dos sistemas alimentares implica, neste caso, delimitar unidades socioespaciais adequadas à análise das repercussões da espacialidade do varejo de alimentos sobre o provisionamento de alimentos de localidades no interior de municípios de grande porte como o Rio de Janeiro e na região metropolitana em que ele se insere. Essa possibilidade é limitada pelos recortes espaciais que organizam os dados disponíveis segundo a lógica político-administrativa do poder público (municípios, áreas de planejamento e regiões administrativas). Pesquisa específica é necessária para delimitar localidades com base nas relações de complementaridade, substituição e conflito mantidas por atores sociais e atividades vinculadas aos alimentos e à alimentação, relações

transpassadas por dinâmicas sistêmicas com distintas amplitudes que coexistem nessas localidades. Fica o registro para estudos futuros, de modo que a análise apresentada na parte a seguir correlaciona dinâmicas socioespaciais e provisionamento de alimentos nos limites da restrição antes mencionada.

Dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro e repercussões sobre o provisionamento de alimentos

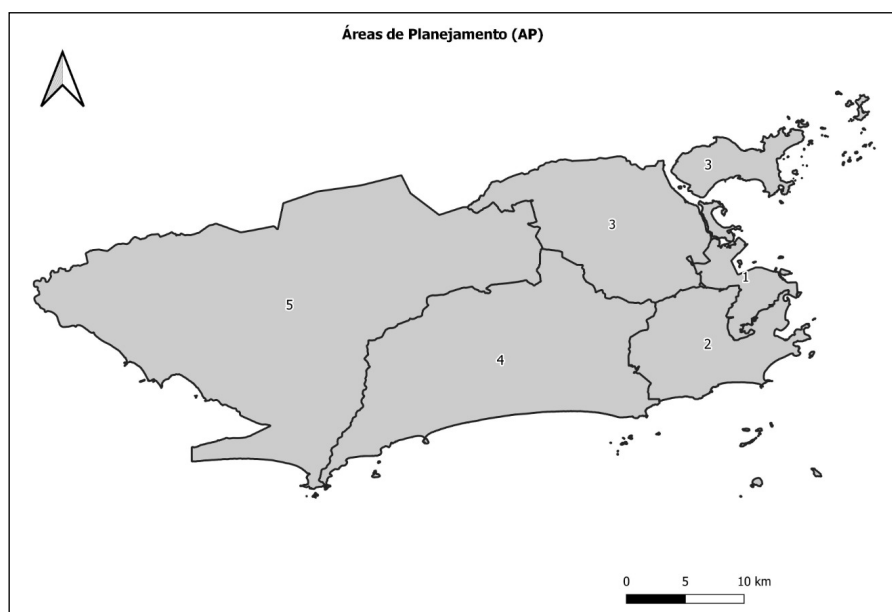
A desigualdade é uma marca constitutiva das dinâmicas socioespaciais brasileiras, também presentes na realidade carioca, marcada pelas especificidades espaciais da capital fluminense. São diversos os capítulos desta geografia histórica que marcam a trajetória desigual do município até chegar aos dias atuais, iniciando pelo fato de ter sido o Rio de Janeiro o principal local de desembarque de africanos escravizados no mundo, entre os séculos XVI e XIX. A intensa evolução urbana no decorrer do século XX apresentou nítidos contornos desiguais em termos socioeconômicos e raciais, ao que se somou o processo migratório que acompanhou a dinâmica de metropolização brasileira. Trazer a dimensão socioespacial para a análise da cidade se justifica na medida em que seu desigual desenvolvimento é notório e facilmente expresso em dados. Pobreza, raça e outros indicadores são espacialmente bem demarcados.

A geografia da sociedade repercute nas suas formas de funcionamento, ou seja, é um elemento constituinte e (re)produtor dos processos (Massey, 2008 [2005]; Soja, 1993 [1989]). A análise socioespacial como um estudo pela *sociedade concreta* busca justamente valorizar e articular relações sociais e espaço não apenas as descrevendo, mas buscando refletir sobre como estas relações balizam a dinâmica que terão ali lugar: “[...] o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, para além de uma redução do adjetivo ‘social’, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (Souza, 2016, p. 16).

Segunda maior capital e região metropolitana em termos populacionais no Brasil, o município do Rio de Janeiro apresentava nos dados do Censo de 2010 uma população de 6.320.446 de habitantes, e, se agregarmos sua região metropolitana, esse número sobe para 13.005.430.⁹ Em termos político-administrativos, o município é dividido em 5 Áreas de Planejamento

⁹ Além da capital do estado, a região metropolitana compreende os municípios São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Maricá, Queimados, Itaguaí, Japeri, Seropédica, Guapimirim, Paracambi, Tanguá, Rio

(AP) subdivididas por sua vez em 16 Regiões de Planejamento e 34 regiões administrativas (RA).¹⁰ A AP1 corresponde à região central da cidade e é onde localizam-se 4,7 % da população. A AP 2 engloba os bairros da Zona Sul e os bairros da Zona Norte como Tijuca, Vila Isabel e arredores e engloba cerca de 16 % da população. A AP3 corresponde à região da Zona Norte e é a região com maior população: cerca de 38 % do total de habitantes. A AP4 corresponde à região oeste litorânea, localizada entre o mar e o maciço da Pedra Branca (Barra, Recreio, Vargens, Jacarepaguá e outros) e engloba cerca de 14,5 % da população. Por fim, a AP5, segunda maior área em termos populacionais (cerca de 27 %) é composta pelos bairros da Zona Oeste Bangu, Realengo, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.



Mapa 2 – Áreas de Planejamento.

Fonte: IBGE.

As favelas, uma das expressões atuais das desigualdades no Brasil e no Rio de Janeiro, eram, em 2010, local de moradia de 22,8 % da população, o equi-

Bonito, Cachoeiras de Macacu e Petrópolis. Segundo o Censo de 2010, 65,4 % das pessoas que fazem movimentos pendulares dentro da região metropolitana tem como destino a capital

¹⁰ De acordo com o Anexo 1 da Lei complementar 111/2011, o Plano Diretor do município.

valente a 1.443.773 habitantes. Esta população se concentra, principalmente, na AP 3, seguido das APs 5 e 4 (CTPD, 2018). Ao analisar dados relativos à renda, a categoria que abrange o maior número de pessoas é a “sem rendimentos”, que compreende 1.905.849 pessoas, 34 % da população, denotando uma alta taxa de informalidade. Quanto aos dados relativos à distribuição geográfica da pobreza, o Censo de 2010 indica que as APs 5 e 3 possuem a maior proporção de domicílios com pessoas abaixo da linha da extrema pobreza e pobreza. Santa Cruz é o bairro que apresenta o maior número absoluto de domicílios com pessoas residentes abaixo da linha da extrema pobreza (1.133), seguido de Campo Grande (697). Em termos proporcionais, em relação aos domicílios por bairro, Acari apresenta o maior percentual (2,03 %, o equivalente a 163 domicílios), seguido de Sepetiba (1,92 %, 342 domicílios).

Dados relativos à linha de pobreza apresentam semelhante distribuição. Santa Cruz aparece em 1º lugar, seguido de Campo Grande, Bangu e Maré. Em termos proporcionais, Acari, Costa Barros e Sepetiba apresentam o maior percentual de domicílios com pessoas residentes abaixo da linha da pobreza em comparação ao total do bairro (CTPD, 2018). Do ponto de vista da distribuição espacial dos grupos raciais, localidades nas áreas centrais apresentam expressiva maior predominância da população branca e, ao se afastar do centro, aumenta-se o percentual de população preta e parda. É notória a segregação racial de grupos brancos e não brancos e uma relação racializada da espacialidade centro e periferia no município carioca. Segregação socioespacial e racial são aspectos convergentes (Ribeiro; Ribeiro, 2021).

Apesar da importância na análise por Áreas de Planejamento, é importante considerar a existência de diversidades e desigualdades dentro delas, ainda que este aspecto não venha a ser explorado aqui. O processo de articulação regional não se dá de forma homogênea para todos os sujeitos e fluxos ali existentes, o que Massey et al. (1998) denominam de “regiões com buracos”. Ainda assim, são dados que nos servem de referencial para nossa análise. Os números aqui apresentados, na ausência de dados desagregados por áreas do município mais atuais, são defasados e possivelmente aquém da manifestação atual da pobreza no município, considerando crises econômicas recentes vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e sua capital, especialmente após os reflexos da pandemia da Covid-19 em dinâmicas sociais e econômicas.

Quadro 1
Os 25 bairros com maior número de domicílios particulares permanentes com pessoas residentes abaixo da linha da pobreza em 2010

Bairro	Total	Mais de 1/8 a 1/4 salário-mínimo	Proporção em relação aos domicílios do bairro
Santa Cruz	66.087	5.710	8,64
Campo Grande	104.804	4.126	3,94
Bangu	76.832	3.655	4,76
Maré	41.731	2.558	6,13
Realengo	59.238	2.453	4,14
Guaratiba	33.389	2.350	7,04
Paciência	28.678	2.311	8,06
Senador Camará	34.042	2.091	6,14
Jacarepaguá	52.812	1.935	3,66
Cosmos	24.081	1.716	7,13
Complexo do Alemão	21.035	1.631	7,75
Sepetiba	17.833	1.620	9,08
Pavuna	31.063	1.610	5,18
Inhoaíba	19.867	1.449	7,29
Rocinha	23.399	1.128	4,82
Penha	23.915	937	3,92
Costa Barros	8.675	903	10,41
Acari	8.015	902	11,25
Vigário Geral	12.640	895	7,08
Anchieta	17.702	848	4,79
Jacarezinho	11.349	847	7,46
Manguinhos	10.622	775	7,30
Padre Miguel	21.146	772	3,65
Tijuca	61.905	752	1,21
Praça Seca	20.897	706	3,38

Fonte: Censo Demográfico (2010) apud CTPD (2018).

Um último elemento que merece destaque diz respeito à violência urbana e expansão de grupos milicianos na ocupação de territórios periféricos. Grupos milicianos seguem expandindo sua dominação em territórios do município, com repercussões diversas, inclusive nos fluxos econômicos destas localidades. Estas expressões no município têm levado ao notável uso da categoria de território enquanto categoria analítica, tanto em trabalhos acadêmicos como na literatura e na imprensa, na medida em que este conceito valoriza justamente a construção do espaço mediada por e pelas relações de poder. É importante destacar, contudo, que também são diversos os grupos sociais organizados nas distintas áreas da cidade que fazem uso da noção territorial enquanto categoria da prática, fortalecendo a dimensão de território a partir da noção de identidade e de práticas de solidariedade entre os atores (Haesbaert, 2021).

Nos faltam dados municipais e mais ainda territorializados relativos ao consumo alimentar e à segurança alimentar e nutricional. Ao longo dos anos 1990, quando a fome se constituía como um grande problema da sociedade brasileira, um profícuo debate relacionou a questão alimentar ao debate sobre modelos de desenvolvimento e estratégias de superação da pobreza e atenuação das desigualdades (Maluf, 1998). Os anos 2000 caracterizam-se por avanços significativos no combate à fome e na construção de um arcabouço de políticas em defesa da agricultura familiar e camponesa e da segurança alimentar e nutricional. Porém, a nível nacional, desde 2018 os índices de insegurança alimentar reavivaram uma tendência de ascensão, numa nítida inflexão ao que se verificava desde 2003, quadro agravado no contexto da pandemia da Covid-19 (Rede Penssan, 2021). Os retrocessos depois de uma década e meia de avanços em políticas e de crescimento econômico nos provoca a pensar os limites do acesso aos alimentos constituído, em grande medida, sob a égide de uma regulação privada.

Embora seja notório que o acesso aos alimentos se constitui numa questão pública, com especificidades a depender do local em que ocorre – como no espaço urbano –, é pouco comum encontrá-lo em instrumentos de políticas e de planejamento urbano.¹¹ No município do Rio, embora seu último Plano Diretor, de 2011, verse sobre a criação de um Programa de Abastecimento Municipal, uma ação governamental neste sentido inexistente e são escassos os instrumentos públicos municipais de abastecimento. Mesmo com a existência das feiras livres, feiras orgânicas e sacolões volantes enquanto equipamentos de comercialização de alimen-

¹¹ Algumas exceções foram as experiências da capital São Paulo e Belo Horizonte.

tos, nota-se uma ausência de visão política estratégica na condução destes equipamentos, cujo crescimento nem sempre acompanha tendências de expansão demográfica das localidades. Ao mesmo tempo, o que podemos perceber é que o formato supermercadista segue se espalhando no município. Algumas redes municipais apresentaram um crescimento expressivo entre 2020 e 2021, ou seja, durante a pandemia da Covid-19. O formato dos atacarejos, que têm investido no consumo individual das famílias das periferias de grandes cidades e regiões metropolitanas, ganhou cinco novas lojas em apenas um ano, considerando as redes Atacadão, Assaí, Mega Box e O Bom Atacadão.¹²

Os sistemas alimentares nas múltiplas etapas que os compõem participam da estruturação do espaço geográfico. O enfoque dos desertos alimentares tem permitido construir interfaces entre a discussão nutricional e uma abordagem espacializada, traçando associações entre alimentação e nutrição e a saúde pública. Nestes trabalhos (Beaulac; Kristjansson; Cummins, 2009; Ghosh-Dastidar et al., 2014; Borges, Cabral-Miranda e Jaime, 2018; Castro Junior, 2018) analisa-se a disponibilidade de equipamentos de varejo alimentar, especialmente em periferias urbanas, e impactos da falta de acesso físico a alimentos na alimentação e na saúde da população. A incorporação dessa referência nos debates brasileiros resultou em sua apropriação pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que definiu os desertos alimentares como

[...] áreas nas quais a população encontra barreiras para acessar alimentos frescos e saudáveis, como frutas, verduras e legumes. Quando os locais que vendem esses alimentos não estão disponíveis, as compras são realizadas em mercados distantes, o que aumenta o custo em função dos gastos com transporte, ou em lojas de conveniência, onde esses alimentos são mais difíceis de encontrar e os preços são mais altos. Nos centros urbanos, os desertos alimentares são encontrados principalmente em bairros mais pobres [...]. (Caisan, 2014, p. 7).

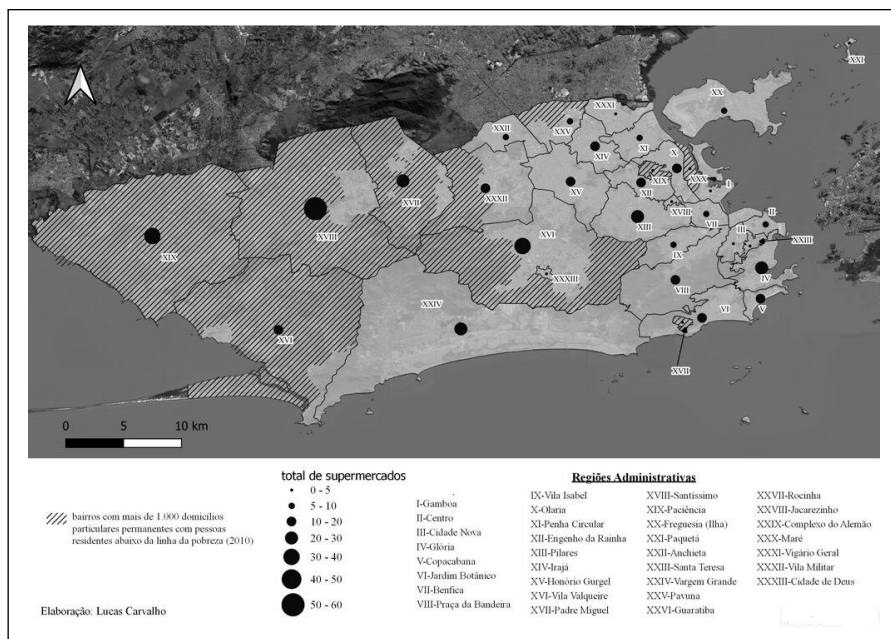
A análise dos desertos alimentares não se limita a estudar a forma supermercado como local de compra de alimentos; considera também outros tipos de lojas e formas de varejo alimentar (incluindo, por exemplo, estabelecimentos de compra de comida para pronto consumo). Em algumas destas abordagens, o supermercado se constitui como um local de compra que oferta, em algum grau, alimentos frescos, *in natura*, diferentemente de outras modalidades de varejo tradicional que se restringem à oferta de alimentos

¹² Bandeiras de atacarejo de redes aqui analisadas: Carrefour, Companhia Brasileira de Distribuição, Zona Sul e Rede Economia, respectivamente.

processados. A ideia dos desertos alimentares tem sua pertinência analítica, mas é igualmente válido um olhar mais atento e cuidadoso às dinâmicas contemporâneas do setor.

Considerando 20 das maiores redes presentes no município e sua distribuição socioespacial,¹³ a RA de Campo Grande é a que apresenta o maior número de lojas, seguida de Jacarepaguá e Santa Cruz. Inclusive, nestas três RAs, houve um crescimento significativo no número de lojas, especialmente quando comparados os dados de 2020 e 2021: Campo Grande passou de 50 para 57 lojas, Jacarepaguá de 34 para 39 e Santa Cruz de 28 para 36. Bangu, Guaratiba e Realengo (RAs que junto de Campo Grande e Santa Cruz compõem a AP5) também contam com número considerável de lojas: 24, 14 e 12, respectivamente. Chama a atenção o fato de localidades denominadas periféricas e geograficamente distantes da região central do município, sob o ponto de vista administrativo, terem presenciado esse crescimento. Mesmo considerando que se trata de RAs territorialmente bem extensas, sobretudo quando comparadas com RAs como Botafogo, Copacabana e Lagoa, que também apresentam um número expressivo de lojas, não é de se menosprezar o aumento significativo no número de lojas do varejo dito “moderno”. Surpreende-nos menos a ausência destes atores, e, sim, sua expansão nestas localidades. As duas redes mais recentes do município, conforme já destacamos, e que apresentam expressivo crescimento, Super Rede e Super Compras, têm expandido suas unidades especialmente nas localidades que compõem a AP5. É importante o destaque de que tanto a AP5 como AP4 são as áreas da cidade que têm apresentado maior crescimento populacional em tempos recentes.

¹³ Foram analisadas aqui empresas com mais de 10 lojas no município, bem como suas bandeiras do formato atacarejo: Atacadão, Assaí, Carrefour, Superprix, Inter, Guanabara, Mundial, Pão de Açúcar, Campeão, Rede Economia, Prezunic, Extra, Multimarket, Supercompras, Zona Sul, Super Rede, SuperMarket, Unidos, O Bom Atacadão e Mega Box. Considerando as informações disponibilizadas pelas próprias empresas em suas redes sociais, contabilizou-se 435 lojas, distribuídas da seguinte forma entre as APs: 18 lojas na AP1, 86 na AP2, 121 na AP3, 68 na AP4 e 142 na AP5.



Mapa 3 – Distribuição socioespacial dos índices de domicílios em situação de pobreza (2010) e das grandes e médias redes de supermercados (2021).

Fonte: Elaboração própria; IBGE.

Tomando como base a distribuição socioespacial das redes de supermercado, também é possível identificar uma diferença em termos de atores, processos e alimentos comercializados, a depender da região de análise da cidade. Assim, outra característica que merece destaque é que, nas RA's da AP5, as bandeiras que se estabelecem ali não são as mesmas que se apresentam com mais peso em regiões como o Centro, Zona Sul e algumas regiões da AP4.¹⁴ Há uma notória “seletividade espacial” (Santos, 2004 [1979]) no processo de expansão destes agentes. As bandeiras mais presentes, especialmente na AP5, são lojas que em muitos casos trabalham com limitado sortimento de legumes, frutas e verduras quando comparamos com lojas da AP2, e de alimentos industrializados de marcas mais “populares”.

Becker (1966) apresentou reflexão semelhante no que diz respeito a essa diferenciação na distribuição das formas de varejo. Enquanto em bairros como Copacabana, Botafogo, Largo do Machado e na Tijuca, onde havia

¹⁴ Isso sem considerar os Atacarejos que são, justamente, canais de comercialização dessas grandes redes orientadas para localidades com perfil mais popular.

um rápido crescimento da população e seu mais alto poder aquisitivo, os supermercados eram, além de mais antigos, mais frequentes e dispersos. Em sua análise, quanto mais distante do centro, em locais onde residiam população com poder aquisitivo mais baixo, os supermercados eram mais recentes e apresentavam-se em menor número. Neste último caso, vale destacar a constatação do crescimento de novos atores varejistas em regiões outrora pouco privilegiadas pelo setor.

Um elemento ainda mais instigante – que emerge em entrevista com atores das localidades e que nos parece central – é considerar que localidades que integram especialmente as AP5 e AP4 possuem uma importante história de produção de alimentos. A primeira feira orgânica do município localiza-se justamente no bairro de Campo Grande. Os relatos informam sobre mercados do produtor em Campo Grande, Bangu, Barra da Tijuca e na região do Mendanha (também em Campo Grande), este último ainda existente, assim como o Mercado de Madureira que, embora também conte com lojas que comercializam outros artigos, é também um espaço de comercialização de alimentos, especialmente alimentos e itens relativos às religiões afro-brasileiras. No centro de Campo Grande, O Mercado São Bráz, hoje um *shopping* de rua no conhecido Calçadão de Campo Grande, constituía-se num importante entreposto de produtos agrícolas da região. No início dos anos 1990, a criação do Programa de Sacolões Volantes na cidade aparece em alguns relatos como fator de desestruturação de feiras preexistentes e, em outros, como importante canal de escoamento da produção ainda existente do município. É importante considerar estas formas pretéritas de sistemas alimentares que ainda hoje, em algum grau, estão expressas nas dinâmicas socioespaciais e de produção e provisão de alimentos destas localidades.

Há, então, uma última nota a respeito que merece nossa atenção. O risco de identificarmos uma região como um deserto alimentar e, ao fazer isso, ignorar fluxos de provisão de alimentos não reconhecidos na economia formal, seja no presente, seja no passado daquele local. O olhar centrado nas dinâmicas formais da economia tem como prejuízo a subestimação de expressões dos seus circuitos inferiores. Num município com uma alta taxa de informalidade, onde segue pulsando um “circuito inferior da economia” (Santos, 2004 [1979]), mais do que invisibilizar a existência de fluxos e formas herdeiras do pretérito “Sertão Carioca”, é importante visibilizá-las e fortalecê-las. Não podemos aproximar a ideia de deserto à noção de “vazios” a serem ocupados; ideia que nos foi tão cara ao longo da história ao reforçar um projeto modernizador-conservador em escala nacional que ignorava a existência de outros meios de vida e, inclusive, de produção de alimentos e

de alimentação. A construção e o fortalecimento de equipamentos descentralizados de varejo alimentar precisam, mais do que exportar um modelo varejista que agrega fluxos de distintas escalas, fortalecer características endêmicas dos territórios que permitem a construção de circuitos virtuosos de produção de alimentos e alimentação. Se é necessário trazer a discussão política e de relações de poder para o estudo dos alimentos e da alimentação (Leach et al., 2020), é preciso igualmente fazer este giro teórico acompanhado da materialidade que lhe dá vida: espaço e território, não apenas como conceitos de um campo disciplinar, mas sobretudo como concepções epistêmicas indispensáveis na análise dos processos e jogo político dos atores relativos aos alimentos e à alimentação.

Considerações finais

Os alimentos e a alimentação são componentes centrais nas dinâmicas urbanas, embora nem sempre valorizados. Os equipamentos de atacado, varejo e consumo alimentar, responsáveis pela provisão de alimentos, compõem a paisagem urbana e são elementos das dinâmicas socioespaciais e territoriais. Mais do que isso, o urbanismo e estudos com variadas perspectivas sobre as cidades vão ao ponto de mostrar que os alimentos contribuem na própria moldagem das cidades. Esse é o caso do estudo de Steel (2008) sobre a cidade de Londres, demonstrando que o traçado das ruas e a localização das praças das cidades pré-industriais foram frutos do fluxo e comercialização de alimentos.¹⁵ A interconexão entre alimentos e cidades como parte da exploração mais ampla do tema comida e lugares, segundo Parham (2020), tornou os alimentos um objeto de estudo legítimo para urbanistas, com perspectivas que vão da criação de um futuro sustentável, resiliente e convivial, até a escala da mesa à região agrícola. Há que mencionar a agricultura urbana e periurbana que, embora pouco exploradas no presente capítulo, é um componente central que recebe crescente atenção nas análises sobre como alimentar as cidades, particularmente pelo papel que pode cumprir no oferecimento de alimentação adequada e saudável.

O continuado processo de expansão urbana segue colocando no centro da discussão sobre soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) o

¹⁵ Vale notar a observação de Steel (2008) sobre o franco crescimento das cidades ter implicado um requisito de escala que a indústria alimentar é capaz de (e se compraz em) realizar, ao custo da redução da diversidade ofertada regularmente em termos de variedades de um mesmo bem ou do número de bens.

desafio do abastecimento alimentar nestas regiões, como se nota no crescente número de trabalhos acadêmicos, nos documentos oriundos de organizações e movimentos sociais e nos que foram elaborados pelo Consea e Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional antes de serem extintas pelo Governo Bolsonaro. As questões urbanas envolvidas na soberania e segurança alimentar e nutricional foram objeto de debates específicos, e é necessário que avancemos numa compreensão da noção de soberania alimentar que abarque a experiência e práticas alimentares do espaço urbano. Que significado e implicações para os habitantes da cidade a noção de soberania alimentar, oriunda dos movimentos do campo, aporta? Como avançar rumo à soberania alimentar numa região que apresenta 13 milhões de habitantes, como a metropolitana do Rio de Janeiro?

A expansão dos supermercados para médias e pequenas cidades, mas, sobretudo, para as periferias urbanas tem sido verificada, tanto nas estratégias de redes regionais e locais como nas redes internacionais, neste caso, mais comumente via o canal atacarejo. Porém, se, por um lado, essa expansão aumenta o número de equipamentos varejistas acessíveis a essas populações, nem sempre a presença destes equipamentos garante um igual acesso a alimentos adequados e saudáveis. A seletividade espacial presente na expansão socioespacial dos atores privados do varejo alimentar dito moderno têm impactos na oferta de alimentos, tanto os *in natura* como também os minimamente e ultraprocessados. Da mesma forma, é fundamental criar mecanismos que considerem nas análises as dinâmicas da economia informal de produção e comercialização de alimentos. Neste sentido, sem desconsiderar a validade da noção de desertos alimentares, é importante sua adoção criteriosa que não desconsidere características histórico-geográfica das localidades, suas dinâmicas informais de comercialização de alimentos e, especialmente, as desigualdades presentes no processo de expansão dos equipamentos privados de varejo alimentar moderno.

É neste sentido que reforçamos a defesa de instrumentos da ação pública mais incisivos para o acesso democrático à alimentação adequada e saudável nas grandes metrópoles e regiões metropolitanas, assegurando o direito humano à alimentação adequada, como a construção e o fortalecimento de equipamentos públicos que estejam socioespacialmente distribuídos levando em consideração demandas, características histórias e especificidades das localidades. As dinâmicas das grandes cidades são marcadas por desigualdades profundas. A provisão de alimentos limitada à expansão de atores privados do varejo alimentar moderno, reconhecidos aqui como elementos de uma regulação privada do abastecimento alimentar, incide sobre localidades mar-

cadadas pela pobreza e desigualdade, de tal forma que este espraiamento do modelo privado, desprovido de ações mais estruturantes na redução das desigualdades, neste caso em especial as alimentares, pode levar a um quadro de fortalecimento dessas desigualdades estruturantes presentes.

Referências

- ARCE, A.; LONG, N. *The rise and challenges of an Anthropology of development*. Wageningen: Wageningen University, 2010.
- BEAULAC, J.; KRISTJANSSON, E.; CUMMINS, S. A systematic review of food deserts, 1966-2007. *Preventing chronic disease*, v. 6, n. 3, p. A105, 2009.
- BECKER, B. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia*, 1966, p. 129-156.
- BELIK, W. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da Cadeia Agroalimentar no Brasil*. 1999, 146p. Tese (Livre Docência). IE-Unicamp, Campinas, 1999.
- BEZERRA, J. E. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. *Espaço & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 143-161, 2020.
- BITAR, N. P. Patrimônios culturais e imaginários urbanos: apropriações do espaço público pelos mercados no Rio de Janeiro. *Ponto Urbe*, n. 15 [Online], p. 1-18, 2014.
- BORGES, C. A.; CABRAL-MIRANDA, W.; JAIME, P. C. Urban food sources and the challenges of food availability according to the brazilian dietary guidelines recommendations. *Sustainability*, v. 10, n. 4.643, p. 2-12, 2018.
- BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; MALUF, R. *Construção e promoção de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006.
- CADIEUX, K. V.; SLOCUM, R. *What does it mean to do food justice?* College of Liberal Arts All Faculty Scholarship. Paper 3. 2015, p. 1-26. Disponível em: http://digitalcommons.hamline.edu/cla_faculty/3.
- CAISAN. Subsídios da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN para a discussão sobre “Segurança Alimentar e Nutricional nos centros urbanos” na XVII Plenária do CONSEA. 2014, 20p.
- CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.
- CASTRO, J. *A geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1946] 2005.
- CASTRO JUNIOR, P. C. P. *Ambiente alimentar comunitario medido e percebido: descrição e associação com o Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros (RJ)*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2018.
- CHIODO L. *Supermercados en América Latina: historia del comercio de alimentos, de los autoservicios hasta el império de cinco cadenas multinacionales*. 1. ed. [S.l.]: Antropofagia, 2010.

- CIRAD. Systèmes agroalimentaires localisés (organisations-innovations et développement local). Montpellier: CIRAD/SAR, 1996.
- CLEPS, G. D. G. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de auto-serviço em Uberlândia (MG)*. São Paulo: IG/Unesp, 2005.
- CYRILLO, D. C. *O papel dos supermercados no varejo de alimentos*. [S.l.]: Ivo Torres, 1987.
- COLONNA, P.; FOURNIER, S.; TOUZARD, J.-M. Food Systems. *In*: ESNOUF, C.; RUSSEL, M.; BRICAS, N. (org.). *Food system sustainability: insights from DuALIne*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- CORREIA, M. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1936.
- CTPD. *Diagnóstico intersetorial integrado da cidade do Rio de Janeiro*. [S.l.: s.n.], 2018.
- FINE, B.; HEASMAN, M.; WRIGHT, J. *Consumption in the age of affluence – the world of food*. London: Routledge, 1996.
- FLEXOR G. Las tiendas frente a la “revolución de los supermercados”: el caso de la Región Metropolitana de Rio de Janeiro. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. XIV, n. 45, p. 497-522, 2014.
- FRANÇA, C; REZENDE, V. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 2010. [S.l.: s.n.], 2010.
- FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and state system. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- GHOSH-DASTIDAR, B.; COHEN, D.; HUNTER, G.; ZENK, S. N.; HUANG, C.; BECKMAN, R.; DUBOWITZ, T. Distance to store, food prices and obesity in urban food deserts. *Am J Prev Med*, v. 47, n. 5, p. 87-95, 2014.
- HAESBAERT R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s) colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HAWKES, C. Dietary implications of supermarket development: a global perspective. *Development Policy Review*, v. 26, n. 6, p. 657-692, 2008.
- JORNAL DO BRASIL. *Supermercados*. Hemeroteca Digital Brasileira, 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&PagFis=182527&Pesq=%22cadeia%20de%20supermercados%22. Acesso em: 20 set. 2021.
- KNOKE, W. O supermercado no Brasil e nos Estados Unidos: confrontos e contrastes. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 9, p. 91-104, 1963.
- LEACH, M.; NISBETT, N.; CABRAL, L.; HARRIS, J.; HOSSAIN, N.; THOMPSON, J. Food politics and development. *World Development*, n. 134, p. 1-19, 2020.
- LINHARES, M. Y. L. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. [S.l.]: Binagri, 1979.

- LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. de. *História política do abastecimento (1918-1974)*. [S.l.]: Binagri, 1979.
- MALASSIS, L. *Alimentar os homens*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- MALUF, R. S. Economic development and the food question in Latin America. *Food Policy*, n. 23, p. 155-172, 1998.
- MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 4, e238782, 2021.
- MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. *Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. [S.l.]: Gramma, 2011.
- MASSEY, D.; ALLEN, J.; COCHRANE, A. *Rethinking the regions: spaces of neo-liberalism*. Londres: Routledge, 1998.
- MASSEY, D. Geographies of responsibility. *Geografiska Annaler*, 2004, p. 5-18.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].
- MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. *Worlds of food – place, power and provenance in the food chain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- MOTTA, R. Social movements as agents of change: fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life. *The Sociological Review Monographs*, v. 69, n. 3, p. 603-625, 2021.
- MOTTA, R.; JELIN, E.; COSTA, S. *Introduction. Global entangled inequalities: conceptual debates and evidence from Latin America*. Londres: Routledge, 2017.
- MONTEIRO, G.; FARINA, E.; NUNES, R. Food-retail development and the myth of everyday low prices: the caso of Brazil. *Development Policy Review*, v. 30, n. 1, p. 49-66, 2012.
- MURILHA, D.; SALGADO, I. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, 138.02, ano 12, p. 1-14, 2011.
- NEWTON, N. G. J.; PINTO, H. S.; LEDA, L. C. Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano. *Guaju*, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2016.
- PARHAM S. Exploring food and urbanism. *Journal of Urbanism. International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, v. 13, b. 1, p. 1-12, 2020. DOI: 10.1080/17549175.2020.1721152.
- PULKER, C. E.; TRAPP, G. S. A.; SCOTT, J. A.; POLLARD, C. M. What are the position and power of supermarkets in the Australian food system, and the implications for public health? A systematic scoping review. *Obesity reviews*, 2017, p. 1-21.
- RASTOIN, J. L.; GHERSI, G. *Le système alimentaire mondial: concepts et méthodes, analyses et dynamiques*. Paris: Éditions Quae, 2010.
- REARDON, T.; HENSON, S.; BERDEGUÉ, J. “Proactive fast-tracking”: diffusion of supermarkets in developing countries: implications for market institutions and trade. *Journal of Economic Geography*, 2007, p. 1-36.
- REDE PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. [S.l.: s.n.], 2021.

- REQUIER-DESJARDINS, D. Les systèmes agroalimentaires localisés en Amérique Latine: un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale su des marchés globalisés. *Economies et Sociétés*, v. 25, n. 9-10, p. 1.421-1.440, 2002.
- RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- RIBEIRO, M. G.; RIBEIRO, L. C. Q. Segregação socioespacial e desigualdade de renda da classe popular na metrópole do Rio de Janeiro, Brasil. *Eure*, v. 47, n. 142, p. 27-48, 2021.
- SAAB, W. G. L.; GIMENEZ, L. C. P. Aspectos atuais do varejo de alimentos no mundo e no Brasil. *BNDES Setoria*, n. 11, p. 101-122, 2000.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 [1979]. 440p.
- SILVA, C. H. C. O papel dos supermercados e hipermercados nas relações entre cidade, comércio e consumo. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 610-625, 2005.
- SILVEIRA, P. G. *A metrópole é aqui: redes de abastecimento e o porto do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. [S.l.]: Jorge Zahar, 1993 [1989].
- SOUZA, M. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. [S.l.]: Bertrand Brasil, 2016.
- STEEL, C. *Hungry city – how food shapes our lives*. London: Chatto & Windus, 2008.

Anatomia dos mercados imersos: proposta metodológica para o estudo dos mercados

Natália Salvate
Sergio Schneider

Há dois aspectos sobre os mercados na sociedade atual em torno dos quais existe forte consenso. O primeiro diz respeito ao fato de que as interações econômicas promovidas nos marcos das sociedades de mercado se tornaram onipresentes e ganharam enorme impulso no contexto da globalização. O segundo consenso é de que poucos temas e assuntos são tão presentes no senso comum cotidiano como o dos mercados, mas, ao mesmo tempo, tão mal compreendidos e explicados. Não é raro que as trocas comerciais e as interações econômicas sejam confundidas com “o” mercado ou “os” mercados, tornando-os uma espécie de *passé-partout*. Não obstante cada pessoa tenha uma opinião ou ideia sobre o(s) mercado(s), eles possuem um caráter enigmático, desconhecido, às vezes misterioso, que faz com que a maioria não saiba o que são e nem de onde vêm.

Não surpreende, portanto, que os mercados tenham sido tomados como dados, o que reforça a sensação de que são criados por agentes sem face e sem voz, surgidos em um espaço abstrato e metafísico cujo movimento é dado pelo comportamento dos preços relativos e suas variações. Isso faz com que a definição mais elementar dos mercados seja a que se baseia nas relações entre oferta e demanda, que ganhou o estatuto de uma lei. Geoffrey Hodgson (1994, p. 176) foi contundente ao afirmar que “[...] houve uma negligência geral na definição de mercado” e criticou a sua classe ao dizer que “[...] os economistas foram extremamente desastrados na forma como usaram o termo”.

Em geral, a crítica à falta de uma reflexão mais substantiva dos mercados decorre do fato de que muitos estudiosos (Roth, 2018; Abramovay, 2004; Boyer, 1997; Stiglitz, 1989) explicam os mercados mais pelos seus efeitos do que pelas causas, do que resulta a falta de conhecimento sobre sua origem, quem os criou e como foram forjados. Esse vácuo foi um dos pontos de partida dos estudiosos da sociologia econômica (White, 1981; Swedberg, 2005; Lie, 1997) que se empenharam em preenchê-lo iniciando uma agenda de estudos para compreender os mercados, especialmente de onde vêm, onde se localizam, como se estruturam, quais os atores envolvidos e como se dão as assimetrias de poder entre eles.

Mas seria equivocado afirmar que, antes da abordagem desenvolvida pela Nova Sociologia Econômica (NSE), não havia análises sobre os mercados. O trabalho original e pioneiro de Karl Polanyi (2000) sobre a emergência de uma economia de mercado enraizada (*embedded*) em uma sociedade mercantilizada é, seguramente, o marco fundante dessa escola de pensamento. Polanyi (2000; 1977), a seu tempo, também se surpreendeu com a forma com que a discussão sobre os mercados havia sido sobreposta e identificada com o capitalismo, que segundo ele não é senão uma das formas de ser dos mercados. Para Polanyi, no capitalismo o mercado passa a operar como a instituição central de alocação dos indivíduos a partir de relações de troca. Ou seja, o sujeito é identificado com sua posição (*status*) na divisão social do trabalho de uma economia de mercado, o que significa que a posição social no mercado define a identidade do sujeito.

Essa contribuição seminal inspirou os trabalhos de Granovetter (1985), que passou a discutir os mercados como instituições socialmente construídas e imersas (*embedded*) em redes sociais. Seus estudos influenciaram enormemente a sociologia econômica (NSE), que por um tempo passou a se ocupar centralmente do estudo das estruturas e do funcionamento dos mercados, a partir das obras seminais de Beckert (2007), Swedberg (2005), Fligstein (2001), entre outros.

Neste trabalho, pretendemos apresentar uma proposta metodológica para o estudo e diagnóstico dos mercados não convencionais que operam no universo social da agricultura familiar. Vamos apresentar uma das formas ou tipo de mercados que chamamos *mercados imersos* ou *nested markets* (Ploeg; Ye; Schneider, 2012; Schneider; Salvate; Cassol, 2016). A discussão sobre mercados imersos é largamente tributária dos avanços e entendimentos da NSE sobre os mercados.

Na prática, o que chamamos de mercados imersos se aproxima do que outros autores têm denominado como mercados territoriais (Schneider, 2016; CFS, 2016), uma vez que os casos e situações em que operam esse tipo de mercado se constituem em um espaço físico de troca em que ocorre a interação entre instituições e mecanismos de governança que caracterizam o território. Nesse sentido, embora os mercados imersos ou territoriais estejam situados em áreas específicas, eles não se restringem a um determinado lugar ou um local (Ploeg; Jingzhong; Schneider, 2012). A projeção espacial desses mercados depende e decorre do modo como se dá a sua governança, que envolve tanto instituições formais quanto informais, cujo alcance físico não é facilmente determinável.

Os mercados imersos que pretendemos analisar estão relacionados aos contextos sociais e econômicos em que se verifica a presença de agricultores familiares que interagem com outros atores externos, urbanos ou não, que atuam em setores como comércio, serviços e mesmo indústria. Até recentemente, a inserção dos agricultores familiares nos mercados de bens e mercadorias alimentares era entendida como um sinal ou sintoma de sua subordinação. Estudiosos como os autores neomarxistas Harriet Friedman (1978) e Henry Bernstein (1979) foram pioneiros ao demonstrar que a inserção dos pequenos produtores ou camponeses nos mercados acaba alterando tanto a sua produção como as estratégias de reprodução social, embora isso não implique no seu desaparecimento, como a geração de estudiosos de inspiração leninista afirmavam.

A discussão sobre a mercantilização adquiriu novas perspectivas a partir dos trabalhos de Van der Ploeg (1992) com sua tese de mercantilização diferencial, que promove mudanças de grau, nível e forma, mas que não implica no solapamento das condições de reprodução social dos agricultores familiares. Ao contrário, Ploeg, propõe que a inserção dos agricultores aos mercados pode inclusive ampliar o seu leque de opções econômicas e, portanto, fortalecer e mesmo aumentar sua capacidade de controle e autonomia e, finalmente, contribuir para sua reprodução social (Ploeg, 1992).

Esses trabalhos abriram uma nova agenda de pesquisa sobre a importância da integração da agricultura familiar aos mercados. Opondo-se à su-

posição enigmática e pouco ilustrativa dos mercados como uma dimensão dada, conforme preconizado pelos teóricos do *mainstream* econômico, os analistas da “virada da qualidade” agroalimentar (Goodman, 2003) sugerem que as novas formas de interação entre produtores e consumidores de alimentos acaba por modificar os mercados e a própria natureza das relações mercantis. Impulsionados pela emergência de novos mercados e pelas questões alimentares envolvendo segurança alimentar e nutricional, qualidade dos alimentos e sustentabilidade, alguns estudiosos passaram a se dedicar a compreender como se dão estes processos de construção de espaços mais autônomos de produção, distribuição e consumo de alimentos (Marsden et al., 2000; Brunori, 2007; Hinrichs, 2003; Renting et al., 2003).

Diferentes abordagens foram desenvolvidas no âmbito da sociologia rural e sociologia econômica, no intuito de explicar mais profundamente a emergência desses novos mercados, sua dinâmica e papel nas práticas de desenvolvimento rural. No final dos anos 1990 e na década de 2000 surgem as abordagens das Cadeias Curtas (CC) e das Redes Agroalimentares Alternativas (RAA) (Renting; Marsden; Banks, 2003), que descrevem os movimentos de localização da produção e consumo e trazem para o debate a questão do encurtamento das cadeias, a definição social da qualidade e do enraizamento social. Os signatários dessas abordagens retomam algumas ideias de Polanyi (2001) sobre as múltiplas formas de interação social, e demonstram que as relações mercantis que se estabelecem entre produtores e consumidores requerem um forte diálogo entre sociologia e antropologia econômica (Granovetter, 1985; Swedeberg, 2005; Beckert, 2007; Zelizer, 2009).

Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma proposta metodológica para o diagnóstico e análise dos mercados imersos, a partir de cinco dimensões – distintividade, conectividade, multifuncionalidade, governança e infraestrutura sociomaterial. Através de um conjunto de variáveis e indicadores que são captados a partir da percepção dos entrevistados e de uma escala de concordância do tipo Likert (Likert, 1932), o instrumento de pesquisa foi testado e aplicado em três mercados agroalimentares distintos no Brasil: o mercado de morangos em Agudo, as feiras orgânicas no município de Porto Alegre (ambos no estado do Rio Grande do Sul), e o mercado de agroturismo em Venda Nova do Imigrante (no Espírito Santo).

A metodologia proposta se baseia na percepção dos agricultores sobre as transações mercantis nas quais participam e atuam. Essas percepções são obtidas mediante a aplicação de um questionário tipo *survey* que apresenta perguntas sobre diferentes dimensões que caracterizam esses mercados. O

resultado nos permite compreender a estrutura do mercado em um determinado momento. Na medida em que diferentes mercados são mapeados, gera-se a possibilidade de realizar comparações entre eles e aferir como as dimensões e variáveis se apresentam em um caso ou noutro, do que resulta a possibilidade de se extrair conclusões sobre os distintos modos de funcionamento dos mercados.

Utilizamos o termo “anatomia” – campo da biologia que estuda as formas e estruturas do corpo humano – como uma metáfora para denominar o instrumento que desenvolvemos como um recurso heurístico para analisar as formas e a estrutura dos mercados. A partir de um conjunto de dimensões que nos permite organizar os dados e orientar o processo analítico, esta ferramenta nos oferece um retrato amplo dos mercados, ou seja, uma “anatomia dos mercados imersos”.

Nesse sentido, acreditamos que a principal contribuição desse trabalho consiste em possibilitar a realização de estudos comparados e, com isso, oferecer subsídios para que gestores, formuladores de políticas públicas, consultores, agricultores e acadêmicos conheçam, avaliem e proponham melhorias na *performance dos mercados*, estimulando políticas e práticas de desenvolvimento rural baseadas na construção de mercados ou tão somente a melhora nos planos de negócio e nas estratégias de comercialização dos agricultores.

O capítulo está organizado da seguinte forma: após essa introdução, discutiremos as três principais referências que conformaram o conceito de mercados imersos. Na terceira seção, discorreremos sobre as premissas teóricas e suas implicações metodológicas neste estudo. Na quinta seção, discorreremos sobre as cinco dimensões de análise dos mercados e a construção de suas variáveis e indicadores para, em seguida, discutir os resultados e os desafios para uma futura agenda de pesquisa.

Mercados imersos: as três fontes e a trajetória de um conceito

O conceito de mercados imersos é recente e foi criado por pesquisadores para estudar as relações mercantis dos agricultores em contextos caracterizados por uma diversidade de estratégias e canais de comercialização, em geral, coordenados por uma organização coletiva como cooperativa de produtores ou associação. O termo *nested markets* foi utilizado pela primeira vez nos artigos de Polman, Poppe, van der Schans, van der Ploeg (2010)

e Ploeg, Ye e Schneider (2012), que analisaram diferentes casos na Europa, no Brasil e na China.

Os mercados imersos são espaços concretos, socialmente construídos, de interação social e troca entre os atores, baseadas no compartilhamento de um conjunto de normas, regras e valores que orientam o comportamento econômico e possibilitam a geração de benefícios comuns aos envolvidos (Ploeg, 2015). Eles emergem dos interstícios dos mercados agroalimentares convencionais, a partir de suas lacunas estruturais que abrem janelas de oportunidades para novos mercados (Ploeg, 2015).

Existem basicamente três fontes inspiradoras para o conceito de mercados imersos. A primeira delas é a tradição de estudos que vem da sociologia do campesinato de Teodor Shanin (1973), retomada mais recentemente nos estudos de Ploeg (2015), no debate com a economia política agrária de Henry Bernstein (1986) e na abordagem dos regimes alimentares de Harriet Friedmann e Phillip McMichael (1989). Embora diferentes entre si, muitas vezes até contraditórias, essas abordagens têm em comum o fato de coincidir na importância da questão da mercantilização e seus efeitos na base produtiva das unidades de produção e a diferenciação social.

A segunda fonte de inspiração do termo mercados imersos se origina na sociologia econômica, especialmente a matriz que se desenvolveu a partir do trabalho angular de Karl Polanyi em torno da ideia de *embeddedness*. A origem da palavra *embedded* nas ciências sociais remonta a Karl Polanyi, que em sua magnífica obra *A Grande Transformação*, de 1944, usou-a para descrever como as instituições que regulavam a economia estavam imersas em relações sociais, do que resultou a famosa frase do autor: “[...] a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (1980, p. 72).

A obra de Polanyi é considerada uma das fundadoras da sociologia econômica, área interdisciplinar de estudos que ganhou grande impulso a partir do famoso artigo de Mark Granovetter, de 1985, “Ação econômica e estrutura social: o problema do enraizamento”, em que utiliza o conceito de imersão em redes sociais como ferramenta analítica para compreender como funciona a atividade econômica nas sociedades contemporâneas.

A terceira fonte da ideia de mercados imersos advém dos estudos sobre os recursos de uso comum (*common pool resources*), uma abordagem que tem na economista Elinor Ostrom (1990) sua referência central. Ostrom dedicou sua vida ao estudo dos mecanismos de governança e ordenamento que fazem com que, em situações de escassez e restrições (recursos hídricos, pastagens, florestas, paisagens etc.), os atores decidam cooperar e, para preservar e man-

ter um bem comum, criam regras e normas que buscam evitar o conflito, o oportunismo e a anomia.

Segundo Ostrom, os recursos de uso comum (CPR) constituem um sistema de recursos naturais ou fabricados pelo homem (sistema de irrigação, áreas de pesca ou pastagem), cujo tamanho ou características tornam seu uso exclusivo ou individual quase excessivamente oneroso aos potenciais beneficiários. Recursos comuns enfrentam problemas de regramento ou uso excessivo porque são limitados e subtraíveis, por isso sua exploração precisa ser protegida ou administrada (Ostrom, 1990, p. 30).

Esta ideia de Ostrom serviu de inspiração a Van Huylenbroeck et al. (2009) e Polman et al. (2010) para caracterizar uma situação em que os mercados não são nem hiper controlados pelo Estado e tampouco deixados livres sem nenhum tipo de vigilância, tornando-se formas híbridas que funcionam tanto porque os atores se autocontrolam, quanto porque o Estado exerce a coerção da lei para evitar desvios. Surge assim a ideia de que mercados precisam ser entendidos como bens públicos e, como tal, necessitam, ao mesmo tempo, de controle e liberdade.

Os mercados precisam funcionar de tal forma a não sufocar e restringir as iniciativas dos seus participantes e nem ficar sem controle algum de modo que os oportunistas tomem conta. O mecanismo que permite que isso funcione são as instituições de mercado, que são as regras, normas e condicionantes criados pelos próprios agentes que dele participam. Essas instituições podem ser formais (leis ou contratos) ou informais (reciprocidade, barganha).

Para Ploeg (2015), o processo de construção dos mercados imersos surge através da identificação daquilo que a economia chama de “lacunas ou falhas estruturais” das cadeias globais de produção e comercialização de alimentos. São o “[...] resultado de limitações implícitas às estratégias dos atores dominantes” (Ploeg, 2015, p. 45), ou seja, a ausência de relações sociais que, no caso dos mercados alimentares convencionais, resultam, com frequência, na criação de novos mercados para “preencher” esses espaços vazios. Por exemplo, a distância entre o produtor e consumidor, a padronização, o anonimato e a perda de frescor dos produtos podem ser consideradas lacunas estruturais do grande mercado agroalimentar.

Tais lacunas abrem oportunidades para novos mercados baseados em relações de proximidade, com produtos de qualidade diferenciada e diversidade. Esses novos mercados são, portanto, resultado dessa interligação através de “pontes”, que reconectam partes do mundo até então separadas (Ploeg, 2015).

Os novos mercados imersos não operam isoladamente na sociedade. Eles estão imersos nos mercados globais e fazem parte deles; entretanto, diferenciam-se em termos de governança, dinâmica, *modus operandi*, mecanismos de distribuição e impactos (Ploeg, 2015). Nesse sentido, eles estão enraizados em padrões distintos dos convencionais: na definição social da qualidade construída a partir das relações entre produtores e consumidores, nas trocas que geram confiança, reputação e reciprocidade, em padrões de governança que possibilitam maior autonomia e renda aos agricultores. Dessa forma, os mercados imersos são instituições que governam processos de interação social e geram formas coletivas de governança, que proporcionam maior autonomia e apropriação de parcelas mais significativas do valor gerado/produzido pelos agricultores.

A construção do *framework* de análise dos mercados imersos: percurso metodológico

Algumas premissas foram fundamentais para a construção dessa ferramenta de pesquisa. A primeira delas deriva da visão de Polanyi de que os mercados são instituições sociais formadas a partir de processos de interação social, econômica e cultural dos atores. Da mesma forma, os mercados imersos são sustentados por um conjunto de normas e regras compartilhadas por todos aqueles que deles participam, usufruem e cuidam (Polman et al., 2010; Ploeg, 2015).

Não obstante, muitas vezes essas regras de operação e funcionamento dos mercados imersos são tácitas e, portanto, somente podem ser conhecidas e identificadas a partir da compreensão que cada agente lhes atribui. Nesse sentido, considerando os mercados como uma construção social que resulta de como os atores agem e interagem num dado espaço/território, seguindo normas e regras (tácitas e formais), e que suas dimensões não podem ser mensuradas pelo próprio pesquisador, nos valemos da percepção dos atores para coletar dados sobre esses mercados. Merleau-Ponty (2006) explica que é necessário entender a percepção como parte da compreensão dos fenômenos do mundo, ou seja, a habilidade do homem de entender o mundo com base em suas experiências. A percepção pode ser representada em opiniões, atitudes e em todas as esferas da vida, e através dela os indivíduos guiam suas ações e decisões.

Assim, as informações sobre os mercados imersos neste instrumento de pesquisa serão capturadas a partir da percepção dos atores envolvidos.

Consideramos como atores sociais todas as entidades sociais que possuem capacidade de agência (Long, 2007). No caso dos mercados, o ator social consiste em todos os indivíduos, organizações e instituições envolvidos, sejam eles produtores, consumidores, representantes de organizações e governos, processadores e distribuidores. Entretanto, para fins de operacionalização, o instrumento de coleta de dados tem como alvo somente os agricultores/produtores.

Sobre os mercados imersos, é relevante considerar que eles coexistem com outras distintas formas de mercados, sejam elas convencionais ou não, e que seus limites não são rígidos e intransponíveis, mas estão em constante dinâmica, perpassando características das mais diversas formas que podem admitir (Schneider; Salvate; Cassol, 2016; Ploeg; Ye; Schneider, 2012; Goodman; Dupois; Goodman, 2012). Conforme os mercados assumem, na prática, inúmeras formas e configurações, e estão em constante interação com mercados convencionais, sendo influenciados por eles e vice-versa, faz-se necessário desenvolver análises mais críticas e relacionais que considerem o fato deles não operarem isoladamente, e que também reconheçam seus limites e contribuições dentro de um contexto institucional mais amplo (Sonnino; Marsden, 2005).

Entendemos que não há uma forma específica de mercado imerso, mas que um conjunto de atributos em comum, mais ou menos desenvolvidos, podem revelar que esses mercados estão operando na direção de trazer maior autonomia aos agricultores, reconectar produtores e consumidores e construir formas de governança e distribuição de alimentos distintas do modelo convencional. Por isso, este instrumento de pesquisa não pretende responder se o mercado estudado é ou não um mercado imerso, mas o quanto as variáveis que compõem suas dimensões estão presentes em cada caso.

Consideramos, portanto, o mercado imerso como um tipo ideal (Weber, 1994), ou seja, um conceito puro, que necessariamente representa uma distorção da realidade. Trata-se de uma ferramenta heurística, um exagero proposital de uma situação concreta, com o objetivo de estimar o grau de pureza ou hibridez dos fatos. Dessa forma, um mercado imerso tal como desenvolvido na literatura, com todas as características estabelecidas pelos autores, não existe no mundo concreto, mas traz importantes elementos para sua análise.

Outra premissa relevante para a construção desse instrumento de pesquisa, mas que trouxe alguns desafios metodológicos, é o fato de que o processo de desenvolvimento e reprodução de um mercado imerso não é linear, mas constitui uma coevolução, uma interação dialética, em que a direção quase nunca está clara. Os mercados imersos constituem um processo composto

por passos que seguem um após o outro, podendo criar precondições para o avanço ou recuo, numa dinâmica multidimensional. Entretanto, incluir uma análise temporal dos mercados neste instrumento de pesquisa tornou-se inviável, devido às limitações do formato de *survey*. Logo, é importante considerar que os dados coletados pelo instrumento de pesquisa constituem um retrato do momento em que ele foi aplicado e reflete a percepção dos atores.

Optamos por captar as dimensões dos mercados imersos através de uma escala do tipo Likert, que mede o grau de concordância dos entrevistados a respeito de questões propostas. O modelo de escala desenvolvido por Rensis Likert (1932) apresenta um sistema de medida contínuo, com cinco pontos de resposta, entre “concordo fortemente” e “discordo fortemente”, com um ponto neutro central (indeciso) e nomeada em todos esses pontos. Aqui, utilizamos uma escala de formato bipolar, nomeada apenas nos dois extremos (discordo totalmente/concordo totalmente) e mantendo os 5 pontos de resposta, em que o entrevistado responde em que medida concorda ou não com as afirmações contidas no modelo.

A pergunta que conduziu o instrumento de pesquisa foi “Numa escala de 1 a 5, em que medida o senhor concorda com cada uma das afirmações abaixo?”, de forma que o entrevistado pode avaliar cada um dos indicadores propostos. Diferentemente da escala Likert, optamos por não atribuir pesos distintos às respostas, mas por construir um índice de concordância, a partir das médias aritméticas dos resultados. Consideramos, portanto, o valor central (3) para determinar o quanto a amostra tende a concordar ou não com as questões. Valores abaixo de 3 podem ser considerados de menor concordância entre os entrevistados e, acima de 3, de maior concordância, de forma que, quanto mais alto o valor da média, mais presentes estarão as variáveis relacionadas aos mercados imersos (de acordo com a percepção dos entrevistados). Como forma de representação dos dados das variáveis que compõem as dimensões dos mercados imersos, utilizamos o gráfico radar com apoio de tabelas para melhor visualização.

Operacionalizando conceitos: dimensões, variáveis e indicadores dos mercados imersos

Após a extensa revisão dos trabalhos acerca dos mercados imersos, redes agroalimentares alternativas e circuitos curtos de abastecimento, definimos cinco dimensões de análise capazes de abranger as principais características desses mercados que os distinguem dos padrões convencionais de produção e

comercialização de alimentos. São elas: multifuncionalidade, conectividade, distintividade, governança e infraestrutura sociomaterial.

Entendemos que os mercados imersos pressupõem a multifuncionalidade da agricultura, a partir da criação de novos produtos, serviços e mercados, da redução da dependência de recursos externos e do aumento da diversificação das atividades produtivas; a distinção dos produtos em termos de preço, processo de produção, uso de recursos locais, disponibilidade, entre outros; a conectividade entre os atores e distintos mercados; implicam em padrões de governança distintos, por meio de participação social e esforços coletivos; e, por fim, pressupõem uma infraestrutura sociomaterial distinta que possibilite que os produtos e informações cheguem aos consumidores e que esse ciclo se repita, consolidando o mercado como um recurso de uso comum (Ploeg, 2015; Ploeg; Jingzhong; Schneider, 2012; Polman et al., 2010).

Distintividade

A distintividade do produto, ou seja, as características que os distinguem dos mercados convencionais, pode ser construída através de diferentes dimensões. São elas: o preço, de forma que o produto deve se diferenciar por ser mais barato ou muito mais caro; a qualidade do produto; o modo de produção, de forma que diferentes processos de produção podem criar produtos distintos; a organização social do tempo e espaço, permitindo a distinção de produtos frescos e aqueles de origem local; e a disponibilidade, de forma que, quanto mais escasso for o produto, maior será sua distintividade (Ploeg, 2015).

A distintividade do produto desempenha um papel fundamental na arena composta pelas transações que permitem transferir o produto distinto entre diferentes atores (Ploeg, 2015). Essa distinção é transferida dos produtores para o produto e desse último para os processadores ou consumidores, através da transação comercial. Nesse sentido, um produto diferenciado exige mercados capazes de valorizá-los e consumidores capazes de apreciá-los. Esse processo cria relações simbólicas recíprocas de “dar e receber” que unem produtores, processadores e consumidores em uma rede social, de forma que esse diferencial supõe cadeias multiníveis de trocas (Ploeg, 2015).

Conectividade

A conectividade se refere à conexão entre os diferentes atores envolvidos no mercado e entre distintos mercados. Produtores, processadores e

consumidores estão conectados em redes complexas, que criam mercados claramente distintos dos convencionais. Essas redes não possuem um centro único de controle, nem alguns proprietários maiores que exercem influências sobre os outros. Elas constituem-se de relações não hierarquizadas e buscam formas de governança mais horizontais e coletivas, mantendo os índices de concentração de poder mais baixos. Nesse sentido, produtores, processadores e consumidores se conectam através de circuitos curtos e descentralizados, que pressupõem comunicação e transparência.

Multifuncionalidade

A dimensão de multifuncionalidade se refere às múltiplas funções que um estabelecimento agropecuário pode assumir, para além da produção e abastecimento alimentar, envolvendo também novas atividades de comércio, serviços e produção de qualidade. A multifuncionalidade constitui característica comum dos mercados imersos, uma vez que as lacunas deixadas pelos mercados convencionais – como, por exemplo, a dificuldade de pequenos agricultores se inserirem nesses mercados e a distância entre produção e consumo – induzem a criação de novos produtos e serviços e a consequente busca de novos mercados (Ploeg, 2015). Esse processo é capaz de criar sinergias e se estender para o território, conectando diferentes mercados.

Utilizamos a noção de multifuncionalidade desenvolvida por Knickel, Renting e Ploeg (2004) como base para a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Para os autores, a multifuncionalidade da agricultura pode se dar a partir de três dimensões: 1) no aprofundamento das atividades produtivas agrícolas, que se refere à introdução de novas práticas que agregam valor e características específicas aos produtos finais; 2) na ampliação das atividades produtivas nas áreas rurais, para além da agricultura, através da inclusão de atividades não agrícolas, como por exemplo a produção de energia, agroturismo, provisão de cuidados e manejo de paisagem; e 3) no processo de reagrupamento, que envolve a reconstrução da base de recursos da propriedade, buscando reduzir a dependência de recursos externos e aumentar a ênfase nos recursos disponíveis internamente, como evitar o circuito de crédito via bancos, adotar práticas de substituição de recursos externos por aqueles produzidos internamente e pelo engajamento em atividades de cooperação local e regional. Para Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012), juntas, essas três dimensões e as interações entre elas formam o eixo central das práticas de desenvolvimento rural e, no nível da propriedade rural, contribuem para aumentar a multifuncionalidade.

A governança de mercado é o conjunto de interações e práticas diversas entre atores que participam de um espaço de mercado, que são constantemente criadas e recriadas por meio de esforços concretos para identificar e tratar dos problemas coletivos (Candel, 2014).

Para Vihinem e Kröger (2008), a governança está relacionada à forma com que as cadeias de abastecimento estão organizadas, como se dá a divisão e os níveis de renda derivados dela e como os possíveis benefícios da ação coletiva são distribuídos. No caso dos mercados imersos, a autogovernança desempenha um papel essencial e pode definir uma estrutura de governança híbrida específica que sustenta esses mercados (Oostindie et al., 2010).

A governança constitui outra importante dimensão de análise dos mercados imersos, uma vez que está diretamente relacionada à criação de autonomia perante os mercados agroalimentares globais e a consequente redução da vulnerabilidade em casos de crise nos mercados externos. A construção de um mercado imerso pressupõe participação social, uma vez que são criados com um propósito e se conformam de acordo com os atores que o constituem e utilizam como recurso de uso comum (Schneider et al., 2015). Neste sentido, são resultado de luta social por melhores fontes de renda, maior autonomia, espaços de manobra e reprodução social.

Como estamos estudando os mercados imersos como recursos de uso comum, utilizamos os princípios de instituições de recursos de uso comum duradouras¹ de Ostrom (2002) como base para operacionalização das variáveis e indicadores da ferramenta de diagnósticos para investigar como se dá a governança nesses mercados. Esses princípios dizem respeito à definição dos limites das unidades de recursos, à congruência entre custos e benefícios das regras de apropriação, aos arranjos de escolhas coletivas, ao monitoramento, a sanções graduadas, aos mecanismos de resolução de conflitos, ao reconhecimento de direitos e, no caso de grandes sistemas de recursos, à organização dos princípios em camadas de empresas aninhadas (Ostrom, 1990, 2002).

¹ “Design Principles Illustrated by Long-Enduring CPR Institutions” (Ostrom, 2002), é um *framework* de análise sobre a gestão de recursos comuns a partir de um conjunto de oito princípios que, segundo a autora, podem ser encontrados nos arranjos institucionais de recursos de uso comum duradouros. Ou seja, constitui um quadro de boas práticas que favorecem a gestão compartilhada dos recursos comuns.

As infraestruturas sociomateriais são um conjunto distinto de artefatos e regras que canalizam os fluxos de bens e serviços entre lugares e pessoas (Ploeg; Jingzhong; Schneider, 2012). Elas constituem tanto estruturas materiais quanto um conjunto de regras, normas e convenções, formais ou informais, que sustentam os mercados e permitem que os fluxos de produtos e serviços se estabeleçam. De acordo com Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012), elas são responsáveis por cobrir ou cimentar as falhas estruturais dos mercados globais, dos quais busca se distinguir, contestando sua hegemonia.

A construção de mercados imersos também pressupõe a criação de uma infraestrutura sociomaterial específica, que permita que as trocas e conexões sejam efetivadas de maneira distinta dos mercados convencionais, possibilitando novos padrões de comercialização, preços diferenciados, incremento de renda e novas oportunidades para os atores envolvidos.

Após definidas as dimensões dos mercados imersos e os principais aspectos metodológicos da pesquisa, elaboramos 22 variáveis e 30 indicadores para compor essas dimensões de análise, com base na literatura. Inicialmente, aplicamos um instrumento piloto em campo (no caso do mercado de morangos em Agudo) e, a partir dos primeiros resultados, refinamos e incrementamos o instrumento de coleta de dados, visando a torná-lo mais claro e objetivo. As variáveis e os indicadores de cada dimensão se encontram na Tabela 1.

Os indicadores para captar essas variáveis consistem em afirmações que os respondentes indicam em que medida concordam ou não, através da escala do tipo Likert. Essas variáveis estão presentes na percepção dos atores sobre os mercados imersos em níveis variados, algumas mais e outras menos, mas, juntas, constituem limites que definem esses mercados e correspondem à sua especificidade perante os mercados convencionais. É importante ressaltar que as variáveis estão inter-relacionadas e, às vezes, perpassam mais de uma dimensão de análise, mas que foram agrupadas como forma de facilitar o processo analítico.

Tabela 1
Variáveis e indicadores dos mercados imersos

	Variável	Indicador
Distintividade	Preço	1. Atuar neste mercado me permite obter uma maior margem de lucro por vender diretamente ao consumidor.
	Processo de produção	2. Meus produtos são produzidos com mão de obra majoritariamente familiar.
		3. Meus produtos são produzidos de forma artesanal.
	Organização no tempo e espaço	4. Meus produtos só podem ser encontrados aqui, num nível local ou regional.
	Disponibilidade	5. Considero a minha produção de baixa escala.
	Recursos locais	6. Priorizo o uso de matérias-primas ou insumos locais ou regionais, quando não disponíveis na minha propriedade.
		7. Levo em consideração as características locais e regionais na elaboração dos meus produtos.
Reputação	8. Meus produtos têm reputação e são reconhecidos por terem uma história e serem baseados nos conhecimentos de quem os produz.	
Especificidade	9. Meus produtos possuem características que são difíceis de serem copiadas.	
Conectividade	Circuitos curtos	10. Tenho condições de comercializar meus produtos diretamente ao consumidor ou reduzir os intermediários.
	Comunicação	11. Estou sempre me comunicando e trocando informações, ideias, e experiências com outros participantes deste mercado, inclusive os consumidores.
		12. Também interajo com participantes de outros mercados.
	Transparência	13. Busco ser transparente e passar as informações necessárias sobre meu processo produtivo a todos que demandam.
14. Minha propriedade está aberta e disponível para receber visitantes e mesmo fiscalizadores, não tenho nada a esconder.		

(Continua)

(Continuação)

Multifuncionalidade	Ampliação das atividades produtivas e fontes renda	15. Desenvolvo atividades não agrícolas na propriedade para aumentar a renda (por exemplo, agroturismo, gestão da paisagem e natureza, artesanato, produção de energia, serviços, dentre outros).
	Aprofundamento de práticas e processos	16. Busco introduzir novas práticas para agregar valor e características específicas aos meus produtos (por exemplo, processamento, produção orgânica, produtos de alta qualidade, especialidades).
	Diversidade canais	17. Comercializo meus produtos em diferentes canais, até mesmo nos mercados convencionais (por exemplo, atravessadores e grandes supermercados).
	Reconstrução da base de recursos	18. Tenho buscado reduzir cada vez mais a dependência de recursos externos à minha propriedade (por exemplo, reduzindo a compra de insumos agrícolas externos e buscando formas diferentes de cooperação local e regional.) 19. Desenvolvo atividades não agrícolas fora da propriedade (como trabalho assalariado, bicos e outras), combinando-as com as atividades agrícolas locais.
Governança	Ação coletiva	20. As regras e acordos de participação neste mercado são definidas coletivamente por seus participantes.
		21. Trabalho de forma coletiva com outros participantes do mercado, buscando gerar benefícios para todos (em associações e cooperativa ou de maneira informal).
	Monitoramento	22. Os agentes de monitoramento/fiscalização deste mercado prestam contas aos participantes.
		23. Os participantes deste mercado monitoram o cumprimento das regras e acordos definidos.
	Mecan. de Solução de Conflitos	24. Os participantes buscam resolver coletivamente os conflitos deste mercado.
	Flexibilidade	25. Os participantes possuem certa flexibilidade para tomarem suas decisões nesse mercado e nos seus processos de produção.
Permeabilidade	26. Qualquer produtor pode entrar ou sair deste mercado com facilidade.	

(Continua)

(Continuação)

Infraestrutura Sociomaterial	Estrutura física/ logística	27. Tenho acesso a estruturas, espaços ou equipamentos coletivos que facilitam a comercialização de meus produtos (como, por exemplo, caminhões, agroindústrias, pontos de venda).
	Tecnologia	28. Tenho acesso à tecnologia necessária para desenvolver meu trabalho (por exemplo, internet, serviços de telefonia, computadores e equipamentos).
	Informação	29. Conto com o apoio de entidades para qualificar as minhas atividades neste mercado (como, por exemplo, cursos profissionalizantes e de qualificação e extensão rural).
30. Tenho acesso a informações rápidas e precisas neste mercado (por exemplo, mudanças regulatórias, tendências e novidades).		

Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Por fim, o instrumento passou por uma avaliação de conteúdo, fase em que discutimos as variáveis e indicadores com especialistas e acadêmicos que estudam os mercados da agricultura familiar para, então, ser aplicado a campo.

A anatomia dos mercados: análise das características e especificidades

O instrumento foi testado e aplicado em três mercados agroalimentares distintos no Brasil: o mercado de morangos em Agudo (RS), as feiras orgânicas de Porto Alegre (RS) e o agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES). A escolha dos casos justifica-se, especialmente, por conterem, *a priori*, as características principais dos mercados imersos já discutidas anteriormente e por possibilitarem o teste e a comparação entre os resultados. As amostras constituíram-se somente de produtores dos mercados estudados, selecionados por conveniência, de acordo com a proximidade dos pesquisadores e disponibilidade dos respondentes. Os números de entrevistados em cada caso foram de 45 produtores no mercado de morangos; 23 nas feiras orgânicas e 15 no mercado de agroturismo.

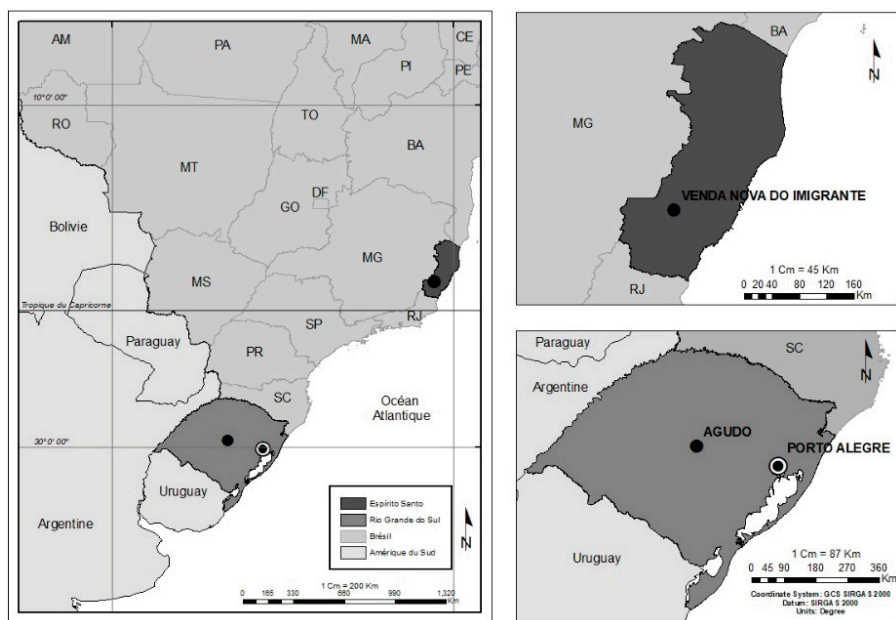


Figura 1 – Mapa de localização dos mercados.

Fonte: Dados cartográficos Google INEGI, 2021.

O mercado de morangos em Agudo, município do interior do Rio Grande do Sul conhecido como a “terra do moranguinho”, caracteriza-se principalmente pela produção em pequena escala de morangos e sua comercialização *in natura* diretamente nas propriedades, beira de estradas e nas residências dos consumidores. As feiras orgânicas de Porto Alegre constituem uma forma tradicional de comercialização de alimentos, e acontecem desde 1991 na capital do estado em diferentes bairros, ofertando alimentos *in natura* e processados de qualidade diferenciada, garantidos tanto por dispositivos de certificação, como selos, quanto através de relações de confiança e reciprocidade entre os atores. E o mercado de agroturismo em Venda Nova do Imigrante, na região serrana do Espírito Santo, caracteriza-se pelo processamento de alimentos nas agroindústrias familiares e pela conexão entre produtores e consumidores por meio da comercialização direta de produtos de qualidade diferenciada, baseada em receitas tradicionais e saberes fazeres das famílias.

O Gráfico 1 revela o comportamento geral das variáveis das dimensões dos mercados imersos nos três casos estudados, a partir das suas médias aritméticas. O círculo central, que representa o limite de concordância e discordância dos entrevistados (3), mostra que o mercado dos morangos (cinza

claro) apresenta a maior quantidade de variáveis abaixo desse limite, ou seja, com um nível de concordância mais baixo, ao contrário do agroturismo (preto) e das feiras orgânicas (cinza). Em geral, é possível observar uma configuração mais uniforme das variáveis no mercado de agroturismo e resultados mais baixos no caso do mercado de morangos em Agudo, especialmente no que concerne às dimensões “governança” e “infraestrutura sociomaterial”. Já no caso das feiras orgânicas, apesar de apresentar uma maior variação nas médias das variáveis, também observamos características mais acentuadas, principalmente no que se refere às variáveis que pressupõem gestão coletiva na dimensão “governança”.

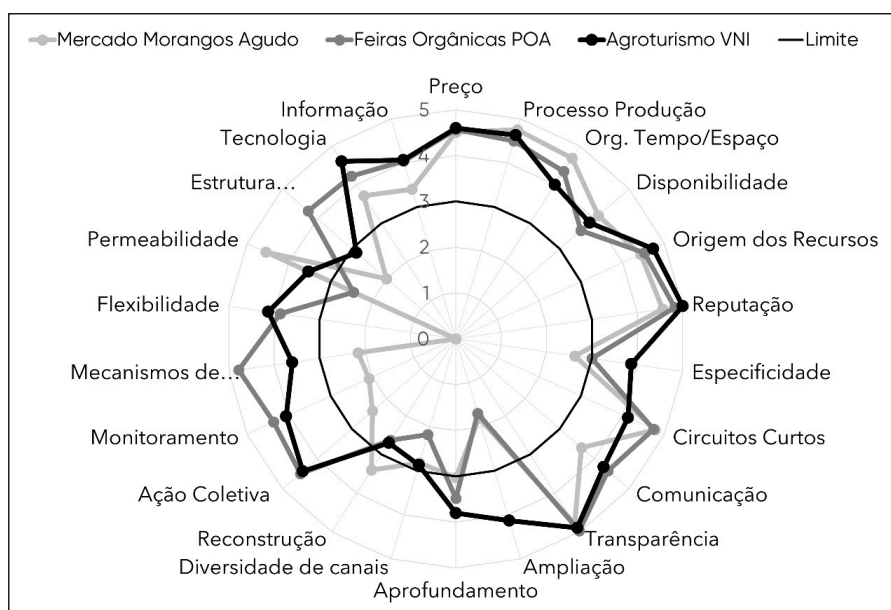


Gráfico 1 – Anatomia dos mercados imersos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Os dados mostram uma percepção positiva dos entrevistados em relação a grande parte das variáveis de distintividade em todos os casos. Entretanto, a percepção dos atores acerca das características que tornam seus produtos distintos a ponto de serem dificilmente reproduzidos pelos concorrentes (variável especificidade) apresenta tendências de discordância ou neutralidade, exceto no caso do agroturismo. Tal resultado pode ser explicado pelo fato das características que conferem distintividade ao produto no mercado de agroturismo esta-

rem fortemente enraizadas nos aspectos socioculturais do território, na história dos descendentes italianos e nos conhecimentos das famílias que os produzem. Apesar da imposição das regras e normas que conformam a legislação sanitária nas agroindústrias, essas características específicas do produto de Venda Nova conferem uma forte reputação ao mercado, o que se confirma pela unanimidade na concordância dos entrevistados em relação à variável “reputação”.

Na dimensão de “conectividade”, o destaque das feiras orgânicas de Porto Alegre nos mostra que, tal como no caso da Rede Ecovida (Ploeg; Jingzhong; Schneider, 2010), a força do mercado das feiras orgânicas em porto alegre também está em sua conectividade, que caracteriza a forma como sua infraestrutura sociomaterial é desenvolvida e os mecanismos de governança em que esse mercado se assenta. No caso discutido pelos autores, os produtores se conectam entre eles e com os consumidores a partir de uma infraestrutura que consiste em caminhões, armazéns, serviços de internet e telefonia, gerida através da ação coletiva dos atores, criando novas formas de conectividade, enraizamento e especificidade, que possibilitam novos caminhos de desenvolvimento. Tal como nas feiras orgânicas de Porto Alegre, a gestão coletiva desse mercado, como um recurso de uso comum, evita o comportamento oportunista e preserva sua reputação e seus mecanismos de regulação, baseados não somente em preços e certificados de procedência, mas também em confiança entre as partes.

No caso das feiras orgânicas aqui estudadas, as variáveis de conectividade – que indicam a conexão entre as partes através de circuitos curtos de comercialização, a comunicação como um importante veículo de informações e experiências e a transparência, como forma de garantir a qualidade orgânica dos produtos – encontram-se tão presentes quanto a dimensão “infraestrutura sociomaterial”, que constitui os artefatos através dos quais as trocas se dão, e as variáveis de governança, que pressupõem participação social e ação coletiva na gestão desse mercado. Todas essas variáveis juntas contribuem para a perpetuação dos aspectos de distintividade dos produtos, preservando sua qualidade, e a criação de novos produtos, serviços e atividades, induzindo novamente a multifuncionalidade das unidades de produção e gerando um círculo vicioso de reprodução desse mercado.

Entretanto, as variáveis de multifuncionalidade, no caso das feiras, apresentam resultados abaixo do limite de concordância, ou seja, na percepção dos entrevistados, a diversificação das atividades produtivas, a introdução de novas práticas para agregar valor ao produto, o acesso a diferentes canais de comercialização e a construção de estratégias para reduzir a dependência de recursos externos não são características muito presentes em suas unidades de produção.

O caso do agroturismo, nesse sentido, destaca-se na dimensão de multifuncionalidade, apresentando resultados positivos nas variáveis de ampliação e aprofundamento, apesar de tendência discordante dos entrevistados em relação à reconstrução da base de recursos. Tal desempenho pode ser explicado pelo agroturismo ser justamente uma atividade não agrícola, que agrega a produção agropecuária ao processamento de alimentos e ao provimento de serviços de recepção, lazer, hospedagem e alimentação. Conforme revelam os estudos empíricos de Oostindie et al. (2010), a produção de alta qualidade nas propriedades está fortemente enraizada numa rede mais ampla de atividades específicas e, portanto, é quase sempre combinada com a venda direta e o agroturismo. Os autores mostram como essas diferentes atividades estão conectadas e induzem cada vez mais o desenvolvimento de novas atividades (Oostindie et al., 2010). Nesse sentido, também observamos no caso de Venda Nova, como o processamento artesanal de alimentos com o excedente da agricultura, nas próprias cozinhas das famílias, induziu a construção de um novo mercado de agroturismo que, por sua vez, está constantemente permitindo a criação de novos produtos e serviços, como artesanato, atividades de recepção e visita de turistas.

O alto desempenho das variáveis de governança, no caso das feiras orgânicas de Porto Alegre, revela que esse mercado se caracteriza pela sua autogestão, que implica uma maior participação dos atores e resulta em maior autonomia e controle sobre ele. Essa forte organização dos atores em torno da produção e comercialização de alimentos orgânicos pode ser vista em diferentes casos, como o da Ecovida, em que os mecanismos participativos de certificação desempenham um papel fundamental na gestão desse mercado.

Ainda que em menor medida de concordância, o mercado de agroturismo também apresenta um certo nível de organização dos atores em torno de sua gestão. Tais resultados contrastam fortemente com o caso do mercado de morangos em Agudo, que apresenta suas médias mais baixas nas variáveis dessa dimensão, o que se confirma pela exceção na variável de permeabilidade, que apresenta a média mais alta entre os casos, o que pode indicar a ausência de normas e regras de gestão desse mercado, sejam elas formais ou informais, deixando-o suscetível a comportamentos, oportunidades, à perda de sua distintividade e reputação e à cooptação por mercados convencionais.

Por fim, a dimensão de infraestrutura sociomaterial, que foca no acesso coletivo a estruturas, tecnologia, qualificação e informação, também se destaca no caso das feiras e, em menor medida, no mercado de agroturismo, principalmente no que se refere às estruturas coletivas que possibilitam o fluxo de produtos e serviços nesse mercado. Essa variável (estrutura física/

logística) apresenta a maior discrepância entre os casos, com a maior média nas feiras orgânicas e a menor no mercado de morangos. Tal resultado corrobora o que observamos no trabalho de campo: o compartilhamento de espaços, estruturas e veículos de transporte entre os produtores participantes das feiras orgânicas e a escassez de infraestruturas coletivas nos demais casos, principalmente por realizarem grande parte das trocas diretamente no local de produção e, no caso de Agudo, por apresentar poucas características de organização dos atores em torno do mercado.

A partir dessa análise, percebemos que os casos de agroturismo e das feiras orgânicas constituem mercados consolidados e, na percepção dos atores, apresentam muitas características que os distinguem dos mercados convencionais. Em conjunto, essas características conformam um recurso de uso comum que, ao ser usufruído pelos atores a partir de um conjunto de normas e regras compartilhadas, resulta em benefícios coletivos e contribui para a manutenção de sua reputação e para sua reprodução ao longo do tempo. Já o mercado de morangos de Agudo poderia ser caracterizado como um mercado emergente, que possui potencial distintivo para se desenvolver, mas carece de maior organização dos produtores em torno da construção de um mercado imerso e de sua autogestão.

Futuras agendas para o estudo dos mercados imersos

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma proposta metodológica desenvolvida para identificar, mapear e analisar os mercados imersos a partir da percepção dos produtores. Os resultados do diagnóstico dos mercados mostraram que os casos dos morangos em Agudo, as feiras orgânicas de Porto Alegre e o agroturismo em Venda Nova apresentam diferentes configurações das variáveis nas dimensões de análise. Em Agudo, as dimensões dos mercados apresentaram, em geral, as menores médias e, portanto, podem ser considerados mercados emergentes, uma vez que ainda não compartilham da autogestão e organização dos produtores em torno de um conjunto de normas e regras que possibilitem a geração de recursos de uso comum. Já as feiras orgânicas e o agroturismo constituem mercados imersos consolidados, o que não os isentam de conflitos e assimetrias em seus *modus operandi*.

Acreditamos que o trabalho contribui para o avanço dos estudos sobre a construção social dos mercados, a partir da elaboração de um quadro metodológico específico para capturar as características dos mercados imersos,

a partir de variáveis e indicadores. A elaboração e teste da ferramenta de diagnóstico dos mercados imersos permitiu identificar em que medida suas características estão presentes e levantar dados empíricos nas três realidades distintas de mercados no Brasil. Nesse sentido, o instrumento de pesquisa possibilitou o levantamento de informações sobre os mercados no sentido de consolidar estudos com base empírica que possam dar sustentação à elaboração de políticas públicas e a práticas e processos de desenvolvimento rural, além da capacitação de agentes de extensão rural e para os próprios atores que atuam nesses mercados conhecerem melhor suas características e diversidade.

Além disso, esperamos que a ferramenta sirva aos próprios atores envolvidos nesses mercados para que possam melhorar sua performance e promover satisfação. Embora seja uma ferramenta criada com finalidade científica, é um instrumento que permite mostrar as características e a realidade dos mercados e, assim, beneficiar seus atores e agentes. A metodologia apresentada e, especialmente, o gráfico radar possibilitam que os atores que participam de um dado mercado imerso percebam seus aspectos fortes e, principalmente, os frágeis, que precisam ser aprimorados. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que auxilia os atores a ajustarem suas práticas coletivas.

Para a conformação de estudos futuros e possíveis agendas de pesquisa, ressaltamos a importância de se analisar os mercados também a partir da perspectiva do consumidor. A construção de instrumentos de pesquisa que possam captar a percepção dos consumidores em relação, principalmente, aos aspectos que concernem à distintividade e conectividade desses mercados, pode fornecer dados valiosos para discutir o enraizamento nesses mercados e consiste numa próxima agenda de pesquisa.

Além disso, é importante ressaltar a importância da realização de novas pesquisas empíricas que possam contribuir para o aperfeiçoamento ou para a criação de novas dimensões de análise, variáveis e indicadores. Estamos convencidos de que ainda há passos a serem dados na direção de aperfeiçoar os aspectos metodológicos acerca dos mercados agroalimentares.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 5-64, 2004.
- BECKERT, J. The great transformation of embeddedness: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. *Max Planck Institute for the Study of Societies Cologne Discussion Paper*, v. 1, n. 7, 2007.

- BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 4, p. 420-44, 1979.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 11-28, 1986.
- BOYER, R. The variety and unequal performance of really existing markets: farewell to Dr. Pangloss? In: HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER R. (org.). *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 55-93.
- BRUNORI, G. Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*, n. 2, p. 1-16, 2007.
- CANDEL, J. J. L. Food security governance: A systematic literature review. *Food Security*, v. 6, n. 4, p. 585-660, 2014.
- COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS) – FAO. *Connecting smallholders to markets*. [S.l.: s.n.], 2016.
- FLINGSTEIN, N. *The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- FRIEDMAN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 19, n. 2, p. 93-117, 1989.
- FRIEDMANN, H. World Market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, n. 19, p. 1-7, 2003.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, M. E.; GOODMAN, M. K. *Alternative food networks: knowledge, practice, and politics*. Abingdon: Routledge, 2012.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n. 91, p. 481-510, 1985.
- GRIVINS, M.; TISENKOPFS, T. Benefitting from the global, protecting the local: The nested markets of wild product trade. *Journal of Rural Studies*, n. 61, p. 335-342, 2018.
- HINRICHS, C. The practice and politics of food system localization. *Journal of Peasant Studies*, n. 19, p. 33-45, 2003.
- HODGSON, G. M. *Economia e instituições*. Manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta editora, 1994.
- KNICKEL, K.; RENTING, H.; PLOEG, J. D. Multifunctionality in european agriculture. In: BROUWER, F. (org.). *Sustaining agriculture and the rural economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004. p. 81-103. (Series Advances in Ecological Economics).
- LIE, J. Sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, n. 23, p. 341-360, 1997.
- LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, v. 22, n. 140, p. 1-5, 1932.

- LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.
- MARSDEN, T.; BANKS, T.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, n. 40, p. 424-438, 2000.
- MÉNARD, C. Markets as institutions versus organizations as markets? Disentangling some fundamental concepts. *Journal of Economic Behaviour and Organization*, n. 28, p. 161-182, 1995.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- OOSTINDIE, H. *et al.* The central role of nested markets in rural development in Europe. *Rivista di Economia Agraria*, Firenze, v. 65, n. 2, p. 191-224, 2010.
- OSTROM, E. *Understanding institutional diversity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- OSTROM, E. Reformulating the commons. *Ambiente e Sociedade*, v. 5, n. 1, p. 1-21, 2002.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (org.). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.
- PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de Mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- PLOEG, J. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINC, K. P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. (org.). *Rural development and the construction of new markets*. Abingdon: Routledge, 2015.
- PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*, n. 39, p. 133-173, 2012.
- POLANYI, K. *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press, 1977, 280 p.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001, 360 p. (Originalmente publicado em 1944).
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.
- POLMAN, N.; POPPE, K. J.; SCHANS, J. W.; PLOEG, J. D. Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. *Riv. Econ. Agrar.*, v. 65, n. 2, p. 295-318, 2010.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, n. 35, p. 393-411, 2003.

- ROTH, A. Marketplaces, markets, and market design. *American Economic Review*, v. 108, n. 7, p. 1.609-1.658, 2018.
- SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D.; HEBINCK, P. Reconsidering the contribution of nested markets to rural development. *In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. Rural development and the construction of new markets*. Routledge: London, 2015. p. 190-205.
- SCHNEIDER, S.; SALVATE, N.; CASSOL, A. Nested markets, food networks, and new pathways for rural development in Brazil. *Agriculture*, v. 6, n. 4, p. 1-19, 2016. DOI:10.3390/agriculture6040061.
- SHANIN, T. The nature and logic of peasant economy. *Journal of Peasant Studies*, n. 1, p. 63-80, 1973.
- SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, n. 6, p. 181-189, 2005.
- STIGLITZ, J. E. Markets, market failures, and development. *The American Economic Review*, n. 79, p. 197-203, 1989.
- SWEDBERG, R. Markets in Society. *In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (org.). The handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 233-253.
- VAN HUYLENBROECK, G.; VUYLSTEKE, A.; VERBEKE, W. Public good markets: the possible role of hybrid governance structures in institutions for sustainability. *In: BECKMANN, V.; PADMANABHAN, M. (org.). Institutions and sustainability*. Berlin: Springer Science+Business Media B.V., 2009.
- VIHINEN, H.; KRÖGER, L. The governance of markets. *In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (org.). Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Royal Van Gorcum, 2008.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1994.
- WHITE, H. Where do markets come from? *American Journal of Sociology*, n. 87, p. 517-547, 1981.
- ZELIZER, V. Dualidades perigosas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009.

Sistemas alimentares sustentáveis e compras públicas alimentares nos restaurantes universitários de São Luís-Maranhão: uma proposta metodológica

Camila Lago Braga
Cátia Grisa

A necessidade de transformar os sistemas alimentares em direção à sustentabilidade e à promoção da alimentação saudável tem, cada vez mais, ganhado espaço nos debates acadêmicos, políticos e institucionais (IPES-Food, 2021; European Commission, 2020; Lamine, 2020; Fouilleux; Michel, 2020; FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO, 2021; 2020; EPHA; HCWH Europe, 2019; Blay-Palmer, 2016). O crescimento da fome, o aumento da obesidade e das doenças associadas às dietas, os elevados índices de perdas e de desperdícios de alimentos, as ameaças provocadas pelas mudanças climáticas e a perda da biodiversidade são alguns dos elementos que provocam crises

sistêmicas e colocam as dinâmicas dos sistemas alimentares em debate (FAO; IFAD; Unicef; WFP; WHO, 2021; IPCC, 2019; Swinburn et al., 2019; FAO, 2019).

A construção de sistemas alimentares sustentáveis, lentes analíticas e abordagens de ação mais sistêmicas e integradas despontam, assim, como uma resposta urgente para dar conta das problemáticas contemporâneas. De acordo com a FAO (2018) e HLPE (2014), sistemas alimentares sustentáveis são aqueles que promovem a segurança alimentar e nutrição (SAN) para todos sem comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar SAN para as gerações futuras, sendo que tal situação só será alcançada a partir de “lentes” que considerem as interações entre diferentes setores, atores e escalas. Como explicam Gill et al. (2018, p. 4), “como um sistema, os alimentos estão conectados a uma variedade de campos (políticos) – incluindo agricultura, meio ambiente, energia, saúde, educação, infraestrutura e planejamento”, o que implica em considerar os sistemas alimentares como multifuncionais, multifatoriais e multiator. Aplicar uma abordagem sistêmica para o sistema alimentar permite evidenciar os *trade-offs*, os conflitos e as sinergias entre diferentes dimensões, metas, projetos e atividades (FAO; WFP; Who; Unicef; Unec; WMO, 2021; Parsons; Hawkes; Wells, 2019).

No bojo das discussões sobre sistemas alimentares sustentáveis, também é crescente o debate sobre o papel das compras públicas de alimentos (Alberdi; Begiristain-Zubillaga, 2021; Grisa; Vasconcellos; Schneider, 2020; Stefani et al., 2017). Como mencionam Swensson e Tartanac (2020), dependendo da extensão da demanda do setor e como as escolhas são feitas, as compras públicas de alimentos têm potencial considerável para influenciar tendências de consumo e de produção alimentar e produzir múltiplos benefícios sociais, econômicos, ambientais, nutricionais e de saúde que contribuam para construção de sistemas e dietas alimentares sustentáveis. As compras públicas de alimentos oferecem às organizações governamentais e aos próprios Estados oportunidades para influenciarem diretamente no sistema alimentar por meio da incorporação de metas e de critérios sociais, econômicos e ambientais nos processos administrativos (Swensson; Tartanac, 2020; Sonnino, 2019; Goggins, 2016). Para Parson (2019), as compras públicas de alimentos são emblemáticas para a construção de políticas alimentares integradas, na medida em que, a partir de um programa, múltiplas metas e dimensões dos sistemas alimentares podem ser trabalhadas de maneira coordenada e confluyente.

Considerando a importância conferida às compras públicas de alimentos na transformação dos sistemas alimentares, este capítulo busca analisar as

contribuições dos restaurantes universitários (RUs) situados no município de São Luís, capital do Maranhão-Brasil, para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Dada a quantidade e as características do público atendido nesses espaços e o montante de recursos financeiros mobilizados, os quatro restaurantes universitários presentes (Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Instituto Federal do Maranhão – IFMA; Universidade Estadual do Maranhão – UEMA) apresentam importante potencial para tensionar e produzir mudanças nos sistemas alimentares. Ao fazer esta análise, o capítulo procura contribuir com duas lacunas presentes nos estudos sobre compras públicas de alimentos.

Uma rápida busca na internet mostra que diversas universidades no mundo têm buscado usar seu poder de compra para transformar os sistemas alimentares. Ao mesmo tempo, no contexto brasileiro – seguindo intenso debate sobre o papel das compras públicas para a promoção da agricultura familiar – o Decreto Federal 8.473 de 2015 determinou que todas as universidades federais (e todos os demais órgãos que fazem aquisições de alimentos) devem aplicar, pelo menos, 30 % dos recursos destinados a esta finalidade para aquisições de alimentos oriundos da agricultura familiar. Embora o tema das compras públicas tenha ganhado intensa atenção nos últimos 20 anos, e apesar do interesse e das orientações para os restaurantes universitários (caso do Brasil), ainda são poucos os estudos que abordam o papel das compras públicas para a construção de sistemas alimentares sustentáveis a partir dos restaurantes universitários, e aqueles que assim o fazem geralmente privilegiam em suas análises algumas dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis (Kretschmer; Dehm, 2021; Bohunicky; Desmarais; Entz, 2019; Giombelli; Triches, 2019; Barroso, 2019; Stahlbrand, 2017; 2016; Ferraz, 2016).

A segunda lacuna diz respeito a metodologias para avaliação do papel das compras públicas de alimentos na construção de sistemas alimentares sustentáveis. De modo geral, as análises apontam como determinados casos foram construídos e implementados; os desafios e as limitações experimentadas; e, a partir de diferentes desenhos metodológicos (geralmente não mensuráveis e focando em um elemento), as contribuições para a promoção da agricultura familiar, SAN, dietas sustentáveis, desenvolvimento local, sociobiodiversidade e meio ambiente. São raros, portanto, os estudos que procuram mensurar o conjunto das dimensões e elementos que configuram os sistemas alimentares, oferecendo uma leitura mais sistêmica e integrada das compras públicas de alimentos. As contribuições de Valette et

al. (2020), Roudelle (2019), Goggins (2018), Goggins e Rau (2015), Smith et al. (2015) e a rede *Foodinsider* são algumas exceções nesse sentido.

Considerando essas lacunas, este estudo apresenta dois objetivos principais: i) construir uma metodologia, adaptada ao contexto brasileiro (e particularmente à capital São Luís, Maranhão), para mensurar a contribuição das compras públicas de alimentos para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis; ii) testar essa metodologia nos restaurantes universitários presentes no município e apresentar os principais elementos que contribuem ou não para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis. Para atender a esses objetivos, este capítulo foi organizado em mais seis seções. A próxima procura sistematizar alguns estudos que propuseram metodologias para avaliar o papel das compras públicas nos sistemas alimentares. A partir dessa revisão, a terceira seção apresenta uma proposta metodológica adaptada ao contexto brasileiro, para analisar a contribuição dos restaurantes universitários presentes em São Luís. A quarta e a quinta seção apresentam os principais resultados da pesquisa com a caracterização dos restaurantes universitários em São Luís e uma comparação entre eles. Por fim, a conclusão aponta para a importância de um método que avalia sistemas alimentares sustentáveis nas compras públicas alimentares.

Avaliando a performance das compras públicas nos sistemas agroalimentares: uma revisão metodológica

Esta seção retoma pesquisas e estudos que procuraram avançar na construção de metodologias para avaliar as contribuições das compras públicas de alimentos para sistemas alimentares sustentáveis. Uma dessas pesquisas – e que inspirou muito a construção desse capítulo – foi construída por Goggins e Rau (2015) e Goggins (2018; 2016), visando a avaliar as compras públicas de alimentos na Irlanda. A partir de extensa revisão de literatura no tema, realização de entrevistas qualitativas com especialistas em alimentos e ajustes constantes no instrumento, os autores propuseram o método *Foodscale* que procura analisar a sustentabilidade das compras públicas considerando fatores sociais, econômicos e ambientais, desde o âmbito da produção até o consumo. O *Foodscale* considera todo o sistema alimentar, incluindo a produção, distribuição, aquisição, consumo e descarte de resíduos, e oferece diretrizes voltadas a sistemas alimentares sustentáveis, as quais devem atender aos seguintes requisitos: o uso de produtos locais, sazonais, orgânicos e

certificados pelo Comércio Justo; a redução da quantidade de carne servida; atenção ao consumo de espécies de peixes em risco; consumo de ovos certificados; uso da água de torneira ao invés de engarrafada; promoção da saúde e do bem-estar; indicadores de desperdício de alimentos; a interação com consumidores e engajamento com pequenos produtores e a comunidade local.

O método se baseou na elaboração de um questionário em que foram estabelecidas 11 categorias e 36 indicadores. Foram estipuladas pontuações para cada categoria, sendo que, no final, o conjunto das 11 categorias deveria totalizar 100 pontos. Para os indicadores, as pontuações variaram entre 1 e 6 pontos, e a pontuação máxima dos indicadores não poderia ultrapassar o peso estabelecido para cada categoria ao qual eles se referiam. As seguintes categorias e pontuações foram estabelecidas: 1) alimentos orgânicos e certificados (10 pontos); 2) sazonal (5 pontos); 3) Produtos do comércio justo (5 pontos); 4) carne (15 pontos); 5) peixes (5 pontos); 6) ovos (5 pontos); 7) água (5 pontos); 8) desperdício de alimentos (10 pontos); 9) origem da comida (20 pontos); 10) engajamento do consumidor (10 pontos); 11) envolvimento com pequenos produtores e a comunidade local (10 pontos) (Goggins; Rau, 2015). O resultado final se baseou no somatório dos pontos de cada indicador, os quais foram calculados usando a média geométrica e a média aritmética, sendo que, quanto maior a pontuação, maior a sustentabilidade das compras alimentares. A comparação entre casos (equipamentos públicos de alimentação) mostra o impacto das características organizacionais e das atitudes predominantes em relação aos alimentos no desempenho da sustentabilidade alimentar.

Outra metodologia que inspirou este capítulo foi desenvolvida pelo Projeto Inovações Urbanas para Sistemas Alimentares Sustentáveis (Projeto Urbal), coordenado por equipe de pesquisadores do Centre International de Recherche Agronomique pour le Developement (CIRAD) e do Centro Laurier para Sistemas Alimentares Sustentáveis na Universidade Wilfrid Laurier (Canadá) e que envolveu pesquisadores de diversos países. Este projeto desenvolveu uma metodologia participativa para identificar e mapear o impacto das inovações urbanas (dentre elas as compras públicas de alimentos) em seis dimensões de sistemas alimentares sustentáveis: Social (coesão social, desigualdade, confiança no sistema alimentar, identidade e cultura); Econômica (empregos decentes, equidade e considerações de resiliência); Segurança Alimentar (acesso, disponibilidade, regularidade e qualidade dos alimentos); Nutrição (atividade física, saúde e cuidados); Ambiental (poluição, biodiversidade e recursos não renováveis); e Governança (participação, transparência e prestação de contas) (Valette et al., 2020; Roudelle, 2019).

A metodologia Urbal se baseou na combinação de avaliações qualitativas para iniciativas de sustentabilidade (conceitos baseados em teoria, baseados em sistemas e avaliação participativa), juntamente com outras metodologias e técnicas de coleta de dados. Destaca-se a abordagem participativa *Impact Pathways Analysis* (IPA), que tem como princípio investigar teorias de mudança no processo de planejamento e avaliação, possibilitando identificar por que e como uma determinada intervenção causou um impacto, sobre quem e quais condições específicas estavam em jogo (Valette et al., 2020). Os autores complementam que a abordagem “Caminhos de impacto” visa apreender as atividades, circulação, transformação e utilização do conhecimento, fornecendo uma compreensão das relações de causa e efeito que levaram à mudança nos diversos níveis (micro, meso e macro). Dentre as etapas de construção metodológica, os pesquisadores partiram de uma intensa revisão de literatura no tema usando ferramentas de busca e o sistema bola de neve para identificar metodologias relevantes. Em seguida, parte da equipe Urbal se envolveu em um *workshop* participativo de análise a fim de estimar os Caminhos de Impacto.

O procedimento utilizado considerou uma metodologia participativa, realizada através de coleta de informações básicas por meio de entrevistas, objetivando aumentar a conscientização sobre a inovação, documentar o contexto e compreender a motivação dos profissionais para a inovação. Na segunda etapa do projeto, foi proposto um *workshop* envolvendo as partes interessadas (profissionais, parceiros, usuários) para revisar o mapa do Caminho de Impacto desenvolvido na etapa 1 e discutir comentários e melhorias para os vários caminhos, desde a inovação até as mudanças relacionadas. Na terceira etapa, foi realizada uma avaliação do projeto, contando com as contribuições da equipe, das partes interessadas e de formuladores de políticas, objetivando identificar indicadores para uma avaliação comparativa, verificar outras ferramentas que podem ser utilizadas e medir mudanças e impactos (Valette et al., 2020). Em resumo, a metodologia Urbal busca identificar o caminho de uma ação inovadora e seus efeitos diretos (produto) e intermediários (efeitos a médio prazo) até alcançar o impacto (efeitos a longo prazo), o qual gera resultados nas seis dimensões da sustentabilidade que caracterizam os sistemas alimentares sustentáveis. Nesse processo, o objetivo não é somente apontar se uma ação funciona ou não, mas descrever “por que” e “como” a ação teve sucesso a ponto de alcançar o efeito de impacto (Lepiller, 2020).

O estudo de Smith et al. (2015) também contribuiu para nossa reflexão ao abordar as contribuições de cinco experiências europeias de compras

públicas de alimentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e para a saúde nutricional. A partir de críticas a compreensões mais restritas sobre compras verdes e sustentáveis, os autores propõem analisar as compras públicas considerando um conjunto de critérios ambientais, sociais e de saúde, e socioeconômicos. Para esta análise, comunidades de práticas em torno de inovações em compras públicas de alimentos (conjunto de atores que interagem continuamente em um mesmo tema e práticas – gestores públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros interessados) foram estabelecidas e, a partir de uma metodologia qualitativa e colaborativa, algumas perguntas foram colocadas para debate: quais mudanças estão sendo produzidas a partir das compras públicas? Que aspectos da sustentabilidade estão sendo priorizados e por quê? A partir dessas questões, os membros das comunidades de práticas foram apontando como os cinco estudos de caso contribuíam em relação aos critérios ambientais (alimentos orgânicos, menor consumo de carne, pesca sustentável, consumo de alimentos sazonais, menor distância alimentar, redução de perdas e desperdícios etc), sociais e de saúde (oferta de alimentação saudável, variedade dos cardápio, oferta de alimentos regionais e naturais), e socioeconômicos (alimentos do comércio justo, educação e treinamento da equipe envolvida na preparação dos alimentos, prioridade para alimentos regionais) (Smith et al., 2015). A partir desses critérios, as cinco experiências foram colocadas em análise de maneira comparativa.

Outra experiência que influenciou esta pesquisa faz referência a rede *Foodinsider*, uma plataforma digital dedicada à educação alimentar com foco em cardápios de cantinas escolares. Fundada em 2015 por Claudia Paltrinieri, a rede é composta por um grupo de pessoas com interesses em comum voltadas à promoção de uma alimentação saudável, de qualidade e sustentável. Entre as ações desenvolvidas, foi construído o sistema de avaliação *Score Menu* a fim de aplicar um teste *online* aos frequentadores da cantina escolar para avaliar os cardápios, permitindo calcular o nível de qualidade do serviço, através de uma métrica que perpassa os seguintes níveis: insuficiente; suficiente; discreto; bom; ou sustentável. Em 2019, foi realizada uma reavaliação da ferramenta, e incorporados elementos relacionados à saúde e sustentabilidade de acordo com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). As métricas utilizadas foram construídas em colaboração entre especialistas no tema da alimentação e com um grupo de pais, os quais consideraram os princípios das Compras Públicas Verdes e das Diretrizes contra o desperdício de alimentos publicadas pelo Ministério da Saúde junto com as Recomendações da OMS e da International Agency for Research on Cancer (IARC) sobre hábitos alimentares corretos (Foodinsider, 2015).

Inspiradas nesses caminhos metodológicos, dimensões e critérios de análise – e igualmente em indicadores apontados por estudos que procuram avaliar o papel das compras públicas nas dietas sustentáveis (Triches, 2021; Sonnino, 2019; Barroso, 2019), construímos uma proposta metodológica para avaliar as contribuições dos Restaurantes Universitários de São Luís na construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Uma metodologia para avaliar as compras públicas de alimentos no Brasil

Inspiradas pelas dimensões de análise propostas pelo Projeto Urbal e procurando ampliar aquelas apontadas por Goggins e Rau (2015), buscamos fazer algumas adaptações ao contexto brasileiro ao propor dimensões e categorias de análise que contemplassem as problemáticas alimentares locais e refletissem as áreas de maior impacto para os sistemas alimentares sustentáveis no Brasil. Para tal, propomos cinco dimensões de análise: segurança Alimentar e nutricional (qualidade, disponibilidade e regularidade da alimentação); adequação alimentar sociocultural (cultura alimentar e identidade; padrões éticos; confiança; combate à desigualdade); preservação ambiental (proteção da biodiversidade; combate às mudanças climáticas e à poluição); sustentabilidade econômica (trabalho decente, equidade e resiliência); e, no lugar de tratar somente da governança, trouxemos uma perspectiva mais abrangente, utilizando o conceito de Democracia Alimentar (Lang, 1999) (acesso ao alimento; controle social; diálogo com a sociedade; inclusão socioproductiva) (Figura 1). As cinco dimensões apresentadas estão interconectadas e são afetadas diretamente na ocorrência de uma mudança no sistema alimentar e na implementação de uma política pública. Por conseguinte, ao estabelecer os critérios para avaliar a sustentabilidade, consideramos as interfaces entre as dimensões apresentadas.

A partir dessas dimensões e inspiradas na proposta de Goggins e Rau (2015), Smith et al. (2015), e no sistema de avaliação *Score Menu* da rede *Foodinsider* (2015), avançamos na construção de categorias e indicadores, a fim de avaliar as contribuições dos restaurantes universitários de São Luís para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. A fim de contemplar elementos mais próximos possíveis da realidade local, elencamos 12 categorias (cuja pontuação variou de 5 a 15 pontos) e 51 indicadores (cujos valores variaram de 0,5 a 6 pontos), os quais, de forma semelhante ao feito por Goggins e Rau (2015) e ao “Score Menu”, foram fundamentados em uma extensa

revisão de literatura no tema correspondente às categorias estudadas, e validadas por pesquisadores especializados na temática de sistemas alimentares, os quais sugeriram alterações (acréscimos e subtrações na pontuação, bem como adição de critérios antes não considerados) conforme sua experiência em pesquisas na área¹ (Quadro 1). As 12 categorias e seus respectivos pontos foram, assim, estabelecidos: 1) Alimentos orgânicos e agroecológicos (15 pontos); 2) Sazonalidade e cultura alimentar (10 pontos); 3) Condições de trabalho decentes (15 pontos); 4) Carnes (8 pontos); 5) Pescados (2 pontos); 6) Orientação da qualidade do cardápio (12 pontos); 7) Água (5 pontos); 8) Desperdício de alimentos (8 pontos); 9) Origem do alimento (10 pontos); 10) Informações ao consumidor (5 pontos); 11) Envolvimento com pequenos produtores e a comunidade local (5 pontos); 12) Controle Social e participação social (5 pontos). Somadas, essas categorias totalizam 100 pontos.



Figura 1 – Dimensões dos Sistemas Alimentares Sustentáveis aplicadas à avaliação das compras públicas alimentares.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do Projeto Urbal (2018-2019).

A partir dessas categorias, indicadores e seus respectivos pesos, optamos por elaborar dois questionários, com poucas alterações entre eles,² mas que contemplassem as peculiaridades presentes no processo de compras e for-

¹ Foram consultados pesquisadores da área da Nutrição, Agronomia e Sociologia que pesquisam nos temas relativos a Sistemas Alimentares e Políticas Públicas.

² As diferenças se centraram em alguns indicadores.

necimento de alimentos realizados pelos restaurantes universitários de São Luís, considerando a gestão pelas concessionárias (terceirizadas) e o funcionamento em forma de autogestão. Segundo informações da pesquisa, dois RUs em São Luís operaram por meio de concessionárias (terceirizadas), um funcionou em formato de autogestão, e um restaurante operou nas duas modalidades em 2019, ou seja, no primeiro semestre pelo sistema de autogestão e no segundo semestre através de contrato com uma concessionária (Quadro 1). Esses questionários foram direcionados e aplicados para os responsáveis pela aquisição de alimentos nos restaurantes universitários durante os meses de junho a agosto de 2021, tomando em conta as informações de 2019. Essa escolha justifica-se por se tratar de um período com informações já consolidadas e com menor interferência de fatores externos, tais como as eleições municipais de 2020 e a pandemia da Covid-19.

Quadro 1
Indicadores para sistemas alimentares sustentáveis por categoria

Categorias	Indicadores	
	Concessionária	Autogestao/estado
1. Alimentos orgânicos e agroecológicos (15 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> - % de alimentos certificados ou mecanismos de conformidade; - % de frutas e vegetais certificados ou mecanismos de conformidade; - % de alimento na licitação/chamada pública para compra de orgânicos e agroecológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - % de alimentos certificados ou mecanismos de conformidade; - % de frutas e vegetais certificados ou mecanismos de conformidade; - % de alimento orgânicos e agroecológicos na licitação/chamada pública.
2. Sazonalidade e cultura alimentar (10 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> - Inclui alimentos da cultura alimentar local no cardápio; - Altera o cardápio de acordo com a sazonalidade; - Respeito ao calendário da sazonalidade dos alimentos; - Cultivo de alimentos para seu próprio consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inclui alimentos da cultura alimentar local no cardápio; - Altera o cardápio de acordo com a sazonalidade; - Respeito ao calendário da sazonalidade dos alimentos; - Cultivo de alimentos para seu próprio consumo

(Continua)

(Continuação)

3. Condições de trabalho decentes (15 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Respeito às leis trabalhistas nas chamadas públicas, licitações e contratos;- Prioridades na compra de alimento de micro e pequenas empresas;- % de compras da agricultura familiar- Quantidade de funcionários(as) mulheres e homens no gerenciamento das compras públicas;- Quantidade de funcionários(as) mulheres e homens no serviço de alimentação coletiva;- Presença de ações afirmativas.	<ul style="list-style-type: none">- Respeito às leis trabalhistas nas chamadas públicas, licitações e contratos;- Prioridades na compra de alimento de micro e pequenas empresas;- Realização de chamada pública específica para agricultura familiar;- Quantidade de funcionários(as) mulheres e homens no gerenciamento das compras públicas;- Quantidade de funcionários(as) mulheres e homens no serviço de alimentação coletiva;- Presença de ações afirmativas.
4. Carnes (8 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- % do orçamento total de carnes gasto com carne bovina;- % dos pratos principais à base de carne bovina;- Preocupação na compra de carnes que considere o bem-estar animal;- Oferta de dietas veganas e/ou vegetarianas.	<ul style="list-style-type: none">- % do orçamento total de carnes gasto com carne bovina;- % dos pratos principais à base de carne bovina;- Preocupação na compra de carnes que considere o bem-estar animal;- Oferta de dietas veganas e/ou vegetarianas
5. Pescados (2 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Presença de certificação que ateste a sustentabilidade dos pescados comprados;- Exigência nas licitações sobre a procedência dos pescados.	<ul style="list-style-type: none">- Presença de certificação que ateste a sustentabilidade dos pescados comprados;- Exigência nas licitações sobre a procedência dos pescados.

(Continuação)

6. Orientação da qualidade do cardápio (12 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- % de produtos ultraprocessados em relação a alimentos frescos/dia;- % de produtos processados em relação a alimentos frescos/dia;- % do orçamento destinado a compra de alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados.	<ul style="list-style-type: none">- % de produtos ultraprocessados em relação a alimentos frescos/dia;- % de produtos processados em relação a alimentos frescos/dia;- % do orçamento destinado a compra de alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados.
7. Água (5 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Fontes de água disponíveis para os usuários;- Oferta de outro tipo de bebida junto à refeição;- Presença de medida de controle de qualidade da água.	<ul style="list-style-type: none">- Fontes de água disponíveis para os usuários;- Oferta de outro tipo de bebida junto à refeição- Presença de medida de controle de qualidade da água.
8. Desperdício do alimento (8 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Treinamento da equipe de manipulação de alimentos para minimização de resíduos gerais;- Existência de coleta seletiva;- % de resto ingesta (coletividade sadia) ou % de resto ingesta (coletividade enferma);- Encaminhamento do material orgânico para compostagem;- Doação de alimentos a outras organizações;- Existência de técnicas de cozimento que minimizam as quantidades de óleos e gorduras usadas;- Outras iniciativas de redução de resíduos.	<ul style="list-style-type: none">- Treinamento da equipe de manipulação de alimentos para minimização de resíduos gerais;- Existência de coleta seletiva;- % de resto ingesta (coletividade sadia) ou % de resto ingesta (coletividade enferma);- Encaminhamento do material orgânico para compostagem;- Doação de alimentos a outras organizações;- Existência de técnicas de cozimento que minimizam as quantidades de óleos e gorduras usadas;- Outras iniciativas de redução de resíduos.

(Continua)

(Continuação)

9. Origem do alimento (10 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Proveniência de seis tipos de alimentos (proteína animal; hortaliças; frutas; grãos; tubérculos, massas e farinhas; e ovos) quanto a sua localidade;- Número de intermediários entre produtor e consumidor.	<ul style="list-style-type: none">- Proveniência de seis tipos de alimentos (proteína animal; hortaliças; frutas; grãos; tubérculos, massas e farinhas; e ovos) quanto a sua localidade;- Número de intermediários entre produtor e consumidor.
10. informações ao consumidor (5 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Existência de informações nutricionais disponíveis aos consumidores;- Informativos de incentivo a uma vida saudável e educação alimentar;- Presença de atividade de promoção de saúde/ sustentabilidade;- Informação sobre origem do alimento.	<ul style="list-style-type: none">- Existência de informações nutricionais disponíveis aos consumidores;- Informativos de incentivo a uma vida saudável e educação alimentar;- Presença de atividade de promoção de saúde/ sustentabilidade;- Informação sobre origem do alimento.
11. Envolvimento com pequenos produtores e a comunidade local (5 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Participação em reuniões/ eventos com agricultores familiares antes da compra de alimentos;- Treinamento dos funcionários a respeito das informações dos produtos (origem, qualidade ambiental e social dos produtos);- Realização de atividades para promover a comida local.	<ul style="list-style-type: none">- Divulgação de chamadas públicas para pequenos produtores locais e/ou da licitação para os pequenos empreendimentos locais;- Treinamento dos funcionários a respeito das informações dos produtos;- Realização de atividades para promover a comida local.

(Continua)

(Continuação)

12. Controle social e participação social (5 pontos)	<ul style="list-style-type: none">- Monitoramento dos cardápios e da qualidade da alimentação por meio de algum mecanismo de controle social (por ex., um conselho);- Participação do controle social no processo de licitação da concessionária;- Monitoramento do controle social quanto à aquisição e compra de gêneros da agricultura familiar;- Envolvimento com a pesquisa de opinião com os comensais.	<ul style="list-style-type: none">- Existência de controle social no processo de elaboração das licitações e chamadas públicas;- Monitoramento dos cardápios e a qualidade da alimentação através algum mecanismo de controle social (por ex. um conselho);- Envolvimento com a pesquisa de opinião com os comensais;- Existência de controle social no processo de prestação de contas.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Goggins e Rau (2015)

Características dos restaurantes universitários em São Luís - Maranhão

Antes de analisar as contribuições dos restaurantes universitários para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, consideramos importante apresentar brevemente algumas características desses equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Essas características permitem visualizar a magnitude do público atendido, dos recursos financeiros mobilizados e, portanto, do potencial na promoção de práticas de produção e consumo sustentáveis.

O Restaurante Universitário da Universidade Federal do Maranhão (RUUFMA) está localizado na Cidade Universitária Dom Delgado, bairro Bacanga, e foi fundado em 1985 (Porto, 2017). Em 2019, este equipamento operou em duas modalidades, sendo no primeiro semestre por meio da auto-gestão, com a oferta de 5 mil refeições diárias com valor de R\$ 3.737.018,63 investidos na compra de gêneros alimentícios e, no segundo semestre, por meio de contrato com uma empresa terceirizada, foi ampliado o atendimento para 7 mil refeições diárias, com valor anual contratado de R\$ 4.313.223,22 para fornecimento de refeições e lanches, mas só foi operacionalizado o total

de R\$ 1.567.294,05 segundo dados encaminhados via portal de ouvidoria da UFMA. O total de recursos mobilizados em 2019 foi da ordem de R\$ 5.304.312,68.

No segundo semestre de 2019, o restaurante foi descentralizado, passando a atender outros pontos do Campus São Luís, tais como: o anexo do RU no Centro Pedagógico Paulo Freire, localizado na Cidade Universitária Dom Delgado; a Faculdade de Medicina, localizada na Praça Gonçalves Dias, bairro Centro; e a Fábrica Santa Amélia,³ no bairro do Centro Histórico de São Luís. O RUUFMA é responsável pela preparação e oferta de refeições como lanches matutinos e vespertinos ao Colégio Universitário (Colun) – localizado também no Campus –, bem como almoço e jantar aos demais prédios, estes últimos com valores estipulados em R\$ 1,25 para estudantes, R\$ 5,18 aos servidores/colaboradores, e R\$ 8,00 para visitantes. Em 2019, o quadro de funcionários contava com 54 pessoas envolvidas no preparo da alimentação, administração e serviços gerais.

Vale ressaltar que, em 2007, foi instituída a Portaria nº 204, a qual tratou da adesão da UFMA ao Reuni (Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira). Com isso, a universidade passou por reforma e novos espaços foram criados nos anos subsequentes, havendo a necessidade de ampliação do quantitativo de refeições ofertadas aos alunos. Conforme mencionado anteriormente, no segundo semestre de 2019, a UFMA optou por operar por meio de contrato com uma empresa terceirizada alegando, principalmente, a dificuldade no gerenciamento das compras de alimentos com um quadro limitado de funcionários (diversidade de licitações e fornecedores). No entanto, a contratação da concessionária (empresa com sede em Roraima) tornou-se problemática pela não adequação a algumas normas impostas nas cláusulas do contrato e por falhas no gerenciamento do RU pela empresa; por esse motivo, teve duração de somente 6 meses.

O Restaurante Universitário da Universidade Estadual do Maranhão (RUUEMA), Cidade Universitária Campus Paulo VI, está localizado no bairro Jardim São Cristóvão, e foi criado em 1981. O RUUEMA conta com uma concessionária atuando no preparo e fornecimento de refeições (almoço), sendo a alimentação integralmente subsidiada pelo governo estadual aos estudantes e servidores/colaboradores da universidade. Em 2019, foi ofertada uma média de 1.500 refeições diárias, com contrato no valor de R\$ 3.308.668,20 com a empresa terceirizada. O quadro de funcionários

³ Prédio dos cursos de Turismo e Hotelaria da UFMA.

no RU gerenciado pela concessionária era composto por 31 pessoas, entre aquelas responsáveis pelas compras, administração, serviços gerais, e as que trabalhavam diretamente no serviço de alimentação.

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) conta com quatro campi localizados em São Luís, que levam os nomes dos respectivos bairros onde se encontram, a saber: Maracanã,⁴ Monte Castelo, Bacanga e Centro Histórico. Os dois primeiros contam com restaurantes para preparação e fornecimento de refeições, enquanto os dois últimos dispõem de cantinas onde são oferecidos somente lanches aos discentes.

O IFMA Maracanã, antiga Escola Agrotécnica Federal de São Luís, foi criada pelo Decreto nº 22.470, de 20 de outubro de 1947. O RU oferta refeições gratuitas e pagas. As refeições gratuitas são ofertadas aos discentes residentes em Regime de Internato Pleno (café da manhã, almoço e jantar); aos estudantes beneficiários do Programa Auxílio Moradia, em situação de vulnerabilidade econômica; e alunos matriculados em cursos do regime de pedagogia da alternância. Para os demais alunos regulares, a refeição custa R\$ 3,00, e pessoas externas ao IFMA pagam o equivalente a R\$ 12,00. A média de refeições diárias em 2019 ficou em torno de 130 cafés da manhã, 650 almoços e 130 jantares, incluindo finais de semana e feriados (com média de 130 por refeição). Vale ressaltar que, no IF Maracanã, a alimentação conta com os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e é subsidiada pelo Projeto Bolsa Alimentação do Governo Federal, tendo mobilizado, em 2019, um total R\$ 720.511,41 por meio de pregão eletrônico, e mais R\$ 86.212,86 em Chamada Pública direcionada à agricultura familiar (10,7 % do orçamento total). O quadro de funcionários contava com um quantitativo de 14 pessoas trabalhando diretamente com o serviço de alimentação coletiva, e sete pessoas envolvidas no gerenciamento das compras públicas.

Uma característica peculiar do IF Maracanã é sua expertise agrícola, com diversos cursos técnicos na área agropecuária. Conta com registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para o Abatedouro de Aves da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) (S.I.M. nº 045) e para produção de mel (S.I.M. nº 041). Os agricultores familiares da ilha de São Luís, que fornecem a programas como PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como ponto de abate de frangos o abatedouro do IF Maracanã. Essas relações favorecem a participação da agricultura familiar nas compras públicas.

⁴ Maracanã era um bairro na área rural de São Luís.

O IFMA Monte Castelo, antiga Escola Técnica Federal de São Luís, foi criado em 1942. O restaurante universitário localizado no campus opera por meio de uma empresa terceirizada que aluga o espaço do restaurante, cujo valor estipulado em 2015 (início do contrato) foi de R\$ 840,00/mês. Em 2019 foram fornecidas cerca de 900 refeições diárias de “prato feito” (almoço e jantar). Ademais, contavam com o serviço de lanchonete e opção de almoço *self service*. Em relação ao preço pago nas refeições, 87,32 % desse valor foi subsidiado pelo Projeto Bolsa Alimentação na modalidade “prato feito”, e o restante (R\$ 1,25 por refeição) pago pelo discente à concessionária. Assim, o valor repassado pelo Estado à empresa terceirizada em 2019 foi da ordem de R\$ 1.229.875,07. Em dezembro de 2019 foi aberta uma chamada pública do PNAE para compra de gêneros da Agricultura Familiar⁵ para o IFMA Monte Castelo, mas dada como deserta pelo não comparecimento de interessados. Os motivos apontados pela instituição para a não incorporação de produtos da agricultura familiar às compras públicas do PNAE foram: i) receio por parte dos fornecedores de que o preenchimento da proposta acarretasse algum vínculo junto ao IFMA; ii) ausência do responsável legal para preenchimento do documento; iii) não preenchimento dos modelos de propostas por agricultores familiares; iv) não atendimento dos telefonemas e nenhum retorno por parte dos possíveis fornecedores; v) grande demanda de trabalho referente a outras aquisições de compras, situação agravada pelo pequeno número de servidores localizados no Departamento de Compras (informações obtidas via portal de ouvidoria).

Conforme observamos no Quadro 2, há um grande potencial orçamentário do Estado para direcionar as compras públicas alimentares para sistemas alimentares sustentáveis. Somente em 2019 foram investidos em torno de R\$ 10.649.580,22 nas compras de alimentos para os restaurantes universitários de São Luís, e um quantitativo de 10.200 refeições diárias que, por ano, equivaleu a aproximadamente 2.000.000 refeições (café da manhã, almoço, jantar e lanche).

⁵ Chamada Pública 01/2019, processo n° 23249.196967/2019-90.

Quadro 2
Características gerais dos restaurantes universitários
em São Luís-MA, em 2019

Restaurante Universitário	Ano de criação	Refeições servidas/ dia	Recursos financeiros mobilizados	Sistema de gestão	
				Autogestão	Terceirizada
Universidade Federal do Maranhão	1985	5.000 a 7.000	R\$ 5.304.312,68	X (2019.1)	X (2019.2)
Universidade Estadual do Maranhão	1981	1.500	R\$ 3.308.668,20	-	X
Instituto Federal do Maranhão / Campus Maracanã	1947	800	R\$ 806.724,27	X	-
Instituto Federal do Maranhão / Campus Monte Castelo	1942	900	R\$ 1.229.875,07	-	X
TOTAL	-	~ 10.200	R\$ 10.649.580,22	2	3

Fonte: Elaboração das autoras a partir da pesquisa de campo.

Comparando os restaurantes universitários: evidências a partir das compras públicas em São Luís

Conforme mencionado, a coleta de dados buscou reunir informações de quatro restaurantes universitários em São Luís responsáveis pela compra, preparo e fornecimento de refeições. Optamos por analisar como casos individuais os dois períodos de gerência do RUUFMA (autogestão e terceirização) por terem características distintas quanto à forma de execução do contrato. Para preservar a identidade dos respectivos restaurantes pesquisados, denominamo-los como casos 1, 2, 3, 4 e 5. Ressaltamos ainda que, em 2019, os casos 1 e 3 eram caracterizados pela modalidade de autogestão, enquanto os casos 2, 4 e 5 foram conduzidos por empresas terceirizadas.

Segundo demonstrado na Tabela 1, ao aplicarmos a metodologia de avaliação de sistemas alimentares sustentáveis, a variação entre a maior (56) e menor (27) pontuação foi de aproximadamente 52 %. O caso 1 destaca-se como mais sustentável e o casos 2, 4 e 5 como menos sustentáveis do ponto de vista das categorias e indicadores analisados. No caso 5, especificamente, houve alguns problemas na coleta de informações durante a entrevista, com parte dos dados não fornecidos, o que deixou lacunas no questionário na categoria “qualidade do cardápio” prejudicando a somatória do resultado final.

Tabela 1
Pontuações para cada caso segundo as categorias do método

Categorias	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Orgânico/agroecológico	0	0	0	0	0
Sazonalidade/cultura	10	8	8	8	8
Trabalho decente	11	4	4	6	6
Carne	1	2	2	1	2
Pescado	0	0	0	0	0
Qualidade do cardápio	12	11	11	12	s/d
Água	5	4	4	4	2
Desperdício de alimento	3,5	3	4,5	4,5	3
Origem do alimento	7,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Informação ao consumidor	4	4	4	2	3
Pequenos produtores e comunidade local	1	0	2	0	0
Controle e participação social	1	2,5	3,5	1	2,5
Total de pontos	56	39	43,5	39	27

*Nota: s/d (sem dados).

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ao analisar o quadro geral dos casos em relação às dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis (segurança alimentar e nutricional; adequação alimentar sociocultural; preservação ambiental; sustentabilidade econômica; e democracia alimentar), identificamos algumas potencialidades e fragilidades. A dimensão que denota ter maior importância nas compras públicas alimentares dos RUs corresponde à segurança alimentar e nutricional. As en-

trevistas revelaram a preocupação com fornecimento de refeições em quantidade e qualidade adequada aos comensais, respeito à cultura alimentar, consumo maior de produtos *in natura* e minimamente processados, compartilhamento de informações sobre os alimentos consumidos quanto a aspectos nutricionais, utilização de técnicas de cozimento que minimizem uso de óleos e gorduras, dentre outras. As dimensões econômica e sociocultural se mostraram dentro de um padrão médio de importância, com alguns critérios alcançados, tais como cumprimento das leis trabalhistas, geração de emprego e renda, princípios da economia (por exemplo, quando elimina o uso de copos descartáveis, prioriza água filtrada gratuita, adequa a alimentação ao gosto do comensal diminuindo desperdícios). As dimensões ambientais e democracia alimentar ainda se mostram frágeis em todos os casos estudados, apresentando ações pontuais, sem prioridade no debate, como no caso da coleta seletiva em relação ao destino final dos resíduos e a predominância da compra de produtos nacionais, que percorrem longas distâncias até chegar ao consumidor. Para a democracia alimentar, somente os casos 3, 4 e 5 possuem controle social realizado pelos próprios estudantes, manifestando-se em ações pontuais e esporádicas.

Ainda sobre as dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis, o caso 1 se destaca por ter incluído a agricultura familiar da área metropolitana de São Luís nas compras públicas alimentares. Essa ação possibilita pontuações dentro de cada dimensão apresentada, contribuindo para diversos elementos dos sistemas alimentares sustentáveis, tais como: acesso a alimentos mais frescos; redução das emissões de GEE do transporte; preservação da cultura local; redução dos custos de transporte, armazenamento e embalagens; promoção de ações educacionais entre produtores e consumidores; ações de inclusão socioprodutiva; diversificação da produção dos agricultores etc. Estudo realizado por Braga (2019) aponta a importância da compra via PNAE por parte da organização do caso 1 para a reprodução social dos agricultores familiares da comunidade rural Cinturão Verde, localizada em São Luís, apresentado pelos agricultores pesquisados como o principal canal de comercialização acessado por eles, o qual permitiu uma renda fixa, planejamento produtivo e reinvestimento (Braga, 2019).

Os casos 1 e 3 são caracterizados por um sistema de autogestão. O caso 3, com pontuação de nível intermediário (com 43,5), está mais próximo dos casos com as pontuações mais baixas, com características semelhantes quanto às escolhas e condução dos processos. No entanto, mostrou maior preocupação com determinados aspectos ambientais, pontuando mais no desperdício de alimentos. Os casos 2, 4 e 5, com as pontuações mais baixas,

são representados pela modalidade de gestão por concessionárias, em que a principal preocupação foi atender aos requisitos básicos estipulados no contrato e buscar economia na compra de gêneros alimentícios.

Notamos também que todos os casos estudados apresentaram pontuações totais baixas, e somente o caso 1 atingiu pouco mais da metade de pontos (56) em relação ao total (100). Goggins e Rau (2015) chegaram a resultados semelhantes em sua pesquisa, em que o caso que teve pontuação mais alta apresentou 61 pontos e a mais baixa com 41 pontos. Para os autores, essas diferenças revelaram o impacto potencial das características organizacionais e das atitudes predominantes em relação à sustentabilidade alimentar, as quais são responsáveis por produzir respostas diferentes. Assim, tanto a estrutura organizacional das instituições executoras quanto as características do local onde as políticas serão implementadas dizem muito a respeito de quão eficazes serão as compras públicas alimentares em relação ao Sistema Alimentar Sustentável.

Não obstante, o papel do Estado continua sendo essencial para direcionar as compras alimentares para sistemas alimentares sustentáveis. Conforme apresentou Swensson e Tartanac (2020), os programas de compras públicas de alimentos são importantes instrumentos de políticas públicas quando estão alicerçados em uma sólida estrutura regulatória. Segundo as autoras, nos países analisados (incluído o Brasil), apesar do grande potencial para construção de SAS, ainda existe a falta de um quadro regulatório favorável que considere o contexto abrangente da política alimentar.

Corroborando com as afirmações de Swensson e Tartanac (2020), ao analisarmos as licitações e contratos relacionados às concessionárias que operavam nos RUs em 2019, identificamos que existem cláusulas que remetem às práticas ambientalmente sustentáveis, porém são apresentadas como “orientações”. Outro aspecto que destacamos, e que está estabelecido em lei (Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015), refere-se à obrigatoriedade de aquisição de 30 % com produtos da agricultura familiar nas compras públicas; no entanto, somente aparece como orientação no edital dos casos 2 e 3 por terem sido lançados após o decreto nº 8.473/2015, mas não foram executados na prática. Chamamos atenção para o tratamento da dimensão nutricional presente nas licitações e contratos estar atrelado somente a aspectos do nutricionismo e do sanitarismo. Na chamada pública, existe uma cláusula que coloca como prioridade nos contratos os grupos com certificação orgânica ou agroecológica, e apontam para o compromisso da instituição demandante com a valorização da responsabilidade ambiental e social ao comprar da agricultura familiar. Outros aspectos discutidos na chamada

pública referem-se às obrigações legais do contrato e cumprimento de regras sanitárias no fornecimento dos alimentos. Em todos os regramentos, existe pouco diálogo com as dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis.

De modo geral, os aspectos relativos às dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis são pouco representativos nos contratos públicos analisados. Swensson et al. (2021) explicam que para enfrentar os desafios relacionados à implementação de compras públicas sustentáveis, a ação do Estado é imprescindível, devendo agir por meio do desenvolvimento de marcos regulatórios e de instrumentos de políticas adequadas. No entanto, os autores complementam que, para garantir o sucesso na formulação e implementação das iniciativas de compras públicas sustentáveis, o setor privado, a sociedade civil e outras partes interessadas como mediadores sociais e empreendedores políticos têm papel crucial. Em relação às chamadas públicas para a agricultura familiar, em pesquisa recente, Giombelli e Triches (2019) estudaram as compras institucionais nas Universidades Federais do Paraná e concluíram que, de 22 casos analisados, somente quatro restaurantes já compraram ou compram da agricultura familiar. Além disso, apesar da compra de pelo menos 30 % da agricultura familiar estar assegurada por decreto, segundo Giombelli e Triches (2019), existem dois motivos principais para o não cumprimento: o primeiro diz respeito à mudança do ideário político do Estado, que obscurece esse debate e não obriga as organizações a cumprir a lei; e em segundo lugar, a falha da participação social em demandar das autoridades públicas as mudanças necessárias e cumprimento do decreto, tanto por parte dos Consesas municipais, movimentos sociais ou outras organizações, quanto pelos próprios estudantes frequentadores dos restaurantes.

Outras pesquisas em restaurantes universitários no Brasil têm sinalizado para a importância das compras públicas na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Hartmann (2015) discute o consumo alimentar de estudantes frequentadores do RU da Universidade de Brasília (UnB) e apresenta a importância desses restaurantes no direcionamento do consumo de alimentos saudáveis (frutas e hortaliças) pelos alunos. O estudo realizado por Ferraz (2016), por sua vez, direciona a análise à identificação de práticas ambientalmente sustentáveis analisadas em 18 universidades federais no Brasil. Em contrapartida, Porto (2017) ao estudar o RU da UFMA também em relação à sustentabilidade ambiental, concluiu que, apesar de algumas medidas de remediação⁶ para executar práticas sustentá-

⁶ Tais como: colocar cestos para coleta seletiva; parceria com uma associação local de catadores para reciclagem de plástico e papel; recolhimento de óleo por empresa especializada; promoção de campanha de desperdício (Porto, 2017).

veis, a classificação do RU na avaliação geral da pesquisa foi tomada como “péssima”, com apenas 40 % de adequação aos critérios ambientais. Ao abordar as contribuições e dificuldades dos restaurantes universitários, todos esses trabalhos corroboram a análise realizada neste artigo sobre a importância das compras públicas para transformar os sistemas alimentares em direção à sustentabilidade.

Considerações finais

Em 2019, foram mobilizados cerca de R\$ 10.649.580,22 em compras públicas alimentares nos restaurantes universitários de São Luís, com oferta de aproximadamente 2.000.000 de refeições (cafés da manhã, almoço, jantar e lanches). Esses dados apontam para o tamanho do orçamento do Estado destinado à compra de alimentos e, conseqüentemente, para o seu potencial para promover o consumo sustentável de forma sistêmica e integrada, considerando as diversas dimensões que envolvem os sistemas alimentares sustentáveis.

O método para avaliar compras públicas alimentares possibilitou identificar os maiores desafios dentro de cada organização estudada para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Desta forma, esta metodologia permite fazer comparações entre os casos analisados e identificar semelhanças, bem como apontar para medidas específicas objetivando melhorar o desempenho de sustentabilidade alimentar das universidades.

A pesquisa demonstrou que existem diferenças entre as organizações analisadas quanto ao nível de engajamento com as dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis. No geral, o sistema em autogestão no caso 1 garantiu a maior pontuação (nota 56) devido à presença de uma chamada pública para compra de produtos da agricultura familiar, atingindo diversas dimensões dos sistemas alimentares sustentáveis. No que se refere às operações de gestão terceirizadas, os sistemas alimentares sustentáveis estão longe de serem alcançados. A principal preocupação continua sendo o respeito aos requisitos básicos estipulados pelo contrato e a busca de economia na compra de alimentos.

Notamos também um forte impacto das decisões discricionárias e da estrutura organizacional de cada ambiente analisado. Os gestores responsáveis pelas compras públicas dentro de cada universidade têm o poder de fiscalizar e solicitar ajustes e mudanças que podem ser benéficas (ou não) à promoção de sistemas alimentares sustentáveis. Quanto à estrutura organiza-

cional dos restaurantes universitários, existiu envolvimento de outros setores da universidade em ações no RU, principalmente na promoção de campanhas voltadas a sustentabilidade, reaproveitamento de resíduos orgânicos etc.

De modo geral, a metodologia empregada forneceu um quadro amplo do engajamento das compras públicas dos RUs de São Luís com os sistemas alimentares sustentáveis, e a pesquisa qualitativa possibilitou compreender o funcionamento dos restaurantes e como cada categoria analisada vem sendo trabalhada na prática. Além disso, a ferramenta metodológica apresentada foi construída de forma a possibilitar a abrangência de toda e qualquer organização que operacionaliza compras públicas alimentares (como hospitais, escolas, casas de repouso, unidades prisionais, restaurantes populares e outros). Enfatizamos que nenhum método de avaliação de sustentabilidade está isento de lacunas, mas destacamos a importância desta ferramenta ao considerar as peculiaridades do contexto brasileiro, bem como as várias dimensões que abrangem os sistemas alimentares sustentáveis.

Referências

ALBERDI, G.; BEGIRISTAIN-ZUBILLAGA, M., The promotion of sustainable diets in the healthcare system and applications for health professionals: a scoping review. *Nutrients*, v. 13, n. 747, 2021.

BARROSO, L. S. *As compras institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: dietas sustentáveis em restaurantes universitários*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BLAY-PALMER, A., *Imagining sustainable food system: theory and practice*. Londres: Routledge, 2016.

BOHUNICKY, M.; DESMARAIS, A. A.; ENTZ, M. Self-operated vs. corporate contract: a study of food procurement at two universities in Manitoba. *Canadian Food Studies. La revue Canadienne des études sur l'alimentation*, v 6, n. 1, p. 43-74, 2019.

BRAGA, C. L. *Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís (MA)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

CAVALCANTE, M. R.; VIEIRA, L. C. B.; OTATTI, A. M. A. A.; SILVA JÚNIOR, R. N. C. Produção de produtos orgânicos nos municípios de São Luís e São José de Ribamar – MA. In: SEMANA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 4., WORKSHOP DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 2., 2015. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2015.

EPHA; HCWH Europe. *How can the EU Farm to For Strategy contribute? Public procurement for sustainable food environments*. Discussion paper, 2019, 28 p.

- EUROPEAN COMMISSION. *Farm to fork strategy: for a fair, healthy and environmentally-friendly food system*. [S.l.: s.n.], 2020.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The state of Food Security and Nutrition in the World 2020: transforming food systems for affordable healthy diets*. [S.l.: s.n.], 2020.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. [S.l.: s.n.], 2021.
- FAO. *Sustainable food systems: concept and framework*. [S.l.: s.n.], 2018.
- FAO. *The state of the World's biodiversity for food and agriculture*. [S.l.: s.n.], 2019.
- FERRAZ, T. V. *Práticas sustentáveis em restaurantes universitários de universidades federais brasileira*. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- FOODINSIDER. *Enjoy good Food*. Test Pasto Sostenibile. 2015 [en ligne]. Disponível em: <http://www.foodinsider.it/classifica-menu-mense-scolastiche/test-pasto-sostenibile>.
- FOUILLEUX, E.; MICHEL, L. Introduction. Politisation de l'alimentation: vers un changement de système agroalimentaire?. In: FOUILLEUX, E.; MICHEL, L (org.). *Quand l'alimentation se fait politique(s)*. Rennes: Res Publica, 2020 [En ligne]. Disponível em: http://www.pur-editions.fr/couvertures/1582722966_doc.pdf.
- GIARD, L. Cozinhar. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano*: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 211-297.
- GILL, M.; DEN BOER, A. C. L.; KOK, K. P. W.; BREDA, J.; CAHILL, J.; CALLENIUS, C.; CARON, P.; DAMIANOVA, Z.; GURINOVIC, M. A.; LÄHTEENMÄKI, L.; LANG, T.; LAPERRIÈRE, A.; MANGO, C.; RYDER, J. SONNINO, R.; VERBURG, G.; WESTHOEK, H.; REGEER, B. J.; BROERSE, J. E. W. *A systems approach to research and innovation for food system transformation*. FIT4FOOD2030, 2018. Disponível em: <https://fit4food2030.eu/eu-think-tank-policy-brief/>. Acesso em: 30 out. 2021.
- GIOMBELLI, G. P.; TRICHES, R. M. Public food procurement for restaurants of Federal Universities in Brazil: advances and setbacks in the implementation of sustainability transition. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, p. 1-19, 2019.
- GOGGINS, G. Developing a sustainable food strategy for large organizations: the importance of context in shaping procurement and consumption practices. *Business strategy and the environment*, 2018.
- GOGGINS, G. *Public food consumption and sustainable food systems: Exploring the role of large organisations*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – School of Political Science and Sociology, National University of Ireland Galway, Galway, 2016.
- GOGGINS, G.; RAU, H. Beyond calorie counting: assessing the sustainability of food provided for public consumption. *Journal of cleaner production*, n. 112, p. 257-266, 2015.
- GOMES, J. F. B. *A multifuncionalidade da Agricultura Urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís*. 2016, 161p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; VASCONCELOS, F. C. F. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. *In: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (org.). A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 69-92.
- HARTMANN, Y. *Avaliação do consumo alimentar de estudantes frequentadores do Restaurante Universitário da Universidade de Brasília*. 2015, 79p. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- HLPE. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2014.
- IPCC. *Climate Change and Land*. Rapport IPCC, 2019.
- IPES-Food. *A long food movement: transforming Food Systems by 2045*. Rapport IPES-Food, 2021.
- KRETSCHMER, S.; DEHM, S. Sustainability transitions in Universities Food Service: a living Lab Approach of Locavore Meal Planning and Procurement. *Sustainability*, v. 13, n. 7, p. 305, 2021.
- LAMINE, C. *Sustainable Agri-food Systems: case studies in transitions towards sustainability from France and Brazil*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2020.
- LANG, T. Food policy for the 21st century: can it be both radical and reasonable? *In: KOC, M.; MACRAE, R.; MOUGEOT, L. J. A.; WELSH, J. (org.). For hunger-proof cities: sustainable urban food systems*. Ottawa: International Development Research Centre, 1999. p. 216-224.
- LEPILLER, O. *Atelier thématique Innovations responsables et durabilité des systèmes alimentaires urbains, regards croisés Nord/Sud*. Programme URBAL, Cirad, 2020.
- PARSONS, K. Brief 3: Integrated Food Policy – What is it and how can it help connect food systems. *In: CENTRE FOR FOOD POLICY. Rethinking food policy: a fresh approach to policy and practice*. London: Centre for Food Policy, 2019.
- PARSONS, K.; HAWKES, C.; WELLS, R. Brief 2. What is the food system? A food policy perspective. *In: CENTRE FOR FOOD POLICY. Rethinking food policy: a fresh approach to policy and practice*. London: Centre for Food Policy, 2019.
- PORTO, P. F. *A sustentabilidade ambiental nos serviços de alimentação: o caso aplicado ao Restaurante da Universidade Federal do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Energia e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- ROUELLE, O. *Les impacts d'un projet de restauration scolaire "durable"*. Master Sciences Sociales, 2019.
- SMITH, J.; ANDERSSON, G.; GOURLAY, R.; KAMER, S.; MIKKELSEN, B. E.; SONNINO, R.; BARLING, D. Balancing competing policy demands: the case of sustainable public sector food procurement. *Journal of Cleaner production*, 2015.
- SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. *Redes*, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.

- STAHLBRAND, L. Can values-based food chains advance local and sustainable food systems? Evidence from case studies of University Procurement in Canada and the UK. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 24, n 1, p. 77-65, 2017.
- STAHLBRAND, L. The food for life catering mark: implementing the sustainability transition in University Food Procurement. *Agriculture*, v. 6, n. 46, 2016.
- STEFANI, G.; TIBERTI, M.; LOMBARDI, G. V.; CEI, L.; SACCHI, G. Public Food Procurement: a systematic literature review. *International Journal Food System Dynamics*, v. 8, n. 4, p. 270-283, 2017.
- SWENSSON, L. F. J.; TARTANAC, F. Public food procurement for sustainable diets and food systems: the role of regulatory framework. *Global Food Security*, v. 25, 2020.
- SWENSSON, L. F. J.; HUNTER, D.; SCHNEIDER, S.; TARTANAC, F. Public food procurement as a game changer for food system transformation. In: FAO. Alliance of Bioversity International and CIAT et Editora da UFRGS. *Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets*. Vol. 1. Rome: [s.n.], 2021. p. 2-24.
- SWINBURN, B. *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change. *The Lancet Commission Report*, 2019.
- TRICHES, R. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 26, n. 5, p. 1.833-1.846, 2021.
- VALETTE, E.; SCHREIBER, K.; CONARÉ, D.; BONOMELLI, V.; BLAY-PALMER, A.; BRICAS, N.; SAUTIER, D.; LEPILLER, O. An emerging user- led participatory Methodology Mapping impact pathways of urban food system sustainability innovations". In: BLAY-PALMER, A.; CONARÉ, D.; METER, K.; DI BATTISTA, A.; JOHNSTON, C. (org.). *Sustainable food system assessment: Lessons from global practice*. New York: Routledge, 2020.

Feiras de Agricultores na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai: reflexões a partir dos sistemas agroalimentares localizados

**Silvia A. Zimmermann
Dirceu Basso
Régis da Cunha Belem
Valdemar João Wesz Júnior
Pietra Regina de Oliveira Vacarin**

A região da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai é conhecida pelas belezas naturais das cataratas do Iguazu e pela dinâmica comercial. Embora os municípios da tríplice fronteira – Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazu (Argentina) – somem juntos um pouco mais de meio milhão de habitantes, a população flutuante anualmente nessa região é próxima de dois milhões de turistas. O consumo

alimentar gerado pela população de turistas ocasionais, no entanto, não dialoga necessariamente com os mercados alimentares e circuitos curtos presentes nestes três municípios, onde encontramos feiras de agricultores familiares com dinâmicas diversas. Estudos sobre o abastecimento alimentar e circuitos curtos na tríplice fronteira apontam as feiras como um importante instrumento para a comercialização da agricultura familiar da região e de valorização das culturas alimentares da tríplice fronteira, contudo, destacam que poderiam ser mais bem exploradas enquanto atividade comercial nos três países também junto ao público do turismo (Del Peña; Zimmermann; Eleutério, 2020; Stefanutti, 2020; Peralta, 2016; Red Rural, 2016, Golsberg, 2010). Notamos que estes estudos abordam o tema das Feiras como ação municipal, sem aprofundar as potencialidades e desafios que podem advir de ações integradas neste sistema agroalimentar da tríplice fronteira.

Para compreender como se estrutura o sistema agroalimentar na região, o presente artigo apresenta resultados de pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional Agenda Tríplice-Unila, que buscou o provimento de soluções para temas prioritários da tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. O objetivo da pesquisa foi identificar similaridades e diferenças entre as feiras de agricultores na região, as oportunidades e desafios encontrados pelos agricultores familiares para a comercialização de seus produtos nesses espaços, além dos desafios e potencialidades vinculadas a este tipo de circuito curto. Neste sentido, a pesquisa aprofunda dados referentes a três feiras com participação de agricultores, a saber: a Feria Franca de Puerto Iguazu, a Central de Productores Hortigranjeros Feirantes de Alto Paraná em Ciudad del Este e a Feira do Gramadão da Vila A em Foz do Iguaçu. Não foi objetivo do trabalho fazer uma análise comparativa entre as realidades, mas sim identificar elementos históricos que marcam as especificidades e a diversidade das diferentes realidades estudadas.

Pensar a dinâmica alimentar na fronteira entre três países é, também, pensar no significado de território que antecede os limites impostos pelas estruturas político-administrativas. Santos (2005) destaca que o uso é definidor por excelência do território, e fala em uma dimensão territorializada do espaço. O Estado-Nação reconhece uma noção jurídica política do território; contudo, aos poucos, esta noção passa a problematizar os processos de uma economia globalizada, reduzindo a importância das fronteiras políticas, sendo que “o território habitado cria novas sinergias, e acaba por impor ao mundo uma revanche, ou seja, a volta ao território” (Santos, 2005, p. 1). A tríplice fronteira apresenta relações territoriais históricas, mas as fronteiras

político-administrativas determinam diariamente a circulação das pessoas e dos alimentos entre os três municípios estudados. No artigo, partimos do enfoque sistêmico para pensar a circulação alimentar e refletir sobre as dinâmicas deste território.

A metodologia da pesquisa envolveu diferentes etapas que incluem revisão bibliográfica e documental, duas reuniões metodológicas com pesquisadores convidados para tratar do tema do desenvolvimento regional em região de fronteira e os sistemas agroalimentares, pesquisa de campo com entrevistas exploratórias nas feiras com agricultores familiares e gestores locais que administram as feiras e transcrição e análise das entrevistas. Para as reuniões metodológicas, convidamos dois professores especialistas nos temas de sistemas agroalimentares e circuitos curtos e desenvolvimento regional, que contribuíram substancialmente na definição do questionário para as entrevistas. O questionário contemplou questões referentes ao resgate histórico das feiras de agricultores, a composição e perfil dos feirantes, a organização social dos feirantes e o acesso (ou não) às políticas públicas. As entrevistas tiveram início em setembro de 2019 sendo concluídas em agosto de 2021, com sete pessoas: na Argentina, um agricultor familiar coordenador da Feria Franca de Puerto Iguazu e um Técnico de Agricultura Familiar em La Nacion; no Brasil, um ex-Diretor da Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (Coafaso) de Foz do Iguaçu, um agricultor familiar feirante, um técnico do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa) e um pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná que coordenada projeto de extensão junto às feiras da cidade; no Paraguai, um agricultor dirigente e feirante da Central de Productores Hortigranjeros Feirantes de Alto Paraná. A maior parte das entrevistas foi presencial; contudo, as entrevistas realizadas em 2020 e 2021 ocorreram virtualmente, por meio de plataformas digitais, como *google meet* e *whatsapp*. Complementarmente, buscamos notícias em jornais municipais sobre as feiras das cidades. Destacamos que, dado o escopo deste documento, focamos nas dinâmicas pré-pandemia da Covid-19.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira busca aprofundar o tema dos sistemas agroalimentares, circuitos curtos e feiras de agricultores. A segunda seção descreve com maior propriedade as feiras de agricultores selecionadas. Uma terceira seção busca aprofundar reflexões de temas transversais nas três cidades analisadas. Por fim, temos as considerações finais e as referências.

Sistemas agroalimentares, circuitos curtos e feiras de agricultores

A referência sistêmica para tratar das questões alimentares é amplamente utilizada para se referir a diferentes escalas espaciais e populacionais – por exemplo, nas discussões sobre sistema agroalimentar mundial (McMichael, 2016), na conceituação dos sistemas agroalimentares localizados (Boucher, 2012) e na compreensão do sistema alimentar familiar, que reconhece a família como a primeira unidade social que determina o acesso das pessoas à alimentação (Fréguin-Gresh; Cortes, 2020). Basicamente, os fluxos alimentares descrevem os “circuitos pelos quais caminha o alimento (e a água), considerando-se a produção, a distribuição e o acesso, o consumo, sua adequação cultural e sua utilização biológica nas localidades”, em que o enfoque sistêmico considera as complexidades biológicas, econômicas e sociais, tornando mais evidente o papel alimentar e nutricional “como detonador de dinâmicas transformadoras” na sociedade (Maluf; Reis, 2013, p. 49). Entre os componentes do sistema, destacam-se os fluxos de interdependência e os mecanismos de coordenação, que ocorrem de maneira integrada, interna e externamente, em diferentes escalas, em que interagem diferentes aspectos e diferentes atores econômicos e sociais (Maluf; Reis, 2013). Assim, a constituição de dinâmicas virtuosas para o sistema depende da institucionalização de relações positivas.

A perspectiva sistêmica também compõe a noção de sistema agroalimentar localizado (Sial), com ênfase nas agroindústrias rurais e em arranjos produtivos e comerciais dos alimentos. A conceituação do Sial surge ao final da década de 1990 e considera o local como porta de entrada para a análise e promoção de processos de desenvolvimento e elaboração de projetos e políticas públicas, centradas na relação território-atores-produto (Boucher, 2012). O debate do Sial incorporou discussões sobre economia de proximidade – organizacional e institucional, além de reflexões em torno da ação coletiva na ativação do Sial. Nestes, também o Estado tem papel importante na ativação do Sial, sendo a governança local primordial para que ocorra um efeito sinérgico das políticas públicas. Os avanços dependem, sobretudo, da capacidade de “articular políticas públicas, criar regras e construir novas normas de relação produtores-consumidores focadas no consumo local, articulando/enlaçando os atores sociais vinculados ao desenvolvimento rural” (Silva; Balem; Silveira, 2015, p. 315).

A perspectiva sistêmica mobiliza a noção de circuitos curtos ou regionais, mercados de proximidade e redes socioeconômicas situadas. Estes en-

volvem a produção, distribuição e consumo de alimentos no entorno dos núcleos urbanos pequenos ou medianos, de agricultores familiares associados ou cooperativados, que comercializam seus produtos em feiras, pequenos supermercados, basicamente em um “conjunto diversificado que compõe o varejo tradicional e o comércio especializado de alimentos e de refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, açougues, *rotisseries*, casas de frios etc.), equipamentos de abastecimento (feiras livres, varejões, sacolões etc.)” (Maluf, 2004, p. 307). Os circuitos curtos e regionais são determinados pelas redes sociais, relações de confiança e construção social que historicamente se estabelecem entre produtores e consumidores em determinada espacialidade do sistema alimentar, podendo representar um “prolongamento de relações familiares” que até pode “dispensar as garantias formais de qualidade” (Wilkinson, 2008, p. 94).

Conforme Gazolla e Schneider (2017, p. 12), os circuitos curtos são “uma alternativa à lógica às modalidades organizativas do sistema agroalimentar dominante, buscando o encurtamento das distâncias (físicas, sociais, culturais, econômicas) entre o ‘mundo’ da produção e do consumo.” Trata-se do resgate da procedência e da identidade dos produtos, “assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais” (Gazolla; Schneider, 2017, p. 11). Marsden, Banks e Bristow (2000) identificam três formatos de circuitos curtos: i) face a face, em que o consumidor compra um produto direto do produtor/processador, sendo os valores como autenticidade e confiança mediados por meio pessoal da interação; ii) a proximidade espacial, em que os produtos são produzidos e vendidos no varejo na região específica (ou local) de produção, e os consumidores são informados da natureza “local” do produto no ponto de venda; iii) espacialmente estendido, em que o valor e o significado carregam informações sobre o lugar da produção, a identidade regional, mesmo que distante da região de consumo. Estes três formatos de circuitos curtos têm potencial para promover o desenvolvimento rural e a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e camponesa.

Sendo um circuito curto no estilo face a face, as feiras de agricultores têm um papel relevante nos sistemas agroalimentares locais de produção e comercialização de alimentos, pois possibilitam a geração de trabalho e renda entre os agricultores familiares e fortalecem redes agroalimentares alternativas ao modelo hegemônico do sistema agroalimentar (Queiroz; De Grandi; Plein, 2021). Entendemos que a aproximação produtor-consumidor nas feiras de agricultores tem potencial para colocar em debate o lugar

da alimentação na vida da sociedade, nas diferentes dimensões da segurança alimentar, desde o acesso ao alimento, a disponibilidade, a estabilidade do acesso e a qualidade da alimentação, reconhecendo a natureza sistêmica da questão alimentar.

Por sua vez, a assistência técnica pública é fundamental para a promoção e fortalecimento das feiras de agricultores, pois oportuniza a aproximação entre agricultores familiares, o poder público municipal e organizações da sociedade civil, contribuindo para a criação e a consolidação das redes agroalimentares locais (Verona; Medina, 2021). Nota-se como fundamental a presença de políticas locais que estimulem o fortalecimento e constituição destes mercados de proximidade, o que pode ampliar ou reduzir sua influência no acesso da população aos alimentos frescos, sendo “uma lacuna séria na ação pública que precisa ser corrigida para assegurar soberania e segurança alimentar, para dar mais dignidade aos feirantes e para garantir o fortalecimento das muitas ‘províncias’ alimentares” (Araujo; Ribeiro, 2018, p. 578).

As feiras de agricultores na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai

Tendo em vista a relevância das feiras de agricultores nos sistemas agroalimentares localizados, na promoção do desenvolvimento regional e de economias locais, além de permitir canais alternativos de oferta de alimentos ao modelo hegemônico do sistema agroalimentar, a seguir trazemos uma descrição em perspectiva histórica das feiras de agricultores dos municípios localizados na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Nesta seção destacamos elementos característicos, proximidades e diferenças, sobretudo, a diversidade dos casos. Nota-se que a distância de 24 km entre as feiras selecionadas pode ser percorrido em uma hora; contudo, apesar desta proximidade espacial, estas apresentam características particulares e praticamente nenhuma ação articulada.

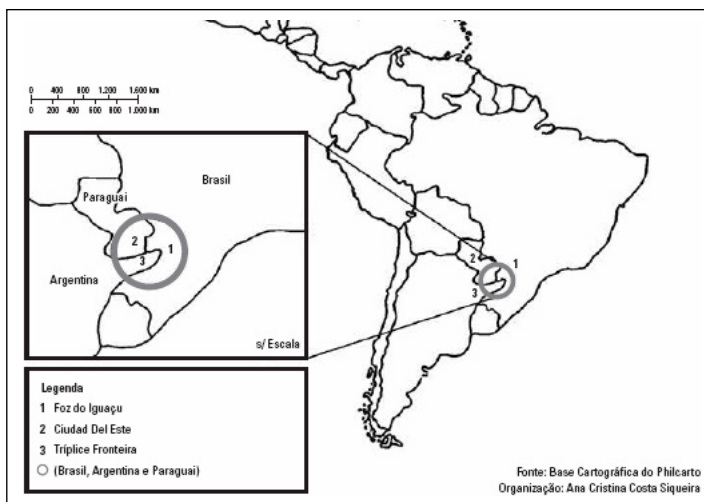


Figura 1 – Localização da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai.

Fonte: Souza (2017).

As feiras de Puerto Iguazu – Argentina

Puerto Iguazú é um dos principais destinos turísticos da Argentina. Enquanto Bariloche representa o destino de inverno, com esportes de neve e cenários da cordilheira andina, Puerto Iguazú representa o destino de selva, com as Cataratas del Iguazú e seus apelos imagéticos retratando florestas, borboletas, tucanos e onças. Está localizada no extremo nordeste da Argentina, na província de Misiones, distante cerca de 1,1 mil quilômetros da capital federal Buenos Aires e possui uma população em torno de 82 mil habitantes (Indec, 2010).

O principal atrativo do município é o Parque Nacional de Iguazú, criado em 1934, no interior do qual se localizam as cataratas. Iguazú é o segundo parque nacional argentino constituído, tendo sido antecedido pelo pioneiro Parque Nacional Nahuel Huapi, junto a Bariloche. Registre-se que em 1939 foi criado, no Brasil, o Parque Nacional do Iguazu. O parque argentino recebe mais de um milhão de turistas ao longo do ano, com uma capacidade diária de dez mil visitantes, mas com uma sobrecarga que atinge catorze mil visitantes em dias de feriado. Embora com um grande afluxo de turistas, apenas parte destes busca hospedagem na cidade de Puerto Iguazú, proporção estimada em torno de 380 mil turistas/ano (Dieckow et al., 2018, p. 73). Em termos comparativos, para o ano de 2018, enquanto Foz do Iguazu (Brasil)

possuía uma estrutura hoteleira que dispunha de 27 mil leitos, Puerto Iguazú (Argentina) possuía 8,3 mil leitos (Dieckow et al., 2018, p. 72).

Puerto Iguazú tem seu desenvolvimento polarizado por três funções que lhe são atribuídas, pois a cidade sempre foi considerada local de controle político-econômico da fronteira, devido à sua posição trinacional para a defesa do território de fronteira, a conservação da fauna e flora e facilidades de turismo, muitas vezes com tarefas e decisões superpostas e antagônicas (Dieckow et al., 2018, p.71-72). Assim, a dinâmica do desenvolvimento em Puerto Iguazú tem uma grande influência das iniciativas públicas, que, cada vez mais, têm buscado favorecer o investimento privado no ramo do turismo. Até o início dos anos 1970, a região do município esteve sob gestão do organismo nacional responsável pelos parques naturais, quando então a gestão da área urbana foi repassada para a municipalidade. Atualmente, observa-se a incidência de iniciativas e políticas governamentais nas diferentes esferas de governo (municipal, provincial e nacional), e, geralmente, iniciativas e políticas não convergentes: o município, com incidência limitada sobre seu território urbano, centrada na atividade turística; a província, com uma política de desenvolvimento econômico tipo enclave turístico na área denominada “600 hectares”; o governo nacional com a gestão do parque natural e de vasta área de uso militar. Nos anos 2000, parte da área militar, conhecida como *Dos Mil Hectareas* foi destinada para uso do município, que passou a ter uma ocupação desordenada adquirindo características periurbanas. A situação atual indica, portanto, o desenvolvimento de atividades agrícolas no município concentrada na área dos “2.000 hectares”, embora com escasso apoio público.

O abastecimento alimentar da população urbana tem sido provido por uma rede de pequenos mercados e supermercados locais. Os produtos de origem agrícola – frutas e hortaliças – que abastecem os supermercados, os restaurantes e hotéis têm sua origem no mercado central de abastecimento localizado na capital da província, Posadas, distante 300 quilômetros de Puerto Iguazú. Neste quadro, destacamos a iniciativa das Ferias francas, Movimiento Agrario Misionero (MAM) de constituição de espaços de comercialização direta de produtos agrícolas entre agricultores familiares e consumidores urbanos. Tendo iniciado no ano de 1995 – completado, portanto, 25 anos no ano de 2020 –, a iniciativa ganhou destaque no cenário nacional, inspirando iniciativas similares em outras províncias argentinas.

Na província de Misiones, região com 17 departamentos e 75 municípios (Argentina, 2021), as Ferias Francas tiveram início na cidade de Oberá, localizada a cerca de 300 quilômetros de Puerto Iguazú. Em um período de crise econômica e falta de perspectivas para os setores populares, a iniciativa

foi incentivada pelo MAM, histórica organização agrária provincial, e teve o apoio do órgão eclesial Cáritas. Em Puerto Iguazú, a Feria franca local iniciou no ano de 2004, tendo alcançado um ápice em torno de cem participantes no ano de 2009 e 2010, quando havia políticas governamentais de apoio mais efetivas, seja no âmbito provincial quanto nacional. Em uma entrevista exploratória conduzida com o agricultor familiar coordenador da Feria franca de Puerto Iguazú e com um técnico da secretaria nacional de agricultura familiar que acompanha a experiência, informam que, atualmente, em torno de uma dúzia de agricultores familiares participam da feira. Os interlocutores estimam em torno de 50 o número de agricultores familiares no município.

Expressão da realidade do município, pontuado anteriormente, o coordenador da feira enfatiza a falta de uma instância governamental municipal responsável para tratar dos temas rurais e agrícolas. A ênfase do poder público local está concentrada nas questões relativas ao turismo. Em decorrência, não há uma atuação planejada e permanente em relação aos temas que lhes afetam; as tratativas em relação às demandas existentes devem ser encaminhadas diretamente para o gabinete do prefeito. Mesmo havendo uma legislação municipal relativa às Ferias francas, o que exprime a importância da iniciativa no âmbito local, não há, por exemplo, uma secretaria municipal de agricultura, o que é identificado pelos interlocutores como uma lacuna importante. Em conclusão, podemos considerar que, historicamente, a planta urbana de Puerto Iguazú e seu entorno próximo apresentam uma produção agrícola de pouca expressão, tanto em termos de volume e diversidade de produtos como de agricultores envolvidos. A área do município é contida em fronteira com o parque nacional e com a área do Exército. A incorporação recente de nova área ao município, oriunda dos domínios militares – as *Dos Mil Hectareas* – tem o potencial para possibilitar a ampliação da relação da cidade com um espaço rural contíguo. Para tanto, o poder público municipal e as organizações sociais enraizadas no novo território poderiam empreender esforços para a construção de iniciativas de desenvolvimento na área. A Feria franca de Puerto Iguazu, como um espaço de articulação entre agricultores familiares da região para a comercialização de seus produtos, tem potencial para cumprir o papel de organização dos produtores e da produção da área periurbana agregada nas últimas duas décadas.

Por fim, cabe destacar outra feira presente na cidade, muito popular e difundida nos *sites* de internet e alvo da procura por turistas, mas que não tem agricultores entre os feirantes. A Asociación Feria de Iguazú, conhecida como Feirinha, está localizada no centro da cidade de Puerto Iguazú, con-

ta com cerca de 70 comerciantes locais em um prédio de propriedade do Parque Nacional, em que moradores e turistas podem encontrar queijos, doce-de-leite, embutidos, pães, vinhos, azeites, azeitonas, temperos, alfajor, artesanatos, entre outros produtos considerados tradicionais produtos argentinos (AI, 2021). A Feirinha funciona diariamente, pela manhã e à tarde.

As feiras de agricultores em Foz do Iguaçu – Brasil

Foz do Iguaçu, que tem um mercado amplo para a agricultura familiar comercializar seus produtos, conta com uma população de cerca de 260 mil habitantes, provenientes de 80 nacionalidades (PMFI, 2021). No município, a movimentação turística é substantiva e representa uma parte importante da economia local. Em 2019 passaram pelos portões da reserva mais de dois milhões de pessoas (ANP, 2021). Esta circulação de pessoas estimula que muitos agricultores se desloquem de municípios vizinhos para vender seus produtos nas diversas feiras locais organizadas na cidade.

De la Peña, Zimmermann e Eleutério (2020) apontam seis canais de comercialização utilizados pelos agricultores na cidade: (1) as compras públicas governamentais; (2) as feiras de agricultores; (3) as iniciativas apoiadas pelos consumidores; (4) as vendas diretas nas propriedades a consumidores e intermediários; (5) as vendas para o centro de abastecimento da Central de Abastecimento e (6) as vendas para pequenas e médias empresas, como minimercados, supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos relacionados ao turismo. Estes canais são acessados de forma individual ou associativa pelos agricultores em função de diferentes estratégias, adaptadas ao momento.

São oito feiras do município em que participam agricultores familiares, sendo sete espalhadas pelos bairros da cidade e uma no centro da cidade. Estas feiras operam de terça-feira a domingo, oferecendo oportunidades de lazer e de compras para os visitantes, bem como renda aos feirantes. Nas feiras são encontrados produtos coloniais, artesanatos e alimentos frescos. Conforme o pesquisador da Unioeste que atua com Extensão junto às feiras, além destas feiras, atualmente, outras três feiras são realizadas em condomínios residenciais de Foz do Iguaçu em um universo de 2.500 famílias, bem como outras duas feiras no interior das universidades (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e Universidade Federal da Integração Latina Americana – Unila).

De acordo com o Prefeito Chico Brasileiro, “as feiras livres de Foz do Iguaçu são também pontos turísticos muito famosos da cidade, [...] e tam-

bém um espaço saudável onde famílias iguaçuenses chegam para passar momentos agradáveis [...]” (PC, 2021). A feira da Avenida Juscelino Kubitschek ocorre aos domingos, com quase 3 mil m² para barracas de artesanatos, trailers de alimentação e quiosques, um local no qual, em poucos passos, é possível degustar desde a culinária chinesa aos tradicionais produtos árabes.

Entre as feiras do município, duas delas são consideradas agroecológicas. A Feira da Vila A ocorre no espaço do Gramadão da Itaipu, às sextas-feiras, e conta com frutas, verduras e plantas alimentares não convencionais (H2Foz, 2021). Um agricultor entrevistado explica que em 2018 contava com 20 produtores de Foz do Iguaçu e de municípios da região; contudo, devido à pandemia da Covid-19, houve uma redução para 8 feirantes. A Feira do Terminal de Transporte Urbano de Foz teve início em março de 2019, ocorre de segunda a sexta-feira, e conta com uma diversidade de produtos (pães, doces, salames, compotas, verduras, legumes, bebidas coloniais e produtos da piscicultura) da agricultura familiar (CF, 2019). De acordo com o Secretário de Agricultura do Município, o objetivo das feiras agroecológicas é disponibilizar aos consumidores produtos com certificação orgânica e agroecológica, que derivou de uma iniciativa de assistência técnica oferecida na cidade, que integra ações de cooperação com a Itaipu Binacional, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e cooperativas de agricultores familiares (H2Foz, 2021).

De acordo com o ex-Diretor da Coafaso, as feiras representam um importante canal de acesso ao mercado pelos agricultores. Ele relata uma experiência desafiadora de loja permanente criada pela Associação dos Produtores Rurais Familiares de Foz do Iguaçu (Aproffoz), que fechou em 2017, representando a perda de um importante canal de comercialização de produtos orgânicos no município (Scarpari; Zimmermann, 2021). O ex-Diretor da Coafaso entende que a priorização da venda direta pelos agricultores, casa em casa e nas feiras, sem passar por estruturas como associação ou cooperativa, ocorre para evitar os custos vinculados a estruturas coletivas.

Conforme o técnico e o agricultor entrevistados na pesquisa, atualmente cerca de 20 agricultores familiares estão envolvidos nas feiras de Foz do Iguaçu. O agricultor relata que participa de três feiras durante a semana e comercializa 40 % do total de sua produção familiar. Comentou estar satisfeito com a renda total obtida na produção de hortícolas e demais produtos, como conservas, e destacou, “a horta melhorou minha qualidade de vida, tanto no trabalho quanto no que estou consumindo”. Dentre as dificuldades, mencionou a necessidade de planejar melhor a produção, diminuindo problemas de

sazonalidade na oferta de produtos e a necessidade de maior oferta de água para atender à demanda de produção instalada por meio da irrigação.

Por sua vez, para o técnico que atende os agricultores feirantes entrevistado na pesquisa, dentre as dificuldades mencionou a logística das feiras, com destaque no que se refere ao guardar as barracas utilizadas pelos feirantes. Ele entende que seria adequado a existência de uma Central das Feiras, a qual poderia viabilizar feiras itinerantes e, com isso, disponibilizar os produtos também nos bairros. Assim, as feiras agroecológicas poderiam “fazer o social”, permitindo que os produtos possam chegar a mais bairros de Foz do Iguaçu. Destacamos que parte dos agricultores do município está na expectativa pela conclusão do Mercado Público – um espaço que está na fase final das obras, um empreendimento que visa a atrair mais investimentos e gerar renda para os produtores e empreendedores do município. Um entrevistado menciona: “não enxergamos como atuar mais com lojas, mas sonhamos com o Mercado Municipal de Foz do Iguaçu” (Entrevista com ex-Diretor da Coafaso).

Com a chegada da pandemia da Covid-19, as vendas diretas dos produtores às famílias e aos intermediários aumentaram consideravelmente, assim como os serviços de entrega realizados pelos próprios agricultores ou por intermediários também se tornaram particularmente fortes (De La Peña; Zimmermann; Eleutério, 2020). As medidas sanitárias de controle e prevenção para o enfrentamento do Coronavírus, publicadas pela Prefeitura Municipal, determinaram a suspensão de eventos e atividades que levassem a aglomerações de pessoas em março de 2020. Diante disso, houve paralisação das atividades das feiras livres, que foram retomadas em julho de 2020, de forma lenta, entre os agricultores.

A feira em Ciudad del Este – Paraguai

Ciudad del Este, capital do Departamento de Alto Paraná – Paraguai, possui uma população estimada em 306.679 habitantes em 2021, que chega a 589.266 pessoas na chamada Região Metropolitana de Ciudad del Este, que também engloba os municípios de Presidente Franco, Hernandarias e Minga Guazú, sendo a segunda maior aglomeração urbana do Paraguai (INE, 2021). Além da sua população, circulam em Ciudad del Este um número expressivo de estrangeiros, principalmente brasileiros, que diariamente vão em busca de um conjunto variado de mercadorias (Pereira, 2019). Diferentemente de Foz do Iguaçu e de Puerto Iguazu, que são locais de estadia de turistas, Ciudad del Este é predominantemente um destino “bate e volta” (Rabossi, 2015), dado

que os estrangeiros passam algumas poucas horas no comércio e retornam ou para o lado brasileiro ou para o lado argentino.

A Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná teve seu início em fevereiro de 1997 em Ciudad del Este. Conforme comentado por um dirigente, no início havia pouca produção e participavam 8 distritos, 25 comitês e por volta de 230 agricultores associados. Entre as motivações da sua criação estava a crise econômica no setor campesino, sobretudo em virtude de problemas com o cultivo e comércio do algodão, deixando os agricultores sem uma fonte de renda. Foi então que, a partir de diferentes mobilizações sociais, iniciou-se o debate sobre a construção de um espaço de venda direta da produção de hortigranjeiros aos consumidores: “Nós trabalhamos na propriedade, trabalhamos na feira e comercializamos nossos produtos de forma direta, sem intermediários. Somos produtores e nos consideramos também comerciantes” (Entrevista com agricultor dirigente da Central).

Com o passar do tempo, os agricultores começaram a diversificar a produção para atender à demanda dos consumidores urbanos. Atualmente, em termos de produtos, há uma grande variedade, sendo comercializados semanalmente mais de 80 produtos, incluindo verduras, legumes, frutas, mandioca, abóbora, moranga, batata, feijão, amendoim, milho, carnes (bovina, suína, de aves, cabra, ovelha, peixe), ovos, leite, chás, produtos processados (farinhas, queijos, doces), entre outros. Além do espaço de venda dos produtos, desde 2015 há a Praça de Comidas Típicas, que dispõe de uma grande variedade de alimentos tradicionais do Paraguai, e que utiliza como ingredientes a produção dos agricultores feirantes. Segundo o dirigente entrevistado, há produtores rurais de 18 dos 22 distritos do Departamento de Alto Paraná. Entre 380 e 420 agricultores participam semanalmente da feira que ocorre na Central, sendo que “varia dependendo da produção, do clima. Normalmente, de abril a setembro há muitas produções e, depois, com altas temperaturas e quando há estiagem, a produção diminui e o número de feirantes é reduzido” (Entrevista com agricultor dirigente da Central).

A feira está localizada atrás do terminal de ônibus de Ciudad del Este, o que favorece a circulação de consumidores. A estimativa da direção da Central é de que circulem na feira por volta de 12 mil consumidores por semana. Ela inicia semanalmente na quarta-feira às 7 horas da manhã e vai até sexta-feira ao meio-dia, sendo fechada por volta das 20h e retomando no dia seguinte por volta das 7h. A Central contou, em diferentes momentos, com o apoio da prefeitura municipal, departamento, Ministério da Agricultura e Pecuária (Ministério de Agricultura y Ganadería – MAG) e da Itaipu Paraguai.

Em termos organizativos, os agricultores integram comitês, e estes comitês formam uma associação distrital. A Central tem sua gestão composta pelos representantes das 18 associações distritais, além de um Conselho Diretivo com oito membros, Tribunal de Conduta, Tribunal de Contas e Comitê de Mulheres (a cargo da Praça de Comidas Típicas) (Peralta, 2016). “Diferentes organizações formam a feira, de 18 distritos do Departamento, e cada uma vem com seus respectivos líderes, alguns caciques, como os chamamos, e são vários conflitos, mas a necessidade nos obriga a ser capaz de nos organizar”, comenta o agricultor dirigente da Central. No local, os preços são padronizados, evitando uma concorrência entre agricultores ou uma inflação aos consumidores, podendo haver uma redução se a qualidade do produto for inferior ou quando as atividades na feira estão sendo finalizadas.

Em suma, a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná se mantém como um importante espaço de comercialização de um conjunto muito variado de produtos agroalimentares, cuja relação ocorre de maneira direta entre agricultores e consumidores. A Praça de Comidas Típicas oferece aos visitantes uma diversidade de pratos tradicionais da culinária paraguaia, com ingredientes dos próprios feirantes. Além disso, a maior parte das famílias campesinas feirantes tem na feira a sua principal fonte de renda, sendo um espaço chave para reprodução social deste grupo.

Contudo, vários problemas afetam os agricultores, e melhorias são necessárias, como a falta de políticas (crédito, assistência técnica, seguro) focalizadas à agricultura familiar campesina (apesar de receberem apoio técnico do MAG, é insuficiente); predominância de monocultivos no Departamento de Alto Paraná (que afeta diretamente a produção dos feirantes); melhoria dos espaços da Central e construção de um alojamento aos feirantes (muitos deles dormem entre quarta e sexta-feira no próprio espaço de comercialização); ingresso de alimentos do estrangeiro via contrabando (concorrendo diretamente com os produtos da feira) (Red Rural, 2016).

Com a pandemia a feira não paralisou suas atividades, mas foi intensificado o acompanhamento das autoridades em relação aos temas sanitários. O fechamento da fronteira com Brasil e Argentina foi positivo aos agricultores feirantes porque reduziu o contrabando de alimentos oriundos desses países, abrandando a competição com os produtos da feira:

No Paraguai, 75 a 80 % dos alimentos que estão no mercado de abastecimento, supermercado, são de origem estrangeira. Então, durante a pandemia não havia mais a possibilidade de entrada de produtos de origem estrangeira e pessoas do mercado de abastecimento e supermercado usam nossa feira para fazer sua compra para revenda. (Entrevista com agricultor dirigente da Central).

Além da pressão dos agricultores feirantes para manutenção da feira durante a pandemia, sem o ingresso de produtos alimentares do exterior, ocorreu “uma necessidade enorme de fornecimento de produtos, de alimentos, para as pessoas que moram na cidade”. Entretanto, com o fechamento da fronteira, faltaram sementes, pois o Paraguai não dispõe de produção de sementes de frutas e verduras, e assim não podiam importá-las do Brasil, China, Japão, Chile e Argentina.

Os limites e possibilidades das feiras de agricultores na Tríplice Fronteira

As realidades das feiras descritas são específicas, sendo resultado de diferentes processos, assentados em contextos nacionais. Mais do que “forçar” uma visão de unidade entre elas, o que não existe por ora, esta seção busca esboçar elementos que compõem diferenças e similaridades entre as feiras estudadas. A ideia é refletir sobre os desafios e possibilidades presentes nas três feiras em tela, para sua manutenção, ampliação e articulação, dada a relevância das feiras nos sistemas agroalimentares e circuitos curtos.

O lugar das feiras entre as estratégias dos agricultores

Na Argentina, existe uma grande diferença do peso que as feiras têm na província de Misiones e o peso que têm na cidade de Puerto Iguazu. A cidade tem poucos agricultores, mas é um centro turístico regional, com potencial para a comercialização dos alimentos. Já houve um período em que as feiras eram mais expressivas na cidade. Contudo, além da atual ausência de políticas de estímulo às feiras, é relatado que os agricultores passaram a priorizar outros canais de comercialização, como as entregas diretas aos consumidores, em restaurantes, em mercados e nos hotéis da cidade, o que reduziu ainda mais os agricultores nas feiras, os produtos ofertados e, conseqüentemente, os consumidores que passam por lá.

Em Foz do Iguaçu, as feiras são pulverizadas. Mesmo que não tenham tanta expressão em termos de quantidades e valores comercializados frente às diferentes redes de supermercados nacionais e regionais que há no Município, a central de abastecimento e os demais mercados informais (contrabando), elas têm tradição na cidade (Raggi, 2017). Foram regulamentadas em 2008, logo depois da criação da Secretaria Municipal de Agricultura, órgão que passou a prestar assistência técnica aos agricultores

que comercializam nestes espaços. O município que mais veicula o tema das feiras em seus jornais locais é Foz do Iguaçu, com textos motivadores para moradores e turistas visitarem as feiras locais, comentários sobre preço, horário de funcionamento, entre outras informações. Assim como em Puerto Iguazu, os agricultores de Foz do Iguaçu têm outros canais de entrega dos produtos, como restaurantes, pequenos mercados e hotéis, e nem sempre as feiras são prioridade. Além disso, a realidade de alguns feirantes em Foz do Iguaçu que são neo-rurais, e detém outras rendas, resulta em uma produção menos diversificada em relação às feiras dos demais municípios.

A Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná é um importante mercado de alimentos em Ciudad del Este, atraindo um número significativo de consumidores, sendo o principal local de entrega dos produtos pelos agricultores, que permanecem três dias no local. É também um espaço fechado, portanto abrigado do frio e da chuva, mesmo que com certa precariedade, o que permite funcionamento ao longo de todo o dia. Nas proximidades do terminal de ônibus da cidade há grande movimentação de pessoas, o que sem dúvida contribui para uma dinâmica integrada à circulação da população no município. É uma feira mais rústica, em que vemos os agricultores debulhando o milho, o feijão e a ervilha para ensacar conforme a demanda do cliente; também vemos o descasque da mandioca, a farinha sendo peneirada e ensacada na quantidade pedida, enfim, parte do processamento ocorre na feira, já que os agricultores vivem parte da semana no local. Notamos que o foco nesta feira é a alimentação para a população, e a criação da praça de alimentação reforça este aspecto, ofertando produtos tradicionais e em porções generosas para os consumidores, como a chipa, o *chorizo* e a sopa paraguaia. No lado brasileiro e no lado argentino, vemos que as feiras ofertam outros produtos e serviços com foco também nos turistas, como o artesanato e atividades culturais.

Organização dos feirantes e dinâmica de funcionamento das feiras

Em Puerto Iguazu a organização dos feirantes locais é vinculada à organização provincial “Interferias”, que conecta cerca de 1.200 feirantes de 38 municípios, e faz reuniões de tempos em tempos com representantes das feiras, para tratar de temas variados. Foi a partir desta organização dos feirantes que teve origem a *Ley Regulación y Funcionamiento de Ferias Francas*, em 2019, da Província de Misiones. Conforme o representante da associação

entrevistado, não se tem recursos para trabalhar com a organização das feiras, e ao dedicar mais tempo à associação, se tem menos tempo para trabalhar na produção. É nos dias das feiras, que são semanais, que os feirantes aproveitam para discutir questões e demandas a serem apresentadas nos encontros dos representantes na “Interferias”.

Em Foz do Iguaçu, as feiras são regulamentadas pela Prefeitura Municipal, sendo administradas pela Fundação Cultural, Secretaria da Fazenda, Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento (Raggi, 2017). Na pesquisa, não encontramos uma associação de feirantes, mas houve menção à Aproffoz e à Coafaso, com produtores que comercializam nas feiras, o que demonstra uma ação bem mais individualizada dos agricultores. As feiras são semanais, ocorrendo em diferentes pontos da cidade, não sendo relatado evento que integre todos os feirantes.

Sem dúvida, a Central de Ciudad del Este, entre as demais analisadas, é a realidade que tem maior organização e engajamento de agricultores, composta por representantes de 18 distritos do Alto Paraná, com conselho diretivo, tribunal de contas, de conduta e comitê de mulheres, este último responsável pela Praça de Alimentação. Por um lado, a convivência durante três dias consecutivos semanalmente pelos feirantes e familiares seguramente contribui para a constituição de uma identidade coletiva desses agricultores e consensos de demandas, o que não significa ausência de conflitos. Por outro lado, é fato que nem todos os associados participam toda a semana, o que permite certo “rodízio” entre eles.

Nos três casos, notamos que as feiras, com dias definidos, é um modelo de circuito curto que tem funcionado para os agricultores locais, e que experiências mais permanentes ainda são desafiadoras. A experiência da Aproffoz em criar uma loja aberta continuamente esbarrou na dificuldade de manter a oferta dos produtos, as entregas constantes, sugerindo a necessidade de assistência técnica para planejamento da produção, logística, mas também de compromisso dos agricultores com este novo modelo de mercado a ser explorado. Há dúvida se o Mercado Municipal, que está para ser aberto em Foz do Iguaçu, também sofrerá com esses problemas.

Políticas públicas – assistência técnica, financiamento e divulgação

Ao longo da história da Feria franca de Puerto Iguazu, o apoio provincial sempre foi o mais significativo para sua estruturação e manutenção, e as mudanças governamentais no nível central resultam no momento atual vivido pela feira: “A política, de acordo com um governo ou outro, muda, e

os recursos mudam” (Entrevista com agricultor coordenador da Feira franca). O espaço ocupado pela feira e equipamentos de que dispõem provém de doação Municipal e Nacional, contudo enfrentam dificuldades para a manutenção do espaço. Apesar da permanência do Programa Cambio Rural que havia contribuído com a feira local, este não conta mais com os mesmos recursos, e a assistência técnica foi reduzida. A despeito da boa relação com o Prefeito Municipal, a Carta Orgânica do Município não trata de questões voltadas à agricultura e abastecimento alimentar, o que dificulta muito a liberação de recursos e atendimento dos agricultores, segundo um entrevistado, sendo que “Tudo tem que vir da Província e da Agricultura Familiar do estado” (Entrevista com técnico das Ferias francas). O mesmo entrevistado comenta que, entre os demais municípios que participam do “Interferias”, a maioria tem órgão específico para tratar da agricultura, mas Puerto Iguazu não goza desta realidade pelo enfoque dado ao turismo.

Em Foz do Iguaçu, parte do trabalho de administração das feiras desde 2020 é tarefa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, a partir da fusão da antiga Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento e da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos. A Secretaria atua na oferta de assistência técnica aos agricultores feirantes, iniciada a partir de um convênio com o Capa; contudo, a não renovação do convênio há mais de um ano deixou parte dos agricultores desassistidos, sobretudo os produtores agroecológicos.

Em Ciudad del Este, a feira recebe o apoio da prefeitura municipal, do departamento, do MAG e da Itaipu Paraguai. Inclusive o galpão em que se iniciou a feira foi cedido pela Câmara Municipal, incorporando logo depois mais dois galpões. Para além das limitações no âmbito de políticas públicas já mencionadas, somam-se outras, que afetam não apenas os feirantes, mas muitos pequenos agricultores familiares no Paraguai: i) falta de políticas focalizadas ao setor e voltadas ao acesso à terra, dado que muitos feirantes têm até 5 hectares; ii) o modelo de produção do agronegócio que circunda as propriedades, dissociado da cultura produtiva dos camponeses paraguaios; iii) desvalorização e exclusão do pequeno produtor rural; iv) necessidade de apoio técnico para agregar valor aos produtos; v) necessidade de fortalecimento e apoio ao sistema de produção e comercialização realizado pelos agricultores (Peralta, 2016). Nota-se que a municipalidade de Ciudad del Este não dispõe de um órgão específico para tratar da agricultura e abastecimento alimentar.

Considerações finais

A primeira questão que destacamos é a dimensão organizacional. Nas feiras de agricultores estudadas, entre os feirantes e mesmo entre as feiras, a organização é diversa, e demonstra potencial para ser qualificada nos três municípios. Em Foz do Iguaçu, notamos um baixo protagonismo dos agricultores em termos de organização, tendo ações muito individualizadas. Neste sentido, entendemos que uma assistência técnica orientada para a organização social contribuiria para a troca de experiências e aprendizado entre os agricultores, além de garantir maior força política para a defesa dos interesses dos feirantes.

A segunda questão que destacamos é a reduzida expressividade de políticas públicas para a promoção das feiras de agricultores na região da tríplice fronteira. Dois dos três municípios sequer têm uma estrutura na administração municipal voltada à agricultura e abastecimento alimentar. Nas três realidades, é mencionada a insuficiência de assistência técnica e disponibilidade de crédito para produção, processamento e comercialização dos alimentos. Percebemos, ainda, a falta de informações, como diagnósticos da realidade produtiva nas cidades estudadas, que identifiquem a produção dos agricultores e as demandas dos consumidores. Ademais, é necessária a identificação e descrição dos mecanismos utilizados pelos agricultores em suas diferentes estratégias na relação com os mercados locais. Neste sentido, entendemos que, nas três municipalidades, as possibilidades de expansão das feiras de agricultores dependem de uma ação mais presente e substantiva do papel do Estado por meio de políticas públicas, sejam estas de crédito, assistência técnica ou mesmo na comunicação e divulgação destes espaços.

As experiências analisadas mostram que existe nos municípios uma parcela significativa de consumidores que poderiam ser mais bem atendidos pelas feiras nos três municípios, seja nos diferentes bairros das cidades, seja quanto ao público do turismo. Neste sentido, entendemos que existe um enorme potencial a ser explorado pelas políticas públicas locais, para ampliar e divulgar as feiras entre a população e os turistas, o que resultaria em maior geração de trabalho e renda para os agricultores locais (e da região), bem como os serviços vinculados, potencializando a economia de proximidade, tão destacada nos sistemas agroalimentares locais.

Por fim, perpassando questões organizacionais e de políticas públicas, identificamos a ausência de uma ação integrada entre as três municipalidades para pensar e agir no sentido de um sistema agroalimentar localizado, para além das fronteiras político-administrativas. Entendemos haver um grande

potencial em uma ação coordenada entre as diferentes governabilidades, estimulando a população local e os turistas a frequentar as diferentes feiras nos três municípios, podendo resultar em ganhos para todo o território da fronteira.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ (ANP). Foz do Iguaçu atrai 33,6 mil turistas nos primeiros dias de 2021 [on-line]. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=110360>.

ARAÚJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.

ARGENTINA. *Municipios de Misiones*. [on-line]. 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/misiones/municipios>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ATRATIVOS IGUAZU (AI). *Atractivos paseo de compras, feirinha Iguazú* [on-line]. 2021. Disponível em: <https://www.atractivosiguazu.com/acati-asociacion-civil-atractivos-turisticos-iguazu-atractivos-paseo-de-compras-feria-iguazu.php#.YUibZFKjIX>.

BOUCHER, F. De la air los SIAL: reflexiones, retos y desafíos en America Latina. In: BOUCHER, F.; ORTEGA, A. E.; LEGLISE, M. R. P. (org.). *Sistemas agroalimentarios localizados en America Latina – alternativas para el desarrollo territorial*. Ciudad de Mexico: Maporrua, 2012.

DE LA PENÁ, A.; ZIMMERMANN, S.; ELEUTÉRIO, A. A. Food systems, food policies and family farming under Covid-19 in a southern Brazilian City. *Human Organization*, v. 79, n. 4, p. 323-332, 2020.

DIECKOW, L. M.; ALONSO, M. A.; LANSSE, E. A.; PUENTE, A. E.; VARISCO, C. *Los destinos turísticos naturales y culturales de Argentina*. Casos en estudio, primera parte. Cuadernos de cátedra. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 2018, 215 p.

PORTAL DA CIDADE (PC). *Feiras livres de Foz do Iguaçu aliam riqueza cultural com geração de renda*. 2021 [On line]. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/feiras-livres-de-foz-do-iguacu-aliam-riqueza-cultural-com-geracao-de-renda-5634>.

CLICKFOZ (CF). *Feira Agroecológica é inaugurada no terminal de Transporte Urbano de Foz*. 2019 [on-line]. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/feira-agroecologica-e-inaugurada-no-terminal-de-transporte-urbano-de-foz/>.

FREGUIN-GRESH, S.; CORTES, G. Estratégias e práticas alimentares de famílias agrícolas multilocalizadas e os papéis das políticas públicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 5-20, 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOLDSBERG, C. *Agricultura familiar*: ferias de la agricultura familiar en la Argentina. 1 ed. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). *Mapas temáticos Censo 2010, Provincia de Misiones por departamento*. Densidad de población. 2010 [on-line]. Disponível em: https://sig.indec.gob.ar/censo2010/?_ga=2.58264938.1567405063.1632170084-1877070064.1632170084. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). *Alto Paraná, Proyecciones de población por sexo y edad en 2021* [on-line]. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/publication-single.php?codec=MTUy>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MALUF, R. S. J.; REIS, M. C. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. *Segurança Alimentar e Nutricional*: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 43-67.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1, 2004.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MCMICHAEL, P. *Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias*. La Paz: Tierra, 2016. (Série Cambios Agrarios y Estudios del Campesinado).

H2FOZ. *Mercado Público*: comunidade ganha mais tempo para participar da consulta pública. 2021 [on-line]. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/economia/mercado-publico-comunidade-ganha-mais-tempo-para-participar-da-consulta-publica/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PERALTA, R. E. B. *Productores y feriantes agroecológicos*: estudio de caso sobre beneficios socioeconómicos y ambientales por el uso del enfoque agroecológico en unidades productivas del Paraguay. Proyecto Alianza por la Agroecológica, Plataforma Latinoamericana para el desarrollo rural. Red Rural, Paraguay, 2016.

PEREIRA, C. M. O Comércio fronteiriço entre Foz do Iguaçu-BR e Ciudad del Este-PY: uma análise a partir da perspectiva de consumo dos moradores locais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). *A cidade*. 2021 [on-line]. Disponível em: <https://www5.pmf.pr.gov.br/cidade/#next>. Acesso em: 15 nov. 2021.

QUEIROZ, S. S.; DE GRANDI, A. M.; PLEIN, C. Estrutura intelectual da produção científica sobre mercados de agricultores e sistemas agroalimentares locais: uma análise à luz das cocitações. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 113-141, 2021.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 405-434, 2015.

RAGGI, L. B. *A feira livre na cidade de Foz do Iguaçu-PR*: genealogia e regulamentação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança

- Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2017. 51p.
- RED RURAL. A Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros no Paraguai. *Revista Agrícolas*, v. 13, n. 3, 2016.
- SANTOS, M. O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, 2005.
- SCARPARI, K. A.; ZIMMERMANN, S. A. Agroecologia. *Revista Campo-Território*, v. 16, n. 41, p. 20-42, 2021.
- SILVA, G. P.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. A constituição do SIAL (Sistema Agroalimentar Localizado) de São Francisco de Assis (RS) a partir de estratégias locais e políticas públicas. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 3, p. 302-317, 2015.
- SOUZA, E. B. C. O turismo como integrador regional em cidades trigêmeas: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 2, p. 355-371, 2017. dx.doi.org/10.154467rcdg.v26n2.56843.
- STEFANUTTI, P. *Das feiras às culturas alimentares (no plural) da tríplice fronteira*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Università degli Studi di Roma Tor Vergata, Foz do Iguaçu, 2020, 325 p.
- VERANO, T. C.; MEDINA, G. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 197-218, 2021.
- WILKINSON J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; PGDR, 2008.

Processos de intercooperação de produtores e consumidores: estratégias para a expansão de sistemas alimentares sustentáveis¹

Marcos Catelli Rocha
Fábio Luiz Búrigo
Anderson Luiz Romão
Ademir Antonio Cazella
Adevan da Silva Pugas

A constituição do Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol) no Sul do país, em meados dos anos 1990, teve como

¹ Este trabalho está inserido em um conjunto de pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No final de 2018, o Lemate aprovou um projeto na chamada pública CNPq/SESCOOP 007/2018 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo. Esse projeto analisa os programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu, relacionando-os com os mecanismos de governança das cooperativas, especialmente em relação à organização do quadro social, resultados socioeconômicos e ambientais e na expansão da cultura cooperativista. Este capítulo discute alguns resultados desse projeto.

objetivo principal criar um instrumento de acesso ao crédito rural por parte de agricultores familiares excluídos dessa política pública. A proposta consistiu em valorizar agricultores familiares que enfrentavam um crescente processo de exclusão social e econômica. Na época, as políticas de crédito rural oficial favoreciam, quase que exclusivamente, agricultores integrados aos mercados, mais capitalizados e capazes de adotar os sistemas produtivos promovidos pelo processo de modernização da agricultura brasileira. A criação das cooperativas Cresol teve também como vetor a possibilidade de prestar atendimento a outras demandas financeiras dos agricultores familiares e das populações de pequenos municípios do interior do país que, geralmente, não dispunham de serviços bancários adequados. Essa vertente do cooperativismo se fortaleceu a partir do surgimento de uma nova geração de políticas favoráveis à agricultura familiar e ações de desenvolvimento rural, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e demais medidas governamentais impulsionadas, entre os anos 2000 e 2016, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com esse ambiente sociopolítico favorável, e demonstrando notável capacidade de governança, o Sistema Cresol se consolidou inicialmente nos pequenos municípios do Sul do Brasil e, depois de alguns anos, expandiu suas unidades às demais regiões do país. Atualmente, o Sistema Cresol é formado por uma confederação (organização cooperativa de 3º grau), quatro centrais (2º grau) e 75 cooperativas singulares (1º grau) e 625 agências de atendimento. Seu quadro social é composto por aproximadamente 620 mil cooperados, distribuídos em mais de 2.100 municípios de 25 estados da Federação (Cresol Confederação, 2020). A cooperativa de 1º grau, objeto deste estudo – Cresol Vale Europeu (CVE) –, foi constituída no final de 2018, por meio de um processo de união de cinco singulares já existentes nos municípios catarinenses de Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröder² (Figura 1).

² Juridicamente, o processo que deu origem à Cresol Vale Europeu foi uma incorporação. Porém, para facilitar o entendimento e a discussão entre os cooperados, esse processo foi denominado internamente como um movimento de união. A partir daqui, quando esse tema vier à tona será tratado como união, visto que, na opinião dos autores, representa melhor o que ocorreu em termos sociopolíticos.

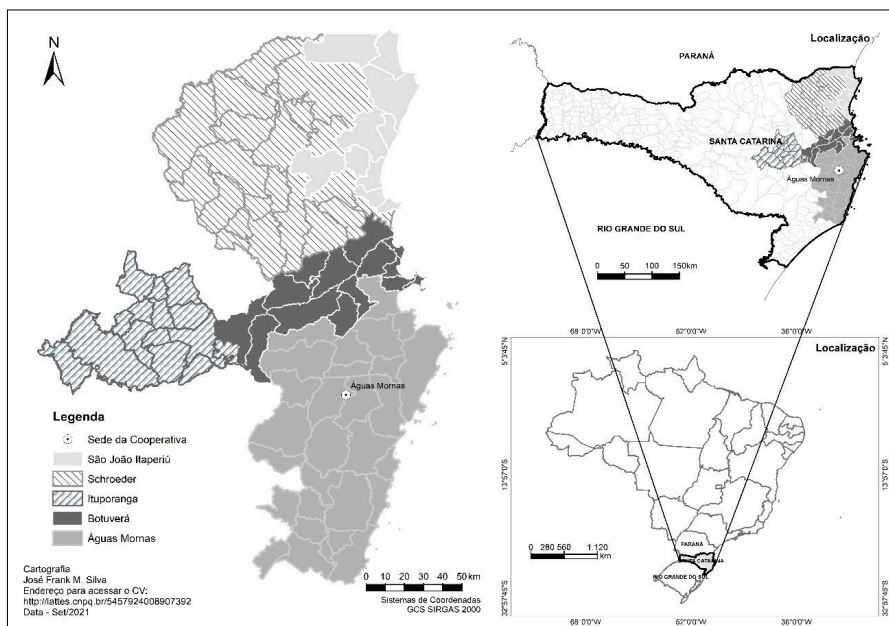


Figura 1 – Área de abrangência da Cresol Vale Europeu.

Fontes: IBGE; Cresol Vale Europeu. Elaboração dos mapas: José Frank M. Silva.

O processo de união representou uma nova orientação da governança do Sistema Cresol com o propósito de diminuir custos operacionais e aumentar a competitividade financeira de suas filiadas. Essa estratégia fez com que a nova cooperativa nascesse com um porte considerável, tendo em conta os padrões econômicos e sociais do Sistema Cresol. Após a sua constituição, a CVE continuou demonstrando capacidade de expansão, fazendo com que suas agências alcancem atualmente em torno de 100 municípios, a maioria situados próximo a núcleos urbanos do litoral do estado de Santa Catarina, com destaque para Florianópolis, Joinville e Blumenau (Tabela 1).³

³ Dos 103 municípios atendidos pela CVE, 87 são de Santa Catarina, um do Paraná (município limítrofe à Santa Catarina) e 15 do Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, a antiga Cresol Águas Mornas passou a atuar no estado em 2014, após uma articulação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) visando à expansão do cooperativismo solidário da agricultura familiar nesta unidade da federação. Após a união, a CVE assumiu o gerenciamento dessas unidades localizadas fora de Santa Catarina.

Tabela 1
Informações socioeconômicas da Cresol Vale Europeu (2018-2020)

Item / Ano	2018	2019	2020
Municípios atendidos	95	95	103
Agências	32	33	34
Associados – mil	23	26	26
Patrimônio de referência – R\$ milhões	54,1	68,2	88
Depósitos totais – R\$ milhões	220,9	251,6	367
Resultado financeiro – R\$ milhões	3,28	4,9	8,8
Recursos administrados totais – R\$ milhões	430	520	714

Fonte: Relatório de Atividades e Balanço Social 2018; 2019; 2020. Adaptado pelos autores.

Fiel à sua origem ligada aos agricultores familiares, uma das carteiras que mais se expandiu nos últimos anos, tanto nas antigas cooperativas quanto na CVE, foi a de empréstimos destinados ao crédito rural. Entre 2014 e 2018, essas cooperativas ampliaram o número de contratos e o montante de financiamentos rurais, atingindo a marca de R\$ 248 milhões no total. A maioria desses contratos era vinculada às linhas do Pronaf, com quase 91 % do total, demonstrando sua capacidade de penetração junto ao público que constituiu a base social do Sistema Cresol (Rocha, 2020). Chama atenção, no entanto, que do total das 8.928 operações contratadas por intermédio dessas cinco cooperativas, somente 17 (0,19 %) concerniu ao subprograma Pronaf Agroecologia. No plano nacional, o baixo percentual de acesso a esse subprograma já foi registrado por outros estudos, indicando como o Pronaf tem se caracterizado por ações de apoio à agricultura convencional, se limitando a fazer “mais do mesmo”⁴ (Grisa; Wesz Jr.; Buchweitz, 2014; Búrigo et al., 2021; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). No caso da Cooperativa Vale Europeu, essa situação revela uma baixa consonância em relação às novidades sociotécnicas que vêm sendo implementadas na sua base de atuação. Ou seja, em que pese críticas crescentes sobre a falta de sustentabilidade dos sistemas agropecuários financiados pela política oficial de crédito rural, mesmo organizações financeiras com maior inserção social, a exemplo dessa Cooperativa, demonstram uma elevada “dependência da trajetória” (Mahoney, 2000) do

⁴ Termo empregado originalmente por Schejtman e Berdegué (2004) para simbolizar a ideia “de que as políticas públicas para as zonas rurais têm dificuldades de romper com a tradição agrícola e, no interior desse setor, com as cadeias produtivas tradicionais” (Cazella; Búrigo, 2013 p. 302).

modelo produtivista de desenvolvimento agrícola, em detrimento de valores contemporâneos da sustentabilidade.

Transformações estruturais que busquem promover a sustentabilidade relacionada aos sistemas alimentares dependem de mudanças nas políticas públicas, em especial naquelas correlacionadas ao crédito rural e à capacidade de organização de produtores e consumidores envolvidos. Os municípios atendidos pela CVE contam com uma crescente demanda por alimentos mais saudáveis, o que tem levado ao surgimento de formas inovadoras de articulação entre agricultores familiares e consumidores de produtos orgânicos e agroecológicos, a exemplo das Células de Consumidores Responsáveis (CCR), experiência que procura conectar consumidores e produtores agroecológicos da região da Grande Florianópolis (SC).

Esse quadro embasou o problema de pesquisa discutido neste capítulo, que buscou analisar como as políticas de crédito rural foram operadas nos últimos anos pela Cooperativa Vale Europeu, demonstrando uma deficitária sintonia com o crescimento de sistemas produtivos agroecológicos ou de base orgânica e as transformações nos hábitos de consumo da população urbana, presentes em sua área de abrangência. Em termos específicos buscou-se avaliar em que medida novos processos de intercooperação⁵ podem ser gerados de forma a solucionar possíveis entraves sociotécnicos⁶ entre a oferta e a demanda de crédito e, desse modo, melhor alinhar suas operações aos preceitos da sustentabilidade, de forma a propiciar tanto a expansão quanto a visibilidade das operações creditícias que dão suporte a sistemas alimentares agroecológicos.

Para tanto, foram acessadas informações da carteira de crédito rural das cinco cooperativas, referente ao período 2014-2018.⁷ A maior parte das informações disponibilizadas pelo Sistema Cresol foi organizada e sistematizada com apoio de planilhas Excel. Como parte da análise qualitativa do estudo, foram realizadas 33 entrevistas semiestruturadas, as quais contemplaram profissionais envolvidos com o trabalho de assistência técnica a agricultores,

⁵ A intercooperação figura como um dos princípios universais do cooperativismo. Ela pode ser entendida como o resultado de distintos processos de cooperação estabelecidos entre organizações associativas, cooperativas ou outras formas de ação coletiva.

⁶ Neste trabalho, o termo sociotécnicos faz referência ao conjunto de práticas sociais, tecnológicas, institucionais e culturais que envolvem o processo de produção agropecuária, o uso do crédito rural e a comercialização de alimentos. Para mais informações sobre as questões sociotécnicas no meio rural, ver Medeiros e Cazella (2016).

⁷ Os dados das carteiras de crédito foram obtidos durante a primeira etapa da pesquisa de campo, realizada em 2018 e 2019. Os autores tiveram dificuldade de agregar dados dos anos seguintes, pois a pandemia do Covid-19 limitou as atividades de campo e restringiu o acesso físico à sede da Cooperativa.

gestores e colaboradores (funcionários) da CVE, agentes de desenvolvimento comunitário e agricultores. O público das entrevistas foi circunscrito a um território amostral que contemplou a sede das antigas cinco cooperativas e entorno, podendo ser caracterizada como uma amostra induzida. Para reforçar a análise, buscou-se também ouvir lideranças e agricultores que atuam na produção agroecológica ou orgânica. Entre esses últimos, nem todos os entrevistados eram associados da CVE.

Além desta introdução e das considerações finais, este capítulo está dividido em duas partes. A primeira analisa as limitações da política de empréstimos da Cresol Vale Europeu no que concerne à promoção de sistemas produtivos sustentáveis, utilizando informações dos contratos de crédito rural acessados por agricultores familiares cooperados. A segunda parte discute as possibilidades que estão sendo abertas a partir do surgimento de novos canais de comercialização da agricultura familiar, com destaque para os sistemas agroecológicos e o consumo de alimentos orgânicos. De forma complementar, o capítulo aborda os processos de intercooperação de produtores e consumidores na promoção de sistemas alimentares sustentáveis que estão ocorrendo na Região da Grande Florianópolis, com destaque para as células de consumidores responsáveis.

A política de crédito rural e desafios para promoção de sistemas alimentares sustentáveis

Após mais de duas décadas de existência do Pronaf, constata-se um consenso a respeito tanto dos seus resultados positivos quanto de suas limitações. As principais críticas evidenciam a permanência de desigualdades na distribuição de recursos entre as cinco macrorregiões do país, a concentração de contratos no cultivo de *commodities* e a incapacidade de atender de maneira abrangente segmentos da agricultura familiar mais pobre (Souza et al., 2013, Grisa; Wesz Jr.; Buchweitz, 2014; Cazella et al., 2016, Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Apesar de sua grande contribuição para fornecer crédito rural para segmentos sociais antes excluídos dessa política pública, o Pronaf tem se orientado no sentido de “fomentar o padrão de desenvolvimento produtivista assentado no uso de insumos químicos e promover a especialização dos agricultores familiares na produção de grãos e *commodities* agrícolas como o milho, a soja e o trigo” (Aquino; Schneider, 2015, p. 72). Desse modo, o Pronaf acaba apoiando “agricultores familiares já com maior familiaridade com o sistema

bancário, ainda que também alijados das políticas de modernização da agricultura nas décadas de 1960-70” (Grisa; Wesz Jr.; Buchweitz, 2014, p. 341). Nessa perspectiva, Cazella et al. (2016) avaliaram o número de contratos do Pronaf a partir dos CPF dos tomadores de crédito, e concluíram que a maioria dos agricultores familiares brasileiros (71,7 %) não acessava o Pronaf. Esses autores indicam uma “dicotomia entre as ações públicas de caráter produtivo e aquelas cuja finalidade principal é o assistencialismo social” (Cazella et al., 2016, p. 71). A maioria dos recursos do Pronaf se destina a maximizar a produtividade dos sistemas produtivos, sem estabelecer contrapartidas mais significativas no que se refere aos impactos socioambientais. Grande parte desses recursos acaba subordinada à lógica produtivista, privilegiando atividades que “dão mais lucro”, em prejuízo aos produtos voltados para o consumo familiar (Carneiro; Palm; Alvarenga, 2017; Aquino; Schneider, 2010). Assim, avolumam-se as indagações acerca da capacidade do Pronaf em fomentar um modelo de desenvolvimento agrícola mais sustentável, que faça frente ao convencional, guiado pelo aumento da produtividade e intensificação do uso dos recursos naturais e de insumos de origem químico-industrial. Tendo em vista o fato de que a maioria das operações do Programa atende a agricultores “integrados às principais cadeias produtivas e com maior movimentação econômica, passou a ser recorrente a rotulação do Programa como sendo uma política para o ‘agronegócio’” (Cazella et al., 2016, p. 61).

O estudo de Fossá et al. (2020) sobre o Pronaf no estado de Santa Catarina conclui que, entre os anos de 2013 e 2018, dos 271.151 contratos de custeio agrícola, a maior parte foi destinada à produção de milho, soja, arroz e cebola. Esses quatro cultivos somados acumularam no período o expressivo percentual de 79,8 % dos contratos e 77,5 % dos recursos, assinalando o caráter de concentração produtiva. Os autores avaliam ainda o considerável aumento das operações do Pronaf destinadas somente para a soja. Entre 2000 e 2012, esse cultivo movimentou um total de 3,2 % dos contratos e 4,1 % dos recursos do Pronaf; já no período de 2013 e 2018, esses números subiram para, respectivamente, 14,2 % e 15,9 %. Tal crescimento confirma as análises que apontam que a soja tem sido cultivada em grandes proporções pela agricultura familiar, e não apenas por médios e grandes produtores (Fossá et al., 2020). Com esse aparato, a soja responde por mais de 40 % da produção brasileira de grãos, cereais e oleaginosas, que, somando-se ao milho, representam dois terços do total, indicando enorme concentração e risco (Belik, 2014).

Outra crítica sobre a incapacidade do Pronaf em promover os preceitos da sustentabilidade refere-se às práticas agropecuárias que seus incenti-

vos acabam estimulando nas unidades produtivas, mesmo quando existem manifestações dos gestores do Programa e ações formais para apoiar a integração das atividades, a exemplo da linha de crédito para projetos agroecológicos. Para Godoi (2016, p. 659), “apesar das manifestações formais serem muitas vezes de apoio à sustentabilidade, essa constatação prática acaba reforçando a posição de distanciamento do Programa em relação às suas diretrizes”.

Os resultados expressivos de aumento do número de contratos e montante total alcançados pelos financiamentos rurais da Cooperativa Vale Europeu e por, praticamente, todas as cooperativas do Sistema Cresol, confirmam a sua vocação de atuar nos pequenos municípios rurais e com o público da agricultura familiar. Nos últimos anos, no entanto, esse quadro passou a sofrer modificações que alteraram o formato das operações efetuadas pelo Sistema. Dados gerais das carteiras de crédito rural da Central Cresol Baser indicam uma estabilização do ritmo de crescimento do número de contratos e um aumento do volume dos recursos por contrato. Isso significa que existe uma diminuição do número de agricultores beneficiados pelo financiamento rural, intensificando o maior acesso dos mais capitalizados. Entre 80 e 90 % dos recursos dos projetos aprovados são investidos em *commodities*, em particular soja e milho.

Trata-se, portanto, de uma tendência concentracionista da política de crédito rural voltado à agricultura familiar, inclusive no interior de um sistema cooperativo constituído com apoio de organizações sociais representativas dessa categoria socioprofissional. De um lado, essa tendência aponta a necessidade de análises mais profundas para se “compreender a dinâmica dos sistemas de produção dos agricultores e sua sociabilidade com os mercados, ou seja, analisar as diversas racionalidades presentes e a interface com a política de crédito rural e os mercados” (Basso et al., 2017, p. 68). De outro, o cenário evidencia novos desafios para se desenhar projetos técnicos de uso do crédito rural que favoreçam o desenvolvimento sustentável dos territórios atendidos pela Cooperativa, de modo a se compatibilizar necessidades que emergem de quem vive no campo com as possibilidades que se abrem com o surgimento de novas conexões entre o meio rural e meio urbano. Para tanto, é importante que as iniciativas contemplem “a diversidade das estratégias produtivas, agrícolas e não agrícolas, compatibilizando produção de riqueza, equidade social e valorização do meio ambiente” (Basso et al., 2017, p. 70). Para subsidiar esse debate, no tópico seguinte se analisará mais amiúde a gestão da política de crédito rural no interior da CVE.

A política de crédito rural na Cresol Vale Europeu

Entre 2014 e 2018, as carteiras de crédito rural tiveram uma expansão nas cooperativas que se uniram para formar a Cresol Vale Europeu. Ao longo desse período, foram efetuadas 8.928 operações e dispendidos perto de R\$ 248 milhões, sendo que o valor médio dos empréstimos subiu de R\$ 23 mil para quase R\$ 34 mil. A taxa de crescimento no número de contratos foi de 94 %, passando de 1.252 em 2014 para 2.428 em 2018. Os montantes aplicados anualmente também tiveram um crescimento elevado, partindo de R\$ 29 milhões para quase R\$ 82 milhões, o que representou um crescimento total de 180 % (perto de R\$ 53 milhões). A evolução anual foi a mais expressiva entre 2017 e 2018, com aumento de 46 % do total de recursos financiados (Figura 2).

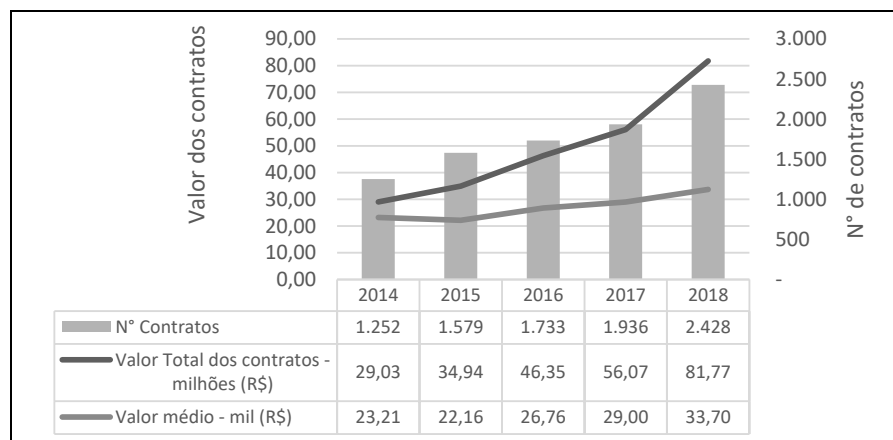


Figura 2 – Desempenho do crédito rural na Cresol Vale Europeu (2014-2018).

Fonte: Rocha (2020).

Os dados do Pronaf na CVE não diferem muito do comportamento do conjunto das linhas de crédito rural evidenciada na Figura 2. Do montante total, os empréstimos do Pronaf são responsáveis por 8.110 operações (90,8 %), R\$ 204 milhões dos valores financiados (82,3 %), com valor médio por contrato de R\$ 25 mil. Esses números evidenciam a representatividade do Programa entre as operações de crédito rural da Cooperativa. Na entrevista a seguir, um gestor da Central Cresol Baser apresenta as principais razões para o crescimento das operações de crédito rural e os cuidados necessários para administrar essa carteira.

Não só a Cresol, mas todo o sistema cooperativo contribuiu muito para facilitar o crédito, levar o crédito a esses municípios onde os bancos públicos estão fechando agências e em outros lugares não atuam no rural. [...] Claro que a gente tem espaço e tem perna, tem condição de crescer muito mais, mas eu acho que olhando assim pela boa aplicação do crédito, você ter sistemas de controle, conhecer bem o cooperado, você tem que ir mesmo nessa velocidade. (Entrevistado 30).

Um fator que contribui para este desempenho satisfatório da Cooperativa com o crédito rural, foi denominado por Rocha (2020) como “jeito Cresol”, o qual demonstra a qualidade do atendimento prestado pela Cooperativa aos agricultores. A maioria dos entrevistados destaca situações do dia a dia que caracterizam esse diferencial:

[...] quando está faltando um documento, está faltando alguma questão, o pessoal da Cooperativa [colaboradores] vai atrás, quer resolver e às vezes se utiliza das redes sociais [whatsapp] para facilitar a comunicação, algo que um banco não faria. (Entrevistado 33).

Tem o desejo de querer contribuir, “ver desenrolar”, como que um compromisso com o agricultor, uma marca, um diferencial com relação à outras organizações financeiras. Nas palavras de um gestor, a Cooperativa deseja “oferecer tecnologia e atender com simplicidade”, reconfigurando a noção de “finanças de proximidade” (Servet; Vallat, 2001) para o mundo atual, em que imperam as conexões digitais.

Contudo, um detalhamento a respeito do perfil dos tomadores do crédito rural da CVE indica o predomínio do “tipo agropecuário convencional”,⁸ adotados por quase 70 % dos agricultores beneficiários.⁹ Quando somados aos que escolheram o “tipo agropecuário transgênico” se alcança 75 % dos contratos. O número das operações com o “tipo agropecuário não declarado” também é muito expressivo, chegando a quase 24 %. Chama a atenção ainda o baixo número de contratos voltados para um perfil de agricultura mais sustentável. Apenas 1 % dos agricultores se declararam como orgânico (0,73 %) ou agroecológico¹⁰ (0,25 %). Esse quadro indica

⁸ A produção convencional se caracteriza pelo uso de adubação química, agrotóxicos, moto-mecanização e sementes melhoradas geneticamente. Todo esse pacote tecnológico, desenvolvido e difundido a partir dos anos 1960 e 1970, buscou elevar a produção e a produtividade agropecuária no contexto do que se denominou “Revolução Verde” (Altieri, 2004).

⁹ A informação referente aos tipos agropecuários (convencional, transgênico, agroecológico, orgânico) é auto declaratória, sendo informada pelos produtores rurais no projeto técnico para contratação do crédito rural junto à Cooperativa.

¹⁰ Os autores são cientes das especificidades da abordagem agroecológica e as suas diferenças com relação à agricultura orgânica. Contudo, neste capítulo referimo-nos à agricultura orgânica/agroe-

que alguns contratos podem ser destinados para a produção agroecológica ou orgânica sem ser, no entanto, computados na categoria do Pronaf Agroecologia, já que somente 17 operações foram firmadas nesse subprograma no período analisado. Mesmo com a ressalva de que algumas dessas operações podem estar ocultas, o baixo número de contratos que adotam a produção sustentável ainda assim é evidente, reproduzindo o perfil operacional do Pronaf predominante em outras regiões.

Avaliando o baixo desempenho nacional dos subprogramas “verdes” do Pronaf (Floresta, Semiárido, Agroecologia e Eco) e a dificuldade do Programa em converter o “discurso” a favor do desenvolvimento rural em ações efetivas voltadas para essa finalidade, Aquino e Schneider (2015, p. 73) questionam as razões pelas quais o Pronaf apresenta “tanta dificuldade em diversificar os meios de vida das famílias rurais e promover inovações tecnológicas visando a contrapor-se à lógica do modelo produtivista que vigora no campo brasileiro”. O baixo acesso a esses subprogramas do Pronaf na região de atuação da CVE pode ser contextualizado pela seguinte fala de um profissional de assistência técnica:

Meu conhecimento regional é que essas linhas de crédito não têm surtido efeito, [os agricultores] buscam o que é mais barato, [se] adequam para buscar o dinheiro mais barato e fácil. Inclusive as instituições financeiras não querem trabalhar muito com esse detalhamento da linha de crédito. Buscam o crédito pelo crédito e fazem o que tem que ser feito. (Entrevistado 32).

Por outro lado, alguns dos entrevistados mencionam as tentativas para aumentar a produção orgânica diante da maior demanda por esses produtos, gerada por mudanças no perfil de consumo da população urbana. Houve uma espécie de “pioneirismo” de alguns agricultores que se aventuraram a produzir de forma mais sustentável no território da CVE. Uma parte desses agricultores pioneiros acabou se frustrando no caminho, pois não contou com o devido respaldo técnico para lhe dar suporte. A “competição” desleal efetuada por algumas lojas agropecuárias, que oferecem orientações técnicas aos agricultores “gratuitamente” e vendem agrotóxicos e demais insumos químicos, acaba também desacreditando iniciativas produtivas fora do pacote convencional. Outro fator crítico destacado está correlacionado à certificação da agricultura orgânica por empresas privadas, que representa um custo

cológica, de forma a reunir ambas as noções na compreensão de processos produtivos mais sustentáveis, promovendo sistemas alimentares sustentáveis. Cabe ressaltar que a legislação brasileira de certificação de produtos orgânicos abrange também os alimentos agroecológicos.

adicional aos produtores, e o fato dos sistemas de “certificação participativa”¹¹ não estarem presentes em todas as localidades.

Já os gestores da CVE consideram a existência de um déficit tecnológico correlacionado à agricultura orgânica e agroecológica, o que, segundo eles, facilita o acesso ao pacote convencional e explica as maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores adeptos desses sistemas produtivos diferenciados. No trecho abaixo, um gestor que trabalha com o crédito rural na central Cresol Baser, aborda essa questão e reforça a ideia de que muitos produtores agroecológicos e orgânicos ou não acessam o crédito rural ou são enquadrados como tomadores de outras linhas de financiamento mais usuais:

Hoje, o agronegócio, o pacote convencional, está muito à frente, tá muito fácil. A gente tem técnicos rodando os municípios, as comunidades, através das cooperativas de assessoramento técnico, de suporte, com muita facilidade, então acaba que o pacote da Revolução Verde, a revolução tecnológica, ainda está muito presente e muito forte. Eu digo isso porque, se for buscar hoje, dentro do meu sistema, uma dúzia de empreendimentos financiados na linha da agroecologia, eu não encontro. Isso a gente já buscou através das entidades que defendem, entidades históricas da região, que trabalham com os produtores e sempre defenderam a agroecologia, mas não conseguem mobilizar os agricultores para vir buscar esse crédito. Talvez a gente esteja ainda brigando com essa questão do pacote químico, talvez não, a gente está brigando porque colocaram na cabeça das pessoas que é muito difícil produzir de forma orgânica. Mas hoje, olhando os sistemas, a gente tem quase nada de adesão de pessoas que, mesmo tendo incentivo, mesmo tendo juros subsidiados, a gente tem muito poucas operações. Aí a gente entra para outro olhar: aqueles que fazem agroecologia, mas que não usam o sistema, as linhas de crédito da agroecologia, e entram na vala comum do crédito. Talvez por desconhecimento da cooperativa, talvez por desconhecimento dele, mas eu conheço muitos produtores que trabalham com produção orgânica e que não financiam. (Entrevistado 30).

Informações colhidas no quadro deste estudo junto a lideranças de organizações e agricultores que já atuam na produção agroecológica e orgânica no território de abrangência da CVE, associadas a análises de literatura, ajudam a contextualizar as dificuldades para se conectar oferta e demanda desse tipo de produção. Dentre as principais dificuldades para elevar o número de operações creditícias vinculadas à produção sustentável, como o Pronaf Agroecologia, pode-se assinalar:

¹¹ A Rede Ecovida de Agroecologia, por intermédio da regulamentação da Lei 10.831/03, é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é reconhecida como sendo um Sistema Participativo de Garantia (Cazella et al., 2020; Oliveira; Grisa; Niederle, 2020; Radomsky, 2009; Rover; De Gennaro; Roselli, 2016). Mais informações, consultar: <http://ecovida.org.br/>.

- a) Dependência dos mercados e canais tradicionais de comercialização. Como a presença dos produtos orgânicos e agroecológicos nesses espaços é ainda baixa, específica e restrita, existem mais barreiras de entrada para novos atores (produtores e consumidores). Em diversos casos, apenas alguns produtores que atuam com produtos orgânicos e sustentáveis conseguem se adequar às exigências existentes, especialmente no que se refere a padronização e capacidade de ofertar a quantidade de produtos preestabelecida. Os mecanismos de preços também acabam controlados por lógicas e interesses dos operadores já presentes nos mercados tradicionais de alimentos. Essa realidade dos mercados tradicionais afeta tanto a demanda quanto a oferta, pois afasta consumidores de menor poder aquisitivo ao mesmo tempo em que reduz a participação de famílias agroecológicas que detêm uma produção sazonal e diversificada. Esse *trade off* acaba inibindo indiretamente a busca por crédito rural, sobretudo para as operações de custeio. Já a criação de novos canais de comercialização, como as feiras orgânicas e as CCR, depende de uma mobilização crescente dos produtores e consumidores para ajustar as demandas e ofertas e superar limitações legais e sanitárias;
- b) Custo de produção mais elevado, uma vez que, diferentemente da produção convencional, a produção agroecológica e orgânica tem grande dispêndio em mão de obra, item que não é normalmente contemplado nos projetos de crédito;
- c) Maior vulnerabilidade associada ao fato de que a produção agroecológica e a produção orgânica dependem de assistência técnica especializada e pouco disponível, como também de maior tempo de maturação dos investimentos, em função dos requisitos normalmente existentes nesses sistemas produtivos;

Tais obstáculos não são intransponíveis e podem ser enfrentados com o apoio de organizações sociais consolidadas, como as cooperativas financeiras que atuam no meio rural, que têm legitimidade social e condições de promover parcerias interinstitucionais de apoio a programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e estimular linhas de crédito para a reconversão produtiva.

São ações que se tornam ainda mais relevantes em se tratando de cooperativas do Sistema Cresol, cuja criação se deu em torno da necessidade de disponibilizar o acesso ao crédito para agricultores familiares marginalizados pelo sistema financeiro e pelo modelo de produção convencional. Assim,

transformações nos sistemas de produção promovidas por linhas de crédito adequadas ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura orgânica e ao surgimento de novos mercados estariam alinhadas aos propósitos originais que motivaram diversas organizações representativas e de apoio à agricultura familiar a se empenharem na constituição de um sistema de cooperativismo de crédito diferente dos já existentes. No próximo tópico se discute as potencialidades da formação de novos canais de comercialização na área de abrangência da CVE.

A intercooperação como estratégia de promoção de sistemas alimentares sustentáveis

Embora focada no público que atua na agricultura, a Cresol Vale Europeu está instalada numa região urbanizada, em que o rural sofre forte influência dessa proximidade espacial, econômica e social com as cidades. Desse modo, os seus associados do meio rural convivem de perto com cooperados (rurais ou não) que atuam em atividades consideradas urbanas. No grupo de agricultores associados, entre outras características, tem-se também a presença concomitante da pluriatividade, com a qual membros das famílias rurais combinam rendas oriundas de atividades agrícolas e não agrícolas. Além disso, na área de abrangência da CVE, os sistemas de produção agrícola de grãos não têm tanta importância como em outras regiões. Por isso, muitos projetos de crédito rural financiados por essa cooperativa são direcionados para produção de hortaliças, fruticultura e outras atividades intensivas em mão de obra familiar.

Essas características da região certamente afetam a distribuição e uso do crédito rural pelos cooperados da CVE. Tais particularidades também têm implicações nos processos de planejamento e análise sobre o futuro da região e nas ações relacionadas ao tema do desenvolvimento territorial sustentável e os desafios para a oferta de alimentos mais saudáveis, como os de base agroecológica, cuja demanda está se ampliando devido à crise de confiança no sistema agroalimentar contemporâneo.

Essa crise tem gerado uma série de pressões sociais no sentido de tornar os processos de produção, abastecimento e consumo de alimentos menos nocivos à saúde da população e ao meio ambiente. Esse contexto emergiu a partir da proliferação de doenças provenientes dos sistemas alimentares, a exemplo da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca), a febre aftosa, a gripe aviária, a peste suína e a febre catarral maligna, gerando

um fenômeno denominado na literatura de escândalos alimentares (Ploeg, 2008). É nessa conjuntura que os agroecossistemas chamados de qualidade superior, tais como os tradicionais, orgânicos, naturais, agroecológicos, coloniais, da sociobiodiversidade, entre outros, passam a ser valorizados pelos consumidores (Goodman, 2003; Pollan, 2007; Wilkinson, 2008). No caso da agricultura orgânica, por exemplo, o consumo mundial movimentou € 106,4 bilhões em 2019, valor seis vezes maior que o registrado em 2000 (Ifoam, 2020).

Em várias partes do mundo, a crise de confiança na qualidade dos alimentos e dos sistemas de produção convencionais – hoje muitos desses sistemas estão atrelados a uma estratégia mercantil hegemônica por conglomerados (agro) industriais e grupos financeiros globais –, vem desencadeando nos consumidores um interesse crescente em exercer maior controle sobre a oferta e as condições em que eles são produzidos (Niederle; Wesz Jr., 2018). Esse fenômeno fez emergir diversas experiências de aproximação entre as esferas da produção e o consumo de alimentos, denominadas de cadeias ou Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). Em vários casos, essas experiências atendem a demandas por alimentos mais saudáveis por parte de consumidores preocupados com a saúde e/ou com a valorização de produtos tradicionais, vinculados a atributos de origem territorial (Niederle; Wesz Jr., 2018). Esses circuitos correspondem ao estabelecimento ou aprimoramento de canais comerciais que propiciem maior proximidade entre agricultores e consumidores, além de sanar a falta de informações sobre a origem e procedência dos alimentos decorrente do alongamento das cadeias agroalimentares (Kneafsey et al., 2013; Marsden; Banks; Bristow, 2000; Renting; Marsden; Banks, 2003).

Os CCC abarcam uma diversidade de canais de comercialização, desde as tradicionais feiras de agricultores até novos arranjos sociais, que materializam transações de alimentos de qualidade entre agricultores e consumidores com, no máximo, um ente intermediário (Darolt, 2013; Darolt et al., 2016). As iniciativas orientadas pelo modelo *Community Supported Agriculture* (CSA), difundidas em diversos países, constituem um exemplo vigoroso dessas experiências de aproximação entre agricultores e consumidores, na medida em que materializam arranjos para a comercialização e consumo de alimentos de qualidade (Brown; Miller, 2008). Nesse contexto, essas experiências expressam uma oportunidade para agricultores familiares comercializarem seus produtos e fomentarem novos mercados, dando vazão às suas capacidades, sobretudo daqueles de menor capacidade produtiva, os quais foram excluídos do processo de modernização da agricultura (Niederle,

2014; Wilkinson, 2008). A próxima seção discute a pertinência desses espaços de comercialização para os agricultores familiares que atuam com a agricultura orgânica e agroecológica.

Sistemas agroecológicos e o consumo de alimentos orgânicos

Em 2019, o mercado brasileiro de produtos orgânicos movimentou R\$ 4 bilhões, representando um aumento de aproximadamente 20 % em relação ao registrado em 2017 (MAPA, 2020). O crescente interesse dos consumidores tende a oportunizar o aumento no número de produtores em transição para o modelo de produção orgânica e agroecológica (Buainain; Batalha, 2007; Niederle; Wesz Jr., 2018). Para Medaets e Fonseca (2005), a agricultura orgânica é compatível com as características da agricultura familiar e mostra-se estratégica ao desenvolvimento econômico dessa categoria social. Os principais aspectos favoráveis residem na maior necessidade de mão de obra, a redução do uso de insumos externos demandantes de capital, dinamização de economias locais pelo aumento da demanda por insumos produzidos na região e o eventual sobrepreço na venda do produto orgânico em relação ao convencional, que tende a promover o aumento da renda familiar.

Notadamente, os agricultores desses segmentos acessam uma diversidade de mercados e canais de comercialização, desde os convencionais, representados pelas cadeias ligadas aos supermercados, até outras formas tidas como alternativas, que se enquadram nos denominados circuitos curtos de comercialização. Uma pesquisa realizada em âmbito nacional indica que 64 % dos consumidores de orgânicos acessam esse tipo de produto em supermercados. Entretanto, a pesquisa ainda menciona outros canais, como feiras (26 %), lojas de produtos naturais (4 %), direto do produtor (3 %) e grupos de compras coletivas (1 %) (Organics Brasil, 2017). Cada canal específico tende a exercer distintas exigências e condições para a aquisição dos produtos, o que influencia o acesso desses canais pelos agricultores (Gelbcke et al., 2018).

Uma das exigências mais importantes associadas ao financiamento das atividades produtivas diz respeito aos preços dos produtos ofertados ao consumidor. Um levantamento de preços dos orgânicos operados em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, indica os supermercados como o tipo de varejo que apresenta preços mais elevados, e as feiras de agricultores como o canal com menores preços médios (Grade; Mergen, 2020). Esses resultados

são similares aos registrados por Viegas (2016), que verificou discrepâncias de até 468 % em relação a preços operados em supermercados e feiras de agricultores. Já Pugas (2018), estudando canais de comercialização acessados por agricultores orgânicos nas três capitais do Sul do Brasil, identificou as formas de venda direta como as que melhor remuneraram os agricultores.¹²

No entanto, não apenas os preços influenciam no acesso aos canais de comercialização por parte dos agricultores orgânicos e agroecológicos. Pugas e Rover (2021) identificam uma diversidade de exigências impostas aos agricultores, segundo os distintos canais de comercialização acessados, dentre as quais se destacam o padrão de qualidade, diversidade de produtos, escala de produção, capacidade de efetuar entregas rápidas e uso de embalagens adequadas. No referido estudo, os canais comerciais que apresentam maiores exigências são os supermercados e os denominados mercados institucionais.¹³ As feiras de produtores têm exigências menores a serem cumpridas pelos agricultores.

Nesse sentido, os circuitos curtos de comercialização mostram-se mais adequados aos agricultores familiares, os quais tendem a obter melhores rendimentos e sofrer menor pressão por parte de seus respectivos clientes, visto que as relações entre ambos são mais diretas. Contudo, a construção social dos CCC não exige, na maioria das vezes, somente a abertura de novos canais de comercialização de alimentos. Para ter sucesso, esse processo pressupõe a formação de novas estruturas mercantis, as quais estão condicionadas ao aprimoramento de um conjunto de ações de intercooperação entre organizações já existentes, mas que permitem também a incorporação de novos atores sociais nesses circuitos.

Produtores e consumidores unidos na construção de sistemas alimentares mais sustentáveis

O espaço geográfico do estado de Santa Catarina é predominantemente marcado por relevos acidentados, compostos por serras e encostas. Tais características restringem a produção agropecuária intensiva no uso de

¹² Cotidianamente, os meios de comunicação informam que esses números sofreram alterações por conta da pandemia do Covid-19, que aumentou a procura por uma alimentação mais saudável e ampliou as vendas a domicílio. Essas avaliações precisam, no entanto, ser confirmadas por pesquisas mais consistentes e de maior prazo, capazes de confirmar a permanência desse novo perfil de consumo.

¹³ Os mercados institucionais compreendem os canais de comercialização promovidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Grisa; Porto, 2015; Triches, 2015).

máquinas, favorecendo modelos de produção que demandam mais mão de obra. Ademais, a produção é desenvolvida predominantemente por agricultores familiares, característica que tende a favorecer a agricultura orgânica ou agroecológica. Em se tratando da Grande Florianópolis, destaca-se o número expressivo de estabelecimentos orgânicos, sobretudo na produção de frutas, legumes e verduras (Viegas, 2016; Zoldan; Mior, 2012).

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, Santa Catarina possui 1.531 estabelecimentos orgânicos regularizados (Mapa, 2021). Desse total, cerca de 1.120 localizam-se dentro de um raio de 200 quilômetros de distância de Florianópolis. Ou seja, a maioria dos estabelecimentos orgânicos do estado está próximo geograficamente desse centro consumidor. Cabe mencionar que a proximidade geográfica com os grandes centros de consumo constitui componente essencial na criação de circuitos curtos de comercialização (Darolt, 2013; Darolt et al., 2016).

Esses agricultores inserem-se em variados processos de intercooperação. Um dos principais consiste na articulação coletiva para a acreditação dos estabelecimentos e dos produtos. Dos estabelecimentos localizados no entorno de Florianópolis, 89 % são regularizados pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), forma de certificação em que o controle social se dá pelo acompanhamento mútuo entre os produtores envolvidos. Todos integram a Rede Ecovida de Agroecologia, composta por uma diversidade de atores sociais interessados na promoção da agroecologia e da agricultura familiar na região Sul (Perez-Cassarino, 2012; Rover; De Gennaro; Roselli, 2016). Vale mencionar que a organização dos produtores em grupos para a certificação participativa de seus produtos oportuniza a aproximação e troca de conhecimento entre os pares e a articulação para o enfrentamento de outras questões para além da certificação, a exemplo do acesso conjunto a determinados canais de comercialização e a busca de financiamentos para dinamizar esses coletivos.

Pugas e Rover (2021), ao analisar processos de cooperação empreendidos por agricultores orgânicos como resposta às exigências dos canais de comercialização, identificam uma diversidade de contribuições, fruto da articulação coletiva desses atores. Dentre elas destacam-se a redução dos custos de certificação, o apoio na comercialização dos alimentos, a formação e troca de conhecimentos, a aquisição conjunta de insumos agrícolas, a divulgação dos produtos e serviços ofertados, o fortalecimento das relações sociais e a resolução coletiva de problemas comuns. O estudo conclui que, dentro dessa diversidade de contribuições, os processos de ação coletiva auxiliam na redução dos custos os mais diversos, com destaque para a aquisição de insumos,

trabalho e processo comercial. Uma das experiências de CCC, que inova ao estimular a cooperação entre produtores e consumidores, são as Células de Consumidores Responsáveis. Essa experiência iniciou em 2017 e se encontra em funcionamento na Grande Florianópolis.

Células de Consumidores Responsáveis¹⁴

As CCR constituem um exemplo de intercooperação envolvendo, sobretudo, agricultores orgânicos e agroecológicos, bem como de consumidores. A iniciativa tem como ponto de partida a organização de consumidores em grupos para a compra de alimentos orgânicos, os quais são depositados em um ponto de entrega comum a todos os participantes. A proposta inova ao organizar o interesse coletivo de um grupo de consumidores, que juntos geram uma “demanda em escala apropriada para viabilizar as condições logísticas de fornecimento pelos agricultores” (Pugas et al., 2020, p. 8).

A primeira experiência de CCR articulou um grupo de oito famílias de agricultores, que passaram a ofertar semanalmente aos consumidores 27 cestas com produtos orgânicos. Em pouco tempo, a experiência se expandiu para outros grupos de agricultores e consumidores, fazendo com que o projeto conte atualmente com 13 iniciativas, em diferentes bairros da Grande Florianópolis. Em agosto de 2021 essas células integravam seis grupos de agricultores orgânicos, todos ligados à Rede Ecovida de Agroecologia. Embora cada experiência funcione autonomamente, no seu conjunto essas 13 células contemplam 65 famílias agricultoras e perto de 1.500 consumidores, com um total comercializado de aproximadamente 10 toneladas mensais de alimentos.

A venda é realizada a partir de cestas contendo uma diversidade de tipos de produtos, cuja oferta varia conforme as condições climáticas e a sazonalidade. O pagamento é antecipado mensalmente e o recebimento dos alimentos ocorre a cada semana. A comunicação se dá via internet, por meio de grupos e mensagens do aplicativo WhatsApp. Os pontos de entrega frequentemente envolvem parcerias institucionais com organizações públicas e privadas, que disponibilizam o espaço físico onde as cestas de alimentos são entregues pelos agricultores e acessadas pelos consumidores. Como exemplo desses espaços podem ser mencionados, escolas particulares, centros universitários, associações comunitárias, sede de organizações sindicais, dentre outros.

¹⁴ Criadas com apoio do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC), as CCR surgiram a partir de um projeto de extensão universitária que visava a construir mercados diferenciados para grupos de agricultores familiares que atuam em consonância com os preceitos da agroecologia. Para mais informações, consultar: <https://celulasconsumo.ufsc.br/>.

Segundo Alvarez et al. (2021), a experiência das CCR estabelece diversos mecanismos de intercooperação criados a partir de relações de confiança entre grupos produtores e coletivos de consumidores. Como resultado dessa forma de intercooperação, viabiliza-se o financiamento da produção dos agricultores por meio do pagamento mensal antecipado das cestas pelos consumidores. No âmbito das organizações dos produtores, as famílias agricultoras planejam a produção de forma coletiva e, com isso, evitam a concorrência predatória entre os pares que participam da ação cooperada. A gestão comercial das vendas é operada por alguns dos membros do grupo de agricultores, geralmente sem nenhuma contrapartida. Embora as colheitas e higienização sejam feitas separadamente pelas famílias produtoras, com frequência a organização das cestas envolve a participação da maioria dos membros dos grupos. O transporte para os pontos de entrega também implica na cooperação entre os membros do grupo de agricultores. Por sua vez, os consumidores, além do compromisso mensal de adquirir os produtos, responsabilizam-se pela limpeza e manutenção do ponto de entrega. Cabe igualmente aos consumidores fazer a aquisição de parte das caixas usadas no transporte dos produtos e apoiar a entrada de novos consumidores na CCR.

Outras formas de intercooperação entre consumidores e agricultores e de parcerias entre distintas organizações sociais são observadas nas diferentes células. Uma delas ocorre pela aquisição e troca de produtos entre grupos de agricultores a fim de diversificar os alimentos fornecidos em cada uma das células. Observa-se também a disponibilização de veículo de um governo municipal para que determinados grupos de agricultores possam efetuar a entrega das cestas. Em uma das iniciativas, o governo municipal libera uma servidora pública, cuja família participa do grupo de agricultores, para atuar na coordenação das atividades envolvendo o processo comercial.

Em suma, as CCR têm aprimorado um conjunto de “habilidades e práticas de cooperação” (Búrigo; Rover; Ferreira, 2020) por meio da construção de uma experiência de circuito curto de comercialização. A articulação coletiva e atuação em rede favorecem os produtores na mobilização de recursos dos consumidores, que condicionam positivamente o financiamento dos estabelecimentos produtivos. Se, por um lado, iniciativas como a CCR propiciam a manutenção de muitos produtores orgânicos e agroecológicos na atividade por meio de novos canais de comercialização, por outro, sua disseminação tem o potencial de gerar um campo profícuo para a estruturação de mais e novos canais, de modo que outras unidades agrícolas familiares possam realizar a conversão orgânica ou a transição agroecológica, contribuindo para a transformação dos sistemas agroalimentares a níveis mais sus-

tentáveis. Do lado dos consumidores, essas iniciativas servem para estimular outras formas de acesso coletivo a bens e serviços, bem como a possibilidade de formalização futura desses arranjos em cooperativas de consumo.

Considerações finais

A análise das operações de crédito rural da CVE permitiu perceber que, além da predominância dos contratos de crédito inseridos na lógica de produção convencional, há um baixo número de operações nos subprogramas criados para favorecer uma produção mais sustentável, a exemplo do Pronaf Agroecologia e do Pronaf Eco. Em contrapartida, esse quadro contrasta com o crescimento de canais de comercialização em CCC na área de abrangência da Cooperativa, que abarca as maiores aglomerações metropolitanas de Santa Catarina (Grande Florianópolis e Joinville) e outras cidades de médio porte, como Itajaí, Jaraguá do Sul, Rio do Sul e Blumenau.

Um elemento que pode atenuar esse quadro reside na suposição de que operações do Pronaf são efetuadas para promover a agroecologia e produção sustentável de forma oculta, sem que os tomadores de crédito recorram às modalidades especificamente voltadas para essas finalidades. Isso se daria seja pelo desconhecimento dos agentes financeiros em operar essas linhas de crédito, seja pela incapacidade das famílias agricultoras de atender plenamente os parâmetros técnicos para seu enquadramento nesse sistema produtivo. No caso da produção orgânica, podem existir, também, agricultores em fase de transição que ainda não se credenciaram junto ao Ministério da Agricultura e Abastecimento ou às organizações certificadoras. Existe ainda a possibilidade de que uma parcela de agricultores agroecológicos e orgânicos não demandem o crédito rural, preferindo a utilização de recursos financeiros próprios. Essa última opção pode ser facilitada pela prática recorrente de vendas e, portanto, da maior liquidez financeira para custear as despesas produtivas. Todas essas suposições carecem, no entanto, de novos estudos que avaliem suas recorrências.

Independentemente desses aspectos, este capítulo revela o quanto esse tema ainda está ausente das preocupações e ações consideradas prioritárias pelos dirigentes e funcionários da CVE. Essa situação aponta para a necessidade de ações educativas no interior das cooperativas financeiras para se debater as novas tendências dos sistemas alimentares. Outra recomendação em termos metodológicos consiste no mapeamento de organizações territoriais com as quais seja possível estabelecer estratégias inovadoras de intercoopera-

ção, de modo que as cooperativas financeiras possam apoiar novas soluções que qualifiquem suas ofertas de crédito rural, contribuindo para a promoção de um estilo de desenvolvimento rural mais sustentável. No caso da CVE, essas proposições se revestem de maior legitimidade sociopolítica, dado que tanto a Cooperativa quanto o sistema cooperativista ao qual ela está filiada foram constituídos com o propósito de atuar de modo diferente das organizações bancárias tradicionais e das grandes cooperativas empresariais, que promovem o modelo de agricultura produtivista.

Este capítulo aponta que, apesar da pouca aderência às linhas de crédito sustentáveis, a exemplo do Pronaf Agroecologia, entre os agricultores associados da Cooperativa, os canais de comercialização de alimentos orgânicos, agroecológicos ou não convencionais têm se demonstrado promissores na sua área de abrangência. Para tanto, diversos esforços de ação coletiva promovem habilidades e práticas de cooperação, que são impulsionados com apoio de organizações cooperativas e associativas existentes nos territórios. Essas ações propiciam o aumento da cultura da cooperação, especialmente entre os consumidores urbanos, e o consequente apoio para a criação de novos canais de comercialização e outras práticas de intercooperação. A bem-sucedida interface de políticas de crédito e políticas de compras institucionais fomentadas pelo PNAE e PAA representa outro caminho para a ampliação dos canais de comercialização de famílias de agricultores. A elaboração de novas estratégias que diversifiquem o uso do crédito rural e estabeleçam soluções capazes de gerar um círculo virtuoso entre produção e consumo depende da ação proativa de organizações territoriais. Em outras palavras, a CVE tem a maior parte das características do que Ploeg (2008) denomina de cooperativa territorial, com destaque para o seu processo histórico de constituição marcado pelo desejo de promover o desenvolvimento rural com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Referências

- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110 p.
- ALVAREZ, M. N.; NIÑO, L.; PUGAS, A. S.; RIBEIRO, P.; NASCIMENTO, W. Relações sociais na comercialização de produtos da agricultura familiar: os casos das Células de Consumidores Responsáveis e do Assentamento Vitória da Conquista. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J. FERREIRA, R. G. *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sulamericanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 149-163.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. (Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, 2010. Disponível em: www.cchla.ufrn.br. Acesso em: 12 nov. 2021.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural*. Vol. 1. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 53-81.

BASSO, D.; SILVA, N. L. S. da; ZONIN, W. J.; VANILDO, H. P. Agricultura familiar, cooperativismo de crédito solidário e crédito rural: um processo interinstitucional objetivando o desenvolvimento rural. In: ZAMBOM, M. A. et al. (org.). *Ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017. p. 54-73.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. In: BRASIL. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (org.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014. p. 329-374.

BROWN, C.; MILLER, S. The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). *American Journal of Agricultural Economics*, v. 90, n. 5, p. 1.296-1.302, 2008.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. (org.). *Cadeia produtiva de produtos orgânicos*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: IICA, 2007. 108 p. (MAPA. Série agronegócios, v. 5).

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. Habilidades e práticas para a cooperação no desenvolvimento rural. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (org.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 17-35.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; ALVARENGA, A. C. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 108-130.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Sistemas territoriais de financiamento rural: para pensar o caso brasileiro. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 2, n. 13, p. 297-312, 2013.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Revista Política & Sociedade*, v. 15, 2016.

CAZELLA, A. A. et al. Évolutions de l'agroécologie au Brésil. In: POUZENC, M.; MASSELIÈRE, B. C. *Étudier les ruralités contemporaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2020. p. 241-261.

CENTRAL CRESOL BASER. *Relatório de sustentabilidade*. 2020. Disponível em: [https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Relat %C3 %B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf](https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf). Acesso em: 8 ago. 2021.

CRESOL, Cooperativa de crédito com interação solidária. *Relatório de atividades e balanço social 2018*. Cresol Vale Europeu, 2019.

CRESOL, Cooperativa de crédito com interação solidária. *Relatório de atividades e balanço social 2019*. Cresol Vale Europeu, 2020.

CRESOL, Cooperativa de crédito com interação solidária. *Relatório de atividades e balanço social 2020*. Cresol Vale Europeu, 2021.

CRESOL CONFEDERAÇÃO. *Relatório de sustentabilidade*. 2020. Disponível em: [https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Relat %C3 %B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf](https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf). Acesso em: 8 ago. 2021.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Sociedade & Ambiente*, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F.; SCHNEIDER, S. Acesso e Distribuição do Pronaf entre Agricultores Familiares no Estado de Santa Catarina. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 53, p. 222-244, 2020. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.53.222-244>.

GELBCKE, D. L. *et al.* A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 539-560, 2018.

GODOI, T. G.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. *Desenvolvimento, Meio Ambiente (UFPR)*, v. 38, p. 637-661, 2016.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GRADE, M.; MERGEN, C. V. *Boletim de preços dos alimentos orgânicos no varejo de Florianópolis (Edição Especial)*. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oCj3pK4spJ10wBF3Wgd1EzzjeSCAb3Uh/view>. Acesso em: 12 jul. 2021.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements. *Annual report: consolidated annual report of IFOAM*. Bonn: International Federation of Organic Agriculture Movements, 2020. Disponível em: [https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2021-06/Annual %20Report %202020.pdf](https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2021-06/Annual%20Report%202020.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021

KNEAFSEY, M. *et al.* *Short food supply chains and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. *Theory and Society*, v. 29, p. 507-548, 2000.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cadastro nacional de produtores orgânicos*. 2020. Brasília, Mapa, 2020.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cadastro nacional de produtores orgânicos*. 2021. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 11 jul. 2021.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Mercado brasileiro de orgânicos fatura R\$ 4 bilhões*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2019/04/mercado-brasileiro-de-organicos-fatura-r-4-bilhoes>. Acesso em: 17 abr. 2021.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. *Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional*. Brasília: MDA; NEAD, 2005.

MEDEIROS, M.; CAZELLA, A. A. Mudanças tecnológicas em campo: do surgimento de um novo código sociotécnico à concepção de processos desviantes de desenvolvimento rural. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S.l.], v. 38, 2016.

NIEDERLE, P. A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213226/001082553.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2021.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes*, Santa Cruz Sul [on-line], v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

ORGANICS BRASIL. *Consumo de produtos orgânicos no Brasil*. 2017. Disponível em: <http://organis.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil.pdf>. Acesso em 14 jul. 2021.

PEREZ-CASSARINO, J. A. *Construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. 2012. 450p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PLOEG, J. D. VAN DER. Lutando por autonomia em níveis mais elevados de agregação: cooperativas territoriais. In: PLOEG, J. D. VAN DER. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 205-231.

POLLAN, M. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2007.

PUGAS, A. S. *Agroecologia e comercialização de alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?* 2018, 158p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

- PUGAS, A. S.; ROVER, O. J. A cooperação da agricultura orgânica como resposta a exigências comerciais recebidas por agricultores de regiões metropolitanas. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. G. *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sulamericanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. p. 180-194.
- PUGAS, A. S. *et al.* *Cartilha: como abastecer uma Célula de Consumidores Responsáveis com alimentos orgânicos/agroecológicos*. Florianópolis: CCA/UFSC, 2020.
- RADOMSKY, G. F. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Revista IDEAS*, v. 3, n. 1, p. 133-164, 2009.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.
- ROCHA, M. C. *A agricultura familiar e o uso do crédito rural: uma análise a partir dos associados da cooperativa Cooperativa Cresol Vale Europeu*. 2020. 178 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- ROVER, O. J.; DE GENNARO, B. C.; ROSELLI, L. Social innovation and sustainable rural development: The case of a Brazilian agroecology network. *Sustainability* (Switzerland), v. 9, n. 1, 2016.
- SERVET, J-M.; VALLAT, D. (org.). *Exclusion et liens financiers*. Rapport du Centre Walras – 2001. Paris: Economica, 2001.
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. *Desarrollo territorial rural: borrador de trabajo*. Santiago de Chile: Rimisp, 2004, 54 p.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. *Post scriptum* ao artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Grifos*, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021.
- SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; FORNAZIER, A. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999-2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. *RESR*, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000200002>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 180-200.
- VIEGAS, M. T. *Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica*. 2016. 161p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C., *Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2012.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

A virada praxiológica nos estudos alimentares

Maycon N. Schubert
Paulo A. Niederle
Luiza M. Tavares
Viviane Carrion Castanho
Samile Andrea de Souza Vanz

Este capítulo discute o uso da Teoria das Práticas Sociais nos estudos alimentares, buscando evidenciar de que forma a chamada “virada praxiológica” se apresenta a esse campo de estudos. Partindo das reflexões que vêm sendo produzidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Teoria das Práticas Sociais e Sociologia da Alimentação: desafios metodológicos frente às perspectivas pragmáticas” procuramos identificar quais conceitos, autores e categorias analíticas marcam os rumos dessa “virada”. Os dados foram extraídos da análise de artigos publicados entre 1990 e 2021,¹ disponíveis em seis repositórios científicos: Sociological Abstracts, Food Science and Technology Abstracts, Scopus, Web of Science, Citas Latino-Americanas en

¹ A data da última coleta de dados foi realizada em 25/08/2021.

Ciencias Sociales y Humanidades e SciELO. Com base no método de análise bibliométrica, o estudo evidencia os principais autores e conceitos mobilizados, artigos e revistas de referência e algumas redes de colaboração entre pesquisadores.

A alimentação, a comida e o comer constituem um campo de estudos emergente, que vem crescendo desde a década de 1990,² e que se expande sem respeitar as fronteiras disciplinares (Díaz-Mendez et al., 2013). Não obstante, em razão disso, alguns desafios se impõem à própria consolidação do campo. O primeiro deles é a falta de unicidade nos modelos analíticos, já que áreas como a nutrição e a antropologia – para mencionar apenas duas – partem de posturas epistemológicas muito distintas (Poulain, 2002). O segundo corresponde à falta de estudos comparados, o que permitiria desenvolver abordagens teórico-metodológicas mais alinhadas e com capacidade de apontar fenômenos e tendências sociais mais amplas (Díaz-Mendez; Espejo, 2016). Por fim, um desafio recente e especialmente relevante para as ciências sociais é o tratamento científico dado ao fenômeno social do comer. Warde (2016, p. 52) argumenta que o “comer” tem sido tratado como tópico de estudos e não como um conceito analítico, inclusive por sociólogos e antropólogos como Pierre Bourdieu, Marshall Sahlins, Claude Lévi-Strauss, George Simmel, Nibert Elias e Mary Douglas.³

Diversas publicações demonstram o crescente interesse pela aplicação da Teoria das Práticas Sociais nas pesquisas sobre fenômenos alimentares (Kanerva, 2021; Neuman, 2018; Schubert, 2017; Holm, 2013; Warde, 2005). Buscando compreender essa tendência, o artigo, primeiramente, delimita o campo da Sociologia das Práticas Sociais dentro do que muitos autores chamam de “virada praxiológica” (Peters, 2020). Em seguida, apresenta as abordagens teóricas mais proeminentes, explorando seus pontos de “fricção” e convergência. A seção subsequente apresenta dados preliminares de uma análise bibliométrica sobre uso dessas diferentes abordagens. Por fim, oferecemos algumas considerações acerca das perspectivas e desafios que se apresentam para os/as pesquisadores/as que pretendem trilhar esse caminho.

² A data serve como referência pelo estudo bibliográfico conduzido por Díaz-Méndez e Espejo (2016), após encontrar escassas publicações em anos anteriores, que poderiam estar enquadradas no campo da Sociologia da Alimentação.

³ Nesse sentido, Warde (2016) propõe analisar o comer teoricamente a partir de três dimensões: a) eventos e ocasiões; b) as comidas, menus e os pratos; e, c) a incorporação.

As múltiplas ontologias na “virada proxiológica”

A praxiologia, segundo Jonas e Littig (2017), corresponde a um complexo e heterogêneo conjunto de atividades e suas sociomaterialidades contextuais nas quais diferentes atores se engajam. A práxis refere-se ao social, indicando que tais conjuntos são levados adiante por atores humanos e não humanos a partir das suas interações. Nesse sentido, o foco passa a ser os processos sociais e as situações em que os indivíduos estão imersos diariamente; e, também, com respeito a como estes indivíduos se relacionam com outras entidades. De acordo com Peters (2020, p. 170), “o cerne da praxiologia é uma ontologia radicalmente processual do mundo societário”, na qual “o universo social não pode ser tomado simplesmente como um dado que se impõe aos agentes a partir do exterior, mas tem de ser pensado como resultado contínuo e contingente das práticas daqueles agentes”

É importante, desde já, diferenciar essa virada proxiológica da chamada Filosofia da Práxis Social. A primeira se conforma a partir das contribuições de Heidegger, no *Ser e o Tempo* (2017 [1927]), e de Wittgenstein (1979 [1957]) em *Investigações filosóficas*. Aí se concentra a Sociologia das Práticas Sociais, que nos interessa mais diretamente nesse capítulo. Já a segunda advém de Aristóteles, pelo conceito de ação, e se manifesta na dialética marxista pela ontologia do materialismo histórico, se desdobrando em Gramsci, Adorno e tantos outros autores do campo geralmente conhecido como Teoria Crítica (Gerra; Ferreira, 2016; Michleis, 2017; Tiburi, 1995). Mesmo assim, não se deve desconsiderar a interconexão entre essas tradições de pensamento, de tal modo que, para Browne (2017, p. 40), “*In some respects, the difference between the philosophy of praxis and the sociology of practice is a matter of emphasis [...] it is possible that a version of the sociology of practice could become a dimension of the project of critical theory*”.

Reckwitz (2002) classifica tais movimentos teóricos a partir da “virada cultural ou interpretativista”, que se diferenciaria tanto da “escolha racional” (*Homo economicus*) quanto da “escolha orientada pelas normas” (*Homo sociologicus*). Segundo o autor, dentre as várias ontologias que definem essa virada estão o Mentalismo Cultural, no qual a unidade de análise é a mente dos indivíduos – que se subdivide, por sua vez, entre objetivistas (Lévi-Strauss) e subjetivistas (Husserl); o Textualismo Cultural, no qual a unidade de análise são os textos e discursos, a exemplo do pós-estruturalismo de Foucault; o Intersubjetivismo Cultural, que tem nas interações sociais seu foco privilegiado (vide ação comunicativa de Habermas); e, por fim, a Teoria das Práticas, cuja atenção volta-se às práticas sociais. Nesta última corrente, característica

da virada praxiológica, encontram-se as contribuições de Giddens, Bourdieu e Taylor (primeira geração) e, mais recentemente, de Schatzki, Nicolini, Reckwitz, Shove e Warde (segunda geração).

De outro modo, Peters (2020) propõe uma delimitação mais diretamente focada na virada praxiológica, a partir da qual se desdobrariam várias ontologias, naquilo que o autor chama de viradas dentro da virada. Em outras palavras, a virada praxiológica abarcaria as viradas existencial, culturalista, habitual, corporal, objetual, intersubjetivista e multidimensional. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que tais movimentos confluíram na conformação de certas abordagens teóricas, como se observa no conceito de *habitus* em Bourdieu, o qual comporta elementos da virada habitual, corporal e cultural.

Seja como for, para os objetivos desse capítulo o mais importante a reter é o fato de que essa nova ontologia impõe a necessidade de desenvolver novas formas de compreender o corpo, as coisas, a mente, o conhecimento, a linguagem, as emoções, os processos e os agentes. As práticas sociais condensam essas diversas expressões e permitem escapar das armadilhas do racionalismo (somente a racionalidade dos atores importam) e do subjetivismo (que supervaloriza os discursos representacionais), estabelecendo uma relação mais afetiva/efetiva com o mundo social, buscando situar as mudanças, delimitar as generalizações, relacionar os fenômenos e precisar os corpos (humanos e não humanos). Mesmo assim, o modo como a sociologia das práticas sociais tem sido empregado não aponta para uma solução singular. Como discutiremos a seguir, muitas diferenças aparecem quando comparamos abordagens mais recentes (Buch; Schatzki, 2019; Warde, 2016; Neumann, 2018; Nicolini, 2012).

Sociologia das práticas sociais

Quais ontologias seriam adequadas para se delimitar o campo da Sociologia das Práticas Sociais? Schatzki (2017, p. 28) argumenta que “*The only constrain that a practice ontology places on adopting nonpractice theories is that the theories be compatible with the ontology*”. Nesse sentido, o autor cita dois exemplos: a dimensão da “experiência”, que também pode ser compreendida pela fenomenologia; e a dimensão da “interação”, a qual a teoria das práticas compartilha com o interacionismo simbólico e a etnometodologia. As diferentes compreensões que essas ontologias oferecem para essas duas dimensões levam Schatzki (2017, p. 27) a concluir que “*ontologies*

themselves cannot simply be combined. Any rapprochement between, or consolidation of, them, or requires revisions – large or small – to one or both". Disso decorre sua percepção de que "uma boa ontologia" depende de duas condições importantes. Primeiro, deve ser "racionalmente sensível", o que significa operar com argumentos convincentes a partir das interpretações que oferece (teoricamente). Segundo, deve ser "empiricamente útil", oferecendo conceitos operacionais importantes sobre o objeto analisado, além de oferecer descrições, explicações e interpretações coerentes. Em face disso, *"It is equally wrong to say, however, that adopting an ontology is simply a choice – you just have to pick one"* (Schatzki, 2017, p. 31).

Seguramente, diferenças importantes também podem existir entre teorias que operam no mesmo campo ontológico. É o caso dos "desalinhamentos" internos à Teoria das Práticas Sociais, os quais Schatzki (2017) exemplifica a partir de três conceitos. O primeiro é o de "regras tácitas", amplamente utilizado por Giddens (2013). Para Schatzki (2017), ao invés de regras tácitas, que não existem, seria mais lógico falar em "inteligibilidade prática" (saber fazer o que se faz, do modo que é feito) em contextos de incertezas (flexibilidade e adaptação). O segundo exemplo advém de sua crítica ao uso do conceito de "rotinas" por Reckwitz (2002). Para Schatzki (2017, p. 25), usar esse conceito como unidade regular da reprodução social das práticas sociais *neglects much about practices*. Por fim, o autor critica duas categorias centrais das análises de Shove et al. (2012) e Reckwitz (2002) – *meanings* e *mental activities*, respectivamente – argumentando que elas não refletem adequadamente a dimensão teleológica e afetiva das práticas sociais, para o que Schatzki prefere falar em "motivações" e "fins".

Apesar desses desalinhamentos, existe um conjunto de teorias que convergem em torno dessa nova ontologia. Note-se que, nesse sentido, contrariamente ao que geralmente prevalece na literatura, a Teoria das Práticas Sociais é mais adequadamente definida como um campo ontológico que abarca várias teorias. No que segue, primeiramente definimos as duas "gerações" (Warde, 2013) que compõem esse campo para, em seguida, apresentar quatro abordagens que têm ocupado um lugar de destaque na literatura contemporânea.

A primeira geração está associada aos trabalhos de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, a partir da década de 1970. Segundo Warde (2013), Giddens contribui com esse campo a partir do conceito de "Consciência Prática", cuja explicação recai na forma como o agente se movimenta no mundo, sem necessariamente ser capaz de articular uma explicação discursiva para suas práticas. Por sua vez, com relação a Bourdieu, Warde (2013)

destaca o conceito de “sentido prático”, o qual deriva do conceito de *habitus*, cuja explicação recai sobre os “esquemas de disposição” obtidos pelos indivíduos a partir dos processos de integração social, os quais lhes permitem agir de um modo competente, regular e coerente, sem requerer uma direção consciente sobre suas atividades.

Schatzki et al. (2001) analisou criticamente os limites das formulações teóricas de ambos os autores da primeira geração, sugerindo que, enquanto em Giddens a “consciência prática” determina apenas as ações rotineiras, em Bourdieu o “senso prático” determina quase todas as atividades humanas. Nesse mesmo sentido, Warde (2016) sugere que ambos “desviaram” suas perspectivas teóricas das práticas sociais; Bourdieu porque priorizou em seus estudos o conceito de “campos”, subordinando e reduzindo o conceito das práticas a um jogo de forças onde se disputa o controle de capitais, e Giddens porque não deu importância para a inteligibilidade prática na constituição de formas não rotineiras de ação, sobretudo na medida em que ele exacerbou a importância das condutas reflexivamente monitoradas pelos agentes.

Foi, em grande medida, com o intuito de superar essas dificuldades encontradas nas formulações de Giddens e Bourdieu, que se desenvolveram as novas abordagens que são identificadas como a segunda geração da teoria das práticas (Warde, 2013). Dentre as quatro que ressaltaremos aqui, a primeira é a de Shove et al. (2012, p. 14), a qual define as práticas sociais a partir de três dimensões: 1) Material, incluindo objetos, tecnologias e entidades físicas tangíveis; 2) Competências, que englobam habilidades, saber-fazer e técnicas; 3) Significados, que incluem símbolos, ideias e aspirações. Esses autores salientam que “*We go on to argue that practices emerge, persist, shift and disappear when connections between elements of these three types are made, sustained or broken*”. Ademais, argumentam que as práticas inovam quando há mudanças desencadeadas pela conexão de elementos novos a elementos já existentes. Um exemplo é a prática de dirigir. Muitos elementos já existiam antes da invenção do próprio carro, como, por exemplo, a navegação (faróis) e a cavalgada (viajar pelo lado esquerdo da estrada, no caso de precisar usar a espada). Os primeiros carros foram construídos por construtores de carruagem, ou seja, tanto os materiais como as competências migraram de práticas já existentes para constituir práticas novas. Nesse sentido, compreende-se que novas estratégias e soluções no desenvolvimento de produtos ou serviços só se mantêm quando integradas à fluidez da vida cotidiana. Para que uma prática exista, seus elementos precisam estar presentes e serem integrados em instantes situados de performance. Em suma, não existem inovações técnicas sem inovações nas práticas.

A segunda abordagem é a de Reckwitz (2002), para quem as práticas são socialmente estruturadas pelo processo de rotinização, através de uma temporalidade que se desdobra sequencialmente e repetidamente. Basicamente, para esse autor, a ordem social é “reprodução social”. “*A practice is thus a routinized way in which bodies are moved, objects are handled, subjects are treated, things are described, and the world is understood*” (Reckwitz, 2002, p. 250). Ademais, o autor apresenta uma hierarquia entre as práticas sociais de dois tipos: 1) Práticas como entidades, que são práticas consolidadas, reconhecidas e dotadas de um padrão de reprodução amplo, como, por exemplo, a prática de dirigir automóveis; 2) Práticas como performances, que são práticas mais elementares – base para a formação das “Práticas como entidades” –, cujos elementos de reprodutibilidade não são constantes ou consolidados, tais como pensar, descrever coisas, imaginar etc.; são práticas cujos sentidos vão se constituindo no decorrer das performances em si, ou seja, são flexíveis e efêmeras. Schatzki (1996) as classifica como “Práticas integrativas” e “Práticas Dispersas”, respectivamente. Porém, sua classificação parte das estruturas elementares que constituem uma prática social (como veremos em seguida), diferente de Reckwitz (2002b), que baseia sua análise na rotinização temporal e espacial das práticas.

Nicolini (2012) é responsável pela terceira abordagem que se destaca nesse debate. Esse autor parte das mesmas premissas que Schatzki (2002), porém caracteriza as práticas sociais, além de integrativas e dispersas, como sendo de duas modalidades, a saber, *zoom in* e *zoom out*. A primeira corresponderia às práticas que se constituem de forma complementar. Por exemplo, a prática alimentar é composta pelas seguintes práticas: comprar, preparar, comer e descartar. Já a segunda corresponderia às práticas que se conectam em torno de uma prática já composta. Por exemplo, a prática alimentar se relacionando com a prática de trabalhar ou de exercitar-se. Tais caracterizações também podem ser percebidas em outros autores, como Warde (2016), que classifica a prática do comer como uma “prática composta”, constituída por diferentes práticas integrativas (plantar, comprar, preparar, comer, desperdiçar etc.); e Shove et al. (2012, p. 82-83), que analisa as diferentes conexões entre as práticas sociais, classificando-as como “codependentes”, quando há dependência entre elas, ou “coexistentes”, quando há relação entre as práticas, sem que haja dependência direta. Em suma, a contribuição de Nicolini (2012) põe em evidência a necessidade de se olhar as práticas ao redor, suas conexões, composições, dependências e refrações.

Por fim, a quarta abordagem é aquela apresentada por Schatzki (1996; 2001; 2002; 2013; 2019). Considerado o precursor da segunda geração de

teóricos das práticas sociais (Warde, 2005), Schatzki (2013) define as estruturas elementares do quem vem a ser uma prática social a partir de três mecanismos que conectam “dizeres” e “fazerem”: “entendimento compartilhado” (práticos e gerais),⁴ “regras” e “estrutura teleoafetiva”:

By “practical understanding,” I mean knowing which bodily actions to perform (in particular circumstances) in order to accomplish specific actions. “Rules” are formulated directives, admonishments, and edicts. A “teleological structure,” meanwhile, is a range of prescribed or acceptable ends, coordinated with a range of prescribed or acceptable projects, together with actions to be carried out in order for those ends to be achieved. And “general understandings” are understandings or senses of general matters pertinent to goings-on in the practice. (Schatzki, 2013, p. 34).

Para Schatzki (2002), esses três elementos se caracterizam da seguinte forma: a) O “entendimento prático” é onde se encontra o sentido mais elementar da inteligibilidade prática, ou seja, é o “saber-fazer” alguma coisa, envolvendo performances apropriadas em contextos sob os quais determinados atos são reconhecíveis e explicáveis. De forma mais complexa, os “entendimentos gerais” possuem uma maior tenacidade, estando “ancorados”⁵ em determinados valores que influenciam outras ações e práticas sociais; b) As “regras” são formulações interpostas dentro da vida social de forma proposital, orientando determinado curso de atividades, tipicamente por aqueles com autoridade de impô-las; c) As “estruturas teleoafetivas”⁶ se manifestam nas práticas sociais por meio dos “fins” e das “motivações” que orientam os “dizeres” e os “fazerem” das ações. Esse último elemento é o mais importante para fundamentação das práticas sociais, pois definem quais projetos são levados adiante e quais os fins a que se destinam, selecionando as tarefas que os compõem, ou seja, é um conjunto ordenado, *hierarquizado e normatizado* de fins, projetos e tarefas.

Ademais, Schatzki (2002, p. 22) destaca a formação de “ordens sociais”, as quais representam “*the arrangements of people, artifacts, organisms, and things through and amid which social life transpires, in which these entities relate, occupy positions, and possess meanings*”. Percebe-se, segundo o autor,

⁴ Schatzki (2002) acrescentou um quarto mecanismo, em relação ao qual havia escrito em 1996, dividindo o “entendimento compartilhado” em “entendimentos práticos” e “entendimentos gerais”.

⁵ Para uma melhor compreensão sobre “práticas que ancoram, controlam ou organizam outras”, ver Swidler (2001).

⁶ O termo “teleoaffective” vem da união do conceito “teleológico” de Aristóteles, orientado aos “fins”, e de “afetividade” em Heidegger, orientado pelas “motivações”, ambos determinados pela inteligibilidade prática (Schatzki, 2001, p. 60).

que as práticas estão conectadas aos arranjos (artefatos, coisas, pessoas e organismos), formando o que chama de *bundles*.⁷ Ao fim e ao cabo, essa dinâmica entre os arranjos e as práticas estabelece o que o autor define como sendo um “conjunto arranjado de práticas”, a partir do qual os fenômenos sociais fluem. Ao discutir governança e sustentabilidade, por exemplo, Schatzki (2015, p. 17) afirma: “*Because social phenomena transpire in a plenum of linked practices and arrangements, social change consists of changes in bundles – in the practices, arrangements and relations that compose bundles*”. Em alguns aspectos, essa abordagem assemelha-se à proposta de Nicolini (2012), sobretudo ao salientar a necessidade de se observar a composição das práticas sociais. No entanto, nas análises de Schatzki percebemos que tal composição ocorre entre as práticas e os arranjos (materialidades), e apresenta um ganho de escala que se expressa nos conceitos de “constelação” ou *plenum* de práticas.⁸

O uso da teoria das práticas sociais nos estudos alimentares

As quatro abordagens apresentadas anteriormente delimitam grande parte das referências que são citadas nos estudos que evocam a Teoria das Práticas Sociais como ferramenta analítica. Nesta seção, analisaremos como elas têm sido mobilizadas no campo dos estudos alimentares.

Procedimentos metodológicos adotados

Em 26 de fevereiro de 2019, foram pesquisadas seis bases de dados das áreas de sociologia, de ciência e tecnologia de alimentos e multidisciplinares: Proquest Sociological Abstracts, Citas Latino-Americanas en Ciencias Sociales y Humanidades y Humanidades (Clase), Food Science and Technology Abstracts (FSTA), Scopus, Web of Science e SciELO. Também foi realizada busca do tipo “bola de neve” para identificar estudos adicionais por meio da verificação das listas de referências dos estudos elegíveis para leitura de texto completo. As buscas foram atualizadas em 19 de março de 2020 e 25 de agosto de 2021, sendo que esta última atualização não compreendeu a Proquest Sociological Abstracts, que não estava mais disponível para os autores. A mesma estratégia foi utilizada em todas as buscas. Não foi

⁷ Que poderia ser traduzido para o português como “conjuntos” (Schubert, 2017).

⁸ Ver Schatzki (2019, capítulo 2 – “The practice plenum”).

estabelecido recorte temporal e foram incorporados artigos indexados pelas bases de dados até o momento da última busca. Considerando tratar-se de um tema recente, foi fundamental abranger os últimos estudos, sendo que o ano de 2021 acabou sendo representado parcialmente no estudo.

Para o desenvolvimento da estratégia de busca, foram utilizados inicialmente termos extraídos dos títulos, resumos e indexadores de assunto de estudos relevantes conhecidos pelos autores. Foi elaborada uma estratégia de busca inicial utilizando esses termos, e termos adicionais foram identificados a partir dos resultados dessa estratégia, constituindo a estratégia final. A estratégia final utilizou as seguintes palavras ou expressões e suas variações: “food”, “feeding”, “eating”, “diet”, “social practice”, “theory of practice”. Nas bases de dados que incluem títulos e resumos em português e espanhol, foram utilizados também os termos correspondentes nestes idiomas. Foram recuperados 1.747 resultados. Os resultados em duplicidade foram removidos utilizando o *software* Mendeley. Foram removidos 716 resultados, restando 1.031 resultados, que foram analisados pela equipe através da leitura de títulos e resumos, onde se verificou a aderência dos documentos à temática dos estudos alimentares. Nesta etapa, também, foram removidos resumos de trabalhos apresentados em congressos, capítulos de livros, livros e outros documentos, ficando apenas artigos publicados em periódicos e com publicação já confirmada, ou seja, não utilizamos *preprint* ou *ahead of print*. A partir desses critérios foram selecionados artigos que tratassem diretamente de temas relacionados à alimentação – produção, distribuição, consumo e desperdício –, resultando em um banco de dados com 555 documentos. Em uma próxima etapa, foram verificadas as referências bibliográficas dos artigos selecionados, através de uma busca ativa pelos quatro autores considerados “formuladores teóricos” da Teoria das Práticas Sociais: Andreas Reckwitz, Davide Nicolini, Theodore Schatzki, Alan Warde e Elizabeth Shove. Qualquer artigo que tratou do tema alimentar e apresentou ao menos uma citação de qualquer um dos autores elencados compôs a base de dados final para este trabalho, consolidada em 250 documentos. Todo o processo de seleção foi realizado por três pesquisadores, que aplicaram o método de forma independente. Quando os três revisores convergiam na indicação, o documento era selecionado, caso contrário era descartado.

Na sequência, foram feitas buscas pelos textos completos dos 250 resultados restantes através dos meios disponíveis – periódicos de acesso aberto, periódicos assinados pela Capes, recursos das bibliotecas da UFRGS e solicitação aos autores. Foram obtidos 241 artigos, cujos metadados foram organizados em uma planilha no *software* Excel.

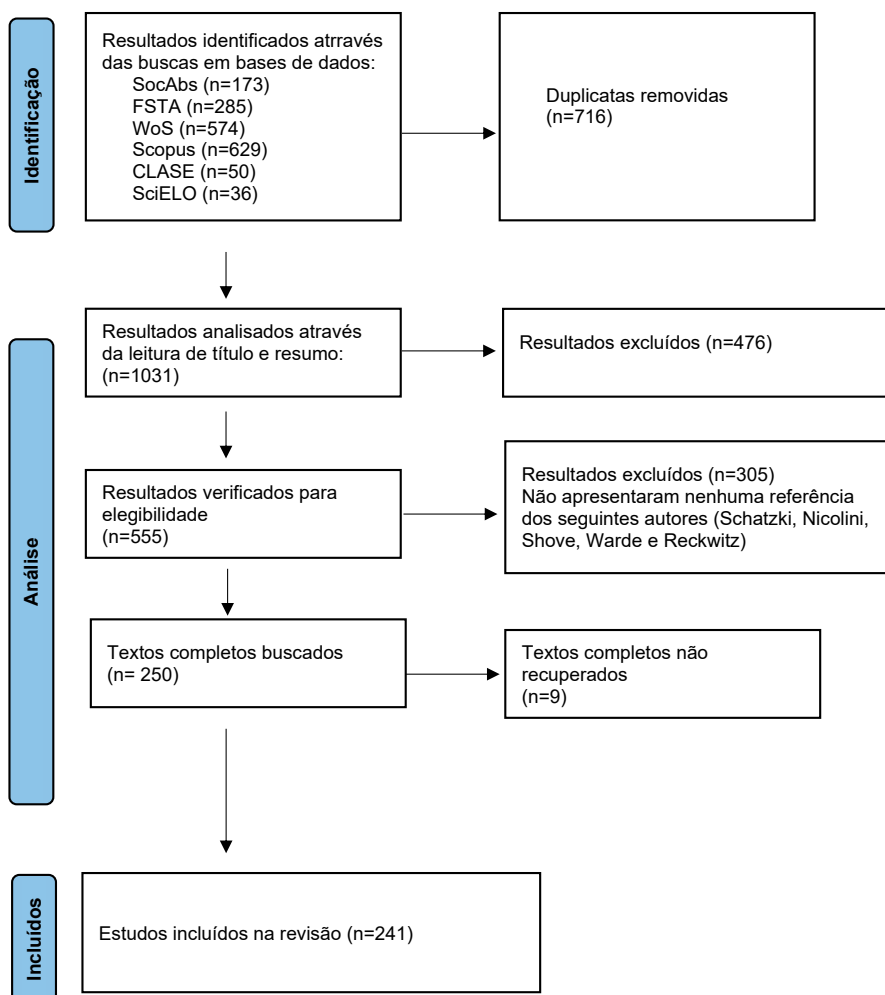


Figura 1 – Fluxograma do processo de revisão.

Fonte: Adaptada de Page et al. (2021).

O fluxograma do processo está esquematizado na Figura 1. Nestes 241 documentos, foram identificados os principais indicadores bibliométricos de autor, instituição, país, revista de publicação, palavras-chave e, adicionalmente, o volume de citações aos autores Schatzki, Nicolini, Shove, Reckwitz e Warde, com o intuito de observar a incidência destes teóricos na área. A identificação destes autores específicos é motivada pela relevância dos seus trabalhos dentro do desenvolvimento da Teoria das Práticas Sociais, ou seja, são referência na

formulação teórica e não somente pela aplicação empírica, pois alguns destes, como Schatzki, Reckwitz e Nicolini não publicam sobre temas alimentares. As análises foram realizadas com os *softwares* Excel e NVivo 1.5.1.

Análise dos dados

O gráfico 1 demonstra uma tendência crescente no número de publicações ao longo do tempo. O primeiro artigo identificado, publicado por Peter Jackson e colegas, com o título *Retail restructuring and consumer choice 2. Understanding consumer choice at the household level*, data de 2006. A principal referência que esses autores utilizam é o estudo de Alan Warde, *Theories of Practice as an Approach to Consumption*, publicado em 2004 como *working paper* em um seminário organizado a partir do projeto *Cultures of Consumption*, coordenado pelo professor Frank Trentmann – uma referência nos estudos sobre Consumo. Esse texto de Warde foi posteriormente publicado como artigo, sob o título *Consumption and the theory of practice*, na revista *Journal of Consumer Culture*, em 2005. Esse artigo, como veremos na Tabela 1, a seguir, tem sido um dos artigos mais citados no campo dos estudos alimentos que utilizam como aporte analítico a Teoria das Práticas Sociais. Peter Jackson continua sendo um pesquisador bastante ativo no campo dos estudos alimentares, e continua utilizando o referencial analítico da Teoria das Práticas Sociais.⁹

Com relação aos espaços onde esse debate tem se desenvolvido, no Gráfico 2 observa-se uma frequência de publicações bem distribuídas em diferentes áreas do conhecimento – ciências da saúde, ciências sociais, ciências agrárias, ciências da natureza, ciências e tecnologias etc., o que ratifica o caráter multidisciplinar do tema. Ao todo, foram identificadas 133 diferentes revistas, sendo que 85 apresentaram apenas uma publicação sobre o tema. Dentre as 20 revistas que possuem três ou mais publicações, destaca-se o *Journal of Consumer Culture*, com 16 artigos. Por sua vez, dentre os artigos publicados nessa revista, as referências recorrentes são: Warde (2005), *Consumption and the theory of practice*, e Shove e Pantzar (2005), *Consumers, producers and practices understanding the invention and reinvention of Nordic walking*. Ambos os estudos possuem mais de 20 citações nos 241 artigos analisados (ver Tabela 1).

⁹ O Gráfico 1 também demonstra um incremento significativo de publicações a partir de 2016, ano em que Alan Warde lançou o livro *The practice of eating*, uma das principais referências no campo (ver Tabela 1).

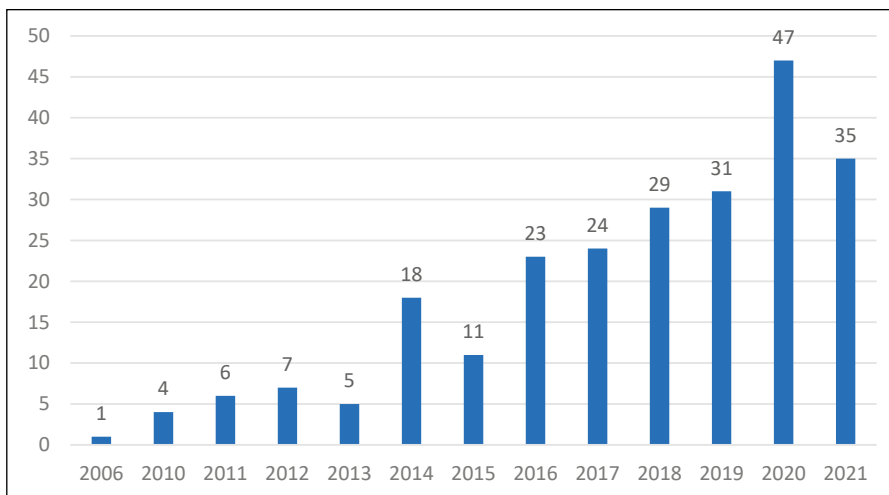


Gráfico 1 – Distribuição das publicações ao longo dos anos (2006-2021).

Fonte: Elaborado pelos autores.

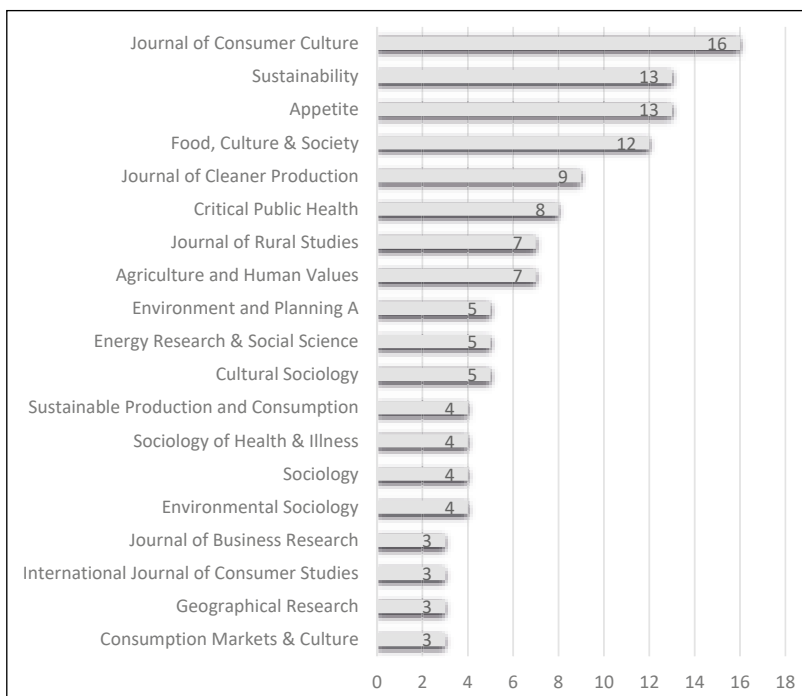


Gráfico 2 – Frequência de publicações em cada revista.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 representa as palavras chaves encontradas em 226 artigos (17 artigos não apresentaram essa informação). Ao todo, foram registradas 1.287 palavras-chaves. Termos utilizados no plural (por exemplo, ‘theories’) foram somados ao seu uso singular (‘theory’) para evitar a duplicação. A palavra com maior frequência encontrada foi ‘practice’ (218 vezes), seguida por ‘food’ (209), ‘theory’ (125) e ‘social’ (100), o que faz sentido, tendo em vista que os artigos selecionados tratam da Teoria das Práticas Sociais aplicada ao campo dos estudos alimentares. Em seguida, palavras como ‘waste’ (27), ‘health’ (24), ‘everyday’ (13), ‘consumer’ (16), ‘eating’ (13), são destaques em relação à frequência com que são listadas, demonstrando um certo direcionamento nos estudos empíricos. O termo ‘everyday’, por exemplo, corresponde à ‘rotina alimentar’, que deriva, especialmente, do artigo de referência de Andreas Reckwitz, *Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing*, o qual destaca a rotinização das práticas sociais como um elemento analítico fundamental. Outros termos como ‘waste’, exemplificaria um grande interesse pelo fenômeno social do desperdício alimentar. Autores como David Evans, que possui uma frequência alta de publicações, se dedica a esse tema há alguns anos, contribuindo com diversos estudos empíricos. Ademais, o termo ‘health’ demonstra uma participação ativa de pesquisadores do campo das ciências da saúde, com grande atenção ao tema da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. Por fim, o termo ‘eating’ abarcaria diversos estudos que contemplam o fenômeno do ‘eating out’ – no qual Alan Warde tem importantes contribuições –, mas também pesquisas que envolvem hábitos de consumo e cultura culinária. Outras palavras-chaves, como ‘policy’ (10), ‘cooking’ (10) e ‘urban’ (12) também demonstram que estes fenômenos sociais – políticas alimentares, práticas em torno do preparo do alimento (cozinhar etc.) e sistemas alimentares urbanizados (agricultura urbana, feiras, grupos de consumo etc.) –, têm se destacado no uso da Teoria das Práticas Sociais, dentro do campo dos estudos alimentares.

Um dado relevante para essa pesquisa é identificar quais estudos, a partir dos autores de referência já citados – Schatzki, Nicolini, Warde, Shove e Reckwitz –, apresentam maior relevância para os artigos que mobilizam a Teoria das Práticas Sociais nos estudos alimentares. Os seguintes trabalhos foram os que apresentaram maior frequência de citações (acima de 100 repetições): Warde (2005), *Consumption and the theory of practice*; Shove et al. (2012), *The dynamics of social practices. Everyday life and how it changes*; e Reckwitz (2002), *Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing*. Para a surpresa dos pesquisadores, os trabalhos de Davide Nicolini apresentaram uma baixa frequência de citações, o que talvez reflita

Tabela 1
Trabalhos mais citados de cada autor de referência

Autores de referência	Trabalhos mais citados (com mais de 20 citações) e os outros	Número de citações
Andreas Reckwitz	Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. <i>European Journal of Social Theory</i> 5(1): 243–272	133
	Outros < 20	8
	Coautorias	0
Theodore Schatzki	Schatzki, T. (1996) <i>Social Practices: A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social</i> . Cambridge: Cambridge University Press.	74
	Schatzki, T. (2002) <i>The Site of the Social. A Philosophical Account of the Constitution of Social Life and Change</i> . Pennsylvania State University Press.	60
	Schatzki T, Knorr Cetina R and Von Savigny E (2001) <i>The Practice Turn in Contemporary Theory</i> . London: Routledge	55
	Outros < 20	41
	Coautorias	0
Elizabeth Shove	Shove E (2003) <i>Comfort, Cleanliness and Convenience – the Social Organisation of Normality</i> . Oxford: Berg.	50
	Shove, E. (2010) <i>Beyond the ABC: climate change policy and theories of social change</i> . <i>Environment and Planning A</i> 42 (6) pp. 1273–1285	42
	Shove, E. e Pantzar, M. (2005). <i>Consumers, producers and practices understanding the invention and reinvention of Nordic walking</i> . <i>Journal of Consumer Culture</i> , 5(1), 43–64.	25
	Shove, E., Pantzar, M. e Watson, M. (2012) <i>The dynamics of social practices. Everyday life and how it changes</i> . London, UK: Sage.	132
	Outros < 20	85
	Coautorias	18
Alan Warde	Warde A (2005) <i>Consumption and the theory of practice</i> . <i>Journal of Consumer Culture</i> 5(2): 131–154.	125
	Warde A (2013) <i>What sort of a practice is eating?</i> In: Shove E and Spurling N (eds) <i>Sustainable Practices: Social Theory and Climate Change</i> . Abingdon: Routledge, pp. 17–30	22
	Warde A (2016) <i>The Practice of Eating</i> . Cambridge: Polity Press	52
	Outros < 20	39
	Coautorias	14
Davide Nicolini	Outros < 20	9
	Coautorias	2

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em face desses dados, nossa interpretação é que os principais autores que têm contribuído na tradução da Teoria das Práticas Sociais para os estudos alimentares são Alan Warde e Elizabeth Shove. Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de que ambos contribuem com estudos aplicados aos temas alimentares, diferentemente de Schatzki, Reckwitz e Nicolini. Porém, algumas explicações analíticas suplementares podem ser dadas. Alan Warde tem se diferenciado na medida em que oferece uma perspectiva analítica mais precisa sobre o fenômeno do comer, especialmente a partir do livro *The practice of eating*. Por sua vez, Elizabeth Shove et al. (2012) aportam contribuições relevantes para formulações de políticas públicas e focam no tema da sustentabilidade. Ademais, apresentam contribuições relevantes para a operacionalização da Teoria das Práticas Sociais no livro *The dynamics of social practices. Everyday life and how it changes*, oferecendo aos interessados uma abordagem teórica com categorias analíticas menos abstratas para aplicar nos estudos empíricos, facilitando a construção de variáveis.

Com base no que foi apresentado na Tabela 1, o Gráfico 3 exemplifica a frequência geral de citações para o conjunto dos 241 artigos da base de dados. Percebe-se que, efetivamente, ao se analisar a quantidade de citações, Alan Warde e Elizabeth Shove são as principais referências teóricas da Teoria das Práticas Sociais aplicadas aos estudos alimentares. Ressalta-se, porém, como uma forma de fazer justiça à importância de Schatzki para a formulação teórica da Teoria das Práticas Sociais, que, mesmo não sendo um pesquisador do campo dos estudos alimentares, apresenta uma frequência alta de citações e uma diversidade grande de trabalhos citados, demonstrando sua contribuição estrutural à perspectiva analítica em tela. Os próprios autores Warde e Shove recorrem frequentemente às contribuições de Schatzki para elaborar suas próprias abordagens analíticas.

Ao investigarmos o número de publicações por autor (Tabela 2), identificamos 619 diferentes autores que contribuíram na elaboração dos artigos que compuseram a base de dados em análise. Destes, 393 publicaram apenas uma única vez. No outro extremo, 9 autores publicaram quatro ou mais artigos no período analisado (1990 – Agosto 2021), a saber: Angela Meah (passagem pelas universidades de Shfield e Hertfordshire, atualmente trabalha na empresa Exuvi8), Bente Halkier (University of Copenhagen), David Evans (University of Bristol), Gert Spaargaren (University of Wageningen), Marie Plessz (INRAE), Marlyne Sahakian (University of Genève), Peter Jackson (University of Sheffield), Séverine Gojard (INRAE) e Sigrid C.O. Wertheim-Heck (University of Wageningen).

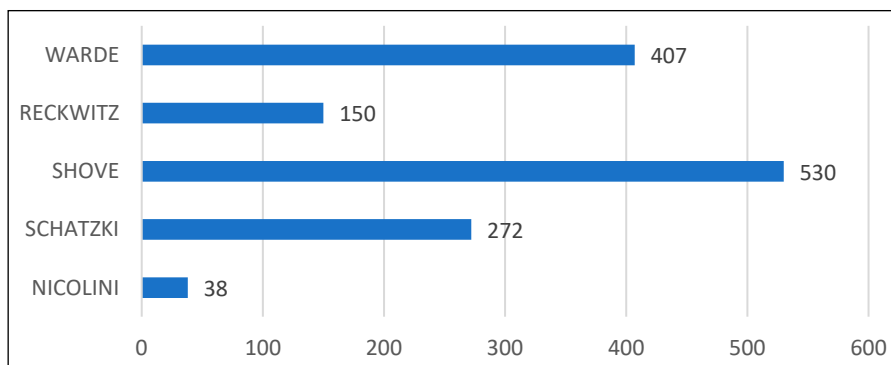


Gráfico 3 – Frequência de citações para cada autor de referência.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2
Quantidade de artigos publicados por autor

Número de Publicações	Número de Autores	Total de publicações
1	393	393
2	51	102
3	10	30
4	7	28
> 4	9	66

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao se analisar individualmente a produção de cada um destes autores, identificamos algumas redes de colaboração. Angela Meah é uma pesquisadora que teve passagem pelas universidades de Sheffield e Hertfordshire, ambas no Reino Unido. Em Sheffield, colaborou com projetos coordenados pelo professor Peter Jackson – com o qual compartilha três publicações –, e em Hertfordshire atuou em projetos coordenados pelas professoras Wendy Mills e Angela Dickinson, as quais apresentam quatro e três publicações, respectivamente, na base de dados em análise. Por sua vez, Gert Spaargaren e Sigrid C. O. Wertheim-Heck trabalham na universidade de Wageningen, e compartilham três publicações. Uma terceira rede de colaboração pode ser identificada no INRAE (Instituto Nacional de Agricultura, Alimentação e Ambiente), na França. Dessa rede participam as pesquisadoras Séverine Gojard e Marie Plessz – ambas compartilham dois artigos em coautoria.

A autora Bente Halkier, da universidade de Copenhague, não possui colaboração com autores em destaque, mas possui trabalhos publicados com a pesquisadora Lotte Holm, também da universidade de Copenhague, uma referência importante para os estudos alimentares e no uso da Teoria das Práticas Sociais. David Evans é um autor britânico que possui uma rede de colaboração extensa no Reino Unido. Atualmente trabalha na universidade de Bristol, mas já trabalhou com o Alan Warde no *Sustainable Consumption Institute* (SCI), e possui contribuições relevantes sobre o tema do ‘desperdício alimentar’. Por fim, Marlyne Sahakian é professora na universidade de Gênève, na Suíça, publicou dois artigos em coautoria com o pesquisador Laurence Goudin, mas não apresenta uma rede de colaboração extensa.

Nota-se que todos os autores com mais de quatro publicações, selecionadas pela base de dados, são europeus, ou seja, o uso da Teoria das Práticas Sociais nos estudos alimentares parece estar amplamente disseminado e em ascensão na Europa. Os países em destaque seriam, Reino Unido, em primeiro lugar, com diferentes universidades participando dessas redes (Hertfordshire, Sheffield, Bristol, Manchester e Lancaster), a Holanda, com a universidade de Wageningen, e a França, com o INRAE. A Suíça, com a universidade de Genebra, e a Dinamarca, com a universidade de Copenhague, seriam redes de colaboração mais periféricas, mas com contribuições relevantes.

Considerações finais

O estudo apresentou o debate sobre a “virada praxiológica” precisando a emergência, as transformações e as diferentes abordagens da Teoria das Práticas Sociais, e a sua aplicação no campo dos estudos alimentares. A principal contribuição foi a de evidenciar como, desde 2006, tem havido um crescente interesse por esse movimento nos estudos alimentares. Ademais, pontuamos as principais contribuições teóricas, com destaque aos estudos de Elizabeth Shove e Alan Warde, tanto em frequência de citações quanto em trabalhos de referência para ao campo. Conseguimos mapear algumas redes de colaboração entre autores que têm utilizado a Teoria das Práticas Sociais nos estudos alimentares, com destaque àquelas existentes no Reino Unido, França e Holanda.

Em termos de perspectivas, é possível perceber que há um crescente número de pesquisadores utilizando o referencial analítico das Práticas Sociais em pesquisas empíricas sobre a alimentação, a comida e o comer. Pela análise da frequência de publicações nas revistas, notamos que há uma grande di-

versidade de aplicação da Teoria nos estudos alimentares, em diferentes áreas do conhecimento. Tal evidência sugere que a Teoria das Práticas Sociais é um referencial analítico promissor no desafio de aproximar áreas do conhecimento epistemologicamente distantes, tais como a nutrição e a antropologia. Assim, oferece a possibilidade não apenas de unificar resultados e análises, mas também fortalecer estudos comparados entre diferentes contextos sociais – problema permanente em temas multidisciplinares.

No que corresponde aos desafios, salientamos que o projeto “Teoria das Práticas Sociais e Sociologia da Alimentação: desafios metodológicos frente às perspectivas pragmáticas” ainda está em andamento, e que a próxima etapa de análise é composta por uma leitura em profundidade dos artigos selecionados. A proposta é identificar como a Teoria das Práticas Sociais tem sido metodologicamente aplicada nos estudos alimentares. A hipótese inicial é de que a teoria tem sido utilizada de forma superficial, sem reflexões ontológicas profundas, o que resulta em quadros analíticos frágeis e instâncias empíricas com fraca aderência teórica. Se isso se comprovar, significará que a obtenção e a análise dos dados empíricos a partir da “prática” como unidade de análise ainda é um desafio para que essa teoria efetivamente ofereça uma alternativa para os estudos alimentares.

Referências

- BROWNE, C. From the philosophy of praxis to the sociology of practice. In: JONAS, M.; LITTIG, B. *Praxeological political analysis*. New York: Routledge, 2017. p. 35-55.
- BUCH, A.; SCHATZKI, T. *Questions of practice in philosophy and social theory*. New York: Routledge, 2019.
- DÍAZ-MENDEZ, C. *et al. Hábitos alimentarios de los españoles*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, 2013.
- DÍAZ-MENDEZ, C.; ESPEJO, I. O potencial da sociologia da alimentação para estudar os efeitos da globalização alimentar. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A. *Produção, consumo e abastecimento de alimentos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 25-51.
- GUERRA, A. C.; FERREIRA, M. F. Marx e a filosofia: por uma filosofia da práxis. In: JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 1. *Anais...* Fortaleza, 2016. Disponível em <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/MARX-E-A-FILOSOFIA-POR-UMA-FILOSOFIA-DAPR%C3%81XIS.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.
- HEIDEGGER, M. *O ser e o tempo*. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006 (Originalmente publicado em 1927).
- HOLM, L. Sociology of Food. In: MURCOTT, A.; BELASCO, W.; JACKSON, P. *The handbook of food research*. London: Bloomsbury, 2013. p. 324-337.

- JONAS, M.; LITTIG, B. A praxeological political analysis: an introduction. *In: JONAS, M.; LITTIG, B. A praxeological political analysis*. New York: Routledge, 2017. p. 1-14.
- KANERVA, M. *The new meatways and sustainability: discourses and social practices*. Verlag: Bielefeld, 2021.
- MICHELIS, A. A filosofia da práxis em Antônio Gramsci. *Aufklärung*, v. 4, n. 2, p. 57-66, 2017.
- NEUMAN, N. On the engagement with social theory in food studies: cultural symbols and social practices. *Food, Culture & Society*, v. 22, n. 1, p. 78-94, 2018.
- NICOLINI, D. *Practice theory, work, & organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *British Medical Journal*, v. 372, n. 160, 2021.
- PETERS, G. Revista Crítica de Ciências Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, p. 167-188, 2020.
- POULAIN, J.-P. *Sociologias da Alimentação*. Florianópolis: Editora UFSC, 2002.
- RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.
- SCHATZKI, T. *Social Practices: A wittgensteinian approach to human activity and the social*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SCHATZKI, T.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. *The practice turn in contemporary theory*. New York: Routledge, 2001.
- SCHATZKI, T. *The site of social: a philosophical account of the constitution of social and change*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.
- SCHATZKI, T. The edge of change: on the emergence, persistence, and dissolution of practices. *In: SHOVE, E; SPURLING, N. Sustainable practices: social theory and climate change*. New York: Routledge, 2013. p. 31-46.
- SCHATZKI, T. Practice, governance and sustainability. *In: STRENGERS, Y.; MALLER, C. Social practices, intervention and sustainability: beyond behaviour change*. New York: Routledge, 2015. p. 15-30.
- SCHATZKI, T. Multiplicity in social theory and practice ontology. *In: JONAS, M.; LITTIG, B. A praxeological political analysis*. New York: Routledge, 2017. p. 17-34.
- SCHATZKI, T. *Social change in a material world*. New York: Routledge, 2019.
- SHOVE, E.; PANTZAR, M. Consumers, producers and practices understanding the invention and reinvention of Nordic walking. *Journal of Consumer Culture*, v. 5, n. 1, p. 43-64, 2005.
- SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. *The dynamics of social practice: everyday life and how it changes*. Londres: Editora SAGE, 2012.
- SCHUBERT, M. *Comer fora de casa, as práticas e as rotinas alimentares nos contextos da modernidade: uma leitura comparada entre Brasil, Reino Unido e Espanha*. 2017. 304f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

- TIBURI, M. Adorno, práxis e filosofia. *Síntese Nova Fase*, v. 22, n. 69, p. 167-178, 1995.
- WARDE, A. Consumption and theories of practices. *Journal of consumer culture*, v. 5, n. 2, p. 131-54, 2005.
- WARDE, A. *The practice of eating*. Cambridge: Polity, 2016.
- WARDE, A. What sort of a practice is eating? In: SHOVE, E.; SPURLING, N. *Sustainable practices: social theory and climate change*. Londres: Routledge, 2013. p. 17-30.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2. ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979 (Originalmente publicado em 1957).

Autores

Ademir Antonio Cazella. Doutor em Ciências Humanas e Sociais no Centre d'Études Supérieures d'Aménagement (CESA) da Université François Rabelais de Tours. Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC <https://lemate.paginas.ufsc.br/>) e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/UFRRJ <https://oppa.net.br/>). E-mail: ademir.cazella@ufsc.br

Adevan da Silva Pugas. Mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC) e doutorando em Agroecossistemas (PPGA/UFSC). Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC) e do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos. E-mail: vanpugas@gmail.com

Anderson Luiz Romão. Mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC). Agricultor agroecológico. Coordenador do Núcleo Litoral Catarinense de Agroecologia - Rede Ecovida/SC. Diretor da Cooperativa Sabor da Terra de Agricultores Familiares – Cosat. Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC <https://lemate.paginas.ufsc.br/>). E-mail: anderson.romao@ufsc.br

Andréia Tecchio. Doutora em Ciências Sociais (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ). Pós-Doutoranda no Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) em parceria com o PPGA/UFSC. Membro do Lemate/UFSC. E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br

Camila Lago Braga. Mestre em Ciências Sociais (Universidade Federal do Maranhão-UFMA). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (Gepad – www.ufrgs.br/agrifood). E-mail: camila.lago.braga@gmail.com

Catia Grisa. Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora no PGDR e no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), ambos da UFRGS. Membro do Gepad e do OPPA. E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com

Dirceu Basso. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor no Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Membro do Observatório de Agriculturas Familiares da América Latina (AFLA <https://www.observatorioafla.com/>). Email: dirceu.basso@unila.edu.br

Emilia Jomalinis. Mestre em Geografia. Doutoranda em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora de Geografia na Rede Municipal de Araruama, Rio de Janeiro. Membro do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Ceresan). E-mail: ejomalinis@gmail.com

Eric Sabourin. Doutor e HDR em Antropologia e Sociologia (Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne). Pesquisador do Cirad, UMR ART-Dev. Pesquisador associado ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (Mader) e no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). Email eric.sabourin@cirad.fr

Eve Anne Bühler. Doutora em Espaços, Sociedades Rurais e Lógicas Econômicas (ESSOR), do Instituto Politécnico de Toulouse. Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: eve.buhler@igeo.ufrj.br

Fábio Luiz Búrigo. Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor do Departamento de Zootecnia e de Desenvolvimento Rural (UFSC) e do PPGA/UFSC. Coordenador do Lemate/UFSC e membro do OPPA. E-mail: fabio.burigo@ufsc.br

Giovana Paludo Giombelli. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR-UFFS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). Membro do Lemate/UFSC. E-mail: gp.giombelli@gmail.com

Jorge O. Romano. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor no CPDA/UFRRJ. Membro do OPPA. E-mail: jorge.romano@uol.com.br

Karina Kato. Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora no CPDA/UFRRJ. Membro do OPPA. Email: kymkato2@gmail.com

Leonardo Moura de Souza. Mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC). Técnico em Agricultura e Pecuária no Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Email: lmoura1818@gmail.com

Letícia Andrea Chechi. Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro do Gepad. E-mail: leticia.chechi@ufrb.edu.br

Ludivne Eloy. Doutora em Geografia (Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine/Université Paris 3). Pesquisadora no Centro Nacional de Pesquisa Científica, UMR Art-Dev. E-mail: ludivine.elay@gmail.com

Luiza M. Tavares. Mestranda em Sociologia – PPGS/UFRGS. Membro do Gepad e do Grupo de Pesquisa em Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS). E-mail: luizademouratavares@gmail.com

Marcelo Antônio Conterato. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor no PGDR/UFRGS. Membro do Gepad. E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br

Marcos Catelli Rocha. Mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC). Doutorando em Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC). Membro do Lemate/UFSC. Email: marcos.catelli@gmail.com

Maycon N. Schubert. Doutor em Sociologia (PPGS/UFRGS). Professor de Sociologia, integrante permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da UFRGS. Membro do Gepad e do Sopas. E-mail: maycon.schubert@gmail.com

Natalia Salvate. Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora colaboradora na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Membro do Gepad. E-mail: nataliasalvatebrasil@gmail.com

Nelson Giordano Delgado. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor titular no CPDA/UFRRJ. Membro do OPPA. E-mail: nelsondelgado@gmail.com

Paulo A. Niederle. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor de Sociologia, integrante permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da UFRGS. Membro do Gepad, do Sopas e do AFLA. E-mail: pauloniederle@gmail.com

Pietra Regina de Oliveira Vacarin. Estudante no DRUSA/Unila. Membro do AFLA. E-mail: pietravacarin@gmail.com

Régis da Cunha Belem. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor no Drusa/Unila. Membro do Afla. E-mail: regis.belem@unila.edu.br

Renato S. Maluf. Doutor em Economia Política. Professor titular no CPDA/UFRRJ. Membro do OPPA e Coordenador do Ceresan. E-mail: rsmaluf@gmail.com

Samile Andrea de Souza Vans. Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). E-mail: samilevanz@terra.com.br

Sergio Schneider. Doutor em Sociologia. Professor titular em Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos Alimentares e Professor no PPGS e PGDR/UFRGS. Pesquisador do CNPQ, Pq1B. Coordenador do Gepad. E-mail: schneide@ufgrs.br

Silvia A. Zimmermann. Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora no Drusa e no PPGPPD/Unila. Coordenadora do AFLA e membro do OPPA. Email: silvia.zimmermann@unila.edu.br

Valdemar J. Wesz Junior. Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor no Drusa e no PPGPPD/Unila. Membro do AFLA e do OPPA. E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br

Valdete Boni. Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Membro do Lemate. E-mail: valdete.boni@uffs.edu.br

Viviane Carrion Castanho. Mestre em Engenharia da Produção. Bibliotecária da UFRGS. E-mail: castanhoviviane@gmail.com

A **Série Estudos Rurais** publica livros sobre temas rurais, ambientais e agroalimentares que contribuam de forma significativa para o resgate e/ou o avanço do conhecimento sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais em âmbito nacional e internacional. A série resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas de publicações estão disponíveis em www.ufrgs.br/ppgdr/livros.

Comissão Editorial: *Editor-chefe:* Sergio Schneider (UFRGS), *Editor associado:* Marcelo Antonio Conterato (UFRGS). *Membro externo:* Jan Douwe Van der Ploeg (WUR/Holanda). **Conselho científico:** Lovois Andrade Miguel (UFRGS); Paulo Andre Niederle (UFRGS); Marcelino Souza (UFRGS); Lauro Francisco Mattei (UFSC); Miguel Angelo Perondi (UTFPR); Cláudia J. Schmitt (UFRRJ); Walter Belik (Unicamp); Maria Odete Alves (BNB); Armando Lirio de Souza (UFPA); Moisés Balestro (UnB); Alberto Riella (Uruguai); Clara Craviotti (Argentina); Luciano Martinez (Ecuador); Hubert Carton Grammont (México); Harriet Friedmann (Canadá); Gianluca Brunori (Itália); Eric Sabourin (França); Terry Marsden (Reino Unido); Cecília Diaz-Méndez (Espanha); Ye Jinhzong (China).

1. **A questão agrária da década de 90 (4.ed.)**
João Pedro Stédile (org.)
2. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**
Zander Navarro (org.)
3. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)**
Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.)
4. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)**
Leonilde Sérvoto Medeiros e Sérgio Leite (org.)
5. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)**
Sergio Schneider
6. **Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)**
José Graziano da Silva
7. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)**
Jalcione Almeida
8. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**
José Eli da Veiga
9. **Agroecologia (4.ed.)**
Stephen Gliessman
10. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)**
Ignácio Rangel (org. por José Graziano da Silva)
11. **Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)**
Sérgio Leite (org.)
12. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)**
Isabel Cristina de Moura Carvalho
13. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**
Carmen Diana Deere e Magdalena León
14. **A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)**
Sérgio Schneider
15. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)**
José de Souza Martins (org.)
16. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**
Gervásio Castro de Rezende
17. **O futuro das regiões rurais (2.ed.)**
Ricardo Abramovay
18. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)**
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (org.)
19. **Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões**
Anita Brumer e Diego Piñero (org.)
20. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**
José de Souza Martins
21. **A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider (org.)
22. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (org.)
23. **Camponeses e impérios alimentares**
Jan Douwe Van der Ploeg
24. **Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)**
Angela A. Kageyama
25. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**
Delma Pessanha Neves (org.)
26. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**
John Wilkison
27. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)**
Miguel Altieri
28. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**
Maria de Nazareth Baudel Wanderley
29. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**
Sergio Schneider e Márcio Gazolla (org.)
30. **Turismo rural: iniciativas e inovações**
Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
31. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**
Eric Sabourin
32. **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**
Renata Menasche, Marcelo Alvarez e Janine Colloço (org.)
33. **Paisagem: leituras, significados e transformações**
Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e Luís Alberto Pires da Silva (org.)
34. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**
Guilherme Costa Delgado
35. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha**
Eduardo Magalhães Ribeiro (org.)
36. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**
Paulo Andre Neiderle (org.)
37. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**
Sergio Schneider, Marilda Menezes, Aldenor Gomes da Silva e Islândia Bezerra (org.)
38. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas (Volume 1)**
Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Waterloo Rodomsky e Sergio Schneider (org.)
39. **Turismo Rural em tempos de novas ruralidades**
Artur Cristóvão, Xerardo Pereira, Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
40. **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégia e políticas públicas**
Jefferson Andronico Staduto, Marcelino de Souza e Carlos Alves do Nascimento (org.)
41. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**
Cátia Grisa e Sergio Schneider (org.)
42. **O Rural e a Saúde: compartilhando teoria e método**
Tatiana Engel Gerhardt e Marta Júlia Marques Lopes (org.)
43. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais (Volume 2)**
Guilherme Waterloo Rodomsky, Marcelo Antonio Conterato e Sergio Schneider (org.)

- 44. O poder do solo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agro-alimentar**
Guilherme Francisco Waterloo Rodomsky
- 45. Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**
Jan Douwe Van der Ploeg
- 46. Regimes alimentares e questões agrárias**
Philip McMichael
- 47. Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**
Fabiana Thomé da Cruz, Alessandra Matte e Sergio Schneider (org.)
- 48. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**
Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider (org.)
- 49. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmica de desenvolvimento**
Paulo Dabdab Waquil, Alessandra Matte, Márcio Zamboni Neske e Marcos Flávio Silva Borba (org.)
- 50. Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia**
Jaicione Almeida (org.)
- 51. Processos sociais rurais: múltiplos olhares sobre desenvolvimento**
Roberto Verdum, Fábio de Lima Beck, Marta Júlia Marques Lopes e Tatiana Engel Gerhardt (org.)
- 52. Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**
Eve Anne Bühler, Martine Guibert e Valter Lúcio de Oliveira (org.)
- 53. O turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento**
Karina Toledo Solha, Ivo Elesbão e Marcelino de Souza (org.)
- 54. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**
Marcio Gazolla e Sergio Schneider (org.)
- 55. Sustentar o ativismo: um movimento de mulheres brasileiras e a colaboração entre pai e filha**
Jeffrey W. Rubin e Emma Sokoloff-Rubin
- 56. A Teoria das Cooperativas Camponesas**
Alexander Chayanov
- 57. Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural**
Marilise Mesquita, Deise Lisboa Riquinho, Tatiana Engel Gerhardt e Eliziane Francescato Ruiz (org.)
- 58. As novas ordens alimentares**
Paulo André Niederle e Valdemar João Wesz Junior
- 59. Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**
Potira V. Preiss e Sergio Schneider (org.)
- 60. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**
Potira V. Preiss, Sergio Schneider e Gabriela Coelho-de-Souza (org.)
- 61. Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**
Paulo Niederle, Sergio Schneider e Abel Cassol (org.)
- 62. Sistemas alimentares e territórios no Brasil**
Catia Grisa, Eric Sabourin, Ludvine Eloy e Renato S. Maluf (org.)

Adobe Garamond Pro, 11,5

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308 5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Luciane Delani • Editoração: Lucas Ferreira de Andrade (coordenador), Clarissa Felkl Prevedello, Marleni Matte e Rafael Menezes Luz • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Alex Morozoli, Cláudio Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Azevedo, Heloísa Polese Machado, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias • Apoio: Sara Oliveira

Ademir Antonio Cazella
Adevan da Silva Pugas
Anderson Romão
Andréia Tecchio
Camila Lago Braga
Catia Grisa (org.)
Dirceu Basso
Emilia Jomalinis
Eric Sabourin (org.)
Eve Anne Bühler
Fábio Luiz Búrigo
Giovana Paludo Giombelli
Jorge O. Romano
Karina Kato
Leonardo Moura de Souza
Letícia Andrea Chechi
Ludivne Eloy (org.)

Luiza M. Tavares
Marcelo Antônio Conterato
Marcos Catelli Rocha
Maycon N. Schubert
Natalia Salvate
Nelson Giordano Delgado
Paulo A. Niederle
Pietra Regina de Oliveira Vacarin
Régis da Cunha Belem
Renato S. Maluf (org.)
Samile Andrea de Souza Vans
Sergio Schneider
Silvia A. Zimmermann
Valdemar J. Wesz Junior
Valdete Boni
Viviane Carrion Castanho

